

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

MARGARETE FAGUNDES NUNES

**“O NEGRO NO *MUNDO ALEMÃO*”:
CIDADE, MEMÓRIA E AÇÕES AFIRMATIVAS
NO *TEMPO* DA GLOBALIZAÇÃO**

Florianópolis

2009

MARGARETE FAGUNDES NUNES

**“O NEGRO NO *MUNDO ALEMÃO*”:
CIDADE, MEMÓRIA E AÇÕES AFIRMATIVAS
NO *TEMPO* DA GLOBALIZAÇÃO**

Tese de Doutorado para a obtenção do título de
Doutora em Antropologia Social
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Orientadora: Dra. Carmen Silvia Rial
Co-orientadora: Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha

Florianópolis

2009

N972n Nunes, Margarete Fagundes
“O negro no mundo alemão”: cidade, memória e ações afirmativas
no tempo da globalização / Margarete Fagundes Nunes ; orientadora
Carmen Silvia Rial ; co-orientadora Ana Luiza Carvalho da Rocha.
– Florianópolis, 2009.
254f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2009.

Inclui bibliografia

1. Ações afirmativas. 2. Etnicidade. 3. Globalização. 4. Cidade.
5. Memória. I. Rial, Carmen S.
II. Rocha, Ana Luiza Carvalho da. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
IV. Título.

CDU:391/397

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

MARGARETE FAGUNDES NUNES

**“O NEGRO NO *MUNDO ALEMÃO*”:
CIDADE, MEMÓRIA E AÇÕES AFIRMATIVAS
NO *TEMPO* DA GLOBALIZAÇÃO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:

Dra. Carmen Silvia Rial
Orientadora
UFSC

Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha
Co-orientadora
UFRGS/UFSC

Dra. Maria Amelia Schmidt Dickie
UFSC

Dra. Cornelia Eckert
UFRGS

Dra. Maria Luiza Filippozzi Martini
UFRGS

Dra. Glaucia de Oliveira Assis
UDESC

Dra. Claudia Voigt Espinola
UFSC

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2009.

***À minha mãe, Elci Fagundes, e ao
meu pai, Argeu Lanes Nunes.***

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de agradecer àqueles que me auxiliaram na caminhada, sem os quais o percurso teria sido mais árduo e mais difícil:

À Carmen Rial e à Ana Luiza Carvalho da Rocha, orientadora e co-orientadora desta tese, pela dedicação e valiosas contribuições;

Ao Alexandre, pelo amor e presença constante;

À minha família, meu refúgio e porto seguro, sempre;

Aos amigos Evandro e Ângela, pela parceria e apoio nas tantas idas à Floripa;

Ao amigo Norberto, com o qual pude contar em vários momentos da feitura desta tese;

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, pelas trocas e reflexões neste tempo de aprendizado;

À Magna, pela solidariedade no intercâmbio de livros e materiais;

Ao Centro Universitário Feevale, pela sustentação financeira durante o curso das disciplinas e a realização da pesquisa;

Finalmente, aos meus interlocutores, pelo diálogo durante a pesquisa de campo e a escrita do texto; a eles, minha gratidão.

Oração ao Tempo

*És um senhor tão bonito
Quanto a cara do meu filho
Tempo tempo tempo tempo
Vou te fazer um pedido
Tempo tempo tempo tempo...*

*Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Tempo tempo tempo tempo
Entro num acordo contigo
Tempo tempo tempo tempo...*

*Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
Tempo tempo tempo tempo
És um dos deuses mais lindos
Tempo tempo tempo tempo...*

*Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Tempo tempo tempo tempo
Ouve bem o que te digo
Tempo tempo tempo tempo...*

*Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Tempo tempo tempo tempo
Quando o tempo for propício
Tempo tempo tempo tempo...*

*De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definido
Tempo tempo tempo tempo
E eu espalhe benefícios
Tempo tempo tempo tempo...*

*O que usaremos pra isso
Fica guardado em sigilo
Tempo tempo tempo tempo
Apenas contigo e comigo
Tempo tempo tempo tempo...*

*E quando eu tiver saído
Para fora do teu círculo
Tempo tempo tempo tempo
Não serei nem terás sido
Tempo tempo tempo tempo...*

*Ainda assim acredito
Ser possível reunirmo-nos
Tempo tempo tempo tempo
Num outro nível de vínculo
Tempo tempo tempo tempo...*

*Portanto peço-te aquilo
E te ofereço elogios
Tempo tempo tempo tempo
Nas rimas do meu estilo
Tempo tempo tempo tempo*

Caetano Veloso

RESUMO

Tendo como mote as políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira, nesta tese articulam-se estudos de etnicidade, memória, cidade e globalização. Entende-se que as *discursividades étnicas* ganham vulto no pensamento social contemporâneo, ao mesmo tempo em que alguns Estados nacionais começam a desencadear mudanças no sentido de promover a diversidade cultural e étnica por meio da garantia de políticas públicas, provocando indagações sobre as fronteiras simbólicas das identidades nacionais. Essas discursividades, quando acionadas pelos sujeitos e os grupos para demarcar *lugares* de pertencimento, assumem no contexto da cidade estatuto de *narrativas étnicas*, inserindo-se nos jogos da memória e polemizando com outras representações e imagens acerca das identidades locais e regionais. Portanto, as implicações dessas *narrativas étnicas* sobre o espaço da cidade e a constituição das identidades regionais são os eixos centrais deste trabalho. Para interpretar a relação entre o local, o regional, o nacional e o global realizou-se a pesquisa etnográfica na cidade de Novo Hamburgo, no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul/Brasil. A partir das comunidades negras locais buscou-se compreender como suas *narrativas étnicas* dialogam com a memória da imigração alemã no Vale e as representações em torno da identidade regional gaúcha.

Palavras-chave:

ações afirmativas, etnicidade, globalização, cidade, memória.

ABSTRACT

Having as subject the policies of affirmative actions in the Brazilian society, in this thesis are articulated studies of ethnicity, memory, city, and globalization. It is understood that the *ethnic discourses* grow in size in the contemporaneous social thought, at the same time in which some national States begin to break loose changes in the sense of promoting the cultural and ethnical diversity by means of public policies warranty, causing questionings about the symbolic frontiers of the national identities. These discourses, when triggered by individuals and groups to mark *places* of pertaining, take over in the context of the city statute of *ethnic narrations*, inserting themselves in the memory games and entering in polemics with other representations and images about the local and regional identities. Therefore, the implications of these *ethnic narrations* about the city space and the constitution of regional identities are the central axis of this work. To interpret the relation between the local, the regional, the national, and the global, was performed the ethnographic research in the city of Novo Hamburgo, in Vale do Rio dos Sinos, in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. From the Negro communities onwards, we tried to understand how their *ethnic narrations* dialogue with the memory of the German immigration in Vale do Rio dos Sinos, and their representations around the regional identity of Rio Grande do Sul.

Key words:

affirmative actions, ethnicity, globalization, city, memory.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Vista da expansão urbana (A).....	132
Fotografia 2: Vista da expansão urbana (B)	133
Fotografia 3: Vista panorâmica (A).....	134
Fotografia 4: Vista panorâmica (B).....	135
Fotografia 5: Prédio Strassburger (A).....	146
Fotografia 6: Prédio Strassburger (B).....	147
Fotografia 7: Pavilhão (A)	148
Fotografia 8: Pavilhão (B).....	149
Fotografia 9: Bairro Rio Branco.....	150
Fotografia 10: Inatividade.....	151
Fotografia 11: Ruína.....	152
Fotografia 12: Hamburger Berg.....	157
Fotografia 13: Família de Imigrante.....	162
Fotografia 14: Hamburgo Velho anos 40.....	162
Fotografia 15: Hamburgo Velho anos 2000.....	163
Fotografia 16: Cruzeiro do Sul, campeã de 72.....	202
Fotografia 17: Memória do Carnaval.....	203
Fotografia 18: Ademir da Cruzairinho.....	204

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: Transporte externo de mudanças.....	140
Gráfico 2: Solicitações de mudanças não atendidas.....	141
Quadro 1: Transporte externo de mudanças.....	140
Quadro 2: Solicitações de mudanças não atendidas.....	141
Quadro 3: Crescimento demográfico de Novo Hamburgo.....	143

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1: Charge do Sinovaldo.....	127
Figura 2: Recorte do Jornal NH de 1993.....	167
Figura 3: Cartaz do Coletivo de Sociedades Negras.....	200
Mapa 1: Novo Hamburgo.....	106
Mapa 2: As 7 Mesorregiões do Rio Grande do Sul.....	138
Mapa 3: Distribuição dos municípios do Rio Grande do Sul.....	139
Mapa 4: Vale do Rio dos Sinos.....	158

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 DISCURSIVIDADES ÉTNICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
1.1 A ETNICIDADE VIA AÇÕES AFIRMATIVAS: OS NEGROS E AS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS DA IDENTIDADE NACIONAL	31
1.2 ENTRE O NACIONAL E O GLOBAL: OS ECOS DA DISCURSIVIDADE ÉTNICA NO PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	59
1.3 DAS DISCURSIVIDADES ÀS NARRATIVAS ÉTNICAS: CIDADE E MEMÓRIA NO TEMPO DA GLOBALIZAÇÃO	71
2 NOVO HAMBURGO: ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO TRABALHO	
2.1 NOS JOGOS DA MEMÓRIA, UM POUCO DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA	84
2.2 PROSEANDO	
2.2.1 Com o Leitor	91
2.2.2 Com Luiz Carlos e Clarice, da Escola de Samba Portela do Sul.....	107
2.2.3 Com Jairo Peralta, da Secretaria Municipal de Habitação	110
2.2.4 Com Jair dos Santos, do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo.....	116
2.2.5 Com Schmitt, sobre suas andanças na China	118
2.3 DO TEMPO DO EMPREGO AO TEMPO DA CRISE DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA	127
3 VALE DO SINOS: CENÁRIO DAS NARRATIVAS ÉTNICAS	
3.1 A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ	156
3.2 DE NOVO, PROSEANDO	
3.2.1 Com Gilberto Silva da Silveira, do Movimento de Consciência Negra Palmares.....	176
3.2.2 Com Mauro José da Silva, do Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo (COPAA).....	181
3.3 A GLOBALIZAÇÃO E AS TRADUÇÕES LOCAIS DAS NARRATIVAS ÉTNICAS: AS COMUNIDADES NEGRAS E AS AÇÕES AFIRMATIVAS EM NOVO HAMBURGO	186

4 AS NARRATIVAS ÉTNICAS E A IDENTIDADE REGIONAL GAÚCHA	
4.1 NAS TEIAS DO ÉTNICO, DO REGIONAL E DO NACIONAL.....	207
4.2 A ASCENSÃO DO GAÚCHO COMO A SÍNTESE DO REGIONAL.....	211
4.3 OS NEGROS, AS AÇÕES AFIRMATIVAS E A IDENTIDADE REGIONAL GAÚCHA.....	223
CONCLUSÃO.....	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	234
OBRA CONSULTADA.....	254

INTRODUÇÃO

Sempre que dou início a um texto me vem na lembrança a fala de um ilustre antropólogo da Universidade Federal de Santa Catarina, meu professor, que costumava dizer em suas aulas que o primeiro parágrafo de um trabalho acadêmico é o mais difícil de escrever, decerto o mais “trabalhoso”. Mas ele dizia também ser o primeiro parágrafo um dos mais importantes, senão o mais importante. É, aqui, neste primeiro parágrafo, que nos imbuímos da tarefa de cativar o leitor, seduzi-lo para o nosso texto. E sendo este texto uma tese a responsabilidade aumenta. E não é à toa, afinal, se o leitor tem a sorte de se deparar, em alguns momentos, com a construção de um texto mais fluido, ele certamente precisa saber que numa tese será conduzido para um mundo em que as palavras sustentam ou derrubam conceitos e teorias. E nem sempre esse movimento é marcado pela leveza e pelo desenrolar de uma leitura prazerosa e cativante.

Previamente avisado e aceitando o desafio de trilhar comigo esta estrada, o leitor também precisa saber que nem tudo o que é importante está completamente explícito, escancarado, ao alcance imediato da mão, ou melhor, dos olhos, isto é, no centro do texto. Quando andamos por uma estrada é aconselhável realizar paradas, olhar as paisagens, contemplar as margens. No texto, as margens são as notas de rodapé. Uso e abuso delas. Isso pra não falar daquilo que pode estar no subtexto, nas entrelinhas. Mas esse exercício já não é da responsabilidade da autora, é do leitor. Desde que inventaram a hermenêutica temos de conviver com isto: a crença de que pode haver “algo a mais” em nosso texto, algum sentido oculto, escondido, que precisa ser desvendado, descoberto.¹ Somos uma geração de pesquisadores

¹ Devo muito ao professor Oscar Calavia Saez e às suas aulas, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, a reflexão sobre o peso do simbolismo na teoria antropológica e o reforço deste entendimento, da cultura como símbolo, após o paradigma hermenêutico. Aproveito para agradecer aos demais professores do PPGAS, cujas aulas foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, especialmente a Rafael José de Menezes Bastos e à Miriam Pillar Grossi.

treinada para não se contentar com o superficial, a exterioridade, a aparência, a imagem pura.²

O texto ora aqui apresentado é resultado de muitas andanças. Apesar da concentração e da imersão para concluí-lo na fase final do doutoramento, quando nós estamos completamente mobilizados em função do *controle do tempo*³ a fim de dar conta dos prazos estabelecidos, não se pode dizer, mesmo assim, que ele é fruto exclusivamente desse *tempo*. Tampouco ele se limita ao *tempo* da relação que construímos com nossos interlocutores em campo ou com nossos pares da academia, sejam esses colegas ou professores. O texto etnográfico é muito mais do que a soma do *estar lá* & do *estar aqui*.⁴ Ele reúne a superposição de muitos *tempos*, é a materialização de várias experiências, de um vivido partilhado com muitos sujeitos.

Há muito que as ciências sociais alimentam a falsa polêmica entre objetividade e subjetividade e suas implicações na produção do conhecimento. Para algumas outras ciências, geralmente as que estão fora da grande área definida como Humanidades,⁵ a própria citação da palavra subjetividade ainda soa como uma heresia. É tão difícil esse debate no interior de algumas disciplinas que a mera introdução da idéia de subjetividade já resvala para a discussão de que se está deixando de fazer ciência para se fazer literatura, ficção ou algo do gênero. No entanto, não se pode pressupor construção do conhecimento, objetividade científica

² Por isso o trabalho de Maffesoli, *No Fundo das Aparências* (1999), é tão instigante, porque ele chama a atenção exatamente para a profundidade da forma, da aparência, e que o exterior tem tanta importância quanto aquilo que está no interior.

³ Tomo como referencial para a concepção de *tempo* os estudos de Rocha & Eckert (2005), que buscam situar a interioridade do tempo tanto na consciência do antropólogo quanto na forma como os sujeitos agenciam as diversas temporalidades, fazem delas objetos de suas narrativas, tornando possível para o antropólogo a investigação da cidade enquanto um objeto temporal.

⁴ Para os não familiarizados com a “fala nativa” dos antropólogos trata-se da mediação do antropólogo entre dois momentos de realização do trabalho – em alguns casos corresponde à mediação entre dois universos de significação - o da pesquisa de campo, *being there*, e o da escrita etnográfica, o *being here*, intensamente discutidos nas obras do antropólogo Clifford Geertz (1989a, 2002). Com o desenvolvimento de uma antropologia urbana, que trouxe alterações para a concepção de *viagem e/ou deslocamentos* do antropólogo, nem sempre marcados por grandes distâncias físicas e mesmo culturais, esses dois momentos do trabalho antropológico não são necessariamente separados por recortes temporais radicais, na medida em que a possibilidade de manutenção do diálogo com os interlocutores da pesquisa faz-se cada vez mais presente durante a escrita etnográfica. De qualquer forma, a tensão entre esses dois momentos permanece e é essencial para a produção do conhecimento antropológico. Peirano (1995) dá uma atenção especial a esse tensionamento no livro *A Favor da Etnografia*.

⁵ Para além das ciências sociais e humanas incluem-se no interior das humanidades as artes, a literatura e a filosofia. Segundo Renato Janine Ribeiro, estas diferenciam-se das ciências sociais e humanas por três aspectos: *não são ciências*; não são passíveis de refutação, portanto, seu *corpus* constitui um *patrimônio*; não são um produto da *modernidade* (2001, p.35-36).

sem considerar o sujeito que fala. As velhas dicotomias sujeito e sociedade, subjetividade e objetividade servem mais para acirrar as disputas entre os campos disciplinares do que para assegurar qualquer avanço teórico ou explicação plausível dessa relação.

Dilatando mais ainda a compreensão dos *tempos* superpostos presentes no texto antropológico, enganam-se aqueles que consideram ser as nossas opções teóricas meros resultados de nossas próprias andanças. Andanças de outros sujeitos mesclam-se às nossas, enriquecendo e ampliando nossa capacidade de olhar, refletir, *interpretar e explicar*.⁶ Nossos professores e orientadores deixam suas marcas, desde as banais provocações nos debates em sala de aula até aquelas orientações mais cuidadosas e definidoras de *linhagens*⁷ na antropologia.

Esta tese é atravessada por pelo menos três grandes temas muito presentes na antropologia contemporânea: *etnicidade*, que ganha novas leituras na contemporaneidade, mas já é um tema clássico da antropologia brasileira;⁸ *cidade e memória* – o desenvolvimento de uma antropologia urbana é muito forte no Brasil, tendo como pólo irradiador o Museu Nacional, especialmente na figura do professor Gilberto Velho,⁹ mas solidifica-se em outros espaços e universidades, por exemplo, na USP, sob a coordenação de José Guilherme Cantor Magnani, e no sul do Brasil, onde se destacam os trabalhos das antropólogas Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert; e a *globalização cultural*¹⁰ – objeto de estudo mais recente na antropologia, cujas implicações de ordem teórico-metodológica para o trabalho de

⁶ Uso os dois termos, *interpretar* e *explicar*, por acreditar que a ênfase na interpretação não nos exime da busca de explicações para os nossos problemas de pesquisa. Se assim fosse os problemas de pesquisa seriam apenas alegorias em nossos textos acadêmicos. Ao contrário, mesmo cientes de que as respostas não são definitivas e de que irão levantar novas perguntas, ainda assim, somos estimulados a persegui-las. Para a reflexão sobre o *interpretar* e o *explicar* na teoria antropológica contemporânea, ver Dans Sperber (1992).

⁷ Mariza Corrêa (2003) oferece alguns elementos para se pensar as linhagens na antropologia. No livro *Antropólogas & Antropologia* a autora prioriza o debate sobre a formação das linhagens femininas.

⁸ Roberto Cardoso de Oliveira (2000) aborda como a *etnicidade* se constituiu enquanto um estilo da antropologia feita nas chamadas *áreas periféricas* de produção antropológica – as que estão afastadas das *áreas centrais*, isto é, da França, Inglaterra e Estados Unidos. No entanto, alguns teóricos dessas *áreas centrais* assinalam o crescimento do interesse pelos fenômenos étnicos no interior dos seus estados nacionais. Por exemplo, esta é a tônica da discussão apresentada por Poutignat e Streiff-Fenart (1998), no livro *Teorias da Etnicidade*, no qual discorrem sobre a expansão do conceito na teoria social francesa. No capítulo 1, desta tese, estabeleço um diálogo com esses dois autores a partir da problematização do conceito de etnicidade.

⁹ No Rio, destacam-se também os trabalhos de Hélio Raimundo dos Santos Silva (Fiocruz - Viva Rio).

¹⁰ Entre os antropólogos brasileiros que se dedicam ao tema da globalização, deve-se sublinhar os nomes de Otavio Velho, Gustavo Lins Ribeiro, Carmen Rial e Bela Feldman-Bianco.

campo, a análise interpretativa e a construção do texto mereceram algum destaque no desenvolvimento desta tese.

A ousadia de tentar encontrar pontos de intersecção entre temas aparentemente díspares deve-se, portanto, às influências teórico-conceituais estimuladas pelas conversas, debates, leituras e questionamentos provenientes das interlocuções estabelecidas com a orientadora de tese, a professora Carmen Rial e a co-orientadora, a professora Ana Luiza Carvalho da Rocha. A essas mais recentes influências somam-se as indagações que vêm sendo construídas ao longo de minha formação acadêmica, desde a graduação, que é da ordem da *duração*¹¹ de um aprendizado que não se esgota na imposição de um *tempo* mensurável, cronológico, ditado pelas conveniências e necessidades das instituições acadêmicas, mas que se perpetua tentando vencer as lacunas, pausas e interrupções relativas àqueles momentos em que a vida nos atira para outras direções, quando, então, não é possível parar, refletir e sistematizar as impressões e experiências. Brigando contra o *tempo* e seus ritmos, a *duração* do aprendizado joga intermitentemente tanto com as categorias e conceitos que permeiam o senso comum, quanto com aquelas que se legitimam pela apropriação de um conhecimento lógico, racionalizado, de interesse especulativo, analítico e interpretativo.

Evidentemente outras influências perpassam o corpo teórico da tese. Para além das orientadoras, cuja contribuição é óbvia, uma tese é, também, fruto de um aprendizado que se liga a um *lugar*.¹² Traz as marcas, para o bem ou para o mal, do corpo docente da instituição de ensino à qual estamos vinculados, tornando visíveis as preocupações, anseios e desafios da antropologia que se faz, neste caso, no sul do Brasil.

A pesquisa, que teve como campo a cidade de Novo Hamburgo, localizada no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul/Brasil, teve como objetivo geral analisar a cidade à luz dos movimentos identitários contemporâneos que se utilizam

¹¹ Utilizo o entendimento de *duração* proposto por Bachelard (1994) em *A Dialética da Duração*, e as interpretações do conceito para o estudo da cidade apresentadas por Rocha & Eckert (2005), na obra *O Tempo e a Cidade*.

¹² O *lugar* define-se por sua capacidade de evocar lembranças, pois é um *espaço* praticado, apropriado pelos sujeitos, no sentido proposto por Michel de Certeau (2001). Nesta tese, as noções de *espaço* e *lugar* tomam como referência o trabalho de Michel de Certeau, e aproveito suas analogias entre o a enunciação da palavra e a enunciação do caminhar, para dizer que os trânsitos, passagens, encontros e cruzamentos entre o *espaço* e o *lugar* serão construídos no *percurso*.

de *narrativas étnicas* para definir *lugares* de pertencimento e se inserem num jogo de disputa de *memórias* sobre o *espaço* da cidade, colocando em xeque *teorias tradicionais* sobre as identidades locais, regionais e nacionais.¹³

Tomo da literatura a compreensão das narrativas como estórias que são contadas, portanto, que pressupõem a existência de um *narrador*. Do mesmo modo que as personagens e o enredo, o narrador também faz parte da construção da narrativa que informa sobre fatos de um *tempo* e de um *espaço*. (GANCHO, 2000). Na perspectiva do seu uso na antropologia, a base referencial são os trabalhos de Rocha & Eckert (2005). Ao falar, aqui, de *narrativas étnicas*, acrescento o étnico como um elemento central na constituição dessas narrativas. Este entendimento é balizador tanto da interpretação das narrativas de ficção quanto daquelas fundamentadas no discurso da ciência, por exemplo, das ciências sociais e da história. Da mesma maneira que a visão realista da narração é questionada na literatura (LEITE, 2001), ela o é na história (VAINFAS, 2002) e na antropologia (CLIFFORD, 1998).

Na ausência destes elementos, faço referência às *discursividades étnicas*, entendendo que as *narrativas étnicas* só ganham forma quando os sujeitos e os grupos passam a se utilizar dessas discursividades para contar sobre a sua experiência na cidade, suas *trajetórias* e seus *itinerários urbanos* (ROCHA & ECKERT, 2005).

Para a compreensão da disputa de *memórias* no espaço da cidade utilizo-me da leitura de Jeudy (1990) e Halbwachs (2006), especialmente nas abordagens em que faço referência aos conceitos de memória do social e memória coletiva. A leitura destes dois autores é fundamental para a compreensão das relações de poder presentes nos jogos da memória e a sua conexão com as teorias que engendram as identidades locais, regionais e nacionais. No entanto, em vários

¹³ Segundo a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS), o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (COREDE Vale do Sinos), abrange hoje catorze municípios. São estes: Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Campo Bom, Sapiranga, Portão, Nova Hartz, Nova Santa Rita e Araricá. A população total do Vale (2007) corresponde a 1.273.582 habitantes. Possui uma área de 1.398,5 Km² e uma densidade de 903,1 hab/Km² (2007). O índice de analfabetismo é de 4,80% e a expectativa de vida ao nascer é de 71,76 anos. PIB per capita (2005) de R\$ 17.409. A estimativa populacional do município de Novo Hamburgo é de 253.067 habitantes (2007); possui uma área de 223,6 Km² e uma densidade demográfica de 1.120,9 hab/Km². A taxa de analfabetismo é de 5,01 % e a expectativa de vida é de 70,12 anos. PIB per capita (2005) de 14.595.

momentos da escrita remeto a conceituação de memória a Rocha & Eckert (2005), para as quais a memória coletiva é a matéria a partir da qual o antropólogo pode acessar a compreensão dos significados que os indivíduos e os grupos imprimem às rupturas e descontinuidades dos tempos vividos e pensados, revelando as feições dos fenômenos culturais das cidades contemporâneas, nos seus níveis micro e macrosociais.

Dando seqüência ao trabalho de “desdobramento” do objetivo geral, aviso o leitor que uso a expressão *teorias tradicionais* a partir da leitura de Renato Ortiz. Este autor, ao analisar o pensamento cultural brasileiro pós-64, salienta a importância da atuação de alguns intelectuais “representantes da tradição” para a continuidade de um pensamento sobre a cultura brasileira cujas origens remontam ao final do século XIX. No entanto, Ortiz lembra que o entendimento da mestiçagem ganhou naquele momento uma nova envergadura, pois a dimensão racial já não foi tão decisiva quanto fora em outrora, e a ênfase passou a ser a pluralidade de culturas e a diversidade regional sob a concepção de “unidade na diversidade”. À imagem de um Brasil cadinho das raças acrescentou-se a “aculturação harmônica dos universos simbólicos” (1994, p.95).

Situada no Vale do Rio dos Sinos,¹⁴ a cidade de Novo Hamburgo encontra-se cerca de 40 Km da capital Porto Alegre, às margens da BR 116, rumo ao norte, já na encosta da serra. Carrega no próprio nome uma referência étnica, pois foi a *Nova Hamburgo* dos imigrantes alemães no Brasil oitocentista. Desde o século XIX, até o ano de 1927,¹⁵ essa faixa de terra pertenceu a São Leopoldo - cidade-mãe dos imigrantes alemães no Vale do Sinos - que ainda hoje é reverenciada como *berço da colonização alemã*.¹⁶

¹⁴ Sobre a origem do nome Rio dos Sinos, Petry (1964) localizou o termo *Cururuai* – rio dos ratões do banhado – para designar esse curso d’ água, antes de 1748. O autor informa que, posteriormente, começa-se a fazer menção ao rio como sendo o “rio do sino”, provavelmente uma tradução do termo *Itapuí*, que em tupi-guarani quer dizer som do sino.

¹⁵ No ano de 2007 Novo Hamburgo fez 80 anos de emancipação política, comemorada a primeira vez em 05/04/1927.

¹⁶ Apesar do reconhecimento nacional São Leopoldo disputa o título com Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Nos últimos anos as duas cidades vêm rivalizando pela legitimidade desse título. Roswithia Weber (2004, 2006) aborda com detalhes esse conflito. É interessante ressaltar o momento em que as cidades começam a se dar conta de que são portadoras de um *capital cultural* a partir do qual podem projetar-se nacional e internacionalmente, dinamizando a economia local especialmente com o turismo. Featherstone (1990), utilizando-se do conceito de *capital cultural* de Bourdieu, analisa esta relação entre cultura e economia nas cidades contemporâneas. No primeiro capítulo trago alguns elementos para refletir sobre esta questão, especialmente por meio da contribuição do estudo de Rogério Proença Leite (2004) sobre a expansão das políticas de

Na perspectiva de realizar uma “antropologia das cidades”, a linguagem da *etnicidade* é o eixo a partir do qual faço o movimento de pensar a cidade enquanto espaço social para os jogos da memória e da produção da diferença,¹⁷ dos sujeitos e dos grupos que nela habitam, e que fazem dela um *espaço* polissêmico, onde a produção de sentido não se esgota na totalidade territorial que ela engloba, mas se espraia pela relação construída com outros *lugares*, pelas comunicações *transculturais*¹⁸ características da vida urbana contemporânea.

Ao falar de produção de sentido chamo a atenção para os aspectos simbólicos dos quais se revestem o *tempo* e o *espaço* por ocasião da fabricação das narrativas sobre a cidade. Apóio-me na discussão de Maffesoli (1995;1999), para falar daquilo que *anima* o cotidiano: as imagens partilhadas, a comunidade de sentimento, a pulsão estética do sensível.

Tomo como ponto de partida as comunidades negras de Novo Hamburgo, cujas *narrativas étnicas* sobre a cidade ganham força e legitimidade a partir da tradução local das políticas de ação afirmativa,¹⁹ especialmente por meio da ação do movimento negro. Essas *narrativas étnicas*, por sua vez, competem no plano do *imaginário*²⁰ com outras narrativas que versam sobre o *espaço* da cidade e o vinculam à memória da imigração alemã no Vale.

gentrification no Brasil dos anos 90, que mostra a inserção de alguns municípios brasileiros neste movimento de disputa *intercidades*.

¹⁷ Rocha & Eckert (2005).

¹⁸ A noção de sociedade *transcultural* ou *translocal* é recorrente em Sahlins (1997a), que chama a atenção para aquelas formações culturais que atravessam fronteiras e desafiam a imaginação antropológica. Quando a utilizo aqui quero enfatizar as possibilidade de comunicação entre os *lugares*, sem, no entanto, desconsiderar as relações assimétricas que resultam desses contatos. Faço este esclarecimento porque algumas críticas, às quais darei espaço nesta tese, ressaltam a conexão existente entre as relações de poder e dominação e a disseminação de categorias e conceitos para análise e interpretação da realidade. Em algumas leituras, os conceitos confundem-se com as próprias práticas sociais, deixam de ser categorias abstratas e passam a ser sinônimos da experiência do “concreto”, decerto, por isso, são alvos de uma crítica demasiado dura. É o caso, por exemplo, da globalização, e toda a gama conceitual que daí deriva, o que exige dos pesquisadores constante vigilância, como se pelo fato de operarem com esse universo conceitual, automaticamente, isso os atirasse para o campo ideológico do capitalismo de mercado, concentrador de riquezas, desigual e excludente.

¹⁹ Refiro-me às ações afirmativas de base étnico-racial sem desconsiderar outras variáveis como a de gênero que, algumas vezes, aparece também associada às variáveis de raça e etnia para o planejamento de ações coletivas e definição de políticas públicas.

²⁰ Faço menção ao conceito de imaginário ressaltando alguns aspectos presentes na obra de Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*, especialmente quando o autor se refere à dimensão da expressão criadora que constitui o campo do imaginário. Ao denunciar a desvalorização cultural do imaginário no pensamento ocidental que, em nome da perseguição de uma “verdade” e de uma “objetividade” científica, pretendeu “desmistificar” a consciência,

Roger Raupp Rios (2006), quando define ações afirmativas, lembra que o conceito nasceu vinculado à luta pela superação do racismo na sociedade norte-americana, sendo mais tarde incorporado na pauta de reivindicações de outros grupos étnicos e também para combater as discriminações de gênero. Independente da extensão do conceito, o autor demonstra que o seu desenvolvimento ligou-se à formulação de “respostas jurídicas” às modalidades de discriminação experimentadas por determinados grupos em virtude do racismo e outras formas de preconceito. Sanger (2005), ao situar o debate das ações afirmativas na sociedade brasileira, também mostra os caminhos percorridos pelo conceito e as conexões entre Estado e sociedade na formulação e implementação dessas ações. Nota-se que o conceito aparece bastante vinculado às medidas adotadas pelo Estado para eliminar as desigualdades decorrentes das discriminações de base étnico-racial, gênero e outras. Essas medidas, por sua vez, geralmente estão associadas à educação e ao trabalho. Por isso, muitas vezes, confunde-se o conceito de ações afirmativas com o de cotas raciais, sendo que as cotas resumem-se tão somente a um tipo de ação afirmativa.

Nesta tese, destaco outros aspectos além dos acima mencionados, olhando para um movimento mais geral que reúne um conjunto de medidas e aglutina muitos atores, e que tem fortes repercussões no plano do “simbólico”. Aproveito a própria reflexão de Roger Raupp Rios (2006), ao analisar uma das justificativas de defesa das ações afirmativas, a *promoção da diversidade*, para focar na “tradução” desta noção de “promoção da diversidade” nas esferas locais, isto é, nos espaços da cidade, nas narrativas dos sujeitos sobre suas experiências, *trajetórias* e *itinerários urbanos*. (ROCHA & ECKERT, 2005).

Em vários momentos opto pela denominação comunidades negras por esta assumir característica de categoria étnica, fazendo parte da linguagem habitual dos meus interlocutores, sendo esses ligados ou não ao movimento negro. Ademais, ao

reduzindo o fenômeno humano à mera experiência da racionalidade, Durand faz a defesa de uma *imaginação criadora*, de uma *fantástica transcendental* capaz de resistir aos imperativos da história e ao “puritanismo racionalista” do ocidente. Portanto, para Durand, o imaginário não é tão somente o resultado das “intimações objetivas do meio cósmico e social”, não é mera representação da vida social e material; a matéria do imaginário pressupõe uma troca, uma *gênese recíproca* entre as pulsões subjetivas do indivíduo e as intimações objetivas. Assim, “o imaginário não é mais que esse trajeto no qual a representação do objeto se deixa assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais do sujeito.” (DURAND, 2002, p. 41).

falar do movimento negro contemporâneo considero a heterogeneidade da sua configuração e as diferentes vozes que o constituem: sujeitos individuais e coletivos, associações, ONGs, comitês, organizações formais e não-formais. No caso do movimento negro da sociedade brasileira contemporânea é importante salientar o estreitamento do diálogo com o Estado nacional, especialmente após a década de 90. Algumas lideranças passaram a ter assento em entidades mistas, isto é, aquelas compostas por representantes da sociedade civil e dos governos, como os Conselhos (municipais, estaduais e federal) ou, até mesmo, a ocupar cargos governamentais - assessorias, coordenadorias, secretarias - responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial. Algumas reivindicações históricas do movimento social institucionalizaram-se, sendo amplamente discutidas a partir de ações do próprio Estado brasileiro.

No momento em que buscam a visibilidade da presença dos sujeitos negros na história do Vale do Rio dos Sinos, essas políticas afirmativas colocam também em discussão o pensamento social sul-rio-grandense e a construção de uma identidade regional gaúcha, ambos edificados no transcorrer do século XX - cuja tônica foi a invisibilidade da presença negra e indígena no Rio Grande do Sul (OLIVEN, 1996) - concomitantemente à produção de uma teoria da identidade nacional brasileira.

Do mesmo modo que desestabilizam os fundamentos do mito da democracia racial por meio de uma releitura da mestiçagem na fabricação do nacional, as ações afirmativas provocam questionamentos acerca da fabricação do regional, na medida em que buscam visibilizar as presenças negra e indígena no Rio Grande do Sul. Para a compreensão do movimento de “acomodação” da identidade regional gaúcha no interior do discurso do nacional, valho-me das análises de Ruben Oliven (2006).

As políticas de ações afirmativas de base étnica e racial alcançaram popularidade no Brasil especialmente após a III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, acontecida na África do Sul, em 2001. Por ser uma orientação fundamentada nas experiências de outros Estados nacionais, algumas críticas a sua aplicação no Brasil²¹ residem no fato de que representariam os sinais de que, por influência do “global”, a sociedade nacional estaria experimentando

²¹ Na antropologia brasileira as críticas mais contundentes foram tecidas por Peter Fry (2005), no livro *A Persistência da Raça*.

transformações no âmbito das representações e das práticas sociais; exaltando a “diferença”, a “diversidade cultural”, o caráter multicultural e multiétnico²² da sociedade brasileira, as ações afirmativas estariam comprometendo *teorias tradicionais* sobre a nação brasileira, especialmente aquelas que reforçaram ideais de uma brasilidade mestiça e de democracia racial.²³

No caso da antropologia brasileira, o debate sobre as ações afirmativas, muitas vezes polarizado entre os prós x os contras, tem-se fixado nas repercussões do provável desmantelamento do mito da democracia racial, dividindo opiniões sobre a relevância ou não da narrativa que se construiu sobre a nação brasileira. Por trás de algumas críticas reside o alerta de que a destruição deste projeto de nação, fundamentado na crença da democracia racial, pode vir a causar uma reificação da “raça”, abrindo espaço para a ascensão de uma narrativa marcada pela idéia de uma nação dividida. No entanto, pouco se tem falado das implicações dessas *narrativas étnicas* sobre o espaço da cidade e sobre a constituição das identidades regionais, tornadas centrais neste trabalho. A escrita desta tese no interior desta polêmica oferece-se como mais uma possibilidade de leitura, não se pretende estar além nem aquém das produções teóricas sobre o tema.

De fato, a sociedade brasileira contemporânea experimenta transformações no âmbito da sensibilidade e do trato com a diversidade étnico-racial, e esse movimento se faz sentir em diferentes instâncias: nas instituições governamentais, nas universidades e demais estabelecimentos de ensino, nas organizações não-governamentais, na mídia, nos movimentos sociais e culturais, entre outras. Sem desmerecer o brilhantismo e originalidade locais afirmo que isso se deve à intensificação dos fluxos globais de comunicação e da própria organização *transnacional*²⁴ do movimento negro contemporâneo.

²² Conceitos como diferença, diversidade, multicultural e multiétnico, serão problematizados no capítulo 1, por ocasião da discussão sobre etnicidade e globalização.

²³ Destacam-se as obras de Gilberto Freyre, a partir da década de 30. Com a inserção do debate das ações afirmativas suas leituras vêm sendo retomadas tanto pelos que reivindicam uma “revisão”, quanto pelos que desejam confirmá-las. As obras de Freyre tornaram-se paradigmáticas por sua ênfase na positividade da mestiçagem. A principal crítica dirigida às suas obras é a de que ao buscar responder as teorias raciais biologizantes do período, o autor teria exagerado na ênfase das relações harmoniosas e contribuído para a solidificação do mito da democracia racial. Dentre outras, ver as obras clássicas como *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*.

²⁴ Octavio Ianni (1994), ao alertar os pesquisadores das ciências sociais sobre os processos *transnacionais* lança-lhes um desafio epistemológico: o de ultrapassarem os limites das sociedades nacionais em suas análises interpretativas. Gustavo Lins Ribeiro (2005) vai além, pois instiga-os ao desafio epistemológico de levarem em conta as redes *transnacionais* no interior da disciplina, neste

Todavia, essas transformações, para além de provocar indagações, tensionamentos, conflitos, trazem para as ciências sociais a necessidade de se (re) pensar a cidade e a democratização dos seus espaços sob o viés dessas *narrativas étnicas*, os jogos da memória que redefinem *lugares*, a forma como esses diferentes grupos agenciam as produções teórico-acadêmicas e literárias às suas atuais políticas identitárias, as articulações entre o local e o global e a centralidade da cidade na organização política e econômica dos Estados nacionais na contemporaneidade.

Alguns grupos, ao clamarem por uma visibilidade racial e étnica, desestruturam práticas consolidadas e legitimadas pelo tempo: questionam as historiografias clássicas, propõem “contar outra história”, forjar memórias, (re) construir itinerários, (re) organizar sentimentos e valores coletivos.

Ao mencionar a expressão “contar outra história” remeto à pesquisa instigante da historiadora Magna Magalhães sobre os negros em Novo Hamburgo, intitulada “Contando uma outra História: memória e identidade na Sociedade Cruzeiro do Sul”, iniciada em 2003. Desta pesquisa brotou o artigo “Negras Memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul”. (MAGALHÃES, 2005). Pode-se dizer que esses trabalhos locais são frutos de uma organização das universidades brasileiras a partir de 2002, quando ocorreu o Encontro Nacional sobre Ações Afirmativas, integrando o I Fórum “Diversidade na Universidade”. Uma das orientações do encontro foi sobre a necessidade do fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros nas universidades (REICHERT, 2005). É neste período que o Centro Universitário Feevale cria o NIGERIA, Núcleo de Identidade, Gênero e Relações Interétnicas, transformado em Programa de Extensão de identidade, etnia e gênero, em 2006. Do trabalho do NIGERIA surgiram várias ações relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, cuja centralidade passou a ser a busca de visibilidade dos grupos negros locais, o debate sobre o preconceito e o racismo, a constatação da existência de uma diversidade étnico-racial nos espaços da cidade. A palavra diversidade passou a ocupar um lugar de destaque na nomenclatura dos projetos ou na sua fundamentação teórico-conceitual. Não é por acaso que o

caso, da antropologia, ressaltando a importância dessas redes para a disseminação do conhecimento em nível global, com a presença cada vez maior das antropologias não-hegemônicas, produzidas fora dos contextos anglo-saxões e francês.

NIGERIA, núcleo ligado à universidade, e o Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo (COPAA), do movimento social, são fundados no mesmo período. Ambos nascem da ampliação do debate sobre as políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira.

Se existe outra temporalidade que também incide na escrita desta tese ela é da ordem de uma percepção do presente como algo que provoca certa instabilidade aos *lugares*, de uma sensação de que somos atravessados por outros mundos, desestabilizando e “ameaçando” nossas práticas locais e redimensionando nossa percepção do espaço. É provável que esta percepção explique a busca por um aporte teórico-conceitual que dê conta de pensar as comunicações e conexões entre os *lugares*. Aqui, o (re) pensar a cidade e suas memórias está devidamente fundamentado no aporte teórico-conceitual que alude à globalização.

Para esta decisão são muito válidas as considerações de Ianni (1994) acerca dos desafios epistemológicos enfrentados pelas ciências sociais na sua tentativa de interpretar uma realidade que se mostra cada vez mais *transnacionalizada*. Em geral, estamos por demais apegados aos modelos interpretativos construídos para dar conta dos limites do Estado nacional. No que se refere à antropologia, acrescento, além disso, que dada à nossa tradição etnográfica, os estudos da globalização ainda não alcançaram o estatuto merecido, provavelmente porque chacoalham nossas bases teórico-metodológicas em relação ao campo de pesquisa e suas possibilidades de interpretação. Do ponto de vista epistemológico temos dois desafios diante dessa opção teórica: por um lado, a indagação sobre a flexibilização da noção de campo de pesquisa;²⁵ por outro, o aprofundamento reflexivo sobre a percepção do *espaço-tempo* pela própria pesquisadora.

A ordenação dos capítulos obedeceu uma linha de raciocínio que foi adotada durante a escrita do texto. Portanto, é testemunha do *percurso* e do movimento do pensamento. No capítulo 1 passeio pelo mundo dos conceitos e teorias, indagando sobre a estabilidade/instabilidade das nossas categorias analíticas. Os conceitos de etnicidade e de globalização são os primeiros merecedores desta aproximação do olhar. Antecipo ao leitor as perguntas orientadoras desta primeira parada reflexiva:

²⁵ Rial (2003) realiza essa discussão, indagando-se sobre como delimitar as fronteiras do campo diante de expressões culturais partilhadas universalmente.

Como são apresentados os fenômenos da etnicidade nas teorias da globalização? Qual o peso dessas discursividades *étnicas* no Brasil contemporâneo? Quais os limites do conceito de globalização cultural e qual é o lugar dos antropólogos nessa discussão?

Ainda no capítulo 1 realizo a segunda parada do *percurso*. Desta vez faço-a para contemplar a cidade. Dessa parada brotam novas indagações: De que forma a cidade aparece na teoria social contemporânea? Qual a implicação das discursividades étnicas na sociedade brasileira quando elegemos a cidade como objeto de pesquisa? Qual a contribuição dos estudos da memória coletiva para a compreensão das *narrativas étnicas* agenciadas pelos sujeitos e os grupos na sua relação cotidiana com os espaços da cidade?

Na continuidade do *percurso* chego aos cruzamentos entre a antropologia e a história. Ali, pergunto-me acerca dos limites e desafios desse diálogo quando se toma a cidade enquanto objeto temporal: qual a implicação da categoria *tempo* na constituição das *narrativas étnicas*?

Fim de Linha: desembarco em Novo Hamburgo e no Estado do Rio Grande do Sul. Ali, apresento a cidade, as *narrativas étnicas* tecidas pelas comunidades negras, a relação dessas narrativas com a memória da imigração alemã, a implicação dessas narrativas no contexto da cidade, da região e do Estado do Rio Grande do Sul. Esse é o itinerário proposto pela autora, mas se o leitor preferir atalhos, antecipar a chegada, sugiro começar pelo desembarque, trilhando o caminho inverso.

Partindo da premissa enunciada por Rocha e Eckert (2005) de que prática etnográfica é um processo interativo, marcado pela *intersubjetividade*, e que a experiência da interioridade do *tempo* por parte do antropólogo (a) e a sua mediação narrativa constituem o método etnográfico, partilho com o leitor, de antemão, o relato de alguns fragmentos da memória individual; lembranças que dizem algo sobre a cidade, a região e a vivência com outros sujeitos. Relato este que, doravante, mescla-se a vários outros e, desse modo, também ajuda a delinear e dar forma às memórias coletivas e às narrativas sobre Novo Hamburgo e o Vale do Rio dos Sinos.

Cyro Martins, em *Porteira Fechada*,²⁶ um romance de 1944, aborda o tema do êxodo rural no Rio Grande do Sul, tendo como protagonista João Guedes, um pequeno agricultor que fica à mercê da sorte ao ter de abandonar o campo e buscar sustento numa pequena cidade do interior. Na ocasião, vende o cavalo e os arreios, cortando “assim o último tento que o prendia à vida passada. Curvava-se à fatalidade, cedendo a um desígnio doloroso de gaúcho “de a pé.” (1993, p.95)

Reconheci na narrativa de Cyro Martins a história de minha família. Só que ao contrário de João Guedes que migra para uma cidadezinha na fronteira do Brasil com o Uruguai e seu fim é trágico, minha família migra para São Leopoldo/Vale do Sinos, na década de 70, seduzida pela promessa do trabalho e do desenvolvimento e, de fato, ali, encontra trabalho. Na região já havia muitos referenciais de parentesco, o que facilitou a constituição de novas redes e as possibilidades de sustentação financeira. Aqueles parentes que haviam migrado antes desempenharam papéis de propagandistas das vantagens do mundo citadino, especialmente naquilo que dizia respeito às facilidades do acesso ao trabalho e ao estudo.

Meus pais eram trabalhadores rurais que cultivavam a terra por meio do *arrendamento*. Viram-se impelidos a migrar por causa do avanço do latifúndio. A propriedade rural da qual eram arrendatários ficava na região da campanha,²⁷ numa zona de divisa entre os municípios de Rosário do Sul e Cacequi. Na época, essa propriedade foi vendida para um dos maiores latifundiários da região, sem o prévio conhecimento dos meus pais, que não encontraram outra saída senão migrar. Vieram para o Vale do Sinos em busca de trabalho, como inúmeras outras famílias no período. Vivo, portanto, no Vale, desde 1977, período este intercalado por deslocamentos temporários para outras regiões do país.

²⁶ *Porteira Fechada*, de 1944, integra a “Trilogia do gaúcho a pé”, junto com *Sem Rumo*, de 1937 e *Estrada Nova*, de 1954.

²⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS), o estado do Rio Grande do Sul é formado por 7 (sete) mesorregiões, cada uma delas subdividida em microrregiões. A mesorregião sudoeste é constituída por três microrregiões: campanha central, campanha meridional e campanha ocidental. No entanto, para além de as divisões técnicas propostas por órgãos e entidades oficiais do estado, é necessário considerar a dimensão simbólica que é revestida a designação da campanha no Rio Grande do Sul, *lugar* que está associado diretamente ao mito do gaúcho, à idealização de suas façanhas e bravuras nas guerras, lutas e *peleias*, revitalizadas constantemente por movimentos de cunho regionalista. Apesar de o município de Cacequi estar localizado oficialmente na mesorregião 1, centro ocidental, e o de Rosário do Sul na mesorregião 7, sudoeste rio-grandense, sempre operei simbolicamente com a informação de que minha família era oriunda da campanha. No entanto, tomando como referência Cacequi, oficialmente essa informação não procede.

No Vale do Sinos, em 1984, entrei para o mercado de trabalho. Em 1987, passei a fazer parte do grupo de oposição sindical que se constituiu nas indústrias de calçados do Vale, que aglutinava trabalhadores de Novo Hamburgo, São Leopoldo, Ivoti, Dois Irmãos, Sapiranga, entre outros municípios. Vivia-se um período de efervescência dos movimentos sociais por causa da abertura política do país, pós-ditadura militar. Transitava por vários movimentos sociais no período. Tive uma rápida passagem pelo movimento sindical no início da década de 90 (91/92).

Todos os meus sete irmãos iniciaram no mercado de trabalho nas fábricas de calçados, inclusive eu, que, de 1984 a 1992, fui auxiliar de Planejamento e Controle da Produção (PCP). Das três fábricas em que trabalhei nenhuma se manteve no mercado, todas fecharam na década de 90. Parte da minha infância, a adolescência e parte da juventude, foram marcadas pela vivência direta e indireta com o universo do *trabalho* das indústrias de base coureiro-calçadista.

Atualmente, na condição de professora universitária, realizo atividades de extensão, desde o ano de 2003, junto a algumas comunidades negras de Novo Hamburgo, especialmente aquelas organizadas em torno das escolas de samba. Desde então, concomitantemente, estabeleço um diálogo com o movimento negro local, conhecido pela designação de Comitê Pró-Ações Afirmativas (COPAA), fundado em 2003. Por ocasião da pesquisa de campo para o Doutorado, transformo esses interlocutores em sujeitos de minha pesquisa, indo além, atentando para outros sujeitos e outras narrativas sobre a cidade, especialmente aquelas que ajudaram a demarcar a construção de uma memória oficial sobre a cidade e a região e que, hoje, em virtude das ações afirmativas, são colocadas sob suspeita. Partindo das comunidades negras locais fui construindo uma “escuta” com outros sujeitos, às vezes não previamente eleitos por mim, mas que no cotidiano da pesquisa foram se impondo como sujeitos detentores de um saber sobre a cidade.

Além dos depoimentos orais, interlocuções, observações e registros diversos, eu procurei verificar de que forma Novo Hamburgo, com seu mito particular, incorporou-se na construção de uma identidade regional gaúcha e no ideário da nação brasileira. Para este segundo movimento priorizei uma análise das narrativas escritas, especialmente historiográficas, literárias e aquelas presentes na mídia impressa local. Provavelmente não tenha, aqui, a mesma rigidez do historiador ao manejar as “fontes” e ao delimitar o *tempo*. Utilizo-me dessas fontes e dessas

narrativas não com o propósito de análise e interpretação de um fato isolado no encaixe de um tempo histórico linear, mas com o propósito de compreender a força de algumas narrativas na perpetuação de um *tempo* outro que se sobrepõe ao *tempo* presente.

1 DISCURSIVIDADES ÉTNICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

1.1 A ETNICIDADE VIA AÇÕES AFIRMATIVAS: OS NEGROS E AS FRONTEIRAS SIMBÓLICAS DA IDENTIDADE NACIONAL

Antes de situar o tema da etnicidade no contexto da reflexão aqui proposta, que é a de compreender como os sujeitos e os grupos lançam mão de *marcadores étnicos* para a elaboração de suas narrativas sobre a cidade, faço uma breve provocação ao leitor. Pergunto para que servem os conceitos e se eles necessariamente devem servir para alguma coisa. As perguntas decerto denunciam os resquícios de uma visão utilitarista que ronda a construção das teorias e o “tempo de vida” dos conceitos. O certo é que costumamos encarar os conceitos como instrumentos, ferramentas, bases para a construção de modelos de análise, alicerces que legitimam nossas leituras sobre o mundo, as coisas, os sujeitos e suas relações. Quando alguns são questionados ou substituídos por outros ficam os porquês: “Eles não servem mais por que esvaziaram seu sentido?”, “A realidade alterou-se, ou, ao contrário, é preciso forjar novos conceitos para que a realidade mude?”, ou, ainda, “É preciso não mudar os conceitos para que a realidade não mude?” E cá estamos, novamente, diante das velhas antinomias: materialismo/idealismo, sujeito/objeto. De qualquer forma, nunca é demais lembrar que já devíamos ter superado a falácia do discurso da neutralidade científica, pois os conceitos, para além de sua dimensão heurística, não estão imunes de uma dimensão política. E, nesta discussão, certamente a história do conceito de etnicidade não foge à regra.

Meu interesse nos estudos da *etnicidade* não surge do acaso, ao contrário, é resultado de caminhadas, por vezes entrecortadas por pausas, reflexões, que se não diminuíram as inquietações cresceram novas referências e contribuições. Em 1993, fiz a primeira inserção no tema, quando desenvolvi trabalhos de pesquisa no Vale do Sinos na condição de estudante de ciências sociais. Primeiro, como bolsista de iniciação científica,²⁸ e, depois, com o intuito de realizar trabalho de campo para a

²⁸ Sob a coordenação do professor Luiz Inácio Germany Geiger, da Unisinos, na pesquisa intitulada “Os Modelos Culturais dos Trabalhadores do Vale do Rio dos Sinos”.

monografia de conclusão de curso²⁹ que teve como objeto de estudo as religiões de matriz africana em São Leopoldo e Sapucaia do Sul. Na época, estranhava o fato de o Vale celebrar tanto a etnicidade alemã num contexto visivelmente marcado por referências culturais diversas.

Durante o Mestrado em Antropologia Social, na Universidade Federal de Santa Catarina, realizei a pesquisa etnográfica na cidade de Salvador/ Bahia, em 1996, privilegiando a indagação sobre a cidade e as relações étnico-raciais a partir do estudo do Grupo Cultural Olodum e o espaço do Pelourinho.

Agora, no Doutorado, retorno ao *étnico* e às suas possibilidades de abordagens *transversais* como campo de reflexão teórica, e ao Rio Grande do Sul como *locus* de pesquisa. Entretanto, esta discussão adquire maior amplitude porque passo a analisar a relevância do étnico nas narrativas construídas sobre as cidades, as implicações dessas narrativas nas configurações identitárias locais, regionais e nacionais, considerando, neste íterim, o seu prestígio na sociedade brasileira contemporânea, onde o étnico adquire força de política pública, ganha espaço nas ciências sociais e humanas, respaldo no interior do movimento social, e é deveras fortalecido pelas políticas de ações afirmativas, imbricando-se, em alguns momentos, ao conceito de raça,³⁰ especialmente nas leituras e interpretações das relações estabelecidas entre negros e brancos, adquirindo legitimidade sob um viés teórico-acadêmico e, comumente, sob um viés teórico-militante.

No que se refere ao imbricamento entre os conceitos de raça e etnia, é importante ressaltar que o conceito de raça continua servindo de “ferramenta” para alguns movimentos identitários contemporâneos, apesar de todas as críticas das quais fora objeto no transcorrer do século XX. No entanto, faz-se necessário examinar as transformações semânticas do conceito e suas atuais significações, que o distanciam das concepções político-ideológicas sugeridas pelas visões essencialistas e biologizantes das teorias raciais do século XIX. Já no final da década de 70, Banton (1979) demonstrava que o termo, a partir de 1960, havia se juntado ao movimento de evocação da solidariedade e consciência étnicas, sendo empregado para referir-se às identificações baseadas na cor e na fenotipia,

²⁹ Sob a orientação do professor Marcio Pizarro Noronha.

³⁰ Sobre o uso ideológico dos conceitos de raça e etnia, ver Munanga (2006).

estimulando “sentimentos raciais” para a mobilização política das assim denominadas “minorias”.

Mesmo quando buscam demarcar critérios supostamente “objetivos”, as acepções contemporâneas ligadas ao conceito de raça só podem ser compreendidas considerando-se as especificidades sócio-culturais às quais fazem referência. No Brasil, muitas das atuais críticas às políticas de ações afirmativas de base étnico-racial, ao “denunciarem a racialização”, advertem sobre os perigos do “interesse pela raça” conduzir a um fortalecimento da intolerância, do preconceito e ódio raciais.

Tanto o conceito de raça quanto os de etnia/etnicidade são portadores de conotações políticas que, necessariamente, devem ser contextualizadas. O entrelaçamento dos conceitos e suas múltiplas significações ajudam a elucidar o porquê das tantas controvérsias relacionadas à manipulação e aplicação dos mesmos, quer no interior da academia e dos movimentos sociais, quer nas instituições governamentais e não-governamentais por ocasião da formulação e implementação das políticas públicas.

Minhas provocações iniciais são estimuladas especialmente pelas leituras que se ligam direta e indiretamente ao entusiástico debate sobre as aplicações das políticas de ações afirmativas no Brasil. De maneira alguma pretendo reduzi-lo à simplificação da dicotomia “os prós e os contras”, haja vista a complexidade que alguns questionamentos suscitam. Detenho-me na tarefa de pontuar algumas questões que se sobressaem em alguns discursos “especialistas”, especialmente as que sugerem haver uma relação estreita entre a globalização e o atual movimento de “etnicização” - quiçá “racialização”³¹ - da sociedade brasileira. Quer diminuído, quer fortalecido, o conceito de etnicidade ocupa um lugar deveras importante no interior desta discussão. Aparece tanto no rol das indagações sobre a viabilidade da utilização de conceitos e teorias “importados” para a compreensão da sociedade brasileira, quanto para destacar a originalidade desta utilização devido ao traço *sui generis* da realidade nacional: a vocação para a “mistura” e a mestiçagem. (SANSONE, 2003, 2005; FRY, 2005).

No Brasil contemporâneo, a celeuma em torno das ações afirmativas recupera todo um campo discursivo que mobilizou uma série de antropólogos,

³¹ Para uma história do conceito de raça, ver Banton (1979).

brasileiros e brasilianistas, no decorrer do século XX. A essência de algumas críticas reside nas prováveis implicações das políticas de ações afirmativas – de base étnica e racial - sobre a narrativa de nação tão heroicamente edificada sob a égide da democracia racial e da não-segregação e não-polarização raciais.

Para pontuar e propor reflexões sobre a importância que adquire o conceito de etnicidade nos estudos da globalização, inicio apoiando-me no exaustivo trabalho realizado por Poutignat e Streiff-Fenart (1998), cuja maestria funda-se numa extensa revisão das teorias da etnicidade nas ciências sociais. Esta revisão não acontece à toa, pois os autores estão, sobretudo, tentando compreender como um conceito forjado num contexto anglo-saxão começa a ser empregado como instrumental para a análise das relações sociais no interior do Estado nacional francês, que historicamente se empenhou na construção de diferenciais formais e legais de reforço às políticas de integração nacional e de negação da diversidade étnica. Se desde 1940 o conceito permeia as ciências sociais anglo-saxônicas, é somente a partir de 1990 que ganha vulto nas ciências sociais francesas, salvo tímidas referências anteriores em algumas parcas pesquisas.³² De acordo com os autores, o conceito vai ganhando espaço à medida que os “problemas relacionados à imigração” passam a ser vistos como “problemas étnico-raciais”.

Antes que se dê início a uma visão mais apurada de como o conceito de etnicidade também passou a mobilizar uma parcela expressiva dos antropólogos brasileiros, vale a pena pontuar algumas considerações feitas pelos autores em relação à própria historicidade do conceito. Poutignat e Streiff-Fenart informam que na sua acepção original, especialmente na sociedade norte-americana, o étnico era usado para designar aqueles grupos distintos dos anglo-americanos, portanto, o conceito fazia referência aos ainda não integrados à sociedade nacional. Segundo os autores, o conceito vai experimentar uma carreira colossal na academia norte-americana somente a partir de 1970, quando impulsiona uma ampla produção acadêmica que tem como núcleo de pesquisa os “conflitos étnicos” e outras elaborações que primam pela etnicidade ou pela “pertença étnica”.

³² Já o termo *etnia* é corrente no pensamento social do século XIX e geralmente aparece associado às noções de raça, nação e povo. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998.) As raízes etimológicas encontram-se no vocábulo *etnos*, que na Grécia antiga servia para designar os bárbaros e também aqueles gregos não organizados de acordo com a cidade-estado. (SOLLORS *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Dessa forma, o conceito de etnicidade impõe-se com o mesmo nível de importância que o conceito de classe, dentro e fora da academia e, inclusive, com a pretensão de alcançar um patamar universal de aplicação, aproximando realidades sociais aparentemente distintas e antagônicas, mas traspassadas pela utilização dos mesmos referenciais teóricos de explicação e interpretação. Para os autores, o conceito de etnicidade promoveu uma retomada de estudos clássicos que contrapuseram comunidade e sociedade, porque ao contrário do que preconizaram algumas teorias da modernidade, os efeitos da urbanização, industrialização e burocratização não solaparam os sentimentos comunitários e as organizações de base étnica. Aos poucos as idéias clássicas que versavam sobre assimilação e aculturação deram lugar ao pluralismo cultural como “traço maior de distinção e de identificação natural”. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p.31).

Nesta passagem, quando os autores fazem menção à noção de distinção, não a relacionam à reflexão de Bourdieu. De qualquer forma, a concepção de Bourdieu (1983) de que existem diferenças objetivas entre os sujeitos e os grupos devido à posição ocupada na estrutura social, e de que essas transmutam-se em “distinções simbólicas”, definindo gostos, preferências e estilos de vida, pode ser aqui aproveitada para pensar-se as dimensões simbólicas das quais se revestem as diferenças étnico-raciais.

Não se tenciona reproduzir aqui a profundidade desta revisão teórica do conceito de etnicidade, mas apenas referendar a análise que evidencia o alastramento do conceito nas ciências sociais e humanas, pelos menos nas três últimas décadas. Neste ínterim, houve alguns consensos e convergências, mas, da mesma maneira, outros tantos desacertos e distanciamentos na fixação dos sentidos e na elaboração de uma definição minimamente coerente, conforme sublinham Poutignat e Streiff-Fenart, para os quais ambos os termos, etnia e etnicidade, são recheados de imprecisões e confusões conceituais.

Das posições teóricas que buscaram demarcar possíveis aspectos objetivos da etnia/eticidade às que se detiveram nos critérios subjetivos, sentimentos e interesses; das que ressaltaram os aspectos políticos da mobilização étnica às que se pautaram pelos de ordem econômica; das que se concentraram no indivíduo às que demarcaram a atuação do grupo e os processos de interação, pode-se concluir que, não obstante, todas contribuíram para solidificar e acentuar o caráter ideológico

que parece assumir o conceito de etnicidade, pelo menos é o que deixa transparecer esta revisão teórica apresentada por Poutignat e Streiff-Fenart. Apesar de os autores não diferenciarem os conceitos de visão de mundo e ideologia, eles mencionam mais de uma vez a condição da etnicidade ora enquanto movimento ideológico, ora enquanto propulsora de uma visão de mundo em que a “distintividade étnica” é fortemente alardeada.³³

No Brasil, uma referência clássica nos estudos de etnicidade é Roberto Cardoso de Oliveira, cujos trabalhos passaram a ocupar o cenário da antropologia brasileira já no início da década de 1970.³⁴ O livro *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, de 1976, transformou-se em leitura obrigatória para os estudantes dedicados ao tema das *relações interétnicas*. Cardoso de Oliveira desenvolveu o conceito de *fricção interétnica* para destacar o aspecto relacional da etnicidade nas situações de contato e, principalmente, ressaltar seus aspectos ideológicos, a dialética existente entre etnia e classe social.

O próprio Cardoso de Oliveira, 30 anos depois, no livro *Caminhos da Identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo* (2006), recorda que na década de 70 o termo *ethnicity* havia acabado de se inserir no jargão da antropologia brasileira. Até então, os conceitos operantes eram os de raça e etnia. O conceito de etnicidade é introduzido especialmente para destacar os processos de interação entre os grupos.

Naquele momento, Cardoso de Oliveira chamava a atenção para a importância de se firmar um diálogo entre o que ele denominava de uma “sociologia das relações raciais”, que tinha como objeto de estudo as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira,³⁵ e uma “antropologia das relações interétnicas”, cuja centralidade eram as comunidades indígenas na situação de contato com a sociedade nacional. Ao fazer isso ele destacava a validade da extensão do conceito para além da realidade indígena, vendo-o como fundamental para a compreensão

³³ Em artigo anterior abordo esta distinção, entre ideologia e visão de mundo, a partir da leitura de Michel Lowy. Ver Nunes in: Kuhn Júnior (2003, p-83-92).

³⁴ Os fenômenos étnicos já eram objetos de reflexão da antropologia brasileira, mas a partir da década de 70 ganha maior relevância este tipo de abordagem.

³⁵ Especialmente as décadas de 1950, 60 e 70 vêem florescer esta sociologia das relações raciais com as pesquisas de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Oracy Nogueira, Roger Bastide e outros. Alguns destes pesquisadores serão citados ao longo das reflexões desta tese.

das relações entre brancos e negros e entre nacionais e imigrantes na sociedade brasileira.

A possibilidade de extensão do conceito para interpretar outras realidades é fortalecida pela própria diferenciação sugerida por Cardoso de Oliveira entre *grupo étnico* e os processos de identificação e identidade étnicas, os dois últimos buscando dar conta da articulação entre a dimensão individual e a social. Para existir uma identificação/identidade étnicas não necessariamente precisa haver um *grupo étnico* constituído, mas a “consciência de uma história comum”. Independente das mudanças culturais a identidade étnica mantém-se irredutível. Os símbolos eleitos para a constituição desta *identidade contrastiva*, esses sim, podem variar no tempo conforme o interesse dos sujeitos e dos grupos. Esse entendimento será ratificado por outros nomes da antropologia brasileira como o de Manuela Carneiro da Cunha (1986).

As pesquisas do período tinham como inspiração o trabalho de Fredrik Barth, de 1969, que fazia a defesa de uma visão anti-substantivista da etnicidade. Barth fundou um novo paradigma nos estudos da etnicidade ao definir *grupo étnico* como um tipo de organização e não como uma unidade estável, portadora de determinados traços culturais. Afirmava não ser a cultura o mais importante na definição de um *grupo étnico*, mas sim as *fronteiras étnicas*.³⁶ Em vez de as substâncias étnicas, o foco eram os processos étnicos. Pode-se dizer, assim, que o conceito de etnicidade buscava dar conta do modo como os sujeitos e os grupos interagem a partir dessas *fronteiras étnicas*, como representavam a si mesmos e os outros dentro de um contexto social determinado, isto é, no interior dos Estados nacionais.

Não se pode negar que a linguagem da etnicidade conquistou um lugar de destaque na antropologia brasileira. A amplitude do tema pode ser verificada no grande leque de pesquisas e no volume da produção acadêmica que direta e indiretamente fazem alusão à etnicidade, às relações interétnicas ou à etnia. Está presente nas pesquisas de etnologia indígena, relações raciais e, ainda, nos estudos

³⁶ Ver texto de Fredrik Barth *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. O texto foi reeditado por Poutignat e Streiff-Fenart e integra o livro *Teorias da Etnicidade* (1998).

sobre imigração. Mais recentemente³⁷ aparece também nas abordagens sobre turismo e cultura, turismo e identidade local.

No Brasil, o livro *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, organizado por João Pacheco de Oliveira (1999), é um exemplo deste tipo de abordagem que dá destaque à força da linguagem da etnicidade na sociedade brasileira contemporânea. Resultado de uma série de pesquisas realizadas na década de 90, as idéias centrais do livro giram em torno da constatação do surgimento de fenômenos identificados como “emergência étnica”, “ressurgimento étnico” e “reinvenção cultural” das populações indígenas do Nordeste brasileiro.

Do mesmo modo, outros estudos demonstram como diferentes grupos passam a lançar mão da linguagem da etnicidade.³⁸ A pesquisa de Lacerda (2003) sobre os descendentes de açorianos no sul do Brasil evidencia o processo de etnicização experimentado pela identidade açoriana a partir da década de 90, que adquire visibilidade através de movimentos transnacionais por todo o Atlântico, do fortalecimento da auto-estima dos descendentes de açorianos e do crescente interesse pelo estudo acerca das raízes e tradições açorianas no sul do Brasil, em especial no Estado de Santa Catarina. A pesquisa centra-se na cultura açoriano-brasileira e suas conexões com os discursos globais da açorianidade, cujo processo de transnacionalização inicia-se a partir de 1980 e, posteriormente, na década de 1990, estreitam-se os intercâmbios político-culturais dessas comunidades locais com as Ilhas do Açores.

O interesse pelo “étnico” estende-se a outras disciplinas. Multiplicam-se as pesquisas e os estudos sobre as temáticas étnicas nas Humanidades. Durante a ocorrência do I Ciclo de Estudos sobre a Formação Social Sul-Rio-Grandense, em 2006, na Unisinos/São Leopoldo, o historiador Mário Maestri ressaltou o peso do étnico na historiografia brasileira contemporânea. Na sua visão, no final do século XX os historiadores brasileiros foram seduzidos por uma historiografia étnica.

³⁷ Ver Grūnewald, in: Revista Horizontes Antropológicos, n. 20, *Antropologia e Turismo*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 141-159. Outra referência é o artigo de Adiles Savoldi que versa sobre a reconstrução da italianidade e o turismo étnico em Santa Catarina. In: Banducci Jr; Barreto (org.). *Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica*. Campinas: Papyrus, 2001. p. 89- 116.

³⁸ Há outros estudos que vão na mesma direção, por exemplo, as pesquisas de Mombelli (1996), Savoldi (1998), Dolzan (2003) e Serafim (2007) sobre a italianidade em Santa Catarina; a pesquisa de Zimmer (1997), sobre germanidade em Santa Catarina; a pesquisa de Espinola (2005) sobre a “arabização” da comunidade muçulmana de Florianópolis (2005).

Um exemplo desse tipo de abordagem em âmbito local é a recente tese da historiadora Roswithia Weber (2006) sobre a constituição da Rota Romântica no sul do Brasil, que busca articular história, turismo e etnicidade. Roswithia Weber analisa o “reavivamento étnico” nas cidades que integram a Rota Romântica, especialmente nos anos 90, o que tem gerado a busca por uma “unidade cultural” entre os municípios³⁹ homogeneizada pela memória da imigração alemã, à revelia da heterogeneidade que os caracterizam. O trabalho de Roswithia Weber terá um destaque no transcurso desta tese em virtude da leitura produzida sobre o Vale do Sinos.

Pode-se dizer que as idéias sobre pluralismo cultural, ressurgimento étnico, (re) invenção cultural, diversidade, que permeiam os estudos⁴⁰ da globalização vêm tendo uma forte ressonância no Brasil, inclusive nas lutas políticas engendradas pelas comunidades indígenas e pelo movimento negro, influenciando as políticas públicas locais.

Deve-se levar em conta os sentidos desses vocábulos no interior destas discursividades contemporâneas alimentadas pela expansão dos ideais multiculturais, pois o entendimento de que se vive numa sociedade plural não é nenhuma novidade. A antropologia brasileira desde muito tempo reúne um acúmulo de reflexão sobre as múltiplas formas de expressão de identidades e de definição de fronteiras simbólicas no interior das ditas “sociedades complexas moderno-contemporâneas” (VELHO, 2004). As tensões entre *continuidade* e *descontinuidade*, *particularizações* e *universalizações*, por exemplo, são temas recorrentes na antropologia urbana desenvolvida por Gilberto Velho (1994, 2004).

O conceito de diversidade aparece intimamente ligado ao multiculturalismo. É principalmente pela expansão dos ideais multiculturais que a palavra diversidade passa da condição de simples significante para ganhar estatuto teórico-conceitual. É

³⁹ Segundo dados fornecidos pela autora, os municípios são os seguintes: São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Picada Café, Presidente Lucena, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Nova Petrópolis, Gramado, Canela e São Francisco de Paula.

⁴⁰ Talvez mais do que o questionamento dos conceitos e teorias, os antropólogos devessem atentar para as imagens e representações construídas em torno das idéias do “global”. Octávio Ianni (1997) alerta para o lado “poético” dessas representações, alimentadas pela multiplicação das metáforas, símbolos e *alegorias*. A bibliografia sobre globalização é permeada por uma profusão de metáforas que decerto dizem mais do que os limites impostos pela explicação conceitual. Dentre muitas mencionadas por Ianni, destaco algumas: “economia-mundo”, “terra-pátria”, “nova babel”. Se as duas primeiras expressam a idéia de unicidade, a última demarca o espaço das diferenças, da eterna confusão que emana de uma sociedade plural.

preciso considerar, no entanto, que o multiculturalismo – seja enquanto movimento social ou enfoque teórico - não é homogêneo, ao contrário, abriga várias correntes que se confrontam entre si, especialmente pela distinção entre as concepções de igualdade, diferença e diversidade.

Mclaren (1997), por exemplo, faz a defesa de um multiculturalismo crítico, procurando distanciar-se das visões essencialistas de igualdade e diferença defendidas por outras vertentes. O autor distingue pelo menos quatro formas de multiculturalismo no interior da sociedade norte-americana: o conservador, o humanista liberal, o liberal de esquerda e o crítico. Na sua visão, somente o último avança no sentido de “transformar as relações sociais, culturais e institucionais”, por problematizar a diferença como produto da história, da cultura e do poder, ligando a noção de diversidade à idéia de justiça social.

O multiculturalismo traz para o centro do debate a necessidade do “reconhecimento político” da diversidade, muitas vezes exigindo a implementação de políticas públicas e ações focalizadas a fim de atender os direitos coletivos de grupos historicamente marginalizados no interior dos Estados nacionais. O multiculturalismo tornou-se forte nos E.U.A. já na década de 70, especialmente vinculado às lutas das chamadas “minorias”. No Brasil, essas idéias ganharam vulto a partir da década de 90.⁴¹

Estes vocábulos, multicultural, multiétnico e multirracial, quando pensados na perspectiva da sociedade nacional, carregam noções que polemizam e confrontam as concepções de “identidade nacional”, “cultura nacional”, à medida que enunciam a coexistência de muitas culturas, muitas etnias e muitas raças no interior de um mesmo Estado-nação. Num país como o Brasil, onde não se mediram esforços para a defesa da fusão cultural e étnica do *povo brasileiro*,⁴² esta discussão gera controvérsias e alguns mal-entendidos.

As ações afirmativas podem ser citadas como exemplos de políticas multiculturais. Essas políticas dividem opiniões por causa da própria interpretação do

⁴¹ Sobre o multiculturalismo ver também Mary del Priore (2002).

⁴² Faço menção a Darcy Ribeiro e a sua obra, *O Povo Brasileiro*. No seu esforço de criar uma teoria geral sobre o Brasil, Darcy Ribeiro defendeu a idéia de aqui se forjou um *povo novo*, uma etnia nacional, que foi capaz de abarcar todas as matrizes étnicas fundantes e sufocar qualquer possibilidade de gerar-se uma sociedade multiétnica. Nas suas palavras: “O Brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentude de não-índios, não-europeus e não-africanos, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira” (1995, p.131).

“princípio de igualdade” presente nos textos constitucionais, na medida em que os Estados nacionais precisam viabilizar tratamentos “diferenciados” para que determinados grupos alcancem uma igualdade de fato. É a discussão feita, por exemplo, por Roger Raupp Rios (2006), quando distingue igualdade jurídica e igualdade fática, ao refletir sobre as repercussões das ações afirmativas no Direito brasileiro.

Todavia, algumas restrições à expansão dos ideais multiculturais e ao uso do conceito de etnicidade ganham visibilidade nos estudos sobre as relações entre brancos e negros na sociedade brasileira. Exemplos podem ser encontrados no livro de Livio Sansone, *Negritude sem Etnicidade* (2003), no qual o autor assevera que, no Brasil, as produções culturais negras não se ligam diretamente a processos de mobilização étnica. Sansone já revela no próprio título a minimização do conceito de etnicidade na sua análise sobre a produção cultural negra do Brasil contemporâneo e de outros países do chamado Atlântico Negro. Posicionando-se contrário às interpretações de que a polarização étnica encontra eco em termos globais, Sansone denuncia que muitos dos pesquisadores das relações étnico-raciais não se mostram preparados e dispostos a enfrentar a complexidade das identidades contemporâneas, que apresentam nuances locais e regionais diferenciadas.

Para Sansone, no caso do Brasil e da América Latina, onde não é possível apostar numa mobilização política baseada em critérios de raça e etnia, faz-se necessário “encarar” a mestiçagem e minimizar a importância da etnicidade. No entanto, esta leitura, de uma *negritude sem etnicidade*, vai de encontro à proposta do movimento negro brasileiro contemporâneo, que busca acentuar a demarcação do étnico-racial exatamente como uma maneira de se contrapor à ideologia da mestiçagem. Além disso, ao se afirmar a existência de uma *negritude com etnicidade* demarca-se um campo de atuação política de defesa e promoção das ações afirmativas.

Apesar de não ser esta a tônica do livro de Sansone – as políticas afirmativas - *Negritude sem Etnicidade* incita o debate sobre a relação (ou não-relação) entre a etnicidade e as produções culturais negras contemporâneas, bem como sobre a mobilização política do povo negro no Brasil.⁴³ Sansone chama a

⁴³ Em artigo anterior para a Revista Dados, vol. 41, n.º. 4, 1998 (disponível online), Sansone já alertava para a existência de um racismo à brasileira marcado pela não-etnicidade, fazendo a

atenção para a popularização global do termo etnicidade nas últimas décadas. O termo não é mais exclusividade da academia ou dos movimentos sociais, mas está presente nos discursos da mídia, da publicidade, da moda, do turismo, das economias locais e globais que apostam no mercado de produtos étnicos. Paralelamente a isso, ocorre o fortalecimento das identidades e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência sedimentadas na etnicidade. Para o autor, o interesse pela raça e pela etnicidade é, sobretudo, estimulado pela globalização, que provoca mudanças e novos arranjos no cenário das produções culturais. Desse modo, os Estados Unidos e outros países de língua inglesa desempenhariam um papel estratégico na disseminação das idéias fortalecedoras do multiculturalismo e das novas políticas de identidade.

No que se refere ao Brasil e à América Latina, Sansone acredita que a mobilização política baseada nos critérios de raça/etnia é relativamente fraca. O autor insiste que no Brasil racismo e *cordialidade transracial* nos momentos de lazer convivem lado a lado. Em contrapartida, destaca o esforço de uma parte da intelectualidade brasileira no sentido de afirmar um Brasil multicultural ou multiétnico em oposição aos discursos populares que reforçariam a mistura e a mestiçagem. O Brasil, não tendo uma história caracterizada por um sistema racial polarizado (como os Estados Unidos), mas por um *continuum* de cor, estaria, portanto, iniciando um processo de etnicização e racialização.

Para Sansone o renovado interesse pela “raça” e pelo “étnico”, no Brasil, poderia ser explicado por alguns fatores: a influência dos meios de comunicação e da globalização, a atual agenda política da academia, a ausência de um estudo que atente para a especificidade brasileira diante dos processos internacionais. Sansone reivindica uma atenção especial à mestiçagem e às fronteiras de identidades ambíguas, pretendendo reescrever a história do *Atlântico Negro* concedendo uma valoração positiva à peculiaridade das relações raciais no Brasil e na América Latina.

Não obstante as boas intenções de Sansone, *Negritude sem Etnicidade* parece vir à contramão da história. O autor indica que essa “onda étnica” fez sentir-se na sociedade brasileira a partir da década de 80, com o processo de

defesa de políticas públicas universalistas ao invés de particularistas. Porém, em textos mais recentes o autor aborda o tema das políticas particularistas. Ver Horizontes Antropológicos, vol. 11, nº 23, 2005.

redemocratização do país. No transcorrer da sua interpretação aparecem várias condicionantes: a reinterpretção da democracia racial brasileira, impulsionada pela ascensão de um novo movimento negro; o fortalecimento do discurso em defesa dos “africanismos” ou “reafricanismos” nos espaços tradicionais das manifestações culturais negras; as trocas entre as identidades negras da diáspora, cujas influências inspiradoras destas novas etnicidades não se limitam à África, tornando ainda mais complexas as relações entre as identidades negras e a “modernidade”; o surgimento de novos espaços para as expressões juvenis e para a visibilidade de uma negritude que valoriza o corpo, a estética, o lazer, a música e o consumo; o desenvolvimento do turismo, que vem orientando as economias locais para uma mercantilização do étnico; além disso, o reordenamento do Estado - nos âmbitos municipais, estaduais e federal - no sentido de adotar medidas de reparação de caráter multicultural.

A densidade das informações, as interpretações e articulações apresentadas por Sansone vão de encontro ao que se propõe no início do livro, quando anuncia o desejo de minimizar a importância da etnicidade. Sansone deseja mostrar a inconsistência da ideologia do multiculturalismo e a fragilidade da etnicidade no Brasil e no *Atlântico Negro*, entretanto, acaba mostrando exatamente o inverso. Esta *negritude sem etnicidade*, sinalizada pelo autor, justificar-se-ia pela inexistência de uma polarização étnica e pela predominância de estratégias mais individualizadas e menos coletivas de enfrentamento ao racismo. A luta anti-racista passaria ao largo de uma “eticidade organizada” e de movimentos políticos étnico-raciais.

Por que o conceito de etnicidade, que ocupou – e ainda ocupa – o cenário da antropologia do/no Brasil, aparece em algumas leituras como um conceito pouco explicativo para a sociedade brasileira? Indo mais além nesta interrogação: Por que só, agora, quando se discutem as políticas de ações afirmativas no Brasil, o conceito de etnicidade passa a ser tão duramente questionado?

Em um texto que já data de certo tempo, Eunice Durham (1986, p. 17-37) faz algumas considerações sobre os tensionamentos inerentes ao fazer antropológico, no que diz respeito ao modo como operamos com o universo das categorias e conceitos na situação de pesquisa. A autora menciona tanto os riscos do pesquisador “resvalar para a militância” quanto o inverso, pois este corre o risco de “(des)politizar” e “(des)istoricizar” os conceitos, ao retirá-los de uma matriz histórica,

na qual possuíam uma dimensão política, e projetá-los no “campo a-histórico da cultura”.

No livro *Negritude sem Etnicidade*, através da minimização do conceito de “etnicidade”, percebe-se um esvaziamento do “político”, que se torna explícito no destaque que Sansone dá à vivência de uma negritude centrada nas atitudes individuais e menos propensa às solidariedades grupais. Por outro lado, a preocupação de Sansone explica-se pela necessidade de demarcar a “diferença” entre as configurações étnico-raciais existentes no Brasil - e no que reconhece como “Atlântico Negro” - e as de outras realidades. Quer dizer, diante de uma pretensão universalizante da “polarização étnica” e dos ideais multiculturais, o estudo de Sansone prima pelo cuidado que se deve tomar por ocasião de uma possível transposição de conceitos explicativos de outras realidades para análise de peculiaridades locais e nacionais.

Peter Fry, no livro *A Persistência da Raça*, publicado em 2005, denuncia severamente a impropriedade de algumas categorias e conceitos estrangeiros empregados na análise da sociedade brasileira. Mostra-se perplexo diante da utilização de conceitos externos à realidade brasileira, que estariam servindo de instrumental político para a ascensão de um movimento negro brasileiro “segregacionista” e de “elite”, assim como para a implantação de políticas públicas de caráter particularizante – leia-se, na visão do autor, racializante – por parte do Estado nacional, como as chamadas discriminações positivas a favor de negros e indígenas.

As críticas de Peter Fry dirigem-se principalmente às políticas de ações afirmativas no Brasil e ao uso de uma nova taxonomia racial – não mais múltipla, mas bipolar – que vêm provocando alterações sensíveis e significativas nas práticas sociais, alterando também as representações acerca da nação brasileira, que de híbrida, miscigenada e sincrética, passa a ser imaginada como multiétnica e multirracial. Baseado em estudos no Brasil e na África Austral, o autor denuncia a incongruência de algumas categorias e conceitos “importados” para a compreensão da sociedade brasileira, reclamando de teorias que, supostamente, estariam servindo de instrumental político à ascensão de idéias “racializantes”, ameaçando, assim, implodir a narrativa de nação alicerçada no mito da democracia racial.

Para construir estas críticas Peter Fry contrapõe dois sistemas coloniais: o sistema português - de lógica assimilacionista - e o sistema britânico – de lógica segregacionista. Segundo o autor, esses dois sistemas *culturais* produziram resultados *materiais* distintos nas suas antigas colônias. As ex-colônias britânicas adotaram medidas de combate ao racismo e políticas reparadoras - as ações afirmativas baseadas em critérios étnico-raciais - em consonância com as políticas anteriores de segregação. No entanto, não seria esse o caso do Brasil. Aqui, as ações afirmativas estariam desfazendo a ideologia da mistura racial em benefício de um imaginário de diversidade, de etnias e de raças.

As ações afirmativas tornam perceptíveis, sobremaneira, as contradições das clássicas leituras da brasilidade mestiça à proporção que outras práticas e outros discursos ganham visibilidade, por exaltarem a “diversidade cultural”, as “etnicidades”, o caráter multicultural e multiétnico da sociedade brasileira.⁴⁴

As polêmicas oriundas do debate acerca das políticas afirmativas trazem à tona questionamentos sobre os limites/fronteiras na utilização dos conceitos. Peter Fry, inclusive, resgata a célebre expressão de Roberto Schwarz – *as idéias fora do lugar* - para construir sua crítica sobre a transposição indevida de conceitos “de fora” para a análise da sociedade brasileira. Era como se houvesse um descompasso entre o mundo dos conceitos e a realidade.

Essas idéias não são novas no pensamento social brasileiro. No que se refere à questão racial, Lilia Schwarcz (1993) demonstra o quanto a acusação de que parte da nossa intelectualidade usava indevidamente conceitos e teorias importados, isto é, “descolados” da nossa realidade, fora recorrente na âmago da produção intelectual brasileira no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, a autora alerta para a originalidade de alguns intelectuais na transposição e aplicação desses conceitos e teorias, visto que procuraram adequá-los à realidade nacional.

⁴⁴ Este movimento, de exaltação da diversidade, não é nenhuma novidade na sociedade brasileira. Porém, vem estimulando alguns debates acalorados no último período por decorrência da aplicação das políticas de ações afirmativas. No âmbito da antropologia brasileira, intelectuais que se dedicam ao estudo das relações raciais se vêem, então, envolvidos numa certa polarização entre o apoio ou a contestação às ações afirmativas implementadas pelo Estado brasileiro. Ver: Horizontes Antropológicos. [online] Jan/Jun. 2005, vol. 11, nº 23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Neste número, a revista reúne uma espécie de dossiê sobre as políticas afirmativas, explicitando o atual fervor deste debate no âmbito da antropologia brasileira. Ver ainda as publicações de José Jorge de Carvalho (2005, 2005a).

É interessante pensar o porquê a autora não reproduz este raciocínio quando o centro do debate é a política de cotas no Brasil. Em um artigo para a Revista Horizontes Antropológicos,⁴⁵ surpreende-me o fato de a autora aproximar concepções e práticas tão díspares: a crença na raça e nos seus critérios objetivos, que alimentou o ideário dos homens de *sciencia* do Brasil do século XIX, e a atual aplicação da política de cotas no Brasil. Ainda que se atenha ao movimento protagonizado pela UnB, considerado por ela como o “mais radical exemplo de aplicação de tal política em nosso país”, sua crítica destaca-se pelo caráter genérico da sua abordagem. Por mais que a UnB tenha adotado critérios supostamente objetivos para definir os candidatos negros e indígenas, nada justifica este nível de comparação quando a intenção é exatamente oposta: combater a perpetuação de discriminações e desigualdades fortalecidas pela propagação destas ditas “teorias científicas”.

Num momento em que especialmente negros e indígenas dão visibilidade a algumas reivindicações históricas, por meio do debate e da implementação das políticas de ações afirmativas, parte da intelectualidade brasileira e da sociedade em geral é conclamada a uma reflexão sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira. Para alguns, se a democracia racial não existe na vida real talvez seja interessante mantê-la como um ideal.⁴⁶ Para outros, especialmente representantes dos grupos historicamente espoliados, é preciso pôr em xeque o ideal da mestiçagem cordial em substituição a alguns valores presentes no multiculturalismo, cuja idéia de diversidade funciona como mola-mestra.

Para alguns antropólogos, como Peter Fry, no Brasil não há lugar para o prefixo *multi*. O Brasil, se um dia foi, hoje não é mais, e nunca será *multi* – multirracial, multiétnico, multicultural - pois a vocação do Brasil é para a hibridez, o sincretismo, a mistura, a mestiçagem. No entanto, o próprio Peter Fry vislumbra mudanças no cenário brasileiro: hoje se alimentam crenças que há “raças” e “etnias”; se fala demais em diversidade, pluralidade e dos tantos *multi*; e isto é culpa da globalização, especialmente do multiculturalismo norte-americano.

Apesar de discordar da visão pessimista de Peter Fry sobre as políticas de ações afirmativas no Brasil, o mérito de sua reflexão reside na provocação que a sua

⁴⁵ Ver artigo de Schwarcz na Revista Horizontes Antropológicos, vol 11, nº 23, 2005.

⁴⁶ Fry (2005).

crítica causa aos intelectuais naquilo que diz respeito ao trânsito pelo universo das teorias e o manejo dos conceitos. Não obstante a especificidade do debate supracitado, ele nos impele para algumas reflexões: primeiramente porque evoca a ocorrência de mudanças no posicionamento do Estado brasileiro, que passa a reconhecer oficialmente a diversidade racial, étnica e cultural do povo brasileiro; segundo, pelo destaque dado à globalização e seus efeitos sobre as práticas e os discursos locais; por último, a idéia de que a intelectualidade local estaria deixando contaminar-se por um movimento global de celebração da “diversidade”, do “étnico”, do “cultural”. Inclusive, esta idéia de que a humanidade experimenta algo novo em termos de identidade encontra ressonância em diversas leituras contemporâneas no interior das Humanidades.⁴⁷

Mas este debate não se restringe às fronteiras nacionais. Aliás, é preciso contextualizar as obras dos autores supracitados, Sansone e Fry, num cenário mais amplo, por que não dizer, numa perspectiva global. Em 1999, a revista britânica *Theory, Culture & Society*, v. 16, publicava o polêmico artigo de Pierre Bourdieu e Löic Wacquant *On the Cunning of Imperialist Reason*. Neste artigo os autores tecem uma severa crítica ao multiculturalismo norte-americano, acusando os acadêmicos dos Estados Unidos de imporem o seu modelo de classificação racial para outros Estados nacionais por meio de uma intromissão etnocêntrica e uma *false universalization*, desrespeitando peculiaridades locais de países como o Brasil, reconhecido por sua distintividade na consolidação de um modo de classificação étnico-racial baseado em um *continuum* de cor.

A crítica de Bourdieu e Wacquant recai principalmente sobre a obra de Michael Hanchard, publicada em 1994, *Orpheus and Power*.⁴⁸ Na visão dos autores, categorias raciais norte-americanas estariam sendo aplicadas no Brasil indevidamente; um exemplo disso seria a proposta de adoção de táticas dos direitos civis norte-americanos, como a política de ações afirmativas. Esta influência é explicada pelos autores por algumas razões: a proliferação de fundações

⁴⁷ Esta é a tônica da discussão de Stuart Hall (2000), um dos grandes representantes dos *cultural studies*. O próprio conceito de *identidade cultural* usado pelo autor já revela a dimensão do atual debate na teoria social. Hall analisa a globalização sinalizando o seu efeito pluralizante sobre as identidades, o crescente interesse pelo “local” e o “retorno da etnia.”

⁴⁸ HANCHARD, Michael G. *Orpheus and Power: Afro-Brazilian Social Movements in Rio de Janeiro and Sao Paulo, 1945-1988*. Princeton: Princeton University Press, 1994. No Brasil: *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

filantrópicas norte-americanas no país, a difusão de publicações de língua inglesa⁴⁹ e, “fechando o cerco” desta dominação simbólica, a presença de pesquisadores norte-americanos no Brasil. Dessa forma, os E.U.A. exportariam suas categorias de entendimento, impondo sua visão de mundo como se fosse um “ponto de vista universal”.

Bourdieu e Wacquant não ficaram sem respostas. Mais teóricos resolveram tomar parte da polêmica, incluindo, evidentemente, o próprio Michael Hanchard. Na *Theory, Culture & Society*, v. 20 (4), publicada em 2003, Hanchard devolve a acusação de etnocentrismo a Bourdieu e Wacquant. A devolução tem sentido, na medida em que a defesa de Hanchard é pelo reconhecimento de uma rede *transnacional* do movimento negro, que, aliás, não é contemporânea, ao contrário, encontra exemplos desde o século XIX e atravessa o século XX, com o Pan-africanismo⁵⁰ e vários outros movimentos na África e na diáspora. Inclusive, o autor lembra que a luta pelos direitos civis na sociedade norte-americana não foi tão “local” como se costuma mencionar, foi um movimento plural e de dimensão internacional. Com isso Hanchard aposta na fragilidade da leitura de Bourdieu e Wacquant, a de acreditarem que os negros estão divididos apenas pelos limites territoriais dos Estados nacionais.

Para Hanchard, ao denunciarem o imperialismo norte-americano, Bourdieu e Wacquant teriam exagerado na importância do Estado-nação e da “cultura nacional”, negligenciando outras possibilidades de luta política. É claro que, sem muitas delicadezas, Hanchard não esqueceu de lembrá-los do imperialismo e colonialismo franceses.

Ora, sabe-se da importância que alguns movimentos designados como “estrangeiros” tiveram, e ainda têm, para o fortalecimento da luta política dos negros no Brasil. Tanto aqueles que se associam a um ativismo mais aberto e organizado nos moldes reconhecidos pela lógica do “movimento social”, quanto aqueles que se utilizam de outras linguagens, como a música, a dança, as artes em geral, mas que

⁴⁹ Na crítica de Bourdieu e Wacquant, a pretensão de uma homogeneização do pensamento seria fortalecida também pela disseminação dos *estudos culturais*, que nasce na Inglaterra, em 1970, mas expande-se na academia norte-americana, revestindo-se de um caráter “universalizante”.

⁵⁰ Hanchard situa os contextos brasileiro e norte-americano nas décadas de 20 e 30 e a recepção de um ativismo negro de expressão *transnacional*, movido pelo ideal pan-africanista de Marcus Garvey. O autor lembra que naquele momento também havia “resistências locais” em relação às idéias anti-racistas vistas como “estrangeiras”.

nem por isso são menos significativos. Exemplos não faltam: o *Black Power*, o *Rastafarianismo*,⁵¹ mais recentemente o próprio *Hip-hop*. Apesar da existência de questionamentos bastante pontuais, em geral, esses movimentos nunca foram vistos como uma “ameaça” à narrativa da nação, nunca foram acusados de racializarem a sociedade brasileira.

A interrogação que compartilho com o leitor é se a polêmica atual com relação às ações afirmativas tem a ver com as mudanças desencadeadas pelo próprio Estado nacional brasileiro, que assume algumas iniciativas de políticas públicas e dá um caráter “formal”, “institucional” a reivindicações históricas do movimento social. Quer dizer, a discussão sai dos limites de uma parcela da sociedade e amplia-se, alcançando uma dimensão pública, estatal, “legal”. Com isto se produz um certa *esquizofrenia*, pois como manter uma narrativa de nação sustentada na crença da existência de uma democracia racial em um Estado que propõe medidas de “reparação” para erradicar as desigualdades raciais?

Ademais, há outras questões que necessitam ser consideradas. Por um lado, a própria posição do Estado Nacional Brasileiro em relação a Tratados, Declarações e Convenções Internacionais; por outro, o planejamento, formulações e ações políticas decorrentes de articulações *transnacionais* dos movimentos sociais, que se não são méritos da contemporaneidade, é preciso reconhecer que o atual processo de globalização vem propiciando o fortalecimento dessas *redes*.⁵²

Apesar de o Estado brasileiro ter ratificado muitas Declarações e Convenções Internacionais, como a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1965 e ratificada pelo Brasil em 1968,⁵³ lideranças do movimento negro contemporâneo ressaltam como sendo o grande marco a *III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlatas*, ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001.⁵⁴ Porém, esta leitura não se restringe

⁵¹ Em minha dissertação de Mestrado analiso a importância desses movimentos para a “construção” do *mundo negro* de Salvador. Ver Nunes (1997).

⁵² Sobre a análise das ações dos movimentos sociais enquanto redes de relações e articulações do mundo globalizado, ver Ilse Sherer-Warren (2006).

⁵³ Ver livro *Da Guerra à Paz*, sobre os Instrumentos Internacionais de Proteção, organizado pela Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (1997).

⁵⁴ Esta é a leitura de lideranças do movimento negro local, por exemplo, do Gilberto Silveira do Grupo Palmares de São Leopoldo, cujo diálogo está transcrito na sequência desta tese. Ainda sobre a relevância da Conferência de Durban, pode-se acessar a Revista Estudos Feministas, v.10, n.1,

às instâncias do movimento social. Por exemplo, a crítica de Peter Fry (2005) expressa no livro *A Persistência da Raça*, também vai tratar da Conferência de Durban como um marco para as mudanças desencadeadas no Brasil em relação às classificações de raça e etnia.

Entre as medidas de prevenção, educação e proteção visando à erradicação do racismo e discriminação racial, presentes no Programa de Ação da Conferência de Durban, e que devem servir de orientação aos Estados nacionais, constam as seguintes políticas:

Políticas orientadas à adoção de medidas e planos de ação, incluindo ações afirmativas para assegurar a não-discriminação relativas, especialmente, ao acesso aos serviços sociais, emprego, moradia, educação, atenção à saúde, etc.

99. Reconhece que o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata é responsabilidade primordial dos Estados. Portanto, incentiva os Estados desenvolverem e elaborarem planos de ação nacionais para promoverem a diversidade, igualdade, equidade, justiça social, igualdade de oportunidades e participação para todos. Através, dentre outras coisas, de ações e de estratégias afirmativas ou positivas; estes planos devem visar a criação de condições necessárias para a participação efetiva de todos nas tomadas de decisão e o exercício dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais em todas as esferas da vida com base na não-discriminação. A Conferência Mundial incentiva os Estados que desenvolverem e elaborarem os planos ação, para que estabeleçam e reforcem o diálogo com organizações não-governamentais para que elas sejam intimamente envolvidas na formulação, implementação e avaliação de políticas e de programas;

100. Insta os Estados a estabelecerem, com base em informações estatísticas, programas nacionais, inclusive programas de ações afirmativas ou medidas de ação positivas, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial, nos serviços sociais básicos, incluindo, educação fundamental, atenção primária à saúde e moradia adequada; (...)

102. Insta os Estados a promoverem a integração residencial de todos os membros da sociedade na fase de planejamento de esquemas de desenvolvimento urbano e outros assentamentos humanos, bem como renovando as áreas negligenciadas de moradia pública com o intuito de se deter a marginalização e a exclusão social.⁵⁵

No que se refere à defesa de um Estado multicultural, multirracial e multiétnico é ilustrativa esta passagem da Declaração de Durban:

V. ESTRATÉGIAS PARA ALCANÇAR A PLENA E EFETIVA IGUALDADE, ABRANGENDO A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O

2002, que traz o Dossiê *III Conferência Mundial Contra o Racismo*, do qual destaco, dentre outras, as falas de Sueli Carneiro e Nilma Bentes.

⁵⁵ Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 31/08 a 08/09 de 2001. Durban – África do Sul. Disponível em: < http://www.aliadas.org.br/site/legislacao/legislacao_int.php > Acesso em: 27 jul. 2008.

FORTALECIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS E DE OUTROS MECANISMOS INTERNACIONAIS NA LUTA CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA.

171. Insta os Estados a reconhecerem os desafios que as pessoas de diferentes raças, cores, descendências, origens étnicas ou nacionais, religiões e línguas, construídos socialmente diferentes, vivenciam ao buscarem conviver juntas e a desenvolverem sociedades multirraciais e multiculturais harmoniosas; também insta-se os Estados a reconhecerem que os exemplos positivos de sociedades multirraciais e multiculturais relativamente bem-sucedidas, tais como algumas existentes na região do Caribe, precisam ser estudados e analisados, e suas técnicas e mecanismos, políticas e programas de resolução de conflitos baseadas nos fatores relativos à raça, cor, descendência, língua, religião, origem étnica ou nacional para desenvolverem sociedades multirraciais e multiculturais harmoniosas, precisam estar sistematicamente sendo fomentados e desenvolvidos e, portanto, solicita-se que as Nações Unidas e às suas agências especializadas competentes a considerarem o estabelecimento de um centro internacional de estudos e políticas de desenvolvimento multirraciais e multiculturais para realizar este sério trabalho de importância fundamental para o benefício da comunidade internacional; (...).⁵⁶

Em junho de 2008, o Brasil sediou a Conferência Regional das Américas preparatória à Conferência Mundial para a Revisão de Durban, que acontecerá em Genebra, em 2009. Na abertura do evento, o ministro brasileiro da igualdade racial, Edson Santos, ressaltou em seu discurso alguns pontos que se tornam relevantes para a discussão aqui tratada.

Durban estabeleceu o marco legal e político para o enfrentamento do racismo no mundo. Seu documento final contemplou demandas dos movimentos sociais de todo o planeta, levando em consideração distintas realidades. Sua unidade interna está garantida pelo objetivo de promover a tolerância e a convivência harmoniosa entre pessoas de todos os povos e raças. Desde então, pelo menos 17 países das Américas e do Caribe estabeleceram instâncias oficiais responsáveis pela indução, promoção ou execução de políticas públicas relacionadas à temática da igualdade racial. O Estado brasileiro, sintonizado com a mensagem de Durban e em atendimento a uma demanda histórica dos movimentos sociais, reviu a equivocada noção de que existiria no país uma democracia racial. E assumiu a responsabilidade pela promoção de políticas públicas com o objetivo de superar o racismo e a discriminação. Uma determinação que, graças ao forte apoio da sociedade civil organizada, tornou-se concreta em 2003 com a criação da SEPPIR.⁵⁷

Desde então, conquistamos muitos avanços: Mais de 130 mil bolsas de estudo em universidades privadas foram concedidas a jovens negros e indígenas; A política de cotas raciais para o acesso às universidades públicas é uma realidade em quase 60 instituições de todo o país. Hoje, decorridos cinco anos desde sua implantação, temos mais negros e indígenas do que nunca nas universidades brasileiras; Instituímos a política nacional de saúde da população negra, assumindo as especificidades da saúde de negros e negras; Apoiamos diversas campanhas da sociedade civil pela igualdade racial, além de projetos de valorização da cultura negra;

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Trata-se da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ligada à Presidência da República.

Reservamos R\$ 2 bilhões para o Programa Brasil Quilombola, que inclui titulação de territórios quilombolas, saneamento, oferta de serviços públicos, e indução do desenvolvimento local das comunidades; Aprovamos a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que trata de ações viáveis a longo, médio e curto prazo, primando pela defesa dos direitos, pela afirmação do caráter plural do Brasil, pela preservação das terras quilombolas, e pela criminalização do racismo; Temos a aprovação da lei que institui o ensino de história e cultura dos negros e índios nas escolas de todo o país. São políticas que beneficiam a sociedade brasileira como um todo, criando os instrumentos para a extinção das práticas discriminatórias, e possibilitando o aumento da auto-estima dos negros e dos indígenas brasileiros. A cada ano, por exemplo, aumenta o número de pessoas que se declara negra no Brasil. A adesão das recomendações de Durban no Brasil, no entanto, ainda não é uma questão pacífica. As políticas de cotas raciais para o ingresso nas universidades, a titulação das terras quilombolas e outras ações afirmativas sofrem constantes questionamentos na justiça, feitos por grupos que negam a existência de desigualdades raciais no país. No entanto, as desigualdades são evidentes. Relatório recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que, utilizando apenas as políticas públicas universais, levaremos 65 anos para que seja alcançada a igualdade econômica entre negros e brancos no país. É chegado o momento de avançar ainda mais no Brasil, nas Américas e no mundo. A Declaração e o Plano de Ação de Durban consagram o patamar mínimo de proteção a ser oferecido pela comunidade internacional às vítimas de racismo, discriminação e intolerância. Sua revisão deverá ampliar, aprofundar e fortalecer este espectro de proteção, jamais reduzi-lo. (...)⁵⁸

Ainda que aqui se tenha sublinhado a Conferência que tratou diretamente das questões étnico-raciais, não se pode esquecer de outros temas mobilizadores dessas Conferências Internacionais. Sueli Carneiro (2002) lembra que ao longo dos anos 90 aconteceram várias Conferências Internacionais que deram visibilidade a temas como direitos humanos, meio ambiente, gênero e pobreza.

Agora, convido o leitor a retornar à discussão de Bourdieu e Wacquant, que não se esgotou na resposta de Michael Hanchard, já comentada anteriormente. Também o pesquisador da Fundação Ford no Brasil, Edward Telles (2003), na mesma edição da revista *Theory, Culture & Society* – v.20 (4), entra no rol daqueles que se sentiram incomodados com a interpretação dos teóricos franceses. Mesmo que Telles afirme que não é esta sua intenção, a de fazer uma defesa do trabalho da Fundação Ford no Brasil, é este o rumo do seu texto. O autor tenta mostrar que desde que a Fundação Ford iniciou seu programa racial no Brasil ela dialogou permanentemente com os ativistas e líderes locais do movimento negro. Dessa forma, Telles restitui aos líderes do movimento negro brasileiro o papel de “sujeitos” políticos, papel este deveras “esvaziado” pelas sugestões de Bourdieu e Wacquant.

⁵⁸ Edson Santos, Ministro da Igualdade Racial. 17 de junho de 2008. O discurso na íntegra pode ser acessado em:

<http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/noticias/ultimas_noticias/conf_oficial/>

Jonathan Friedman (2000) reconhece os méritos do texto de Bourdieu e Wacquant, porque incita a reflexão acerca da (des)contextualização e circulação das categorias e conceitos. No entanto, chama a atenção para a lógica desses discursos que se pretendem hegemônicos, que não necessariamente têm os E.U.A. como *locus*, pois esse *sistema-mundo* permite a ascensão de um tipo de internacionalismo cosmopolita, onde o conteúdo dos discursos precisa ser cuidadosamente situado. No caso da redefinição do étnico no Brasil é preciso se perguntar o que realmente está possibilitando a ocorrência dessas mudanças.

É verdade que o texto de Bourdieu e Wacquant tem seus méritos. Porém, é preciso considerar que também ali se estabelece uma visão etnocêntrica, pois de uma certa forma subestima a capacidade crítica dos acadêmicos brasileiros, bem como das lideranças do movimento negro local, que diante da inabilidade de formular respostas à recepção de idéias e conceitos estrangeiros, precisariam de porta-vozes europeus para bradar ao mundo a “dominação imperialista”.

Mas não é apenas a influência estrangeira no Brasil que marca o debate contemporâneo acerca das ações afirmativas. No Brasil, experimenta-se também a vivência de uma crítica cultural do “colonialismo interno”, crítica esta que aponta para as heranças do processo colonizador e a avaliação das suas possibilidades históricas, por meio da qual ganha vulto o questionamento do caráter ideológico das produções acadêmico-científicas, literárias, filosóficas e outras que versam sobre o Brasil e o povo brasileiro.

Este debate revela a inquietação de alguns intelectuais frente à ameaça do desmantelamento das imagens oníricas que ligam o Brasil às representações de uma “nação mestiça e cordial”,⁵⁹ como se esta negação atingisse o ponto nevrálgico daquilo que nos sustenta enquanto “povo” ou “nação”, fazendo desmoronar o imaginário que liga o Brasil às representações da tolerância e democracia raciais.

Por que a possibilidade de se construir uma nova narrativa de nação, fundamentada na “diferença”, provoca tanto mal-estar numa parcela significativa da intelectualidade brasileira e, por extensão, brasilianista? O que tem por trás dessa resistência? É provável que sejam exemplos daquilo que Rocha (1994) anuncia, remetendo à memória coletiva, como sendo formas de revitalização das

⁵⁹ Faço menção à obra clássica de Sérgio Buarque de Holanda (1976) que liga a cordialidade brasileira ao mundo dos afetos, do coração, da intimidade, distanciando-a da idéia de polidez e formalidade.

reminiscências históricas do processo colonizador no Brasil. Ao contrário de representar os valores ocidentais modernos de democracia e progresso, a autora acredita que a celebração do não-racismo e da mestiçagem remete à figura pré-moderna do colonizador, “*l’aventurier-errant, banni de son patrie maternelle*”, movido pelo mito da Terra Prometida e o reencontro do Paraíso perdido.

Faz-se necessário olhar para alguns estudos clássicos das relações entre negros e brancos no Brasil na tentativa de ampliar as possibilidades de compreensão dos movimentos contemporâneos e da dimensão deste debate. Algumas destas leituras podem confirmar a argumentação, da qual compartilho, de que o Brasil não corre o risco de reproduzir uma cópia do modelo racial norte-americano, mesmo que algumas lideranças do movimento negro local assim desejassem. A aplicação das ações afirmativas não impedirá que a sociedade brasileira mantenha sua singularidade, inclusive, desmistificando a democracia racial por meio do reconhecimento das desigualdades e a implementação de políticas públicas. Há uma certa confusão no entendimento do significado dessa ação política. Talvez o próprio movimento negro precisasse enfatizar que não está negando a democracia racial, mas transformando-a em *utopia*. De resto, cabe apostar na originalidade e criatividade locais na transposição das narrativas globais.

A obra de Florestan Fernandes (2007), *O Negro no Mundo dos Brancos*, cuja primeira edição data de 1972, e é resultado de uma série de pesquisas desenvolvidas pelo autor desde a década de 50, é uma fonte à qual se deve recorrer. Ali, Florestan Fernandes mostra com esmero o quanto o conceito de brasilidade foi elaborado à revelia das populações negras e outras minorias étnicas ou raciais. Afirma que o *abrasileiramento* foi um processo de branqueamento por ter sido uma identidade construída a partir da exclusão. Para construir este raciocínio o autor tenta demonstrar o quanto o *dilema racial brasileiro* é estrutural, pois, mesmo após a Abolição, a velha ordem racial manteve-se intacta, quer dizer, houve uma mudança no estatuto jurídico do negro, mas ele ficou impedido de efetivamente experimentar uma situação de classe; o *dilema* estaria exatamente na distância entre as “normas ideais” e os “comportamentos efetivos”. Segundo o autor, a ordem social competitiva não rompeu com a sociedade de castas, por isso o “mundo tradicionalista brasileiro” sobreviveu e continuou atualizando-se por meio da estreita relação entre “cor” e “posição social”.

Naquele momento, Florestan Fernandes indicava quais poderiam ser os caminhos para a existência de uma verdadeira democracia racial no país. Acreditava que a grande força estava na própria capacidade de mobilização dos negros; eles deveriam dar-se conta do abismo existente entre a ideologia da democracia racial e a realidade racial. Em geral, o autor mostrava-se meio pessimista tanto com a auto-organização dos negros quanto com a solidariedade e a compreensão dos brancos, enfatizando a acomodação do negro e do branco às relações raciais existentes. A aposta de Florestan Fernandes estava na radicalidade dos movimentos sociais, na ação política que deveria ser desencadeada por negros e mulatos, e isto não seria possível sem algum nível de conflito. Mas ao mesmo tempo em que o conflito se apresentava como uma possibilidade, Florestan Fernandes fazia a ressalva do legado cultural do homem brasileiro para a *tolerância racial*, aliás, alertando que esta tolerância era constantemente confundida com democracia racial.

Numa parte do mesmo livro, intitulada *Ciência e Consciência*, Florestan Fernandes mencionava a importância das pesquisas sociais não só para conhecer a realidade de forma objetiva, mas para fornecer elementos que possibilitassem mudanças sociais. Na sua visão, as ciências sociais estavam colaborando para o conhecimento objetivo do dilema racial brasileiro, o que poderia contribuir para a construção de uma democracia racial no país. E é neste momento que me ateno à sua leitura para tecer com mais vagar algumas considerações.

O arcabouço teórico produzido sobre as relações entre negros e brancos no Brasil, ao longo do século XX, mais especificamente na segunda metade do século XX, não ficou à margem da organização do movimento negro. Insistentes leituras que buscavam “desconstruir” o mito da democracia racial encontravam eco nos movimentos negros. Autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros costumam, ainda hoje, ser citados por lideranças do movimento negro. Portanto, causa admiração o debate atual sobre as ações afirmativas, exatamente porque quando os negros alcançam o nível de organização tão propalado por alguns teóricos, e conseguem incidir nas políticas do Estado brasileiro, ocorre um movimento de resistência de parte expressiva da intelectualidade.

Todavia, este entendimento não diminui a importância do debate que se travou em relação à “expatriação” dos conceitos e teorias. A vigilância permanente

em relação aos conceitos com os quais operamos para interpretar a realidade é necessária e fundamental para a produção do conhecimento. Detenho-me, neste momento, à problematização de alguns conceitos-chave na produção de discursividades em torno do multiculturalismo.

Para falar dos usos e abusos do “étnico” no Brasil, inicio com as considerações de Munanga (2006), que alerta para a necessidade de um uso crítico não só do conceito de “etnia”, mas de outros como “diversidade”, “identidade cultural”, amplamente popularizados nas ciências sociais contemporâneas. Segundo esse autor, o racismo hoje não necessita mais do sentido biologizante do conceito de raça para se perpetuar. Ele se reproduz pela essencialização histórico-cultural. Estabeleceu-se um paradoxo porque racistas e não-racistas defendem a mesma bandeira das políticas multiculturais, fundamentadas nas diferenças culturais, étnicas e identitárias. Não são apenas os grupos historicamente marginalizados que se utilizam desses conceitos para fazer a defesa dos seus direitos, mas também aqueles que permanecem favorecidos pelas relações de dominação, que ainda fazem do discurso da diferença um mecanismo de reprodução da desigualdade.

Não basta, portanto, interrogar-se sobre quais são as implicações de se pensar a sociedade brasileira sob a lógica da existência de uma “diversidade étnico-racial”, até porque, como nos mostra Ortiz (1994), ao discorrer sobre o modo de perpetuação das *teorias tradicionais*, esta é uma tendência que já pode ser verificada desde a década de 60. O que se deve indagar é sobre o que esta idéia de diversidade étnico-racial, fortalecida pela expansão dos ideais multiculturais, pode desencadear no caso de haver algum nível de reconhecimento das distintas valorações⁶⁰ atribuídas aos diferentes grupos étnico-raciais ao longo da formação da sociedade brasileira e, claro, a possibilidade da existência de medidas reparadoras que busquem alterar alguma realidade de exclusão. É desta constatação que se pode partir para evitar cair numa falácia do tipo: “Mudam-se os conceitos e as discursividades, mas não se mudam as práticas”, o que, no meu entendimento, parece sinalizar Munanga quando tece críticas à popularização de alguns conceitos. Por isso, precisamos desatar alguns nós, como a própria relação entre os conceitos

⁶⁰ Neste caso, uso distinção no sentido proposto por Bourdieu (1983), a fim de destacar a dimensão simbólica da diferença.

de diferença e diversidade e os seus desdobramentos, na perspectiva de analisar a experiência do povo negro no Brasil.

Para desatar os “nós” entre as concepções de diferença e diversidade recorro a Muniz Sodré, que, ao falar sobre a tradição do pensamento ocidental, lembra que a diferença liga-se ao “universal abstrato”, enquanto a diversidade liga-se ao “universal concreto”. Se o reconhecimento da diferença pauta-se por uma postura especulativa, racionalizada, de ordem intelectual, a passagem para uma verdadeira compreensão e aceitação do “diferente concreto”, que, no caso, seria a experiência da diversidade, exigiria mais do que o reconhecimento intelectual da diferença, mas um reconhecimento sensível. Por isso, não se pode descolar estes conceitos da noção de valor. “A percepção da diferença vai além do simples registro da variedade das aparências, porque o olhar, ao mesmo tempo em que percebe atribui um valor e, claro, determinada orientação de conduta.” (2006, p.8). O mero reconhecimento intelectual da diferença não significa sua aceitação, tampouco colabora com a ruptura das práticas discriminatórias e as relações assimétricas. A diversidade humana precisa ser reconhecida na prática, no cotidiano, na convivência diária. É exatamente aqui que o autor acredita estar a grande contribuição do debate contemporâneo sobre a diversidade. De resto, o autor lembra que o simples reconhecimento da diferença cultural não impediu a dominação e subjugação de povos pelo colonialismo ocidental, desse *outro* tantas vezes inferiorizado por uma lógica racional que desrespeitou outras possibilidades de conhecimento e de vida humana.

Por outro lado, não se pode esquecer que a noção de diferença remete tanto à compreensão daquilo que é intrínseco aos sujeitos e aos grupos quanto aquilo que é construído no jogo das relações *entre* os sujeitos e os grupos. Pensar, portanto, a diferença na diversidade, é atentar tanto para as relações construídas *entre*, quanto para aquilo que é próprio da experiência de cada grupo, que é da dimensão do irreduzível.

A sensibilidade para experienciar o que é da ordem do “universal concreto” abre a possibilidade “real” da convivência com o “diverso”. O “diferente”, o “universal abstrato”, é transformado em “diverso” pela aceitação e proximidade. Para isso, faz-se necessário atentar para as duas dimensões desta diferenciação: os aspectos irreduzíveis e os aspectos relacionais.

Neste sentido, em vez de sustentar-se a acusação de que uma intelectualidade negra e outros sujeitos estão “racializando” a sociedade brasileira com as políticas de ações afirmativas, convém refletir sobre as mudanças que estas discursividades contemporâneas, agenciadas por instituições locais e globais, governos e movimentos sociais, e que têm a idéia de diversidade como mote, podem desencadear naquilo que é da ordem do vivido. Falo da experiência dos sujeitos e dos grupos nos espaços da cidade, da possibilidade da democratização desses espaços, da revisão dos “valores” presentes na lógica do jogo relacional das diferenças, do modo como esses sujeitos agenciam essas discursividades, transformando-as em *narrativas étnicas*, unindo-as às suas próprias *trajetórias* individuais, à memória da cidade, dos *lugares*, das ruas e dos seus *itinerários urbanos*. (ROCHA & ECKERT, 2005).

A experiência dos negros, quando comparada a outros grupos, não se pode igualar nem do ponto de vista do vivido, nem do ponto de vista da sua “distinção simbólica” (BOURDIEU, 1983). É desta experiência particular que se parte, para se chegar, aí sim, àquilo que é da ordem da ação política, dos valores que podem ser questionados e alterados. Por isso, não se pode falar de diversidade sem fazer menção aos “valores” atribuídos no jogo relacional da diferença. Portanto, no caso deste trabalho, faz-se necessário atentar para as peculiaridades da experiência negra na diáspora, no Brasil, no Rio Grande do Sul, na cidade de Novo Hamburgo. É este aspecto da diferença que pode ser buscado para a compreensão das ações afirmativas.

Há que se ter cuidado para não se conceder caráter de “irredutibilidade” ao modo singular de manifestação do preconceito e discriminação raciais no Brasil, àquilo que Florestan Fernandes caracterizou como sendo o *dilema racial brasileiro*. Está-se falando de valores que podem ser alterados pela própria dinamicidade das relações entre os grupos. Exatamente aqui incidem as discursividades contemporâneas em relação às ações afirmativas.

Porém, realizar este intento, inclusive o de verificar as implicações destas discursividades sobre a ocupação e apropriação dos espaços da cidade, requer uma análise crítica sobre o processo histórico de constituição do Estado nacional brasileiro, que, ao negar a diversidade étnico-racial, acomodou as manifestações do preconceito e do racismo no interior do discurso da desigualdade social. Interpretar a

cidade na perspectiva da diversidade, privilegiando seus *marcadores étnicos*, sem contextualizar os jogos de poder presentes nessas práticas discursivas é correr o risco de atualizar as desigualdades étnico-raciais sob uma nova retórica.

Nesta perspectiva, busco compreender o peso da etnicidade⁶¹ na teoria social contemporânea, em especial, no interior dos estudos da globalização para, a partir daí, interpretar os movimentos identitários contemporâneos e suas *narrativas étnicas* nas configurações estéticas das cidades contemporâneas.

1.2 ENTRE O NACIONAL E O GLOBAL: OS ECOS DA DISCURSIVIDADE ÉTNICA NO PENSAMENTO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Antes de me aventurar no exercício de pontuar algumas questões sobre etnicidade e globalização, proponho uma breve retomada da discussão elaborada por Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.28). Ao revisarem as teorias da etnicidade esses pesquisadores contrapõem duas visões: a dos autores que a consideram um fenômeno essencialmente contemporâneo (GLAZER & MOYNIHAN *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART,1998) e a dos que afirmam tratar-se de um fenômeno antigo, porém ocultado pelos teóricos funcionalistas e da modernização.

Independente das controvérsias os teóricos parecem convergir para o que é mais relevante: a aceção de que a etnicidade é algo presente e fortalecido na contemporaneidade, ainda que não seja um fenômeno novo. Acrescento, por extensão, o entendimento de que isto serve para situar outras idéias correntes na esteira da globalização, como aquelas associadas à percepção de que há um renovado e crescente interesse pela “tradição”, pela “cultura”, pelo “local” e pelo “plural”.

As discursividades contemporâneas em torno da etnicidade, sejam essas hegemônicas ou não, a propagação dos ideais multiculturais, a resignificação local dessas políticas identitárias,⁶² a revitalização de algumas *narrativas étnicas* que vêm provocando questionamentos acerca das identidades locais, regionais e nacionais; e as repercussões dessas *narrativas étnicas* sobre a a concepção e o uso dos

⁶¹ Dada a especificidade da discussão, não se pode perder de vista os imbricamentos com o conceito de raça.

⁶² Sobre a discussão de um “multiculturalismo à brasileira”, ver Sansone (2007).

espaços da cidade, estimulam uma indagação sobre o lugar das análises culturais no âmbito mais geral das teorias da globalização.

Em primeiro lugar faz-se necessário discorrer sobre o próprio conceito de globalização, cujo uso indiscriminado enfrenta ainda algumas resistências. Na maior parte da literatura francesa, por exemplo, usa-se *mundialização* em vez de globalização.⁶³ Outras designações como *sistema mundial*, *sistema-mundo* também aparecem associadas à idéia de globalização. Porém, é importante frisar que a ênfase recai na expansão do capitalismo ocidental, ainda que alguns teóricos queiram sublinhar outros aspectos e escapar da sinonímia *globalização = ocidentalização*. Aliás, não são poucos os esforços nessa direção.

São tantos os *prós* e *contras* em torno do conceito que se compreende o porquê de teóricos, como Boaventura de Sousa Santos, dizerem que a globalização só deveria ser pensada no plural. Boaventura distingue pelo menos quatro formas de globalização: *o localismo globalizado*, ou seja, a concepção de que muito do que se reconhece como globalização é só um localismo bem-sucedido globalmente; *o globalismo localizado*, isto é, acredita-se que muitas das reestruturações locais decorrem de dinâmicas extra-locais ou globais; e as idéias relacionadas a *cosmopolitismo e patrimônio comum da humanidade*, que o autor faz questão de separar das duas primeiras formas citadas.⁶⁴ Esta separação não é gratuita, já que o autor liga as últimas às idéias de *contra-hegemonia*, a uma espécie de *globalização de baixo-para-cima*, à semelhança do que sugere Octavio Ianni quando defende uma *globalização por baixo*, acionada por meio da resistência e articulação dos grupos oprimidos diante da imposição de um modelo de *globalização pelo alto*. (1997, 2007). A perspectiva de construção de uma *globalização por baixo*, preconizada por vários teóricos, alimenta a *utopia* dos movimentos sociais contemporâneos.

No entanto, a situação é bem mais complexa do que parece. Muitos dos conceitos e teorias que entram no rol de cosmopolitas podem, todavia, vincular-se a um *localismo globalizado* ou a um *globalismo localizado*, tomando-se como referência os sentidos propostos originariamente pelo próprio Boaventura de Sousa Santos. Esse é o caso das políticas de identidade e etnicidade, por exemplo.

⁶³ Por exemplo, Warnier (2000).

⁶⁴ Essa discussão aparece in: Feldman-Bianco; Capinha (2000).

Gustavo Lins Ribeiro (2006), do interior da antropologia, também analisa as políticas de globalização não-hegemônicas, às quais ele denomina de *anti/alter globalization*. Por exemplo, os ativismos transnacionais que se inserem na perspectiva de uma *globalização por baixo*, questionando as formas de organização do capitalismo mundial. Um exemplo seriam os Fóruns Sociais Mundiais. Ribeiro dá continuidade a esse raciocínio, analisando, do mesmo modo, aqueles agentes que atuam na esfera econômica e formam um sistema de trocas de mercadorias e intercâmbios não-hegemônicos, como é o caso da chamada economia informal, o comércio e o tráfico ilegal de produtos, a “pirataria” etc. Da discussão do autor, o que se quer extrair é a dimensão da força dessas redes *transnacionais*, às quais possuem uma sistematicidade própria, muitas vezes organizando-se à revelia dos interesses dos Estados nacionais.

Em qualquer um dos casos supracitados o conceito de globalização torna-se central, seja para compreender os fluxos do capital e das mercadorias, seja para compreender a circulação de idéias, conceitos e teorias que, neste caso, estariam mais situados dentro do conceito de globalização cultural.

Nesta tese, estes tensionamentos em relação ao conceito de globalização precisam ser considerados. Em primeiro lugar pela definição do seu eixo central: compreender a relevância das discursividades étnicas no Brasil contemporâneo e suas intersecções com os arranjos da memória nos espaços da cidade, isto é, quando se passa a valorizar a etnicidade para pensar-se os *indivíduos-sujeitos* e suas *trajetórias* (VELHO, 1994). Por isso, nesta passagem, deixa-se de mencionar apenas as discursividades étnicas, pois, agora, interessam, sobretudo, as *narrativas étnicas*. Em segundo lugar, pela própria exigência trazida pelo campo de estudo. A cidade de Novo Hamburgo/RS, desde meados da década de 70, vive à mercê desse mercado globalizado, hoje comprimido pela expansão da economia chinesa. Então, em alguns momentos, far-se-á necessário dizer de que globalização está-se falando e quais são os agentes dessas discursividades.

Ao ter-se como horizonte o estudo do global no âmbito da antropologia, a primeira indagação mobilizadora diz respeito ao lugar da disciplina no universo desta discussão. A partir daí, outras indagações fazem-se necessárias, tais como: as especificidades etnográficas reportadas pela pesquisa, a noção de *campo* de

pesquisa,⁶⁵ a contribuição do debate para a antropologia e as ciências sociais e humanas, a identidade dos sujeitos construtores deste conhecimento.⁶⁶

Se para Otávio Velho (2001) a herança etnográfica explica a resistência dos antropólogos em relação ao tema da globalização, acredito ser esta tradição teórico-etnográfica o grande *capital cultural* dos antropólogos nesta discussão, pois se o global se realiza no local, como advertem vários teóricos, o inverso não é menos aceitável. Há muitas idéias locais reivindicando o estatuto de globais. Neste embaralhamento do local e do global cabe aos antropólogos o exercício de manter sob suspeita e vigilância as noções tradicionais de objeto de pesquisa e de delimitação das *fronteiras do campo*.⁶⁷

É provável que exatamente aqui esteja a contribuição e o diferencial da antropologia nos estudos sobre globalização cultural. Portadora de uma tradição teórico-etnográfica, a antropologia soube manter sob tensão permanente a relação entre os ditos universalismos e particularismos. A produção antropológica é profundamente marcada por uma incessante reflexão teórico-metodológica que coloca sob confronto as “teorias nativas” e as teorias procedentes do universo do pesquisador.⁶⁸ Exercício que certamente é de grande valia para os intrincados debates que têm como pano de fundo os questionamentos acerca das relações entre o local e o global. Não se pode esquecer, no entanto, que esta discussão inscreve-se mediante outros desafios, começando pelo discernimento das definições do global e do local, sob pena de se perpetuar equívocos derivados das próprias limitações conceituais.

Além disso, como lembra Gustavo Lins Ribeiro (2005), quando analisa a antropologia numa perspectiva *cosmopolítica*, é preciso levar em conta as implicações de ordem epistemológica que os estudos do global trazem para a antropologia. Indagando-se acerca das discursividades hegemônicas que se estruturaram ao longo do desenvolvimento teórico da disciplina, Ribeiro ressalta que

⁶⁵ Sobre os estudos de globalização e as redefinições de *campo* de pesquisa, ver Rial, in: Velho; Kuschinir (2003, p.69-98).

⁶⁶ Além de se considerar a subjetividade da pesquisadora alude-se às especificidades do fazer antropológico no Brasil. Faço menção aqui à velha discussão proposta por Kant de Lima (1985) que nos instiga a pensar sobre o que, afinal, diferencia nosso *fazer acadêmico* de outras realidades.

⁶⁷ Para o aprofundamento desta reflexão, ver Rial, in: Velho; Kuschinir (2003, p.69-98).

⁶⁸ Peirano (1995).

a diversidade e a pluralidade devem encontrar eco no interior das antropologias mundiais.

Também da sociologia brotam férteis reflexões sobre a necessidade de se construir uma estrutura teórico-metodológica que sirva de referência às análises dos processos de globalização. Beck (2002), por exemplo, faz a defesa de uma *cosmopolitan sociology*. Por meio do conceito de *cosmopolitanization*, Beck quer assinalar as mudanças qualitativas do social e do político no interior dos Estados nacionais, ou seja, ele acredita que exista uma espécie de *internal globalization*, cujas dinâmicas desafiam a imaginação sociológica, exigindo dos pesquisadores uma ruptura com a lógica racional nacionalista em prol de uma nova dialética entre o local e o global.

A antropologia, na tentativa de ampliar as possibilidades de explicação/interpretação desses fenômenos, deve considerar tanto a centralidade que adquiriu a “cultura” no pensamento social contemporâneo,⁶⁹ quanto o modo que se está lidando com o conceito de cultura.⁷⁰ A globalização não pode ser analisada como se houvesse uma cisão dos aspectos econômicos e sociais dos chamados aspectos culturais. A ênfase das chamadas “análises culturais” nos estudos da globalização ajuda a explicar o próprio estatuto da etnicidade no interior dessas teorias.

A tentativa de construir explicações e/ou interpretações acerca da globalização que superassem os limites de uma visão economicista, ou ao menos pudessem conjugar os aspectos econômico-políticos e os culturais, levou muitos teóricos das ciências sociais a observar com atenção o universo da “cultura”. Entretanto, pode-se afirmar que isto é parte de um movimento maior, caracterizado por um certo centramento das análises culturais no pensamento social, manifestado, mais especificamente, a partir da segunda metade do século XX. Robertson, em seu livro *Globalization – Social Theory and Global Culture (Globalização – Teoria Social*

⁶⁹ Ao participar da mesa temática Educação e Estética, no Seminário Internacional de Educação, ocorrido na Feevale/Novo Hamburgo, em agosto de 2007, chamou-me a atenção a forma como os painelistas referiram-se à antropologia e à conceituação de cultura. Em oposição a uma arte que se fixava na esfera universal e na experiência individual, apoiada pela psicologia, fez-se alusão a uma arte que passou a se interessar cada vez mais pela “alteridade”, pelo componente “cultural” da experiência estética cotidiana, agora, apoiada pela antropologia. Os conceitos de multiculturalidade e interculturalidade seriam os sustentadores dessas novas leituras.

⁷⁰ Sobre os questionamentos contemporâneos acerca da conceituação de cultura no âmbito da antropologia, ver Marshall Sahlins (1997) e Adam Kuper (2002).

e *Cultura Global*, 1999) - publicado originalmente em 1992, quando se refere à teoria social do final do século XX ressalta que esta experimentou uma “virada cultural”.

Esta virada cultural de que nos fala o autor foi em parte estimulada pelo fervilhar dos teóricos pós-modernos, que colocaram em pauta de discussão a emergência dos aspectos culturais na organização do capitalismo mundial,⁷¹ a primazia do consumo sobre a produção,⁷² do signo sobre a mercadoria,⁷³ dos movimentos localizados e identitários ao invés de aqueles sustentados pelas grandes narrativas.⁷⁴ No entremeio dos reclamos pós-modernos brotaram intensas e renovadas discussões sobre modernidade, globalização, nacionalismos, identidades étnicas e Estados nacionais. Sem aprofundar o debate sobre o mérito da celeuma pós-moderna, o fato é que no abrandamento das gritarias os ecos ressoaram sobre a proeminência do “cultural” no pensamento social contemporâneo.⁷⁵

Um bom exemplo da dimensão deste debate foi a publicação de *Global Culture: nationalism, globalization and modernity*, em 1990. (Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade, 1994). Organizado por Mike Featherstone, o livro reúne 24 autores das ciências sociais, na sua maioria oriundos da sociologia, que, entre outros desafios e intenções, encarregam-se de definir “cultura”,⁷⁶ de discernir o global e o local e seus possíveis entrelaçamentos,⁷⁷ de

⁷¹ Esta preocupação – com o lugar da cultura na produção e reprodução das sociedades modernas - já estava presente nos trabalhos dos teóricos da Escola de Frankfurt, mesmo que em suas análises o conceito de cultura estivesse submetido à primazia do capital e enredado às noções de ideologia. Ver, por exemplo, os trabalhos de Theodor Adorno (2002).

⁷² Para esta discussão ver trabalhos de Mike Featherstone (1990, 1995). Este autor insiste nas mediações entre cultura e economia, alertando para a proliferação dos especialistas e intermediários culturais nesta atual fase de expansão do capital. De qualquer forma, a centralidade do consumo na análise das sociedades capitalistas não é exclusividade do mundo contemporâneo. Esse tema já entusiasmava teóricos clássicos do século XIX. Ver, por exemplo, Veblen (1980), cuja obra *A Teoria da Classe Ociosa*, data de 1899.

⁷³ Apesar de Jean Baudrillard não se definir como “pós-moderno”, seus livros são referências para o florescimento desta discussão, tais como *Sociedade de Consumo* (1995) e *Para uma Crítica da Economia Política do Signo* (1995a).

⁷⁴ Lyotard (1986).

⁷⁵ Ouvi de um historiador da UFRGS, no I Ciclo de Estudos da Formação Social Sul-Rio-Grandense, acontecido na Unisinos/São Leopoldo, em 2006, que o estado do Rio Grande do Sul carece de uma análise social sobre o movimento tradicionalista gaúcho, o qual, segundo ele, tem sido objeto exclusivo de análises culturais. A velha divisão entre o social e o cultural continua muito presente na linguagem acadêmica contemporânea.

⁷⁶ Esta é a tônica do diálogo estabelecido entre Wallerstein e Boyne (FEATHERSTONE 1994, p.41-78) que se confrontam teoricamente na tentativa de firmar uma definição de cultura para a análise do sistema mundial. Também Peter Worsley (FEATHERSTONE, 1994, p. 95-108) reivindica a inclusão da cultura nos modelos de análise da economia política. Já Margaret Archer, por sua vez, denuncia a subordinação da cultura nas teorias da sociedade industrial e clama pela restauração de sua autonomia. (FEATHERSTONE, 1994, p. 109-132).

⁷⁷ Hannerz (FEATHERSTONE, 1994, p. 251-266); Friedman (FEATHERSTONE, 1994, p. 329-348).

confrontar teorias sobre a existência real ou meramente conceitual de uma cultura global,⁷⁸ de debater os impactos e efeitos da globalização, isto é, dos caminhos trilhados em direção à homogeneização e/ou à heterogeneização culturais.⁷⁹

A curiosidade deste livro está no fato de que os autores, apesar de se debruçarem sobre a noção de cultura global, são, na sua maioria, dos contextos norte-americano ou grã-bretanho. Dos vinte e quatro (24) artigos, apenas nove (9) saem fora deste eixo, dividindo-se entre Alemanha (2), França (1), Canadá (2), Suécia (2) e Austrália (2). Mike Featherstone, Roland Robertson e outros dos seus contemporâneos, que integram o livro *Cultura Global*, são expoentes do que se pode denominar de uma “sociologia da cultura”.

Por decorrência deste crescente interesse pela “cultura”, Robertson (1999, p.65) vislumbra um realinhamento das relações entre a sociologia e a antropologia, depois de um período de separação e divisão de trabalho entre as duas disciplinas.⁸⁰ Consta-se que o autor fala a partir da sociedade norte-americana e, quando faz menção à antropologia, faz uma leitura muito particular daquele contexto. Robertson indica que a antropologia, ao possuir uma tradição de pesquisa sobre o “outro”, dedicou-se pouco às investigações da própria sociedade moderna, alargando as perspectivas de estudo nesta direção somente num período recente. Porém, esta leitura não corresponde a toda uma tradição antropológica que se realiza fora do centro de análise do autor, por exemplo, na própria trajetória da antropologia brasileira.⁸¹

Roland Robertson explicita seu interesse em criar uma alternativa para a teoria e a pesquisa do “mundo global” frente às abordagens oferecidas pelos “*cultural studies*”. No entanto, ao esforçar-se para distanciar o conceito de globalização das idéias que o relacionam à americanização ou ocidentalização, o autor realiza sua análise cultural no mais completo desprendimento de quaisquer

⁷⁸ Ver Featherstone; Robertson, in: Featherstone (1994, p. 7-40)

⁷⁹ Entre outros, salienta-se Appadurai, in: Featherstone (1994, p. 311-328). O autor apresenta esta discussão também no livro *Après le Colonialisme*. Ver Appadurai (2005).

⁸⁰ Adam Kuper (2002) mostra como se materializou esta divisão de trabalho entre os cientistas sociais a partir de Parsons e seus contemporâneos, quando a “cultura” é apartada das idéias de estrutura e organização social e considerada tema prioritário da ocupação dos antropólogos. Isto não significa dizer que esta relação tenha ficado completamente afastada do estudo da antropologia. Basta verificar que as conexões entre cultura e economia política constituem o cerne das análises do antropólogo Eric Wolf. Ver *Antropologia e Poder*, livro organizado por Feldman-Bianco e Ribeiro (2003).

⁸¹ Sobre a trajetória da antropologia feita na América Latina e no Brasil, ver Cardoso de Oliveira (2000).

desigualdades econômicas e culturais que possam existir no cenário da globalização.

Deve-se levar em conta que o processo de ocidentalização prossegue o seu curso, atualiza-se, ganha novas roupagens e às vezes aparece sob a falsa idéia de que existe um equilíbrio nos intercâmbios culturais entre os diferentes povos e nações do mundo. Portanto, faz-se necessário analisar as relações de poder imbricadas nesses movimentos. Porém, isto não significa simplificar e limitar o conceito de globalização à hegemonia cultural do ocidente, pois os processos de produção, circulação e recepção de idéias, informações, mercadorias e bens culturais não são exclusivamente monopolizados pelos valores, crenças e ideologias construídos a partir do ocidente. Os ditos países centrais (da Europa e da América do Norte), e não só eles, hoje são perpassados por fluxos econômicos e culturais de outras origens nacionais.

Se houve momentos em que os Estados nacionais tiveram mais autonomia nas decisões de cunho econômico e político no interior do seus territórios, hoje assistem-se a novas configurações de poder agenciadas por um capitalismo de base *transnacional*, cujas implicações devem ser consideradas nas “análises culturais” do fenômeno da globalização.

A compreensão dos jogos da memória e das *narrativas étnicas* no espaço das cidades não pode prescindir de uma análise das relações de poder aí imbricadas, sejam essas estabelecidas em âmbito local, nacional ou global. Um bom exercício é o questionamento constante das categorias e conceitos com os quais operamos para a leitura da realidade.

Antes que o conceito de cultura transforme-se em panacéia,⁸² é aconselhável que se busque a compreensão de o porquê vários outros conceitos, idéias e teorias se popularizam, dentro e fora da academia, ocupando uma espécie de “lugar comum” nos discursos e nas análises da vida social.

⁸² O próprio Robertson dá-se conta disto, alertando para o exagero de algumas leituras, especialmente dos *estudos culturais*, para as quais a visão de cultura tende a ser ora reducionista - limitada à retórica do texto - ora expansionista - sob a alegação de que tudo é cultura (1999, p.73-74). O autor destaca também a forte tendência dos *estudos culturais* em usar a noção de cultura como “representação” (das mulheres, das minorias étnicas, dos homossexuais etc.). Esta crítica torna-se relevante na medida em que muitos dos estudos contemporâneos sobre políticas de identidade, etnicidade e fluxos migratórios partem deste entendimento.

O crescimento do interesse pela etnicidade ocorre paralelamente à difusão nas ciências sociais da concepção de que as sociedades contemporâneas estariam experimentando uma espécie de apego à idéia de “exaltação da diferença”. Há alguns entendimentos, compartilhados por uma elite intelectual, que são constantemente repetidos e fortalecidos em suas análises sobre o mundo contemporâneo. Entre estes salientam-se: a visão de que as sociedades estão constantemente “inventando e reinventando” culturas e tradições;⁸³ de que o mundo contemporâneo experimenta um recrudescimento das políticas étnicas e nacionalistas;⁸⁴ a idéia de que há uma proliferação das culturas transnacionais e translocais;⁸⁵ de que os atuais Estados nacionais tendem a propiciar mais espaços para a visibilidade das políticas de identidade e de afirmação de etnicidades;⁸⁶ de que a globalização acentua, por um lado, o sentimento de que se vive num mundo único, por outro, de que esta unicidade não é uniforme, mas marcada pelas idéias de diversidade e pluralidade.⁸⁷

No rol destas leituras, desponta na teoria social a menção de mudanças significativas na atribuição dos Estados-nacionais; estas não se manifestariam apenas no circuito das trocas de mercadorias e nos fluxos globais de comunicação, mas no trato com a diversidade interna, assim como nas próprias narrativas fundadoras da nação.

Se a pluralidade não é exclusividade do mundo contemporâneo, contudo, não se pode negar que houve conjunturas históricas em que essa estivera mais acobertada, não só pelas teorias nacionalistas, mas também pela própria ação dos Estados nacionais. Esta compreensão é partilhada por alguns teóricos que pesquisam sobre os novos nacionalismos, as atuais políticas identitárias e as etnicidades emergentes. Os conceitos de raça, etnia/etnicidade são fortalecidos na contemporaneidade pela própria ascensão dos movimentos protagonizados por alguns grupos no interior dos Estados nacionais.

⁸³ O livro, organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, *A Invenção das Tradições – The Invention of Tradition* (1983) - tornou-se grande referência para este tipo de abordagem, sendo forte inspirador de vários trabalhos nesta linha.

⁸⁴ Bauman (1994, p.155-182); Smith (1994, p. 183-206), in: Featherstone (1994). Esta idéia também está presente nos escritos de Eric Wolf. Ver: *Nação, Nacionalismo e Etnicidade*, no livro *Antropologia e Poder*. In: Feldman-Bianco; Ribeiro (2003).

⁸⁵ Hannerz, in: Featherstone (1994). Os conceitos de *culturas translocais* ou *sociedades transculturais* são recorrentes no trabalho de Sahlins (1997a).

⁸⁶ Bauman, in: Featherstone (1994, p.155-182).

⁸⁷ Robertson (1999).

Em geral, teóricos da globalização partem das transformações de ordem econômico-políticas, tecnológicas e culturais, especialmente ocorridas na segunda metade do século XX, como vetores para a explicação do fortalecimento das políticas de identidades e etnicidades no interior dos Estados nacionais, que, por sua vez, sofrem rearticulações e assumem um outro *status* no âmbito da globalização.

Dentre as transformações citadas por alguns autores, destacam-se: o incremento das tecnologias de informação; a maior interdependência entre as nações; o fim do colonialismo e, por decorrência, o crescimento de fluxos migratórios em direção às ditas sociedades de consumo; alterações geopolíticas oriundas do esgotamento de um modelo baseado na guerra fria, que vai perdendo espaço diante de a “ofensividade” do capital; a intensificação dos fluxos culturais e deslocamentos - de pessoas, imagens, tecnologia, informações etc - forçando contatos entre diferentes Estados nacionais, blocos e civilizações;⁸⁸ a centralidade da cidade nas economias contemporâneas.⁸⁹ Portanto, todo esse movimento vem estimulando a atual redescoberta das particularidades, do localismo, da diferença, a reinvenção de memórias, tradições e práticas culturais, ou seja, vem possibilitando a criação de novas formas de identificações perante a expansão do mercado mundial capitalista e a ameaça da homogeneização cultural.

Eric Hobsbawm (2002), ao examinar o nacionalismo contemporâneo destaca o seu caráter separatista. Enquanto no final do século XIX e início do século XX havia uma combinação entre Estado, nação e economia nacional, hoje assiste-se a uma cisão destes elementos. Por isso o apego à diversidade étnica e cultural. Para Hobsbawm, este diferencial torna o nacionalismo menos importante hoje do que já foi no passado e, por outro lado, a suposta proeminência dos nacionalismos separatistas denuncia a aparição de novas reestruturações baseadas em organizações societárias de caráter supranacional. Outros autores vão preferir denominar estas novas articulações de transnacionais.⁹⁰

A maior contribuição da leitura de Hobsbawm (2002) para esta tese reside na sua crítica ao processo de formação dos estados nacionais. Ao fazer isso, o autor possibilita a construção de um olhar crítico sobre a narração do *tempo* na história da constituição do estado-nação moderno. Desse modo, aquilo que na sua obra

⁸⁸ Ver Featherstone (1995).

⁸⁹ Sassen (1998).

⁹⁰ Hannerz, in Featherstone (1994).

aparece como sinal de uma crise do modelo de Estado nacional - por exemplo, a força dos movimentos identitários contemporâneos baseados em critérios de raça e etnicidade - pode ser compreendido como uma forma de resistência ao *processo civilizador* (ELIAS, 1993) ou, ainda, resistência à imposição de um *tempo* social único, o do estado-nação moderno, sobre as memórias individuais e coletivas (HALBWACHS, 2006).

Em algumas leituras, as atuais políticas de visibilidade étnica e uma certa ostentação da “diversidade cultural” no interior dos Estados nacionais parecem traduzir um “fracasso histórico” do projeto de Estado-nação perseguido pelo Ocidente.

O autor Zygmunt Bauman (1994), afirma que as tentativas implementadas pelos Estados nacionais no sentido de “assimilar”, “transformar”, “aculturar” os diversos ou estrangeiros não lograram êxito visto que o próprio “projeto moderno de unidade cultural cria as condições da sua própria não-realização”(p.176); e essas condições desfavoráveis resultam da “contradição” e “ambivalência” inerentes à modernidade, cuja existência é definida pelo curso concomitante da ordem e do caos.⁹¹ Evidentemente o autor parte de uma análise genérica do contexto ocidental, não se remetendo, igualmente, às nuances regionais e locais de um Estado nacional visto isoladamente.⁹² Por fim, o autor assevera que a “era das cruzadas culturais patrocinadas pelo estado chega ao seu final” (p.180).

Não se pode perder de vista que alguns estados nacionais tiveram mais êxito do que outros na implementação das teorias nacionalistas, como é o caso do Brasil, e se, de fato, hoje, delineia-se um reavivamento das políticas de identidades e etnicidades, este é despertado por interesses e situações muito diversos e deve ser analisado levando-se em conta os seus contextos respectivos.

Na análise das discursividades contemporâneas em relação à globalização, é preciso considerar que aquilo que, em algum momento, é apontado como linguagem de resistência frente à pretensão de edificação de uma história universal – por exemplo, os movimentos identitários contemporâneos - corre o risco de ser incorporado a uma forma hegemônica de narrar o *tempo* do mundo. Este *tempo* da

⁹¹ Sobre a idéia de contradição como signo da modernidade, ver também trabalho de Berman (1996).

⁹² É uma leitura que certamente não agradaria uma parte da intelectualidade brasileira que se empenhou arduamente para a ascensão dos “cadinhos de raças”, tão cruelmente massacrados na visão de Bauman, para o qual estes “não passaram de mitos e projetos fracassados”. (1994, p.168)

globalização, cada vez mais, aparece como sendo o *tempo* da afirmação da diferença, do reconhecimento das políticas identitárias e das etnicidades, do fortalecimento das “culturas” e “tradições” locais.

Para auxiliar na reflexão sobre a relação entre o local/nacional/global convém destacar alguns elementos presentes na discussão elaborada por Saskia Sassen, no livro *As cidades na economia mundial*. Ali, a autora lembra que os processos transnacionais ocorrem no interior dos Estados nacionais e que não existe uma entidade que se pode denominar de “economia global”. É por isso que ressalta a preponderância do local no cenário da globalização. Sassen considera na sua abordagem dois aspectos: “*As cidades são os locais das operações concretas da economia*” e, por outro lado, “*a cidade concentra a diversidade.*” (1998, p.156-157). No segundo aspecto a autora está destacando a multiplicidade de culturas e identidades existentes nos espaços da cidade.

Alguns elementos da análise de Sassen ajudam na compreensão do campo de estudo desta tese. Quero ressaltar alguns: a idéia de que muitas cidades e centros manufatureiros perderam suas funções nesta atual fase de expansão e organização do capital; a visão de que houve um deslocamento de investimentos do setor manufatureiro para o setor financeiro e o de prestação de serviços; o entendimento de que aconteceram alterações significativas no mercado de trabalho, tais como, uma nova combinação máquina/trabalhador, o crescimento da desigualdade e a segmentação social, racial/étnica do processo de trabalho; a constatação de um reordenamento da geografia da economia mundial Ocidente-Oriente; por último, a idéia de que as cidades ressurgem como objeto de estudo e de que há um reposicionamento do seu lugar no espaço da política.

Apesar de o foco deste trabalho ser a compreensão das *narrativas étnicas* no Brasil contemporâneo, a partir das ações afirmativas, o *locus* privilegiado para realizar as conexões entre o local/regional/nacional/global é a cidade de Novo Hamburgo. Por isso, a ordenação dos elementos supracitados ajuda a situar a cidade dentro dos processos globais, especialmente econômicos. Ao longo do século XX, Novo Hamburgo conquistou um lugar de destaque na manufatura de calçados, tanto para o abastecimento do mercado externo quanto para o mercado interno. A partir da década de 90, a centralidade do município para a economia regional começa a ser ameaçada por causa de uma série de fatores, entre eles está

a concorrência com o mercado chinês. Muitos destes elementos aparecem direta ou indiretamente nas narrativas biográficas de alguns dos meus interlocutores. O *tempo* do apogeu e o *tempo* da crise da indústria calçadista são constantemente evocados, entrelaçam-se ao relato das trajetórias sociais dos meus interlocutores.

O segundo aspecto mencionado por Sassen (1998), *A cidade concentra a diversidade*, é uma brecha para pensar-se o quanto os processos de globalização são chaves para a compreensão das transformações dos jogos interétnicos nas cidades contemporâneas, inclusive, os seus reflexos nas cidades brasileiras, tema central desta tese. Apesar de não se dedicar muito a este ponto, priorizando as questões de ordem econômica, as breves incursões de Sassen vão ao encontro de outras análises, como as de Henri-Pierre Jeudy (1990), que olha a cidade a partir das representações do patrimônio. Para este autor, há um movimento no interior das novas políticas do patrimônio que busca superar a perspectiva da monumentalidade, pois o que está em jogo não é mais a reconstituição do passado, mas o investimento no tempo presente por meio de uma teatralização da memória. Assim, as diferenças étnicas passam por uma “culturalização”, são transformadas em signos de reconhecimento, e o social também se transmuta em “objeto cultural”, é repensado, reinterpretado, servindo de encenação às memórias coletivas.

A partir desse panorama algumas perguntas podem ser desencadeadas para se pensar a relação entre cidade, globalização e etnicidade: o que está sendo eleito, hoje, para demarcar a “diferença”? Que “identidade cultural” as cidades estão mobilizadas para revitalizar? Ao se eleger uma singularidade cultural como representativa, quais outras estão sendo invisibilizadas?

1.3 DAS DISCURSIVIDADES ÀS NARRATIVAS ÉTNICAS: CIDADE E MEMÓRIA NO TEMPO DA GLOBALIZAÇÃO

A cidade, que em estudos clássicos já foi apontada como sendo desagregadora das relações sociais, o lugar da brevidade e da escassez dos contatos inter-humanos, onde prepondera o espírito objetivo e marginaliza-se o emocional (SIMMEL, 1967); marcada pelas relações fortuitas e destituída da solidariedade *folk* (PARK, 1967); lugar da desestruturação dos laços da família, do

parentesco e da solidariedade social (WIRTH, 1967); hoje, desponta na teoria social como o espaço de formação das “comunidades emocionais” e do “tribalismo” (MAFFESOLI, 1987); lugar das múltiplas vozes (CANEVACCI, 1997); da diversidade de estilos de vida e estratificações sociais (VELHO, 1989); dos arranjos, redes, trocas e encontros nos *pedaços, manchas e trajetos* do espaço (MAGNANI, 1996, 2003); lugar da pluralidade de memórias e da sobreposição de *tempos* (ROCHA & ECKERT, 2005).

O discurso da localidade plural repercute nos estudos urbanos contemporâneos. A ênfase no “local”, animada pela globalização cultural, inspira a formulação de novas competências para as esferas regionais e municipais. A cidade emerge como o *lugar* por excelência da produção e da manifestação das identidades, como também do ocultamento e dos silêncios dos “subalternos”, fiéis representantes das “não-identidades.”⁹³ Na cidade é que o “plural” alcança a sua plenitude. Ela encerra de forma mais categórica os diferentes jogos de associações ou conflitos. O étnico e o “tradicional” deslocam-se, passam a ocupar o mosaico das cidades, mesclam-se ao “moderno” e ajudam a encenar o “diverso” e o “plural”.

Vivenciamos na contemporaneidade o alastramento das idéias em torno de “identidade”, “diferença” e “diversidade.”⁹⁴ Hoje, os Estados nacionais são intimados a rever suas ações a fim de atender o “diverso”, por vezes, traduzindo esse movimento por meio de políticas públicas. As cidades tornam-se um palco privilegiado para a tradução e concretização da relação local/global. Mais do que (re) inventar o local as cidades passam a se organizar para a diversidade.⁹⁵

⁹³ Faço referência ao trabalho de Mary Garcia Castro, que nos alerta para os silêncios que fluem na globalização da cultura. Num momento em que todas as atenções voltam-se para as identidades, a autora desperta para os processos que asseguram a existência das “não-identidades”. Ver Castro, in: Feldman-Bianco; Capinha (2000, p.149-175).

⁹⁴ Ao participar de um almoço na Sociedade Cruzeiro do Sul/Novo Hamburgo, prévia confraternização de uma reunião de planejamento sobre o tema enredo do carnaval 2007, a arte africana no Brasil - motivo pelo qual fui convidada para viabilizar algum material sobre o assunto – comentei sobre um seminário que aconteceria no Centro Universitário Feevale, organizado pelos cursos de Artes Visuais e Ensino da Arte na Diversidade, no qual teria uma atividade específica sobre arte africana. Um dos participantes comentou sobre a nomenclatura do curso “Ensino da Arte na Diversidade”, ressaltando que “a diversidade sempre existiu, mas as pessoas parecem tê-la descoberto recém.” Ainda afirmou que, até mesmo, seu pai, um economista, utiliza essa palavra. (diário de campo - 12/08/2006).

⁹⁵ Um colega das ciências sociais, ao retornar de Barcelona, lamentou a minha impossibilidade de realizar doutorado sanduíche na Espanha, destacando: “seria enriquecedor para teu trabalho se pudesses viver um tempo em Barcelona para observar como a cidade se prepara para a diversidade.”

Nesta direção, ganham novo impulso os estudos sobre identidade, imigração e etnicidades, mergulhados num movimento em que indivíduos, grupos e comunidades buscam reconstituir itinerários e resguardar valores e fragmentos de um “passado” e de uma “tradição” idílicos, frente a um mundo em que as palavras-chave são velocidade, efemeridade e instantaneidade.⁹⁶

As distintas formas de constituição dos Estados nacionais, bem como as atuais singularidades políticas de convivência com o “diverso”, não raras vezes conflituosas – por exemplo, a Espanha, com os bascos e catalões; a cidade de Paris/França, com os argelinos, marroquinos etc; Londres/Inglaterra, com indianos, paquistaneses etc; Berlim/Alemanha, com os turcos e africanos, etc – têm conduzido a uma reflexão sobre o reconhecimento da diferença e os processos de etnicização da vida social. O Brasil dá sinais de migração para este processo peculiar que preside as regras de ocupação e apropriação das cidades típicas do mundo urbano contemporâneo.

As cidades do novo milênio aparecem inseridas num *continuum* de fabricação do “diverso” e do “plural”. Rocha (2001a, p.3) menciona a tendência à “exclusão e à fragmentação” como algo que “percorre o nosso tempo, criando diferenças de sexos, diferenças étnicas, diferenças culturais, diferenças regionais, diferenças nacionais”. Isto traz para o centro do debate antropológico o questionamento do conceito de identidade, a partir do qual tanto se pode pensar o localismo da diferença quanto a unidade globalizante.

Do ponto de vista epistemológico a assertiva de Rocha incita a reflexão sobre a própria natureza do conhecimento antropológico, recuperando um tensionamento que acompanha a disciplina desde os seus primórdios, que diz respeito à relação entre as singularidades culturais e os universais do pensamento humano. Se este tensionamento já se fazia presente entre os primeiros antropólogos, que se dedicaram à explicação e interpretação do mundo do *outro*, ele se mantém e se complexifica diante da tarefa de compreender as dinâmicas culturais presentes nas cidades contemporâneas.

A junção de elementos do rural e do urbano, a estetização e estilização das identidades, o apego ao “étnico” e ao “cultural”, são características reconhecidas na

⁹⁶ O antropólogo Marc Augé (1997) salienta a importância que adquire o indivíduo nos estudos antropológicos contemporâneos. A história oral é uma fonte privilegiada para a reconstituição dos itinerários e a compreensão dos diversos “mundos” que constituem as cidades.

configuração de muitas cidades contemporâneas e enunciadas por diversos teóricos no interior das ciências sociais. Na antropologia pode-se destacar a abordagem de Marshall Sahlins (1997a). Esse autor chama a atenção tanto para a “persistência do rural” na configuração dos cenários urbanos quanto para a formação das culturas *translocais*.

Porém, é preciso dar-se conta dos paradoxos e contradições dessa nova lógica urbana assentada no discurso da diversidade. No que se refere à sociedade brasileira da segunda metade do século XX, despontaram na arena política os chamados “novos sujeitos de direitos” – mulheres, negros, índios, homossexuais, entre outros – que passaram a fazer a defesa do uso da cidade, da apropriação dos seus espaços, do direito à territorialização, do respeito às suas experiências coletivas; por outro lado, continuou-se convivendo com os resquícios de uma lógica urbana segregacionista e racista. Não se pode esquecer que a edificação dos conjuntos urbanos no Brasil ocorreu paralelamente à propagação dos ideais liberais da racionalidade técnica e do progresso, ideais esses revestidos de uma concepção de eugenia e de limpeza étnico-racial.

Não são poucos os trabalhos que mostram a exclusão social e racial provocada pelas políticas urbanas no Brasil, desde o final do século XIX até o século XX. Muniz Sodré (1988) mostra os efeitos dessa visão sobre a ocupação dos espaços e a constituição de regras de segregação territorial, elegendo como *locus* privilegiado para a sua análise a cidade do Rio de Janeiro. No século XIX, as cidades brasileiras, sob o arbítrio dos interesses de seus administradores, foram palcos para a materialização de políticas urbanas “modernizantes” influenciadas pelas idéias de “higiene” e “saneamento”. Por intermédio das políticas higienistas e campanhas de vacinação construíram-se verdadeiros cordões sanitários que isolavam os pobres e os negros dos principais espaços de sociabilidade urbana. Somava-se a este movimento a proliferação das teorias raciais que colocavam o negro e o índio como empecilhos para o desenvolvimento do país.⁹⁷

Se, por um lado, estas populações eram fundamentais para a realização do trabalho de edificação dos centros urbanos e a sua manutenção, por outro, representavam a própria inversão dos valores culturais idealizados por estas

⁹⁷ As teorias raciais ganharam força no país no final do século XIX. Para esta discussão, ver Shwarcz (1993).

teorias.⁹⁸ Além disso, estimulava-se a imigração de alguns grupos étnico-raciais europeus reforçando-se a crença na regeneração das “raças” por meio da mistura e da miscigenação.

As políticas de patrimônio podem fornecer algumas pistas sobre a conexão entre cidade, memória e as atuais políticas culturais fundamentadas na etnicidade. Rogério Proença Leite (2004) faz uma intensa reflexão sobre a expansão das políticas de *gentrification* no Brasil dos anos 1990, procurando mostrar como a população se (re) apropria politicamente desses lugares, realizando uma espécie de contra-uso desses espaços públicos fabricados para o consumo cultural. A tônica dessas políticas é o enobrecimento de algumas áreas centrais das cidades, geralmente aquelas consideradas “históricas” e muitas vezes deterioradas. Essas políticas se distinguem das anteriores pela relação estreita que o Estado passa a estabelecer com a iniciativa privada a fim de agenciar a “recuperação” e revitalização de algumas áreas para destiná-las ao lazer e à diversão.

Entretanto, de toda a discussão do autor, quero sublinhar a que mais fortalece as questões elencadas nesta tese, pois diz respeito à relação que essas políticas de patrimônio estabelecem com a construção de uma determinada narrativa de nação. O autor mostra como durante o Estado Novo a concepção oficial de cultura alinha-se ao discurso do chamado “caráter nacional” e à busca de uma originalidade brasileira, sintetizada naquele momento pelo legado barroco de Minas Gerais. Seguindo esse raciocínio, o autor vai demonstrando o quanto essas políticas - hegemônicas no período de 1938 a 1981 - estavam comprometidas com os valores representativos de uma etnia branca, católica e com o poder de Estado. Se as políticas do patrimônio estavam mobilizadas para reforçar o lugar simbólico da nação e edificar uma “memória nacional”, o autor constata uma alteração nessa tendência, especialmente a partir dos anos 70, quando se desloca o foco da nação para as cidades. Essas políticas passam, então, a preocupar-se com o desenvolvimento econômico das cidades históricas, acentuando-se essa tendência na década de 90, com as políticas de *gentrification* que estimulam a “*concorrência intercidades*” (LEITE, 2004, p.61).

⁹⁸ Muniz Sodré (1988, p.39) sublinha como a cultura negra choca-se com o comportamento burguês-europeu exatamente por colocar a liberdade corporal no centro do processo comunicativo, em contraposição à valorização do distanciamento dos corpos.

Ao situar-se as cidades no mundo é preciso observar a dinâmica da atual lógica urbana, que busca incessantemente fabricar “autenticidades locais” e “espetacularizar a “diferença” a fim de alimentar uma *cultura de consumo*.⁹⁹ Nem sempre esta relação estreita entre a economia das cidades e a mercantilização das “culturas locais” resulta num ganho efetivo para as comunidades ali envolvidas. Ao contrário, a conversão de algumas áreas centrais da cidade em espaços de lazer e entretenimento muitas vezes abdica da memória e da história dos sujeitos que ali vivem, revestindo-as de novos sentidos.

O “histórico”, o “cultural”, o “étnico” transformam-se em artigos de consumo à mercê do interesse dos indivíduos e dos grupos que no cotidiano dão forma e significado aos bens culturais coletivos da cidade - tangíveis e intangíveis. Fato que pude observar a partir do trabalho de campo desenvolvido em Salvador/Bahia, por ocasião do Mestrado em Antropologia Social. No Pelourinho, a recuperação das fachadas arquitetônicas, o uso dos símbolos étnicos, a espetacularização do *mundo negro* ocorreram paralelamente à retirada dos antigos moradores do local, cuja permanência colocaria em contradição o ideal de beleza negra promovido pelos agenciadores do turismo.¹⁰⁰

A grande indagação é como estas políticas podem garantir os direitos sociais e culturais dos diferentes grupos por meio da construção efetiva de uma cidadania plural, que valorize os bens culturais de todos, não apenas de uma parte da população da cidade, sob pena de se perpetuar a exclusão social com um discurso “politicamente correto”, que seleciona as “identidades e diferenças” a fim de exibi-las em cenários montados para tal propósito.

A antropologia e os estudos da memória coletiva esforçam-se para buscar algumas respostas a esses questionamentos. Por exemplo, é o que diz Jeudy (1990), que, mesmo sabendo dos limites da disciplina, acredita que a *etnologia* pode ser o “fio condutor” para a compreensão das funções sociais da memória, por meio de uma formulação crítica da própria noção de patrimônio, superando uma visão puramente monumental. Ao mesmo tempo, o autor alerta para o fato de que a *etnologia* pode cair num “idealismo ingênuo”, ao crer na possibilidade de uma

⁹⁹ Para o estudo da relação entre as cidades e a *cultura de consumo*, ver Featherstone (1990,1995). Partindo dos estudos de Bourdieu sobre *capital cultural*, o autor analisa o quanto as cidades contemporâneas investem em bens culturais e simbólicos, convertendo-os em mercadoria e fortalecendo uma *cultura de consumo*.

¹⁰⁰ Ver Nunes (1997, 2003).

(re)constituição de uma “memória plural” do social. De qualquer forma, a grandeza da análise de Jeudy reside exatamente na constatação dos movimentos das memórias e das identidades culturais nas atuais políticas do patrimônio e de que esta multiplicidade, presente nos jogos da memória, é objeto da *etnologia*.

Se as políticas do patrimônio têm sido devidamente influenciadas pelos movimentos identitários contemporâneos, o que, para Jeudy, vem causando uma “objetalização da cultura”, vale a pena refletir sobre a influência dessas discursividades quando se trata de pensar aqueles grupos que estiveram afastados do poder político e econômico por ocasião da formação dos Estados nacionais. No caso brasileiro, vale a pena atentar para os desdobramentos das políticas de ações afirmativas no que se refere à cidade e a democratização dos seus espaços. Trata-se de observar os dois movimentos, tanto o de defesa do *patrimônio material* quanto o que reivindica atenção para o *patrimônio imaterial*.

Rogério Proença Leite (2004) alerta para a marginalidade do chamado *patrimônio imaterial* nos projetos que visam a valorização dos bens culturais da cidade. O autor informa que apesar de a discussão ser fomentada na década de 70, por pesquisadores ligados ao Centro de Referência Cultural, que defendiam a ligação entre *desenvolvimento e identidade cultural*, somente em 1997 essa proposta é retomada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Essa afirmação coloca em discussão o próprio conceito de cultura com o qual operam as políticas culturais. Bezerra de Meneses (1996) dirige uma crítica às políticas culturais no Brasil e a sua visão elitista, defendendo a necessidade de se trabalhar com o conceito de cultura vinculando-o à *totalidade da experiência social*, em oposição à idéia de que a cultura é segmentada, separada de outros aspectos da vida social.

Aqui, novamente, algumas questões merecem ser formuladas: De que modo as cidades podem incorporar nas políticas de preservação dos bens culturais os chamados bens imateriais ou intangíveis, isto é, não só os bens de ordem material, como objetos, arquitetura, monumentos, mas também aquilo que é da ordem do saber cotidiano, como os modos de vida e as práticas sociais? Qual a implicação de se pensar a cidade a partir da concepção do múltiplo, do plural, no que se refere à democratização dos seus espaços e à equidade na formulação e implementação

das políticas urbanas, sociais e culturais?¹⁰¹ De que forma as chamadas políticas de ações afirmativas podem se inserir neste novo discurso? Qual a importância dos estudos da memória coletiva para o conhecimento desses bens intangíveis?

Rocha & Eckert (2005) apresentam os estudos da memória individual e coletiva enquanto um caminho através do qual o antropólogo pode chegar ao conteúdo simbólico da cidade. Na perspectiva do desenvolvimento de um conhecimento compreensivo da cidade, a partir de uma “razão hermenêutica”, as autoras propõem interpretar a cidade valorizando as narrativas que engendram uma memória individual e coletiva, através das quais pode-se conhecer os itinerários urbanos dos indivíduos e dos grupos, suas formas de produção da diferença na experiência do tempo, suas tentativas de ordenar a descontinuidade do tempo vivido. Para efetuar esse movimento, as autoras sugerem uma *etnografia da duração*, por meio da qual o antropólogo poderá abarcar a íntima relação entre o tempo vivido e o tempo passado, rompendo com o antagonismo - perpetuado nas ciências sociais e humanas - entre passado e presente. As autoras constroem o conceito de *etnografia da duração* tendo como referência as concepções de tempo e duração propostas por Gaston Bachelard, em *A Dialética da Duração* (1994).

Neste trabalho, a *etnografia da duração* inscreve-se como o modo privilegiado para a compreensão das *narrativas étnicas* que se apresentam na cidade de Novo Hamburgo, especialmente aquelas elaboradas pelas comunidades negras da cidade, acrescentando a essa reflexão os questionamentos advindos das discursividades construídas pelo movimento negro local a partir das ações afirmativas, que colocam em xeque *teorias tradicionais* sobre a identidade local, regional e nacional.

Waldo Ansaldi (2002) acredita que há uma memória coletiva do poder e uma memória coletiva dos dominados. A memória do poder exerce um controle sobre o passado, elege expressões simbólicas para representar as identidades e imaginários sociais resultantes da dialética entre esquecimento e memória. Essa memória-poder também é assinalada por Eckert (2002) ao se referir a uma memória oficial, erigida

¹⁰¹ Está-se considerando aqui as diferentes políticas públicas, desde as ligadas ao saneamento urbano, como aquelas ligadas aos serviços de saúde, educação, moradia, assistência social, até as políticas que envolvem a valorização do patrimônio material e imaterial dos grupos, como os saberes, as expressões artísticas, as crenças e festas populares etc.

pelos Estados nacionais, memória inscrita linearmente, que nega as interrupções e descontinuidades do vivido.

Halbwachs (2006), quando introduz o conceito de memória coletiva o faz para ampliar a concepção da memória para além da dimensão psicológica, isto é, enfatizando que a memória é um fenómeno social, resultado das relações que os indivíduos estabelecem entre si, pois tanto o lembrar quanto o esquecer tem uma dimensão coletiva. Apesar de o carácter “coercitivo e exterior” que ele impõe à memória, enquanto discípulo de Durkheim, concepção da qual me distancio por acreditar que existe uma complementaridade nessa relação, interessa, aqui, resgatar as condicionantes sociais do ato de lembrar. Naquele momento, Halbwachs já alertava para a distinção entre a “história aprendida e escrita” e a “história vivida”. A memória não é a simples sobrevivência ou conservação do passado, é, acima de tudo, imagem construída no presente que tem como suporte as experiências do passado.¹⁰²

Olhar a cidade sob o viés da diversidade, portanto, pressupõe levar em conta as relações de poder que estão imbricadas nas formas de ocupação e apropriação dos seus espaços e nos jogos de produção da memória, ou seja, naquilo que é da ordem da seleção do que se quer esquecer, do que se quer lembrar, especialmente quando está em disputa a consolidação de uma memória oficial sobre a cidade.

No exercício de demarcar o “plural”, não se pode esquecer que a pluralidade não exclui o desigual. A polifonia não é a expressão de diálogos simétricos, a fixação do olhar sobre o “plural” não significa a superação da desigualdade. E esta compreensão é válida mesmo quando o objeto em questão são as políticas de identidade. Os mecanismos históricos que engendram a solidificação das identidades nacionais, regionais e étnicas são marcados por intermitentes processos de exclusão e inclusão.

Nesse sentido, uma política de valorização dos bens culturais intangíveis de uma cidade deve abarcar os fazeres e saberes dos diferentes grupos que a constituem. Só assim é possível alcançar-se uma gestão democrática da cidade, respeitando-se e valorizando-se o seu carácter polissêmico, as múltiplas linguagens que fazem dela muito mais do que um conjunto de prédios, casas e monumentos,

¹⁰² Para esta discussão, sobre a dimensão psicológica e social da memória, ver Bosi (1994).

mas lugar das expressões subjetivas dos sujeitos, das emoções partilhadas, de um “querer viver coletivo.” E aqui me inspiro na reflexão de um dos teóricos da Escola de Chicago, Robert Park (1967) que no início do século XX já dizia ser a cidade mais do que um amontoado de homens individuais, edifícios e serviços administrativos, mas um “estado de espírito”.

As narrativas sobre as cidades expressam as contrariedades, tensões, emoções e fantasias cultivadas pelos sujeitos e os grupos nos jogos identitários e na prática do espaço. Através delas pode-se chegar à apreensão de como se conjugam os signos “locais” e “globais”, identificando nas estratégias locais as múltiplas formas de manifestação das identidades, de expressão do “diverso” e do “plural”. Os relatos sobre as cidades trazem à tona os sentimentos dos sujeitos frente às transformações – reais ou imaginárias – do espaço e das vivências coletivas. Na demarcação das diferenças entre os indivíduos e os grupos há a sobreposição de algumas lembranças em detrimento de outras; todo o jogo de identidades envolve também silêncios, acontecimentos não-ditos, a propagação de mecanismos sutis que permitem a preservação de alguns elementos e o acobertamento de outros. É neste jogo, de afirmação e negação, que as identidades – étnicas, regionais ou nacionais - produzem e asseguram a força de suas narrativas míticas.

Contrariando a concepção de Benjamin (1992) de que a modernidade sucumbiu a arte de narrar, Rocha & Eckert (2005) vêem a narrativa como uma prática que se atualiza e se perpetua nas sociedades contemporâneas, alicerce fundamental para os estudos da memória coletiva.

Ao realizar este exercício de contrapor narrativas que versam sobre o espaço da cidade de Novo Hamburgo, entendo que essas narrativas ligam-se a processos identitários que não se limitam às fronteiras geográficas do município e do Vale do Sinos, mas se inserem num movimento maior, demarcando um *lugar* no âmbito de uma teoria sobre o Rio Grande do Sul e, por consequência, sobre a nação brasileira. Por isso, faz-se importante o estudo da memória coletiva para a compreensão das narrativas sustentadas pelos grupos que hoje reivindicam direitos ao espaço da cidade, à visibilidade de suas expressões culturais, ao acesso de bens e serviços disponibilizados no meio urbano.

A aplicação de algumas políticas de ações afirmativas introduz modificações no cenário urbano, na ocupação do espaço e nos intrincados jogos e disputas pelo

poder econômico e político. A patrimonialização de áreas de remanescentes de quilombos, bem como daquelas destinadas às populações indígenas, tem conduzido diversos grupos urbanos a uma mobilização crescente pelo reconhecimento de territórios marcados por seus traços étnicos, isto é, nas formas com que as paisagens das cidades revelam a persistência de tais traços, tangíveis ou intangíveis. A partir do final do século XX assiste-se a um processo de etnicização da vida urbana no Brasil - em alguns casos quiçá de “racialização” - no qual se verifica que os conceitos e categorias de interpretação do antropólogo muitas vezes se mesclam às lutas pelo direito das minorias.

No caso das populações negras e indígenas no Brasil, preparar-se para a diversidade significa mais do que adotar medidas no campo da ação social, significa, sobretudo, realizar disputas no plano do simbólico. Isso porque esses grupos propõem reconstituir sua história coletiva, dar visibilidade às suas memórias, projetar-se no âmbito de um imaginário coletivo. O paradoxo disso é que a sociedade brasileira que se acostumou a negar a diversidade é, hoje, conclamada a exaltá-la.

O impacto dessas idéias nas ciências sociais e humanas, no Brasil, transcende a mera revisão das teorias clássicas sobre a nação brasileira. Este movimento traz, como consequência, a necessidade de se pensar as cidades brasileiras na perspectiva do plural e do diverso. Para isso, é preciso “antropologizar a história”, atentar para os jogos da memória, percebendo como essas narrativas locais se entrelaçam a um ideal de nação e de identidade regional. Assim como outras cidades do Brasil contemporâneo, a cidade de Novo Hamburgo também é convidada a revisar seu “mito de origem”, preparar-se para vivenciar a diversidade, tanto real quanto simbólica.

Neste trabalho, foco no estudo das *narrativas étnicas* e sua força nos processos identitários das sociedades contemporâneas, tendo como referência a cidade de Novo Hamburgo no Vale do Rio dos Sinos/RS, região embalada pelo “mito do imigrante” e, ao mesmo tempo, transfigurada pelas múltiplas migrações internas e uma urbanização crescente, congregadora de diversas manifestações culturais.

À luz das reflexões decorrentes dos estudos da globalização, enveredo pelos interstícios da “experiência local” na tentativa de construir uma articulação entre as narrativas globais e as práticas locais. Porém, o local - *espaço-lugar* do

fazer etnográfico, ainda que se considere a atual flexibilidade das noções de *campo* de pesquisa e prática etnográfica - não está desligado dos liames do global. Aqui, se revela no espaço da cidade, lida e interpretada sob a lógica da diferença, *espaço* e *lugar* de encenação das tramas do local e do global.

Interpreto o local considerando os entrelaçamentos entre as noções de *espaço* e *lugar* sugeridas por Michel de Certeau (2001), que liga o *lugar* à acepção de ordem e estabilidade e o *espaço* à idéia de movimento e instabilidade. Para Certeau, as *artes do dizer e do fazer* cotidianos é que constroem os espaços e os lugares. Por isso ele aproxima o caminhar e o falar. “A arte de ‘moldar’ frases tem como equivalente uma arte de moldar os percursos” (p.179). Assim como na linguagem é possível brincar com o movimento das palavras, também aquele que caminha tem a possibilidade de criar *atalhos* e *desvios*, enveredar para o interdito, alterar os significantes do espaço. Se existe alguma ordem no espaço, existe também a possibilidade de mudar as paisagens, de acrescentar elementos de outros *lugares*. Os relatos de *lugares* são formas de ordenar as práticas do *espaço* marcadas por elipses, lacunas, descontinuidades. Os *lugares* são “tempos empilhados que podem se desdobrar” (p.189).

Aqui, na retórica do texto, o *espaço*, o *lugar* e o *tempo* orientam os passos da caminhada. Porém, no exercício de moldar o percurso desponta um grande desafio: o de articular os estudos de globalização à pesquisa etnográfica sem cair no que Magnani denomina de *tentação da aldeia*. Como operar com este tensionamento? Como administrar o olhar *de fora e de longe* com o olhar *de perto e de dentro*? (MAGNANI, 2002). Neste trabalho tenciona-se unir as duas visões, colocando em diálogo permanente a pesquisa etnográfica com leituras e interpretações das cidades contemporâneas resultantes de uma macro-análise, ciente dos riscos de ora resvalar para a “aldeia”, ora para o exagero de uma leitura demasiado generalizante. Para além desse desafio, resta outro não menos importante: os limites decorrentes da feitura de uma antropologia do *nós*, ao invés de uma antropologia do *outro* (VELHO, 1989, p.11). Busco construir uma distância metodológica mesmo sabendo dos limites dessa vigilância.¹⁰³ É provável que o excesso de proximidade possa causar no olhar, em alguns momentos, algum tipo de

¹⁰³ Colette Pétonnet (1995) discorre acerca disso, comentando da importância de o etnólogo ter experimentado o estudo do “exótico” antes de enveredar para o estudo daquilo que lhe é muito próximo.

refração. De qualquer forma, apesar de uma vivência de cerca de trinta anos na região do Vale do Rio dos Sinos sempre transitei entre estes dois pólos - o *nós* e o *outro* - ora me vendo na condição de estrangeira por ter migrado de outra região do Estado, ora na condição de uma igual por ali ter constituído uma identidade de trabalho, um espaço de moradia, uma referência para o mundo dos afetos.

2 NOVO HAMBURGO: ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA DO TRABALHO

2.1 NOS JOGOS DA MEMÓRIA, UM POUCO DE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

Conversando com uma colega de trabalho, historiadora, sobre a sua pesquisa de doutorado, ela surpreendeu-me com a seguinte preocupação: sendo ela, agora, detentora de riquíssimos relatos de história oral, encontrava-se diante de um dilema, pois, até o momento, não estava conseguindo localizar documentos que, a partir de uma análise comparativa, pudessem ratificar a veracidade das informações fornecidas por seus entrevistados. Ora, depois do impacto que me causou sua fala, cuja primeira leitura que fiz foi a de que ela estava supervalorizando os documentos e ainda devidamente “presa” à noção de verdade das fontes documentais, cheguei à conclusão de que a sua desconfiança com relação aos relatos orais não é muito diferente da nossa, quando utilizamos os documentos históricos com o propósito de fazer antropologia. Todas as vezes que fui ao Museu Histórico de São Leopoldo ou ao Arquivo Público do Vale do Rio dos Sinos sentia-me *fora do lugar*. Nas primeiras vezes o estranhamento foi maior porque os funcionários perguntavam: - “historiadora?” – “Não, antropóloga!” - “Ah!!, mas o que faz uma antropóloga dentro de um Arquivo Público?” Era como se eu estivesse traindo a antropologia.¹⁰⁴ Mais de uma vez fui indagada por historiadores sobre qual era o “recorte temporal” da minha pesquisa.

A beleza dessas incursões reside na constatação de que aquilo que nos mobiliza a pensar “quem somos nós?” é partilhado pelos pesquisadores de outras disciplinas, fruto de um *tempo* de indagações sobre qual conhecimento produzimos e qual é a natureza epistemológica desse conhecimento. Se na antropologia é possível localizar questionamentos sobre a autoridade etnográfica e as retóricas discursivas dos antropólogos,¹⁰⁵ do mesmo modo, alguns questionamentos

¹⁰⁴ Esses estranhamentos foram importantes para que eu construísse uma reflexão sobre a própria concepção de etnografia na antropologia contemporânea. Essas situações, mais de uma vez, fizeram-me recordar da banca do meu ensaio de qualificação, quando um dos professores avaliadores disse-me que eu estava ainda muito presa a uma visão tradicional de etnografia. Esse fantasma me perseguiu durante todo o trabalho de campo, porque também na defesa do projeto fui bastante questionada sobre quem eram os sujeitos da minha pesquisa ao tomar a cidade como objeto.

¹⁰⁵ Ver Clifford (1998).

encontram ressonância na história, no momento em que alguns historiadores colocam em xeque a autoridade e a escrita historiográficas.¹⁰⁶ No entanto, isso somente terá um grande valor caso os pesquisadores, antropólogos e historiadores, levem em conta o papel que cumpriu a escrita historiográfica para a consolidação de um modelo hegemônico de narrar o *tempo*. Se os textos antropológicos e historiográficos são científicos, literários, ficcionais, importa menos do que pensar qual é o sentido da narração que eles constroem.¹⁰⁷

Assim como a antropologia, a história também passou a se ocupar da busca de novos objetos. Esses novos objetos despontam, muitas vezes, nas *zonas de fronteiras* disciplinares ou, até mesmo, desafiam os pesquisadores a atravessar as *fronteiras* e efetuar *travessias*. Aqui ou lá, a mesma pergunta insistente se mantém: afinal, o que nos diferencia? Poderíamos ainda falar em “autoridade etnográfica” diante da popularização da etnografia no interior de outras disciplinas das Humanidades?¹⁰⁸ Entendo que o debate não se restringe à diferenciação teórico-metodológica, mas liga-se à legitimidade da própria disciplina, quando entendida dentro de um *campo* de disputas por *capital simbólico*, na já conhecida concepção de Bourdieu.¹⁰⁹ No caso da antropologia, a autoridade etnográfica reside exatamente na reflexão sobre o “destino” que o antropólogo dá àquilo que é resultado de sua experiência de campo, definido a partir do seu *percurso* no interior da antropologia, por mais *desvios* e *travessias* que possa fazer por outros campos disciplinares.¹¹⁰

Por essa razão, neste trabalho, procuro conjugar passado e presente etnográficos, colocando em diálogo antropologia e história, a fim de apreender os aspectos de duração e mudança e seus entrelaçamentos na configuração estética

¹⁰⁶ Ver Vainfas (2002).

¹⁰⁷ Sobre a fluidez e mistura de estilos nos textos acadêmicos contemporâneos, ver a discussão de Geertz (2003).

¹⁰⁸ Lembro de um Seminário de História que participei, no qual eu era a única antropóloga e o palestrante era um respeitado historiador do RS, que, na ocasião, apresentou Franz Boas como sendo um dos clássicos pesquisadores da história oral. Durante toda a noite ele situou Franz Boas dentro da história, sem fazer qualquer menção à antropologia, etnografia, etnologia ou qualquer outra designação.

¹⁰⁹ Ver Bourdieu (1989).

¹¹⁰ Bom exemplo da relação antropologia e história é a etnografia de Dickie (1996) sobre o *movimento dos mucker* – movimento sócio-religioso que aconteceu no final do século XIX, mais precisamente entre 1869 e 1874, no sul do Brasil, numa região de colonização alemã, onde hoje está localizado o município de Sapiranga, no Vale do Rio dos Sinos. A pesquisa de Dickie foi constituída por meio do estudo dos processos judiciais que envolveram os integrantes do movimento e os “suspeitos”. Neste estudo, Dickie interpreta o *discurso* proferido pelos próprios *muckers*, em momentos de defesa ou de acusação, observando as relações de poder imbricadas na construção das etnicidades em confronto.

das cidades. Às narrativas legendárias e históricas que versam sobre a formação étnico-racial do Vale do Rio dos Sinos e do Rio Grande do Sul, aspirou-se acrescentar as narrativas que exaltam a simultaneidade de presenças e o pluralismo cultural como ingredientes básicos para a leitura das cidades contemporâneas.

As implicações de pensar a cidade como um objeto temporal, seguindo a linha do que propõe Rocha & Eckert com a *etnografia da duração*, desafia a antropologia a intensificar o diálogo com a história. Diálogo que não é novo na antropologia, pois a acompanha desde os seus primórdios. Não obstante as críticas dirigidas à concepção de uma história linear e progressiva presente nos estudos evolucionistas, o debate sobre a relação da antropologia com a história acompanha a disciplina desde a sua fundação. Ora sob a acusação dos historiadores de realizar um centramento no presente etnográfico e o alheamento dos fatos históricos, ora a própria antropologia exigindo uma ruptura com uma visão ocidental etnocêntrica do tempo histórico na análise sobre outras sociedades, o fato é que esse debate nunca esteve afastado do interior da antropologia.

Em contraposição à perspectiva de uma evolução humana uniforme, Franz Boas, no início do século XX, já alertava que o desenvolvimento histórico podia ter seguido cursos variados; à investigação de uma cultura em particular somava-se a necessidade de descobrir a história do seu desenvolvimento.¹¹¹

Também Lévi-Strauss dedicou vários textos sobre a relação entre a antropologia e a história em distintos momentos de sua vida acadêmica. Por exemplo, num dos seus textos clássicos *Raça e História*,¹¹² a tônica da discussão foi a problematização dos conceitos de raça, cultura, etnocentrismo, no qual o autor procurava apontar os limites teóricos de algumas leituras evolucionistas que levaram em direção à idéia de uma história única, linear e progressiva do desenvolvimento humano. Na época, o autor chamava a atenção para os valores e a concepção de história que estariam ali embutidos.

Já em *O Pensamento Selvagem* (1989, p.288) Lévi-Strauss afirmou que conceber a história como um “desenrolar contínuo” não é apenas ilusório como contraditório, porque a história é marcada pelo descontínuo. Este texto marcou o clássico debate que Lévi-Strauss estabeleceu com Jean-Paul Sartre. Em *História e*

¹¹¹ Ver Boas (2004).

¹¹² In: *Antropologia Estrutural II* (1989b).

Etnologia (1),¹¹³ Lévi-Strauss também fez a ressalva de que não há como negar a história, pois “tudo é história; o que foi dito ontem é história; o que foi dito há um minuto é história” (1989, p.26). O autor referia-se, aí, à história vivida, à história que “os homens fazem mesmo sem saber”(Marx), e não à história enquanto disciplina ou enquanto orientação filosófica. Sendo assim, todos os povos têm história, não existem povos sem história. O que existe de diverso são as concepções que as sociedades elaboram acerca dessa história.

Para explicar como as sociedades se relacionam de maneira diversa com o tempo e a história, Lévi-Strauss construiu para fins analíticos uma distinção entre “sociedades quentes” e “frias”.¹¹⁴ Mais tarde, o autor retoma essa discussão tentando sanar alguns mal-entendidos. Reafirma, novamente, o caráter heurístico das categorias: “todas as sociedades são históricas da mesma maneira, mas umas resolutamente admitem este fato, enquanto outras o repugnam ou preferem ignorá-lo” (1996, p. 10).¹¹⁵

Na história, o debate não foi menos acalorado. A história feita por Fernand Braudel - período que ficou conhecido como a “Era Braudel”, de 1956 a 1969, quando esse autor “comandou” a produção historiográfica francesa (VAINFAS, 2002), exercendo forte influência sobre toda uma geração, na França e no exterior - foi marcada pelo diálogo com a antropologia estruturalista. Contrariando a história tradicional, que se dedicava às narrações dos acontecimentos e era caracterizada pelo tempo breve, Braudel interessou-se pela *longa duração* - a história das estruturas, do inconsciente, dos elementos estáveis, que perduram no tempo e atravessam gerações.¹¹⁶

Na verdade, Braudel concebia três tempos para a história: o tempo breve ou dos acontecimentos, o tempo conjuntural ou tempo médio e o tempo das estruturas, o da *longa duração*. No entanto, o trânsito do historiador por esses três recortes

¹¹³ Ensaio que integra o livro *Antropologia Estrutural* (1989a).

¹¹⁴ Esta proposta teórico-analítica foi apresentada num ensaio para a Aula Inaugural de Antropologia Social no Collège de France, em 1960, intitulado *O Campo da Antropologia*, publicado em *Antropologia Estrutural II* (1989).

¹¹⁵ *História e Etnologia* (2) (1996). Esta crítica Lévi-Strauss continuou respondendo ao longo de sua vida acadêmica. Em 1998, na Revista *Les Temps Modernes*, sob o título “Lévi-Strauss nos 90 - Voltas ao Passado”, o autor responde os teóricos Christian Delacampagne e Bernard Traimond, que retomam a clássica polêmica estabelecida entre Sartre e Lévi-Strauss sobre razão dialética e razão analítica.

¹¹⁶ Braudel (1990, 1992). Sobre a relação entre antropologia e história, especialmente via teoria estruturalista, ver discussão de Schwarcz (2000).

temporais não o retiram do tempo do mundo, o tempo cronológico, matemático, mensurável. Para Braudel, “estas fugas sucessivas não o lançam para fora do tempo do mundo, do tempo da história, imperioso, porque irreversível e porque decorre ao mesmo ritmo a que gira a terra” (BRAUDEL, 1990, p. 34). Essa máxima de Braudel ilustra os limites dos nossos diálogos, pois por mais ricos e proveitosos que possam ser, ainda somos muito “disciplinares”, ficamos a todo momento procurando demarcar o campo, assinalar o que nos singulariza, seja enquanto antropólogos, seja enquanto historiadores.¹¹⁷

Através da leitura de Vainfas (2002) é possível perceber que bem antes da “Era Braudel” a história já era seduzida por aquilo que passa a ser considerado objeto de estudo das ciências sociais ou, mais especificamente, da antropologia.¹¹⁸ A chamada *Escola dos Annales*, fundada na França, em 1929, sob a coordenação de Marc Bloch e Lucien Febvre, surgiu como resposta a uma história positivista preocupada em narrar os “grandes acontecimentos”, mobilizada pela “verdade dos fatos” e que não dialogava com outras disciplinas. A *Escola dos Annales* inaugura, então, no interior da pesquisas historiográficas, o estudo das mentalidades, dos “modos de sentir e pensar”, temas que serão retomados, mais tarde, pós “Era Braudel”, pela Nova História.

A denominada *Escola dos Annales* deve muito a Durkheim e Mauss e seus estudos de representação. Há uma influência forte da escola de sociologia francesa e, inclusive, do próprio trabalho de Maurice Halbwachs. Deste diálogo, a maior contribuição é o tensionamento do tempo histórico e progressista das sociedades ocidentais. Tensionamento este que persiste na teoria social contemporânea, pois, se há historiadores interessados na montagem de uma história oficial, há outros preocupados em atravessar esta história que muda com os tempos sociais.

O trabalho de Jeudy (1990) ajuda a compreender o entrelaçamento entre memória e história, bem como a atual valorização das *memórias do social* e os usos

¹¹⁷ Um dos temas mobilizadores da minha turma de Doutorado no PPPGAS/UFSC foi exatamente a interdisciplinaridade, discussão muito presente em vários momentos de sala de aula, sendo tema, inclusive, do meu ensaio de qualificação. A preocupação com as *fronteiras* disciplinares, a singularidade do “ser antropólogo”, a definição dos objetos de pesquisa marcaram este *tempo* de formação.

¹¹⁸ Refiro-me aqui aos estudos do campo do “simbólico”, ou melhor, da definição da cultura como símbolo. O antropólogo Adam Kuper (2002) no seu livro *Cultura: a visão dos antropólogos*, apresenta os caminhos percorridos pelo conceito de cultura no interior da antropologia, mostrando o quanto esta definição é crucial para a demarcação de um objeto e de um campo de atuação para os antropólogos.

e abusos da memória para a fundação de uma certa historicidade dos laços sociais, para a consolidação de uma história oficial, que é confrontada, perturbada pelas modalidades narrativas que constituem uma memória coletiva e que modulam diferentemente o *tempo*. Nesta memória coletiva não há um autor definido, ao contrário, há uma sobreposição autores e de histórias individuais.

A partir da leitura de Jeudy pode-se entender a busca de alguns historiadores - por vezes num diálogo bastante estreito com a antropologia - pelos estudos do cotidiano, pela história vivida, feita por indivíduos comuns na sua (com) vivência diária. Respeitando-se as especificidades teórico-metodológicas, antropologia e história ora encontram pontos de intersecção, ora defrontam-se com pontos fugidios, demarcando suas diferenças especialmente nos modos de lidar com o *tempo*.

Sobre a Nova História, Vainfas esclarece que ela tem como carro-chefe o estudo das mentalidades, mas não se limita a esse campo temático, abrindo espaço para a construção de novos objetos. A característica dessa Nova História é o estreitamento dos laços com a antropologia e a perspectiva do desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. Os temas preferidos passam a ser estudos do cotidiano e das representações; quanto ao estilo, Vainfas destaca o apego à narrativa. Mas o namoro com a antropologia, porém, custou à disciplina intensas críticas, como a elaborada por François Dosse (*apud* VAINFAS, 2002, p.34) que acusa a história de um afastamento das grandes sínteses e aponta como uma das fragilidades a análise do “mental fora do social”.

Apesar da intensidade das críticas, o diálogo permanece e se aprofunda com a chamada “Nova História Cultural” e a “Micro-História”. Segundo Vainfas (2002), essas vertentes abrigam os historiadores acuados diante das severas críticas dirigidas principalmente ao estudo das mentalidades. Porém, há uma continuidade naquilo que se refere à definição temática e aos objetos. É da pluralidade da chamada Nova História Cultural que Vainfas concebe a gênese da Micro-história.

Nascida entre historiadores italianos, a Micro-história caracterizar-se-ia por uma abertura aos estudos do presente e dos conflitos sociais, a preocupação com a escrita da história, o estilo narrativo ficcional, o apego ao micro ao invés das generalizações. Porém, o autor enfatiza que a aproximação com a literatura não

significa que o historiador deixe de perseguir a veracidade dos fatos. No que diz respeito à relação com a antropologia, o paradigma hermenêutico, por meio da proposta de *descrição densa* de Geertz, é o eixo dessas micro-análises. (VAINFAS, 2002, p. 125-126).

Agora, gostaria de aproximar toda esta retórica do que considero ser o cerne da relação que construo tanto com as narrativas historiográficas e literárias, quanto com as narrativas que são frutos da interlocução estabelecida com os sujeitos localizados no presente *etnográfico*. Todas elas fornecem elementos para se pensar a sobreposição dos *tempos* e cabem na *etnografia da duração*. O antropólogo necessita do tempo do mundo, do tempo do historiador, para, a partir dele, alcançar o tempo imanente, o tempo das subjetividades e das emoções coletivas.¹¹⁹

Para concretizar a articulação entre o global e o local, a pesquisa não se esgota no presente *etnográfico*, ela é impelida a examinar o passado, coletar fragmentos de discursos, buscar as motivações simbólicas que tanto desenham e garantem a perpetuação das narrativas legendárias sobre as cidades e os sujeitos que as constituem, como incitam a criação de novas narrativas, nas quais despontam os elementos que contrapõem indivíduos/grupos e demarcam identidades, dão visibilidade às transformações dos modos de vida e do fazer *cotidiano*, prefiguram as alterações do espaço ou as transformações dos *lugares* em *espaços*.

Para Michel de Certeau (2001) os relatos de espaço “atravessam e organizam lugares”, constroem itinerários, delimitam passagens, anunciam percursos e movimentos, determinam fronteiras. A “prática do espaço” também enuncia os *não-lugares* do percurso. Este jogo de reconhecimento dos lugares e *não-lugares* pode ser encontrado no relato de Jeferson Selbach (2006), no livro *Pegadas Urbanas: Novo Hamburgo como palco do flâneur*. Ali, o autor-narrador assume a identidade do *flâneur*, descreve e entrelaça imagens de Novo Hamburgo do passado e do presente; seu texto expressa o mal-estar da experiência de privação dos *lugares* e dos “símbolos perdidos”: a “*Eldorado prometida*”, a “*Manchester brasileira*”, a urbe do “trabalho e do progresso”, que vê desmoronar o seu sonho e conhece a decadência. Os “*nascidos em outras comunas*” tornaram-se maioria e da referência européia “*não restou nem o sotaque alemão.*”

¹¹⁹ Rocha & Eckert (2005).

2.2 PROSEANDO...

2.2.1 Com o Leitor

Antes de apresentar ao leitor fragmentos dos diálogos estabelecidos com alguns interlocutores em campo, peço licença para tecer algumas considerações sobre as falas escolhidas para compor a estética do texto. De antemão, quero informar que nem todas as falas resultantes do diálogo possuem a mesma visibilidade textual; ao contrário, algumas só vêm à tona após uma leitura mais minuciosa, pois ora estão nos rodapés, ora no meio de uma ou de outra reflexão teórica, exemplificando, esclarecendo ou, até mesmo, contrariando alguma afirmação da autora.

Na situação da pesquisa há conversas não marcadas pela intermediação de gravadores e de quaisquer recursos audiovisuais. No entanto, por ocasião da escrita do texto, parte dessas situações vem à memória como lembrança do que foi vivenciado durante a pesquisa, ilustrando e auxiliando no trabalho de *explicação* e *interpretação*.

Além disso, não se pode esquecer dos trabalhos de seleção e sistematização que antecedem a escrita do texto. Mesmo que o diálogo permaneça durante a escrita, permitindo que os interlocutores ajudem neste processo de seleção, decidindo e opinando sobre o que “tornar público”, a primeira seleção é da pesquisadora, que, de posse de um rico material de campo, elege as partes que vêm ao encontro do seu problema de pesquisa.

Este foi o caminho que percorri: após analisar cuidadosamente todo o material, desde aquele resultante de leituras e pesquisas bibliográficas, o diário de campo, as anotações gerais, até as entrevistas gravadas, fui fazendo a seleção do que seria mais relevante trazer para a discussão. No que se refere às entrevistas gravadas, alguns interlocutores pediram para reler o material selecionado, discutiram alguns pontos e fizeram algumas sugestões de melhoria.

Das comunidades negras de Novo Hamburgo que se organizam em torno das escolas de samba, vozes de membros da Portela do Sul são trazidas para a cena do texto devido à relação simbólica com o *lugar* onde está situada a escola, o antigo bairro *África*, hoje denominado de Guarani. A lembrança do bairro *África* é

constante nos relatos destas comunidades, assim como do próprio movimento negro. O bairro Guarani é razoavelmente próximo do centro da cidade. Ouvi de meus interlocutores que é comum deslocarem-se a pé até o centro, situado a mais ou menos dois quilômetros de distância.

Além da Portela, há outras comunidades carnavalescas em Novo Hamburgo com as quais mantenho um diálogo desde 2003, por intermédio da minha participação em projetos de extensão universitária. São estas: a Protegidos da Princesa Isabel, a Império da São Jorge, a Aí vêm os Marujos e a Sociedade Esportiva, Cultural e Beneficente Cruzeiro do Sul. Todas estas cinco comunidades estiveram integradas em 2007 e 2008 num mesmo projeto de ação comunitária denominado Quizomba da Cidadania, promovido pela Fundação Palmares e com uma proposta de realização interinstitucional, cujo trabalho de formação de oficinas era incumbência do Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo, o COPAA. Portanto, a discussão das ações afirmativas chega nessas comunidades por meio destes agentes: movimento negro, organizações não-governamentais e governamentais, universidade.

Em geral, essas entidades carnavalescas são dirigidas por famílias negras, cuja característica de composição das diretorias é o vínculo de parentesco. São muitos irmãos, tios, sobrinhos, que acabam assumindo o comando das atividades. Há certa garantia da preservação dessa característica pela forte participação de crianças e adolescentes - muitos desses são filhos dos diretores - em diversas atividades que ocorrem durante o ano inteiro.

No que se refere à disputa durante o carnaval, a maior representatividade tem sido conquistada pela Protegidos da Princesa Isabel, localizada no bairro Rondônia, no outro extremo da cidade. A Protegidos é a única escola de samba de Novo Hamburgo que tem assento no carnaval de Porto Alegre. Segundo integrantes do movimento negro, apesar de a população negra encontrar-se dispersa por todos os bairros da cidade, nos bairros Primavera e Rondônia há uma maior concentração.

Outra comunidade citada muitas vezes nesta tese é a Sociedade Cruzeiro do Sul, por também ocupar um *lugar* de destaque na memória coletiva desses grupos, por ter sido a primeira sociedade de negros da região, fundada em 1922¹²⁰

¹²⁰ Nasce primeiro como clube de futebol, o Sport Clube Cruzeiro do Sul, e depois funde-se com o bloco carnavalesco Os Leões, inaugurando, assim, uma Associação. (MAGALHÃES, 2005).

por moradores do antigo bairro *África*, antes da emancipação política da cidade. Desde a década de 40, a sede social da Cruzeiro passou a se localizar na Rua Osvaldo Cruz, onde hoje está situado o bairro Primavera, no lado oposto do centro da cidade, que é separado pela BR 116. A área foi adquirida em 1935, conforme consta no primeiro livro de Atas da Associação. Este livro traz também o registro da reunião de fundação do Sport Club Cruzeiro do Sul, em 1922.¹²¹ Segundo os meus interlocutores, no início, a rua Osvaldo Cruz era o local onde se fazia o despejo dos dejetos da cidade, por isso era conhecida como a “rua da limpeza”. Quer dizer, a área de terra adquirida pela associação ficava no local “menos nobre” da cidade, na periferia.

Hoje, neste lado da cidade há pelo menos quatro grandes bairros: o Primavera, o Rincão, o Boa Saúde e o Petrópolis, com níveis muitos diferenciados de infra-estrutura. Tanto o Primavera quanto o Petrópolis e o Rincão, por serem bairros localizados em pontos altos da cidade, têm sido ocupados, também, por uma população de classe média, média alta, que vão em busca das melhores vistas da cidade e da região. Estes focos contrastam com as ruas e áreas mais populares e com aquelas que concentram as populações de baixa renda. O Boa Saúde possui um histórico de exclusão. Fica numa região de divisa com São Leopoldo, inclusive, pertencendo ao município de São Leopoldo, mas é anexado a Novo Hamburgo por causa de um plebiscito organizado pela população local, em 1995.

No Rincão está localizada a escola de samba *Aí vêm os Marujos*, que possui seu barracão dentro de um Parque Municipal, o Parque dos Trabalhadores. Depois de um período de abandono, o Parque passou a sediar eventos festivos na cidade, como os da Semana Farroupilha. Já o bairro Primavera abriga outras Sociedades Recreativas, além da Cruzeiro. É um bairro com muita “vida própria”, com seus espaços de lazer, alguns pontos de comércio e bastante valorizado por seu rápido acesso a BR 116.

Na Cruzeiro do Sul mantenho uma relação de proximidade por meio da participação em muitas atividades: ensaios de carnaval, festividades, projeto de extensão, almoços comunitários, jantares e bailes beneficentes. Além disso, a Cruzeiro do Sul integra um coletivo regional criado a partir da intensificação do

¹²¹ LIVRO DE ATAS. N. 1. Acervo particular da Sociedade Esportiva, Cultural e Beneficente Cruzeiro do Sul.

debate das ações afirmativas, que procura fortalecer as sociedades de negros do Rio Grande do Sul, defendendo esses espaços como parte do patrimônio cultural de algumas cidades.

Segundo um integrante da Cruzeiro, no passado a Associação congregava os negros mais bem sucedidos da cidade e da região, enquanto a Marujos reunia os “negros pobres”. Talvez isso explique o porquê da existência de duas associações numa área relativamente próxima.

Na *Cruzeirinho*, como é carinhosamente conhecida na cidade, participei e ainda participo de muitos almoços aos sábados. No início era formalmente convidada para o churrasco. Na hora de pagar era na maior parte das vezes impedida, e o tal almoço acabava ficando como cortesia. A organização do almoço consiste em levar um pedaço de carne para assar e, no final, paga-se a salada e a bebida. Por volta das 11 horas, alguns integrantes da comunidade já começam a chegar portando o seu pedaço de carne para o churrasco. Enquanto um ou dois preparam e assam toda a carne, os demais aguardam o almoço conversando e confraternizando. À medida que me integrei mais diretamente nas atividades e deixei de ser uma “convidada formal” para o almoço, também passei a levar o meu naco de carne para o churrasco. O almoço coletivo na *Cruzeirinho* já é parte da “tradição”. Geralmente o almoço estende-se até às 16 h. Notei que por decorrência do projeto Quizomba da Cidadania, ocorrido ao longo de 2007 e no primeiro semestre de 2008, e que ocupava os dois turnos do sábado, parte dos integrantes já não conseguia se integrar neste almoço coletivo. Eu mesma comecei a sentir falta da confraternização do sábado, pois, assim como os integrantes da escola, deveria participar do projeto Quizomba enquanto professora extensionista da Feevale.

Ali, na *Cruzeirinho*, ao longo deste tempo, meus interlocutores mais diretos foram Ademir e Carmen, que são casados e membros da diretoria. Atualmente ele é presidente da Sociedade. Carmen e Ademir têm três filhas, uma casada, outra adolescente e uma ainda menina. As duas últimas participam dos projetos de extensão comunitária desde o ano de 2003, ao lado de cerca de outras quarenta crianças, todas moradoras do Bairro Primavera, ou do entorno. A filha adolescente, Emanuele, é membro do coral de um colégio tradicional de Novo Hamburgo, o Santa Catarina. Em virtude das suas atividades no coral, Emanuele já viajou para outros estados brasileiros e alguns países da América Latina. Ademir nasceu em Novo

Hamburgo e seus familiares sempre tiveram uma relação direta com a Sociedade Cruzeiro do Sul, enquanto Carmen chegou na região na década de 70, vinda de São Gabriel.

A *Cruzeirinho* é a Sociedade que reúne o maior número de crianças para os projetos de ação comunitária, como o Quizomba da Cidadania. Há, ali, no bairro Primavera, uma forte comunidade negra e as atividades desenvolvidas pela Cruzeiro costumam reunir boa parte dessa comunidade. Porém, em muitas festividades há presença de autoridades, integrantes de outras comunidades, negros e não-negros. Apesar da disputa por decorrência do carnaval, constata-se entre as cinco comunidades carnavalescas relações de troca e de solidariedade, pois mobilizam-se conjuntamente em torno de projetos, festas e eventos diversos.

Algumas destas atividades festivas exigem um certo investimento financeiro por parte dos participantes, como é o caso dos jantares, bailes e eventos. Mesmo assim, há uma certa expressividade na participação da população negra. Apesar das dificuldades financeiras, em alguns momentos tenta-se preservar o *glamour* que havia em determinadas festividades destas sociedades negras, comum em períodos anteriores, como se pode observar por intermédio da pesquisa de Magalhães (2005) sobre a Sociedade Cruzeiro do Sul. Ao longo do século XX os bailes de debutantes, por exemplo, eram grandes acontecimentos e revestiam-se de muita beleza e pompa. A comemoração do *13 de Maio* era um outro momento festivo de grande significado para essas comunidades.

É provável que as lembranças destas festividades contribuam para que as lideranças negras de Novo Hamburgo preservem a data do *13 de Maio* como um momento importante para a reflexão, contrariando o entendimento geral do movimento negro brasileiro que abdica do *13 de Maio* em prol da afirmação do 20 de Novembro, transformado em dia da Consciência Negra em memória a Zumbi dos Palmares. Não mais com um caráter festivo, mas com um caráter reflexivo, o movimento negro de Novo Hamburgo - o COPAA - realiza anualmente a atividade *Lembrar o 13 de Maio*, elegendo alguma temática para discussão.

Do mesmo modo, algumas atividades relacionadas à Semana da Consciência Negra acontecem também nos espaços das escolas de samba. A Sociedade Cruzeiro do Sul promoveu diversas atividades na Semana da Consciência Negra no ano de 2007.

Além de Ademir e Carmen, ao longo deste tempo, o diálogo na *Cruzeirinho* estabeleceu-se com outros interlocutores, especialmente com os irmãos Valdemar e Celomar, e com Deivis, filho de Celomar. Deivis é responsável pelo trabalho artístico relacionado às alegorias e fantasias para o desfile carnavalesco. Por ocasião do desenvolvimento do projeto Quizomba da Cidadania foi o oficinairo responsável pela oficina de Arte e Criação. A mãe de Deivis é descendente de imigrantes alemães, mas Deivis costuma dizer que, por causa do seu pai, a sua maior referência cultural foram os espaços de sociabilidade negra, integrando-se, desde cedo, às atividades na Cruzeiro do Sul. Segundo seu depoimento, em muitas ocasiões a sua mãe tinha uma participação direta, pois na condição de costureira confeccionava roupas, fantasias e acessórios para diversas atividades da *Cruzeirinho*.

Valdemar, devido à *memória do trabalho* nas indústrias de base coureiro-calçadista, ocupa, nesta tese, mais de uma vez a cena do texto. Amante da leitura e da filosofia, revela extrema sensibilidade, está na maior parte das vezes sorrindo e geralmente tem alguma mensagem de paz para transmitir. É muito ponderado. Vê com um certo receio o debate das ações afirmativas, teme que isto possa conduzir a uma intolerância racial, trazendo prejuízos para as relações entre brancos e negros. É presença constante em todas as atividades da Cruzeiro do Sul. No início do ano de 2008, procurou-me para que eu intermediasse sua relação com o curso de História da Feevale, porque desejava realizar uma pesquisa sobre a importância dos grupos étnico-raciais na formação do Rio Grande do Sul a fim de homenagear esses diferentes grupos no carnaval 2009. No ano de 2008 disputou pela primeira vez uma vaga no legislativo municipal, pelo PMDB.

Da Escola de Samba Portela do Sul, Luís Carlos e Clarice são os sujeitos de algumas narrativas que versam sobre a cidade e o atual bairro Guarani, antigo bairro *África*. Casados, ambos dividem as tarefas de coordenação e organização das atividades desenvolvidas na escola. Ele é o atual presidente, mas ela, sendo uma forte liderança, assume diversas responsabilidades em relação a projetos, eventos e festividades.

Desde que eu li Ruth Landes (1967), *A Cidade das Mulheres*,¹²² não deixo de prestar a atenção nos papéis desempenhados pelas mulheres nessas

¹²² Li Ruth Landes por ocasião da minha pesquisa em Salvador, em 1996. A publicação original é de 1947, mas Landes realizou a pesquisa no final da década de 30.

associações negras. Ruth Landes impressionava-se com a força das mulheres nos terreiros de candomblé da Bahia. Apesar da distância que possa haver nesta comparação, o fato é que a força das mulheres é algo perceptível nas comunidades carnavalescas de Novo Hamburgo, pois, mesmo quando não respondem diretamente pelos cargos de maior representatividade, como a presidência, elas ocupam-se de tarefas fundamentais relacionadas à organização e infra-estrutura, intermediando também as relações interpessoais, estabelecidas interna e externamente.

De todas as comunidades somente a escola de samba *Aí vêm os Marujos* é presidida por uma mulher, a Dona Alícia, conhecida por tia Lilinha, que conta já com mais de 70 anos. Tia Lilinha parece incansável, mais de uma vez explicou que a escola é a sua vida. Todos os sábados, faça frio ou calor, chuva ou sol, lá está tia Lilinha, recebendo as crianças do projeto, atendendo os acadêmicos, colocando o fogão à lenha para funcionar, aquecendo a água para preparar o chimarrão e o café, na precária instalação da cozinha do barracão. Sempre sobra um abraço e um sorriso para qualquer visitante, e se este tiver a sorte de passar em uma data significativa pode levar de brinde uma flor feita de balas de goma carregada de laços de fita, ou qualquer outro - singelo, mas pleno de significado - presente da tia Lilinha.

Ao longo da construção do texto vozes de outros sujeitos emergem, como a de Jaime, conhecido como “Caio do Carnaval”, que saiu de Livramento e veio para Novo Hamburgo para *trabalhar* nas indústrias de calçados do Vale. Conheci Caio em 2007, por causa da sua vinculação, na época, à Escola de samba Império da São Jorge, recém-fundada, mas que teve participação ativa no projeto Quizomba da Cidadania. O bairro São Jorge está situado às margens da RS 239, no caminho que leva à Taquara.

Dos diálogos mais fecundos não poderia deixar de mencionar aquele estabelecido com o movimento negro local, que, desde o ano de 2003, é reconhecido na cidade pela nomenclatura COPAA – Comitê Pró-Ações Afirmativas. Dos integrantes do COPAA os interlocutores mais diretos para a realização da pesquisa foram Mauro, Joel, Norma e Eliane. Conheci os integrantes do COPAA no final do ano de 2002 e, desde então, mantemos uma relação estreita por causa de parcerias institucionais em torno de projetos, ações e organização de diversas atividades na cidade. Mauro, Norma e Eliane são professores, atuando nas redes de

ensino público estadual, municipal e no curso superior, respectivamente. Mauro e Joel são, igualmente, funcionários públicos municipais.

No entanto, na tese, somente o Mauro participa mais diretamente, pelo simples fato de eu ter-lhe solicitado uma entrevista gravada, o que facilita a transposição de sua voz na composição do texto. Não o elegi à toa, pois, de fato, ao longo desse tempo, ele foi o meu principal interlocutor. Mauro é professor de história numa escola pública estadual, a Clemente Pinto, localizada no bairro Primavera, nas proximidades da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Mais de uma vez Mauro alertou-me sobre a forte presença dos negros como mão-de-obra dos curtumes e das indústrias de calçados do Vale. Esta leitura não surge do nada. Seu pai, já falecido, foi um trabalhador nos curtumes da região. Desde menino ouviu muitos relatos do seu próprio pai, de familiares e amigos sobre o trabalho nos curtumes. Mauro tem uma personalidade peculiar, é uma das pessoas mais bem-humoradas que eu já conheci na vida. Une ao bom-humor uma certa jocosidade, sendo capaz de introduzir o cômico numa conversa extremamente séria, sem nenhuma dificuldade.

Além do movimento negro de Novo Hamburgo, trago em vários momentos a fala de Gilberto da Silveira, militante do Grupo de Consciência Negra Palmares de São Leopoldo. Conheci Gilberto no início da década de 90, quando ele me auxiliou na pesquisa para o trabalho de graduação. A partir do ano de 2007 passamos a manter diálogos mais freqüentes em virtude da participação do Grupo Palmares no projeto Quizomba da Cidadania. Gilberto é uma grande liderança do movimento negro da região, dedicado e estudioso da questão racial foi, novamente, no ano de 2008, candidato a vereador pelo PT. Gravei a entrevista com Gilberto ainda no ano de 2006, quando ele respondia pela Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo municipal de São Leopoldo.

Na tentativa de estender o meu olhar sobre a cidade, esta “cidade do trabalho” à qual todos fazem referência direta ou indiretamente, fui à busca de outros interlocutores. Foi assim que cheguei até o Jairo Peralta. Tinha uma informação prévia de que Jairo, funcionário público municipal do setor da habitação, sabia muito sobre Novo Hamburgo, especialmente sobre a expansão urbana e a formação dos novos bairros, com a chegada de grande massa de migrantes na década de 70.

Desde a primeira vez que conversei com Jairo, ainda no ano de 2006, ele sempre se mostrou muito solícito. Fui várias vezes ao seu local de trabalho. Como tive uma experiência de trabalhar no executivo, sei das “agruras” do ofício, portanto, nunca estranhei algumas dificuldades que se fizeram presentes na constituição do nosso diálogo. Ele sempre aconteceu no entremeio de outras demandas, desta vida pulsante da cidade, que não cessa nunca e traz para dentro da secretaria os reclamos dos seus habitantes. Quase sempre conversamos aproveitando a “folga” do seu telefone celular, das suas saídas urgentes, do despacho com o secretário, entre aquelas breves, necessárias e repetidas deliberações que fazem parte do “corre-corre” diário de qualquer instância do poder executivo. Nas últimas idas ao Centro Administrativo Municipal já não necessitava de uma assessoria direta do Jairo, já não me sentia “atrapalhando” a sua rotina. Ele já havia providenciado a ajuda de outro funcionário, que me forneceu cópias de documentos por meio dos quais pude montar quadros e gráficos sobre o refluxo migratório em Novo Hamburgo.

Por sugestão de Jairo Peralta procurei o Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo. Fui à busca de algumas informações sobre os atuais números relativos à categoria dos sapateiros de Novo Hamburgo. Lá, dialoguei com Jair dos Santos, presidente do Sindicato. Jair nasceu em Novo Hamburgo, trabalha no calçado desde 1975, portanto, acompanhou de perto tanto o *boom* da produção do calçado quanto a crise desencadeada nos anos 90. Atualmente, Jair mostra-se preocupado com o “destino” dos trabalhadores demitidos, alertando que não há nenhuma ação organizada no sentido de buscar a reinserção destes no mercado de trabalho. Tomando-se como referência a BR 116, no sentido Porto Alegre a Novo Hamburgo, o Sindicato dos Sapateiros fica na avenida que desemboca bem no centro da cidade e dá acesso ao Shopping Center, à Igreja Matriz, à Praça do Imigrante, aos terminais de ônibus e ao comércio central.

Nas minhas andanças por São Leopoldo, atrás de material bibliográfico, fiz algumas visitas ao Museu Visconde de São Leopoldo, onde passei algumas tardes lendo, pesquisando e, vez por outra, conversando com o professor Telmo Müller. O Museu Visconde de São Leopoldo é um símbolo da imigração alemã no Vale. Está situado próximo à entrada principal da cidade, ao lado das duas pontes que se erguem sobre o Rio dos Sinos e permitem a passagem diária de milhares de

veículos e transeuntes. Está perto da Igreja Matriz, da Praça do Imigrante, da Câmara Municipal e da Rodoviária. Localizado na rua Dom João Becker, está a poucos metros do início da rua Independência, aliás, a Rua Grande, para os íntimos da cidade. Na Rua Grande está concentrada boa parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade. De uma intensa vida comercial durante o dia, à noite a Rua Grande torna-se palco para as atividades de lazer e diversão, por causa dos bares, restaurantes e danceterias que se espalham por quase toda a sua extensão. A rua é Grande porque ela também hospeda comícios, *showmícios*, passeatas, caminhadas e manifestações diversas. Há de haver um antropólogo (a) que se dedique a estudar a relação entre os leopoldenses e a Rua Grande.¹²³

Pelo mesmo motivo das idas ao Museu, fiz muitas incursões à Biblioteca Municipal de São Leopoldo, que, apesar de estar situada no centro da cidade, está fora do circuito da Rua Grande. Foi lá que encontrei vários livros sobre a História do Rio Grande do Sul, Vale do Sinos, Novo Hamburgo. Também lá tive acesso a jornais do início do século XX e a notícias que ocuparam o espaço da mídia naquele período. Quando precisava acessar os jornais pedia ajuda a um funcionário municipal, que, prestativo, logo perguntava qual era o assunto da pesquisa. Como repeti esta incursão várias vezes, com o tempo tornei-me conhecida deste funcionário, que já não me passava apenas os jornais, de vez em quando insinuava um “dedo de prosa” e me oferecia um café. Numa daquelas tardes disse-me que se eu realmente queria saber sobre Novo Hamburgo podia conversar com ele, afinal, vivera ali muito tempo. Foi quando me perguntou se eu não tinha interesse em ouvir suas estórias sobre a cidade. Por causa disso o Sr. Klein aparece na minha tese, pois trago uma das tantas estórias que me contou naquelas tardes.

Seu Klein nasceu em Novo Hamburgo e viveu no bairro Primavera. É descendente de alemães por parte de pai, pois, segundo ele, sua avó paterna teria vindo da Alemanha, de Hamburgo, e se instalado na colônia de São Sebastião do Caí. Contou-me que sua mãe, sendo “brasileira”, não lhe pôde transmitir o ensino da língua alemã e, por isso - comentou sorrindo - “Se alguém fala mal dos alemães sou

¹²³ É curioso, porque os leopoldenses costumam reclamar de Novo Hamburgo, alegando que o comércio é espalhado, disperso, que se sentem perdidos, não sabem aonde ir. Em compensação, elogiam a concentração do comércio da Rua Grande.

obrigado a escutar e abaixar a cabeça. Não sei de nada.”¹²⁴ Lembra também que foi alfabetizado na década de 40, período que “tinha terminado a guerra, terminou em quarenta e cinco, né? E aí era expressamente proibido falar em alemão.”(Klein, out./2006).

Seu Klein me divertiu muito relatando as peripécias que se envolvia quando jovem por causa dos seus namoros e das modas de viola. Disse-me que teve 21 filhos, sendo treze vivos e oito falecidos. Foi casado mais de uma vez, portanto, os filhos não são todos de uma mesma família. Surpreendeu-me com sua memória musical, passando por vários gêneros: samba, bolero, sertanejo, regionalista, citando de Nelson Gonçalves a Pedro Raimundo e Os Irmãos Bertussi. Disse-me que por causa da música transitava muito pelos espaços de sociabilidade negra. A música parece ser o elo que permite o encadeamento das lembranças de outro *tempo* e de um *espaço* que também já se apresenta distante : “Olha, eu gostava muito daquele tempo, mas eu não posso dizer que não gosto do dia de hoje, porque às vezes eu tô escutando música em casa e digo: meu filho, essa música eu tava dançando lá em tal lugar...” E segue reforçando seu argumento: “Quando eles fizeram essa música, quando eles estavam tocando pela primeira vez essa música, eu tava lá em tal lugar. Então, são coisas assim que ficam marcadas na vida da gente, né?” (Klein, out.2006).

Se as idas à Biblioteca Municipal de São Leopoldo não se limitaram à pesquisa de livros e documentos, tampouco no Arquivo Público do Vale do Rio dos Sinos, onde gastei muitas manhãs e tardes lendo, pesquisando, folheando jornais e proseando muito com Guido Lang e Marilza Bitencourt, ambos funcionários públicos da secretaria municipal de cultura de Novo Hamburgo. O Arquivo Público está localizado no centro de Novo Hamburgo, ao lado do Centro Municipal de Cultura, em frente à Praça 20 de Setembro. Se as matérias recolhidas dos jornais foram valiosas e complementam reflexões desta tese, tão ou mais valiosos foram os diálogos com Marilza e Guido Lang. Muitas indagações, muitos questionamentos, muitas sugestões brotaram deste diálogo. Marilza, apaixonada pela pesquisa e identificada com o universo “afro-brasileiro”, presenteou-me duplamente: primeiro, com a sua

¹²⁴ Na ocasião, lembrei de uma palestra que havia assistido com a antropóloga Giralda Seyfert, na qual ela destacara a importância do papel da mãe para o aprendizado da língua e para os processos de afirmação étnica, principalmente entre os descendentes de alemães. Na palestra, Seyfert utilizou a expressão “mães étnicas”.

publicação, *Resistência da Mulher Escrava*, segundo, com as suas interpretações críticas e com a sua notória perspicácia e visão política.

Guido, com a sua vivência em Teutônia/RS e com o legado herdado da cultura germânica, lançou-me muitas vezes no universo “teuto-brasileiro”, ora por meio das suas narrativas apaixonadas, ora desafiando a minha imaginação pela leitura dos seus contos. Com uma sensibilidade aguçada, acostumado a escrever contos sobre a vida nas colônias, deixava transparecer certo encanto pela antropologia, especialmente quando me alertava que “lugar de antropólogo” é na rua, no contato com as pessoas, e não folheando jornais dentro de um Museu. Por meio da leitura do seu livro *Sombras do Passado*, que fala da Revolução Federalista e da vida na colônia, identifiquei pontos de encontro com as narrativas que ouvira do meu pai e do meu avô, repetidas vezes, sobre as *peleias* entre chimangos e maragatos. Por causa dessas aproximações gastamos algumas horas de prosa.

Deve ser por causa disso que me atrevo a tornar pública uma dessas narrativas sobre os chimangos e maragatos, quando discorro sobre a identidade regional gaúcha. Ali, garanto a sua continuidade para além da oralidade, inserindo-a no universo da tradição escrita.

Também ocupa a cena do texto o Schmitt, ex-aluno da Feevale, que acabou inserindo-se no universo das minhas reflexões de “última hora”, por causa de uma palestra que proferiu na Feevale, no primeiro semestre de 2008, sobre sua experiência de trabalho na China. Naquele momento, chamou-me a atenção no seu relato as muitas expressões citadas em *mandarim*, as curiosidades que fazia questão de mencionar sobre o povo chinês e a explanação sobre os *estranhamentos* dos gaúchos que emigraram para China por causa da mudança do *cluster* do calçado de Novo Hamburgo para *Dongguan*. Conversei com Schmitt no campus 1 da Feevale,¹²⁵ que fica próximo a sua casa, no mês de setembro de 2008, após alguns contatos prévios por telefone e *e-mail*.

Do mesmo modo que Schmitt, Liane e Sandro são citados em algum momento da minha narrativa por causa da emigração para *Dongguan* no ano de

¹²⁵ O bairro Hamburgo Velho é um dos mais tradicionais da cidade. É bastante reverenciado porque foi ali que viveram os primeiros imigrantes alemães que deram origem ao nome *Hamburger Berg* e mais tarde ao município de Novo Hamburgo. Por causa disso, Hamburgo Velho ocupa um lugar especial na “memória oficial” da cidade. O campus 1 da Feevale localiza-se em Hamburgo Velho, no prédio onde funcionava nos primórdios de Novo Hamburgo o Ginásio Municipal São Jacó, que pertencia à ordem dos Irmãos Maristas.

2007. Com este casal o contato foi via e-mail, facilitado pelas redes de parentesco, devido ao fato de que Liane, ainda que a tenha visto poucas vezes, é filha de uma sobrinha de minha mãe.

Nas imagens de Novo Hamburgo do passado aparece um outro interlocutor, o Sr. Astor Cassel, meu aluno na Feevale, apesar dos seus 75 anos de idade. Apaixonado por Novo Hamburgo e pela história da imigração alemã disse-me ter retornado à universidade por causa desse interesse, optando, desta vez, pelo curso de história. Sr. Astor guarda com zelo muitas fotografias antigas de Novo Hamburgo e da sua família, recortes de jornais, lembranças da vida em Hamburgo Velho, dos momentos festivos, por isso, participa desta tese por meio de algumas fotografias do seu arquivo pessoal, que me foram carinhosamente cedidas para reprodução.

Algumas fotografias reproduzidas nesta tese também foram conseguidas a partir do diálogo com Ademir e Carmen, da *Cruzeirinho*. Desde que se acentuou o debate sobre as ações afirmativas existe um esforço da comunidade para juntar “documentos”, fotografias e objetos que possam materializar a memória dos negros da cidade e da região. Segundo Carmen e Ademir, como antes não havia nenhum movimento neste sentido, muitos desses materiais espalharam-se, perderam-se ou, então, encontram-se hoje na mão de particulares, o que torna bastante difícil e delicado o trabalho de recuperá-los para a Sociedade sob a alegação de que são representativos de um grupo e, portanto, devem ficar a serviço da constituição do patrimônio cultural dos negros de Novo Hamburgo e da região.

Algumas imagens da Novo Hamburgo do presente foram obtidas por meio do percurso por alguns *lugares* da cidade procurados exclusivamente para este fim: fotografar. Para este trabalho contei com a participação direta do amigo e colega na Feevale, o professor Dr. Norberto Kuhn Júnior. Familiarizado com a máquina analógica na era das máquinas digitais, a “fotografia pensada” e cuidadosamente elaborada de Norberto contrastava com a rapidez com que eu manejava a máquina digital, movida pelo apelo da quantidade diante da escassez e da economia de filme que a máquina analógica passou a representar. Independente do ritmo de cada um, sintonizamos na descoberta de algumas imagens que no nosso cotidiano são “naturalizadas”, na maior parte das vezes despercebidas, mesmo constituindo o cenário dos nossos itinerários diários pela cidade. Era como se por meio do ato de fotografar passássemos a estabelecer uma relação de maior proximidade e

intimidade com alguns espaços da cidade, quem sabe nutrindo a própria ilusão de que a fotografia nos atirasse para algo ainda não anunciado, não revelado, que a fotografia nos permitisse invadir a *alma* da cidade, descobrir seus segredos.

Isso tudo me fez lembrar algumas conversas com o antropólogo Hélio Silva, quando ele me dizia que algumas cidades não carecem de tanto esforço para serem descobertas, exibem-se, mostram-se; outras não, escondem-se, necessitam de um *tempo* a mais para serem descobertas. Esta crença, a de que existe algo não imediatamente visível e que precisa ser desvendado, legitima o uso da imagem em nossas etnografias. O desvendar, no entanto, não se limita necessariamente às interpretações da autora, “foge do controle” de quem realizou o encadeamento das palavras e das imagens no interior do texto, agora, já pode ser perseguido por outros sujeitos, está à mercê da imaginação e interpretação dos seus possíveis leitores.

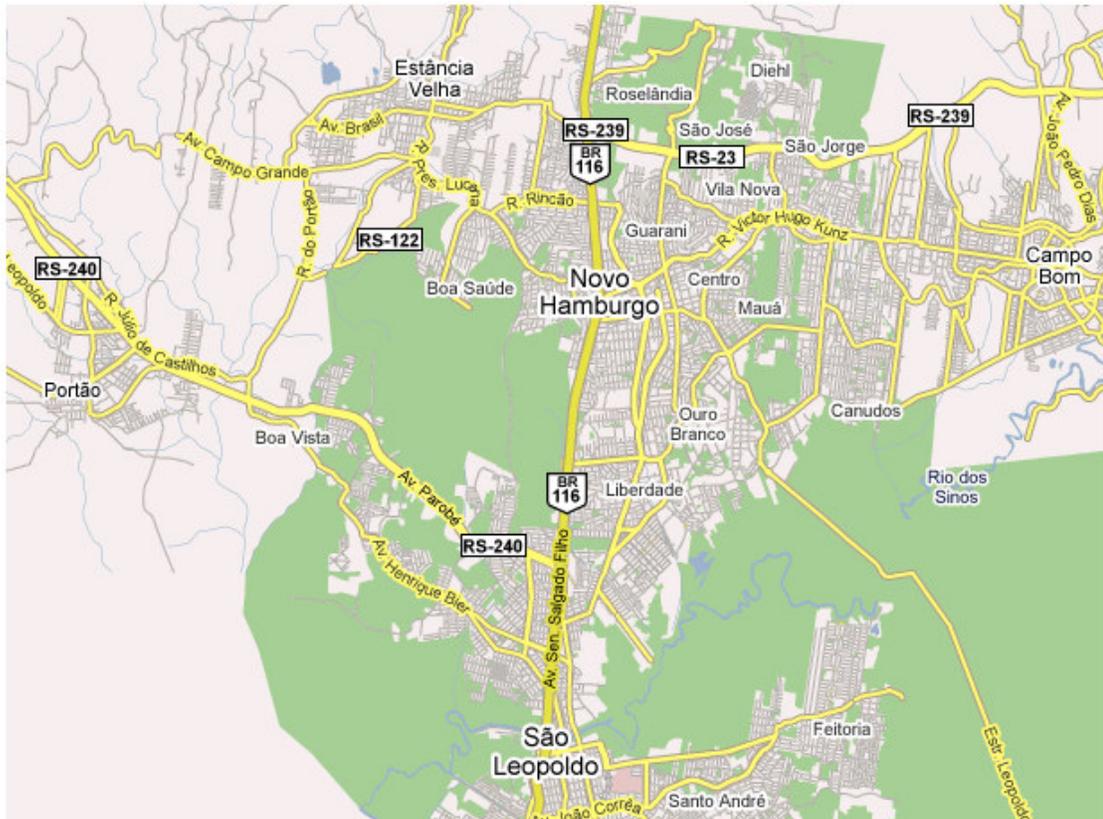
Quando tomamos a cidade como objeto de pesquisa não podemos esquecer dos informantes anônimos, os figurantes das cenas mais banais do cotidiano, que se mesclam à paisagem da cidade e das suas ruas e dizem-nos muitas coisas, mesmo quando não pronunciam uma só palavra. Estão por aí, nos altos e baixos de Novo Hamburgo. Sim, Novo Hamburgo é uma cidade de altos e baixos. Boa parte da região pode ser vista “por cima”, do alto: desce morro, sobe morro, outro morro, mais um morro... Por certo, os visitantes devem-se perguntar o que eram esses morros antes de serem “domesticados”, quando a travessia só era possível a pé ou por tração animal. Ainda hoje, apesar do ônibus, do carro, da moto, da bicicleta, muitos são os que percorrem a pé as suas ladeiras. Os que chegaram muito tempo depois, por causa da industrialização da cidade, ocuparam a parte baixa. O maior bairro da cidade é bastante plano. Canudos foi e é o maior bairro operário, apesar de existir o bairro Operário, ao ladinho do centro, que é vizinho do Guarani.

Canudos concentrou e ainda concentra grande parte das indústrias de base coureiro-calçadista e de insumos para calçados. Faz divisa com o município de Campo Bom e tem cerca de 60.000 habitantes,¹²⁶ espalhados entre as suas várias vilas. Ali, concentram-se as populações vindas especialmente da região noroeste do estado e, hoje, é dali que a maioria parte, novamente, em busca de melhores

¹²⁶ 58.992 habitantes. Conforme dados disponibilizados no *site* da Prefeitura Municipal, in: < <http://www.novohamburgo.rs.gov.br/index.php?language=1&subject=23#> > Acesso em ago. 2008.

condições de vida e de trabalho, por decorrência da escassez do emprego nas indústrias de base coureiro-calçadista do Vale.¹²⁷

¹²⁷ De acordo com as informações coletadas junto à secretaria municipal de habitação, relativas ao programa *Retorno às Origens*, que será melhor discutido posteriormente.



Mapa 1: Novo Hamburgo

Mapa com os principais bairros de Novo Hamburgo e as vias de acesso à cidade. Tamanho: 13 x 17 cm. O mapa foi recortado conforme os interesses desta tese. Informações completas ver referências bibliográficas 6 Mapas.

Fonte: World Map Finder[Google].

2.2.2 Com Luiz Carlos e Clarice, da escola de samba Portela do Sul

A Escola de samba Portela do Sul está localizada no bairro Guarani, antigo bairro África. Integra as atividades de extensão desenvolvidas pela Feevale desde o ano de 2003. Foi por meio dessas atividades que conheci Luiz Carlos e Clarice. Desde então, nesta comunidade, os dois seguem sendo os meus principais interlocutores.

No ano de 2006, encontrava-me liberada das atividades de extensão e ensino devido à licença conseguida junto à instituição para a realização da pesquisa de campo para o Doutorado. Iniciei, dessa forma, um diálogo diferenciado com esta comunidade. Não mais como professora extensionista, mas como pesquisadora, passei a freqüentar outras atividades da escola. Naquele período obtive o consentimento para a realização de uma entrevista gravada. Por ocasião da cedência dessa entrevista, pedi à Clarice que a mesma fosse em sua casa, no bairro Guarani, para que pudéssemos conversar mais tranqüilamente, pois o ambiente da escola de samba não é o mais adequado para a gravação, pois lá circulam muitas pessoas. O barracão da escola é razoavelmente perto de sua casa. Fui num final de tarde, e, como a conversa alongou-se, quando saí da sua casa, espantei-me, porque a noite já havia invadido a rua. Então, dei-me conta que o *tempo* havia passado muito rápido, decerto por causa das risadas, das brincadeiras e do chimarrão, que acompanharam a conversa.

Portanto, apesar de o diálogo ter sido retomado em várias outras ocasiões devido o contato sistemático que mantenho com a comunidade, inclusive, porque voltei a assumir, desde 2007, a antiga condição de professora extensionista, a narrativa ora aqui registrada diz respeito a uma conversa gravada no segundo semestre do ano de 2006.

Esta narrativa, assim como outras que virão, às quais o leitor vai se deparar mas adiante, e que aparecem sob o título geral de *Proseando...* não são meras citações explicativas no meu texto. Isso não significa dizer que não houve recortes e seleções do texto original. Ainda que as narrativas não apareçam integralmente nesta tese, salvo raras exceções, a intenção é que elas representem a situação do diálogo estabelecido com meus interlocutores. Por isso, optei em manter o formato

de diálogo, preferindo a marcação do *itálico* para sinalizar o início e o fim do trecho selecionado da conversa.

As quatro narrativas deste primeiro *Proseando* pretendem apresentar a Novo Hamburgo do *trabalho*, a Novo Hamburgo do apogeu e crise da indústria de base coureiro-calçadista, ainda que esses moradores, transformados em meus interlocutores, não falem todos do mesmo *lugar* e acionem imagens e lembranças distintas ao narrarem as suas vivências no espaço da cidade.

Segue a seleção das falas de Luiz Carlos e Clarice gravadas em outubro de 2006.¹²⁸

Luiz: *Eu sou de Cachoeira. Vim pra cá em 71. Eu moro há vinte e poucos anos aqui. Vim pra encontrar a Clarice.* (risos). ***Vim pra trabalhar e no fim encontrei ela e fiquei.***

Clarice: *E casou comigo* (risadas).

Margarete: *E tua família é daqui, Clarice?*

Clarice: *Nascemos, nos criamos, construímos família, tudo aqui dentro do bairro (Guarani). Só tem uma irmã minha que mora lá em Canudos. A gente se criou aqui, a gente fez a vida aqui, dentro desse bairro. A gente nasceu e se criou aqui. Não tinha porquê a gente sair daqui e ir para outro lugar se as nossas amizades estão todas aqui. Margarete, quando nós éramos pequenos, o meu pai - o meu pai se criou aqui no bairro - o meu pai sempre dizia pra nós que esse bairro aqui... só que essa história eu não sei nem contar, mas **a gente ouviu o pai falar que isso aqui era chamado de África.**¹²⁹ (...) **Tinham dois salões ali. Onde um salão entrava só os brancos, o outro salão entrava só os pretos.** Era uma separação. E o meu pai sempre dizia pra nós que as pessoas botavam um botequinho ali pra vender cachaça. Nós presenciamos, nós éramos pequenos, ficávamos todos empoleirados*

¹²⁸ Os grifos em negrito são meus.

¹²⁹ Sobre o bairro África encontrei os seguintes registros no Semanário 05 de Abril: *Anno 1*, n.16 – 19 de agosto de 1927, “Vende-se uma pequena chácara bem arborizada, com uma casa de madeira, por preço baratíssimo, situada á chácara do Snr. Adolfo Jaeger, no logar denominado Africa. Para tratar na mesma com o proprietário. Jacob Bier”; *Anno VIII* – 15 de junho de 1934, n.07, “Conflicto ocorrido hontem: fomos informados que um prêto, de nome Ernesto, e que se dedica à profissão de poceiro, e apesar de faltar-lhe uma perna, foi ferido hontem por um tal Francisco Marcellino no arrebalde denominado África, ferimento este produzido por projectil de arma de fogo, que foi alojar-se na outra, aliás na única perna que o infeliz Ernesto ainda possuie (...)” Neste mesmo dia, o Semanário trazia também outra notícia: “Soubemos ainda que um menor, de cor prêta, empregado do Sr. João Eismann e de nome Omar Miguel, vulgo Lico, furtou da gaveta do negocio do seu patrão regular quantia em dinheiro, achando-se preso, á disposição do Sr. Delegado, para os fins de direito.” Shütz (2001) informa que a alteração do nome África para Guarani ocorreu em 1943.

*nas cercas, empoleirados nas árvores, de noite. Tinha um botequinho na frente da nossa casa, os caras bebiam, bebiam... daqui a pouco se agarravam no pau e brigavam, brigavam, brigavam. E a polícia, aquela coisa... Meu pai: "O que eu falei pra vocês, **tudo o que botar aqui nesse bairro nada se cria**". E foi uma realidade. Então, nós da Portela somos perseverantes. Ah, nós vamos levar... Não vamos largar. A gente já viu muita coisa. Que nem um salão que tem aqui embaixo. Onde teve... meu irmão até pegou aquele salão. Por enquanto... claro que ele também foi um pouco responsável. Mas enquanto o cara da Madeireira não fechou aquilo ali ele não sossegou. Por quê? Porque era um preto que estava lá na administração daquele bar. Tinha música até altas horas da madrugada. O vizinho da frente ficava brabo porque o fulano saía lá de dentro do salão e ia mijar na frente da Madeireira dele. Enquanto não terminou, não sossegaram. Agora, tem um ali... faz baile toda a sexta-feira, eles bebem e brigam, mas tá aberto. Tem toda uma questão racial aqui dentro. (...)*

*Luiz: Em termos gerais, em Novo Hamburgo, o que a gente sente falta... É que **quando eu cheguei, em 71, aqui, serviço tinha**... Já é uma coisa em nível de Brasil, mas, aqui, em Novo Hamburgo, foi uma das cidades mais prejudicadas ... foi embora o calçado, ficou só em cima do calçado, no momento em que o calçado parou, parou Novo Hamburgo. Novo Hamburgo o que eu estou sentindo agora é que teria que ter mais emprego.*

Margarete: Você trabalha com calçado?

Luiz: Não. Meu ramo é metalúrgico, mas influi. Tudo influi. No tempo que tinha calçado bastante, tinha bastante serviço na metalúrgica. Faziam máquinas para calçados. Agora, parou tudo. Na minha idéia é emprego. Novo Hamburgo tinha que alavancar outro tipo de trabalho, pra voltar de novo. Calçado em Novo Hamburgo, pode ter certeza, já foi. Não vai voltar mais, é muito difícil. Tem que ter outros ramos.

Margarete: Agora tem a competição do calçado da China...

Luiz: É, agora é difícil, agora é muito difícil. Os caras não se preparam aqui em Novo Hamburgo. O que acontecia? Eles fixaram assim: é ganhar bastante. Não se preparam em ganhar pouco. E aí o momento que foi pra ganhar pouco os caras já estavam ricos. Então, foi mais fácil fechar. Fecho a minha firma, boto representação aqui, vou lá na China e busco, porque vou me incomodar com empregado... pagar... O governante aqui deve buscar outro tipo de trabalho.

Clarice: *Porque Novo Hamburgo era tratada como a capital, cidade do calçado. Cidade do Calçado! As pessoas vinham lá de fora, todo mundo se instalar em Novo Hamburgo, porque aqui eles iam ganhar dinheiro. O que é Novo Hamburgo hoje? Dá uma tristeza de ver. Essas firmas tudo com as portas fechadas.*

Luiz: *Passa em tudo que lugar, tu vê portas fechadas.*

Clarice: *Isso é uma tristeza. Meu Deus do Céu! Quantas firmas fecharam!*

Luiz: *Quando em vim pra cá, em 71, a gente tava muito bem trabalhando... quando saía pra almoçar os caras diziam: - “Vem cá, tu não queres trabalhar comigo, quanto tu tá ganhando lá?” - “Ah, eu tô ganhando tanto”. – “Te pago o dobro pra ti vir pra cá”.*

Clarice: ***Hoje não tem onde trabalhar.*** *Não tem onde trabalhar. E outra coisa: e quem trabalhava com calçado e que só sabia fazer isso? Hein?*

Margarete. *E faz o quê agora?*

Luiz: *Novo Hamburgo não se preparou pra isso. Não se preparou pra isso.*

Clarice: *Eu escutei uma entrevista, outro dia, eu vi na televisão, essa última firma que fechou aí pra trás, não sei se a Azaléia, qual é a firma que fechou aí. Primeiro veio o pai sozinho pra cá, arrumou casa, arrumou trabalho. Foi lá, buscou a família toda. Era um casal e mais três filhos. Eles trabalhavam todos na mesma empresa, desde que vieram pra cá. E daqui a pouco a firma fechou as portas: “Nós vamos fazer o quê? Nós não sabemos fazer mais nada”.*

Luiz: *Botam essas pessoas no mercado, que não sabem fazer outra coisa.*

Clarice. *E eu acho que daqui pra frente, calçado aqui em Novo Hamburgo, nessas firmas aqui...*

Luiz: *Eles já não estão mais fazendo questão nenhuma de fazer o couro. Os poucos curtumes que têm aqui, bem ligeirinho estarão fechados. Por enquanto ainda estão os velhos, no momento em que eles largarem fecha tudo. (...)*

2.2.3 Com Jairo Peralta, da Secretaria Municipal de Habitação

Funcionário público municipal do setor de habitação, Jairo Peralta forneceu-me informações valiosas sobre a expansão urbana de Novo Hamburgo. Mais do que isso, algumas lembranças de Jairo Peralta, especialmente sobre a Novo Hamburgo do final dos anos 70 e do transcorrer dos anos 80, encontraram eco nas minhas

próprias lembranças sobre a cidade e a região. Acima de tudo, por meio do diálogo com Jairo passei a prestar a atenção no movimento que ele caracterizou como sendo de “refluxo migratório”, iniciado nos anos 90.

Para deleite do leitor consegui gravar uma das conversas com Jairo, ali mesmo, na secretaria de habitação, fora do “horário de pico”, já no final do expediente. Registrei a sua voz rouca, ofegante e, por vezes, emocionada, mas que, por limitações inerentes à transposição para o texto escrito, infelizmente, o leitor perde grande parte dessa dimensão. Jairo é de descendência espanhola, nasceu em Porto Alegre, mas foi criado na fronteira com o Uruguai. É filho de Novo Hamburgo, adotivo, por certo, mas afetuoso, preocupado e mobilizado para buscar soluções e sanar os seus problemas urbanos.

Dentre os relatos dos projetos que acompanhou percebi que nenhum mereceu tanta emoção quanto o do Loteamento Kephas, onde 400 casas foram construídas através de mutirão no transcurso de um ano, no auge da industrialização de Novo Hamburgo. É neste momento da narrativa de Jairo que ele chama a atenção para aquilo que escapa do controle do *tempo*: é da ordem do vivido e está além da *duração* do mutirão. Então, é quando a sua narrativa abre-se para a lembrança das tantas histórias de vida que acompanhou naquele período de um ano. Se foi ali que, nas suas próprias palavras, (...) “Eu branqueei meus cabelos, eu chorei sentado em cima de tampa de bueiro, às vezes tinha que achar saída pras coisas.” (...), também foi ali que “Eu aprendi a a valorizar o que é um ano. Às vezes a gente não se dá conta do que acontece em termos da vida, em um ano, é fantástico: nasce gente, morre gente, se chora, se namora, se faz um monte de coisas”. (Jairo Peralta/out. 2006).

Abaixo, socializo com leitor alguns trechos da narrativa de Jairo.¹³⁰

Jairo: *Eu assisti Novo Hamburgo crescendo. É uma visão de fora, de quem tá lá fora, entende? Na verdade, eu assisti Novo Hamburgo crescer passando de ônibus na estrada, em 73, final de 73, quando eu vim trabalhar em Campo Bom, até 79. Então, eu via a cidade de Novo Hamburgo, não só Novo Hamburgo, mas todo este eixo que liga o próprio Sinos a Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia, São Leopoldo, tudo. Então, assisti o crescimento, e Novo Hamburgo chamava muito a atenção. (...) **E a gente assistia realmente as pessoas chegando, as pessoas chegando, chegando,***

¹³⁰ Os grifos em negrito são meus.

*chegando... E como é que isso acontecia? Via comunicação, vinha parente pra cá. A carta, funcionava muito pela carta. Uma forma de comunicação era a carta: "Emprego, tem emprego, tem emprego, tem emprego..." E o pessoal vinha. Toda a Novo Hamburgo, nessa ocasião, e o Vale do Sinos – e isso acontece simultâneo, não acontece só em Novo Hamburgo - se assiste nesse eixo, até Porto Alegre, o desenvolvimento de Porto Alegre com a influência de Canoas, Porto Alegre, no setor industrial, aquele crescimento que é típico daquela região. E o fato interessante que Novo Hamburgo e São Leopoldo... São Leopoldo é do outro lado do rio... então, **se via a coisa acontecer mais pro lado de cá do rio**. São Leopoldo também deve ter se desenvolvido, mas não sei se chega a ser com tanta ênfase na questão do calçado como foi do lado de cá do rio, que seria de Novo Hamburgo pra cima, onde pega os Vales do Rio dos Sinos e Paranhana. E a gente assistiu cidades, como as que eu conheci nessa época, Campo Bom mesma, onde eu trabalhava na década... Nessa metade da década de 70, Campo Bom era uma cidade de 17.000 habitantes... na época. Eu devo ter até algumas estatísticas. Se eu procurar em casa, eu devo ter algum trabalho da época, que eu me meti a fazer, de estatística de Campo Bom. Se eu achar vai ser interessante até pra comparar, e eu tenho, e é só dar uma procurada, fazer uma limpeza, lá, dos papéis velhos e se eu achar eu vou ter. Provavelmente a cidade de Campo Bom, hoje, tem, sei lá, 130.000 habitantes, ou coisa parecida, e também nessa década tinha 17.000 habitantes.*

Margarete: Campo Bom sentiu muito a queda do calçado, tem muita exclusão e violência.

*Jairo: Todas, exatamente. O que assistiu Novo Hamburgo? Aqui, no Vale, o que a gente assistiu? Quando eu vim pra cá **o pessoal tinha uma liberdade muito grande de trocar de emprego**. Eu via simplesmente as pessoas saindo de um emprego para pegar outro, pra sacar o fundo de garantia; disputa, disputa das empresas por funcionários. Eu lembro que eu morava no Mundo Novo... 5 h da manhã, 5: 30 h da manhã, carros de som... não só lá, em toda a cidade, oferecendo creche, oferecendo almoço, oferecendo vantagens para atrair o trabalhador. E os empresários buscavam diretamente, buscavam diretamente de ônibus. Era ônibus chegando com gente pra trabalhar na fábrica de calçado. Então, o que a gente interpretava na época? Pega justamente quando eu estou ainda estudando... fazendo a faculdade de serviço social, nessa época, parte dela. Pude comparar mais*

*cientificamente a coisa. O que se percebia mesmo? Que eram dois fatores: o fator da atração da cidade e o fator de expulsão do campo. Então, à medida que se transformava a propriedade pequena em grandes lavouras de soja, de trigo, iam se transformando em grandes latifúndios, iam dispensando a população, e ela, mais do que nunca, começou a correr para os lugares aonde tinha empregos. E, na época, **aqui era o El Dorado**. Sem dúvida, ela vinha direto para o Vale do Sinos. Era com endereço certo, não vinha peregrinar em Porto Alegre, e de Porto Alegre se transferia. Até dá para fazer outro trabalho aqui, de quem é que veio de Porto Alegre, porque acho que muito pouco. (...) E ela tem a característica da população que vem realmente do interior. Se percebia que muita gente já tava vindo de... ele migrava do interior para as cidades pólos, tipo Palmeira das Missões, Santa Rosa. Ele já tinha saído lá do interiorzão e se colocado na periferia dessas cidades, e de lá se transferia pra cá, ou direto do campo. Diretamente do campo pra cá. De Santa Catarina e Paraná também. O que nós analisávamos? Inclusive, dentro do discurso das políticas sociais, o pessoal criticava que nós oferecendo condições de vida, nós estávamos... – tentando sintetizar o pensamento da época – que se nós fizéssemos políticas de assistência social, de habitação, saúde, que tivesse essas condições, estaríamos atraindo as pessoas pra cá. Eu combatia muito essa idéia, dizia que não, - e acho isso - que o grande fator de atração da população é o emprego. Se tu tens emprego, não importa se tu não tens saúde, não importa as outras coisas, isso tu vais conquistando aos poucos, mas o emprego é sagrado. As pessoas vêm e vêm, e eu percebia isso nas entrevistas, nas conversas com as pessoas. **E houve uma ocupação da cidade fora da questão legal**, influenciada pela própria administração. Não vamos culpar nem uma parte nem outra. Tanto a prefeitura quanto o legislativo. Não o legislativo como instituição, mas como políticos, os vereadores da época captavam dentro da prefeitura quais os locais que eram áreas públicas, e influenciavam: “bota tua casinha lá, bota tua casa lá, bota tua casa lá”. E a própria prefeitura, às vezes, também não preparada e não esperando aquele fluxo, tinha que fechar os olhos, e não teve condições de sair atrás da habitação dessas áreas, que se deram algumas de forma espontânea e outras direcionadas. E o interessante é que Novo Hamburgo... nós passamos a década de 90, quando se começou a estudar mais e atacar e desenvolver mais a política de habitação, se considerava Novo Hamburgo duas cidades, a cidade formal e a cidade informal, ou a*

cidade legal e a cidade ilegal. (...) Essa cidade informal foi se criando justamente na área que era pública: praças, leitos de rua, margens das rodovias - dessa rodovia estadual, da faixinha que a gente comentou - nas beiras de arroio, principalmente.

*Quando eu digo que a habitação sempre foi um assunto de prefeitura para a periferia, é tudo, é cano, é luz. (...) Então, se discutia muito quando... até no jornal tem críticas de quando o pessoal chamava de favela e eu dizia que Novo Hamburgo não tinha favela. Então, esses dias acharam algumas reportagens, alguém que queria me criticar achou umas reportagens no jornal aí, de eu dizendo que não tinha favela, e eu continuo achando que Novo Hamburgo não tem favela. Ela tem um problema urbano de fundo de área a ser resolvido, mas que tem uma característica bem diferente daquela favela que as pessoas realmente conhecem. A qualidade de vida dela. Então, eu andei meio querendo conceituar, e depois não fui adiante. São três aspectos que entram na questão da sub-habitação: entra a legalidade do terreno, a questão urbana, a questão do saneamento e da densidade populacional, para se qualificar como favela ou não. Não cheguei a avançar muito. Na época pararam as brigas e eu larguei de mão de conceituar favela. Sub-habitação vingou, pra Novo Hamburgo é sub-habitação. É vila de sub-habitação ou núcleo de sub-habitação. Não se chama favela. Se isso é bom ou se isso é ruim... é uma terminologia que a gente acabou adotando. E a cidade se expande, a cidade cresce, como cresce a outra parte formal, que é fruto do desenvolvimento. **Ela cresce também lá na vila**, também, lá, ela se forma pra esse que dá a mão-de-obra menos qualificada, menos remunerada e ocupa realmente esse lugar, foi o que sobrou pra eles, o que sobrou. Então, de repente, tu começa a resolver e começa a devolver: devolver as praças, devolver os arroios, devolver as estradas para as cidades.*

(...) Já no início da década de 90 a gente vai encontrar o grande problema do desemprego. O pessoal querendo ir embora, embora de volta para o interior, ou pra outro centro onde estivesse sendo oferecido trabalho. Normalmente pra cidade do interior, onde ele tinha propriedade do pai, da mãe. Então, a gente começou a ceder o caminhão da prefeitura pra levar essas famílias embora. Isso não como forma de política pública, mas uma necessidade que se sentia. As famílias procurando, não tinha outro jeito, estavam desesperadas: “estou desempregado, estou sendo despejado do aluguel, não posso pagar multa, preciso ir embora”. Na

*verdade, se mantém esse fluxo. O interessante é que isso se manteve desde 90 até agora. Ele é apresentado hoje como um programa novo, mas ele já existiu, ele não é novo. Ele vem sendo feito desde a época de 90. Sempre se teve esse atendimento de levar as pessoas de volta. Se instala a administração e vem no programa de governo como programa de “retorno às origens”. Dentro do entendimento de que existe essa necessidade. Então, **esse refluxo ficou permanente**, não percebi mudança nele em momento algum. Se bem que eu fiquei afastado da administração durante três anos, se não me engano... É, três anos, talvez três anos eu tenha ficado afastado da habitação. E na minha volta eu continuei acompanhando isto: as pessoas saindo de Novo Hamburgo. Ela (a população) tem entrada e tem saída. Tem entrada e tem saída. Existe um fluxo de vinda e tem um fluxo que... o refluxo da população que está retornando. Talvez o que está chegando hoje seja o cara que retorne daqui a três, quatro anos, sei lá qual é o tempo de permanência hoje dentro da cidade. (...) Tem este fluxo, **tem este programa de “retorno à origens” justamente para dar amparo a este vazio que nós temos hoje, do emprego.** Para a população que está precisando do emprego e não tem oferta, a única saída talvez seja voltar para a cidade de origem, onde ela teria, hoje, mais condições do que aqui em Novo Hamburgo. (...) Não conheço estudo no RS, não tem nenhum trabalho, de ninguém, que fale desse refluxo da corrente migratória, pra onde está se ramificando, se volta realmente pra raiz ou se vai à procura de outro mercado de trabalho.*

Margarete: *Geralmente o pessoal trabalha o fluxo, a chegada...*

Jairo: *O refluxo não. E de repente eu tenho elementos aqui, do pessoal que está saindo. Na ficha eu tenho de onde ele é natural e pra onde ele está indo.*

Margarete: *Têm muitos de origem alemã na linha da pobreza?*

Jairo: *Nas nossas vilas, hoje, tu não vais pegar muitos desses. Tu vais pegar o “pêlo-duro”¹³¹. Até tem o cara que migrou de lá pra cá, tem (*das colônias). Mas o **grosso mesmo da população é o “pêlo-duro”**.*

¹³¹ Expressão local usada para designar os indivíduos que resultam da miscigenação de portugueses ou espanhóis com índios. Vieram, na sua maioria, da região da campanha, costa do rio Uruguai e Missões.

2.2.4 Com Jair dos Santos, do Sindicato dos Sapateiros de Novo Hamburgo

Para além dos atuais dados relativos aos trabalhadores das indústrias calçadistas, o diálogo com o presidente do sindicato dos sapateiros de Novo Hamburgo, Jair dos Santos, permitiu que eu começasse a olhar para as modificações na paisagem urbana de Novo Hamburgo. O *vazio* do emprego, já sinalizado por Jairo e reforçado na narrativa de Jair, encontra expressão nos pavilhões *vazios* espalhados pelos diversos bairros da cidade, que, num passado recente, abrigaram diversas indústrias de calçados ou de insumos para calçados.

Do mesmo modo, ao buscar pontos de interseção entre as narrativas, constatei que parte da resposta desta indagação do Jair: *Onde estão esses trabalhadores?* pode ser localizada na própria narrativa de Jairo, quando ele alerta para a existência de um refluxo migratório.

Seguindo a proposta do *Proseando*, trago algumas passagens da conversa com Jair, gravada em novembro de 2006.¹³²

Margarete: *Jair, qual é a base da categoria hoje?*

Jair: *Hoje nós temos em torno de doze mil sapateiros.*

Esse número já teve menor, já teve menor e também já teve maior. Se nós pegarmos... e, daí vou reportar ao passado, até 75, até 86, 87 eram trinta e cinco mil sapateiros. Chegou em 96, 98, quando começaram aquelas quebradeiras, chegamos a ter seis mil sapateiros na base. Depois de 2000, 98, ela cresceu, acho que foi a dezesseis mil. Agora, ela tá em torno de doze mil sapateiros, hoje, em Novo Hamburgo. A gente tá falando em nível de Novo Hamburgo, só aqui. Eram muitos sapateiros que a gente tinha aqui. Tanto é que era... hoje, Novo Hamburgo é conhecida como a Capital Nacional do Calçado, mas isso vem dessa construção lá de setenta, de setenta até oitenta e cinco, quando a gente estava no auge do calçado, quando nós tínhamos em torno de mais ou menos umas mil indústrias de calçado. Hoje a gente tem um pouquinho menos, um pouco menos que a metade. Tem em torno de umas quatrocentos e poucas, quinhentas empresas: grandes, médias e pequenas empresas, só que com ateliês junto.

Margarete: *Você falou em quebradeira, mas em alguns casos não é quebradeira, simplesmente elas trocam de região.*

¹³² Os grifos em negrito são meus.

Jair: *Isso, não, elas... quando a gente fala em quebradeira a gente pega muito os anos de noventa e quatro, noventa e seis, quando houve aquela equiparação do dólar com o real de um por um. Ali, seriam as ditas quebradeiras, as empresas, realmente, elas fecharam. Hoje não, hoje o que a gente tem.. Claro, fecham algumas empresas, elas quebram, mas é um número muito insignificante. Tem muita migração dessas empresas para o nordeste, para a Bahia, enfim, por conta do incentivo fiscal. (sic) Hoje, as empresas simplesmente desativam as suas atividades aqui e se transferem pra outros estados, onde os incentivos fiscais são maiores. Elas vão atrás disso, porque se fala muito que as empresas fecham aqui por causa do dólar, quando a gente sabe que a verdade não é essa, porque o valor do dólar é o mesmo aqui e lá na Bahia. Então, elas migram pra outros estados por outras razões, mas não por razão do dólar.*

(...) Hoje são poucas as empresas ditas grandes, as que a gente diz que tem acima de seiscentos, setecentos funcionários. Nessa época, dos anos 70, 80, tinha muitas empresas com esse número de funcionários. Hoje, se reduz, se reduz o número de trabalhadores, se faz a mesma quantidade de pares ou mais até, por causa do avanço da tecnologia - máquina nova, essas coisas todas - e diminui o número de trabalhadores, mas a produção ela continua sempre aumentando, ela não diminui.

(...) A grande maioria desses trabalhadores está desempregada ou na informalidade, até porque muitos desses trabalhadores vêm... eles migraram da roça, por exemplo, do interior pra cidade, com a promessa do emprego fácil, de construir a vida. Só que a gente sabe que, na verdade, isso, isso foi lá na década de oitenta. Quando começaram os anos noventa, iniciou-se a demissão, e é uma pergunta que a gente gostaria que alguém respondesse: onde estão esses trabalhadores?

(...) Eles buscavam essas pessoas pra trabalhar na cidade. Agora, não tem onde colocar. Tanto é que... eu não sei precisar o número, mas a gente sabe que há um débito habitacional de algumas milhares de pessoas, que não têm onde morar. Onde nós vamos colocar essas pessoas? Isso, na época que se tinha essa grande quantidade de serviço, não se pensou. Primeiro se pensou em trazer essas pessoas, e, eu acredito, não se pensou numa acomodação adequada pra essas pessoas. "Bom, vamos trazer porque tem serviço". Nenhum dos governos municipais pensou: "tá, e mais ali na frente?". Quando começou a ter essas demissões em massa: "onde vamos colocar essas pessoas?"

Margarete: *É que eles não previam.*

Jair: *Claro, é a mesma coisa: eu também não acreditaria se uma pessoa viesse me dizer, me falar, lá, há vinte anos atrás, que Novo Hamburgo ia ter essa... pra mim ia ficar do jeito que estava, a quantidade de trabalhadores. No mínimo eu chamaria essas pessoas de loucas, sei lá! Eu acho que para essas pessoas que foram demitidas, não se pensou num plano, num projeto para recolocar essas pessoas. Da mesma maneira, o avanço tecnológico, os computadores estão aí, só que assim: nós temos trabalhadores que hoje estão com trinta, quarenta anos de idade, que não tiveram acesso a computador. **Hoje, a gente sabe que existe máquina de costura, balancim, tudo computadorizado. Como é que essas pessoas vão ter acesso a este tipo de trabalho?** Não se pensou nisso, porque assim oh: a partir do momento que tu não te aprimoras, tu não te habituas com a nova realidade, tu ficas fora do mercado de trabalho, e esse profissional, esse cortador, essa costureira de vinte anos atrás, ela trabalhava numa determinada máquina de costura. Hoje, não, é bem mais avançado. Então, existe esta diferença: ou tu te qualificas pra andar pra frente, ou tu vais ficar com a velha máquina de escrever, fazendo uma comparação meia chula, é isso.*

2.2.5 Com Schmitt, sobre suas andanças na China

As minhas inquietações sobre a relação entre Novo Hamburgo e China começaram em 2006, quando alguns anúncios do Jornal NH na parte dos classificados passaram a despertar o meu interesse, especialmente aqueles relacionados à seleção de profissionais da área coureiro-calçadista para trabalho na China. Somando-se a isso, ao longo de 2007 e 2008, percebi que a China passou a ser assunto corriqueiro entre os meus alunos da Feevale, especialmente entre aqueles que atuam no ramo coureiro-calçadista.

Um dia, conversando com Ademir da *Cruzeirinho*, vendo fotografias e selecionando algumas para a tese, chamou-me a atenção uma foto em que aparecia um senhor sorridente enrolado na bandeira da Sociedade Cruzeiro do Sul. Ademir disse-me que se tratava de um integrante da Cruzeiro que havia migrado para *Dongguan*, no sul da China, e, para mostrar seu amor pela Cruzeiro, havia tirado

aquela fotografia em *Dongguan* e a remetido na forma de presente.

Cercada pelo assunto China por todos os lados, fui convidada por um professor da Feevale a participar, no primeiro semestre de 2008, de um painel denominado *China, Mitos e Verdades*, cujo painalista era um ex-aluno da Feevale que iria relatar a sua experiência de trabalho em *Dongguan*. Foi assim que iniciei um diálogo com Schmitt, cujos trechos dessa conversa estão dispostos na seqüência.¹³³

Margarete: *Schmitt, como surgiu a oportunidade de você ir para a China?*

Schmitt: *A princípio eu já tinha vontade de ir para a China e descobrir os novos mercados. Mas o que acontecia... **o que me levou mais a me mover para a China foi em função do mercado que estava em mudança aqui.** Por exemplo, nós sendo pressionados pelo mercado chinês, o mercado chinês avançando, evoluindo e, no entanto, nós, aqui, estagnados. Até mesmo na empresa que eu trabalhava, o mercado como um todo, todo mundo só chorando: “Estou perdendo o meu emprego o que eu vou fazer?” Então surgiu a oportunidade de China já há uns seis anos atrás. Surgiu a oportunidade e eu comecei a fazer inglês e a me especializar. Só que na época não aconteceu. Mas, mesmo assim, eu não parei, continuei meu inglês, desenvolvi meu inglês; estudava quatro, cinco horas por semana, o inglês, isso com professor, sem contar as horas por fora. Coloquei isto na cabeça: vou falar inglês, vou me dedicar a isso. No final de um ano o meu inglês já estava fluente, já estava legal, mesmo não pintando aquela oportunidade de seis anos atrás. E depois, três anos atrás, novamente... **O meu melhor amigo tinha uma trade instalada lá em Dongguan, que é na China**, é amigo do meu compadre, meu melhor amigo, e ele que me fez a proposta. Ele já estava... há anos insistindo, ele sempre insistia, todo ano que ele vinha, a cada seis meses ele sempre me convidava: “Pô, vamos para lá, vamos tocar os negócios juntos.” Me propôs uma sociedade. Ele é daqui de São Leopoldo. Ele já estava lá, tranquilamente, havia seis anos quase, com uma empresa aberta, a empresa dele mesmo. Daí, ele me fez essa proposta. Eu estava numa empresa havia oito anos. Então eu disse: “Já fiz, refiz, já fiz de tudo um pouco, criei a empresa também... Quando eu entrei para esta empresa ela tinha somente seis anos. Eu fiquei mais oito anos, ou seja, construí essa empresa. Então já havia feito de tudo um pouco.” Já com 36 anos no lombo, vamos dizer: “Pô, se eu não vou agora eu não vou mais.” Eu estava fazendo Negócios Internacionais, me formei,*

¹³³ A conversa foi gravada em set. 2008. Os grifos em negrito são meus.

*entreguei meu trabalho de conclusão e na semana seguinte embarquei pra China; fiz minha formatura via gabinete seis meses depois. Eu estava fazendo Negócios Internacionais e eu disse assim: “Nada melhor do que eu ter minha experiência e eu acho que agora é a hora, eu sei que é arriscado, é um outro país”. Mas como eu já tinha uma determinada estrutura, lá, até familiar, de amigos, então, facilitou muito. Levei minha esposa, já foi direto também, isso ajudou bastante. Fazer um deslocamento para uma outra unidade, outro local, outro país, mas já ter uma determinada estrutura funcionando e atuando e, até mesmo, com a esposa, também ajudou. Então, isso me motivou a tentar um outro país. Chegando lá, em compensação, as dificuldades são grandes, já começa pela língua, pelo povo. Os hábitos orientais são totalmente diferentes dos ocidentais: a forma do pensamento, a forma de ser e de agir. Por isso, começam os choques. Mas para quem quer se desenvolver, para quem quer buscar crescimento pessoal, crescimento profissional, conhecer como atuar num outro mundo, pra mim foi tudo escola, me ajudou muito, até hoje, na minha atividade profissional ajuda muito. Eu era gerente geral de uma trade, era o dono e eu. Eu era o gerente geral dessa trade, trabalhava com vendas, produção, PCP; colocava os pedidos em fábrica, negociava preço, vendia para outros clientes de diferente mercados, fazia toda a transação. Negociava com chinês todo dia, negociava preço de couro, preço de sapato, todas as atividades que envolvem os negócios de vendas de uma trade: receber o pedido, colocar em produção, negociar matéria-prima, acompanhar os processos de produção. Tinha técnicos em cada área, técnicos daqui. E, lá, o grande cluster do calçado é hoje Dongguan. **O cluster do calçado se moveu de Novo Hamburgo para Dongguan.** Só que eles não têm universidade, eles não têm formação de pessoas, lá, tu não vêes universidade formando. **O que existe, hoje, são os gaúchos, lá, bem dizer, “tocando o negócio” para os chineses e formando gente.** Principalmente os gaúchos, porque o calçado se estabeleceu aqui. Paulista não tem quase nenhum. São os gaúchos instalados como técnicos das principais companhias e desenvolvendo... fazendo toda a produção lá. E estão ensinando. Agora, tem uma formação. Em forma de cluster a China não se organizou, ela simplesmente detém as fábricas de calçados, mas não tem uma formação específica, não tem um*

SENAI,¹³⁴ não tem uma universidade que seja associada. Alguma coisa de design existe, mas não focada para o calçado, como temos, aqui, hoje.

Margarete: Por isso abre esse campo para vocês...

Schmitt: Sim, por isso abriu muito um campo. Antes o cluster do calçado era na Espanha... era na Itália, moveu-se para Espanha, antes de 1970. Depois de 1960/1970 mudou para cá, para o Brasil. Então, o último endereço do calçado antes da China foi o Brasil. Por isso eles vêm buscar os técnicos aqui no Brasil. As grandes empresas vão colocando os técnicos brasileiros, lá. Técnicos de outras nacionalidades têm poucos, **ou é chinês ou é brasileiro dentro das fábricas**, dentro das companhias, lá. O que existe é designers que vêm de outros países, mas poucos ficam dentro da China, eles mais entram e saem; vão lá, largam o desenvolvimento dos pedidos e retornam para os Estados Unidos e a Europa.

Eu voltei porque, digamos assim, eu não sou da área técnica do calçado. Eu sou da área metal-mecânica de formação. Trabalho no segmento de calçado há dez anos, 12 anos, no segmento calçadista. Minha função não é técnica, eu sou administrador. E se tu ficas muito tempo num país tu acabas ficando refém do sistema, porque eles vão para lá, recebem um salário razoável, considerável, e eles não têm mais essa função aqui, hoje, dentro do Brasil. Eles não recebem mais esse salário aqui dentro, porque cada vez mais os salários estão apertados; os técnicos, aqui, retornando ao Brasil acabam não ficando, acabam perdendo, cada vez mais, as conexões com o Brasil; não tem a opção, a oportunidade de eles retornarem, acabam ficando refém do sistema. E eu não fui pra lá buscando salário, porque o que eu ganhava lá, eu ganhava bem aqui também, na função de administração. Eu ganho aqui a mesma coisa que eu ganhava lá. Não fui buscar salário, eu fui buscar conhecimento. Se tu fores somente pensar em buscar salário, quem for nessa função, olha, fica pouco tempo e retorna. Eu fui mais para buscar conhecimento, eu queria mais era o conhecimento do que propriamente o salário. E foi isso que eu ganhei. Então, para evitar de eu ficar muito refém do sistema, ou seja, a cada ano que tu passas fora as tuas conexões aqui reduzem, tuas oportunidades e as tuas chances de retornar ao Brasil acabam ficando... “Eu vou ter de ficar aqui pra vida toda, eu não”. Por isso que eu pensei... a partir de dois anos e meio tive novas oportunidades aqui... então, trago o meu conhecimento e continuo aplicando aqui da melhor forma. Depois de

¹³⁴ No Brasil, tem-se o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

passar quatro anos, cinco anos, tuas conexões reduzem aqui. Daí é um pouco mais complicado, tu perdes o ritmo, também, do mercado. Até mesmo se tu fizeres engenharia, se durante dois anos tu não aplicares teu conhecimento de engenharia, tu estás totalmente desatualizado. Advocacia, engenharia, qualquer uma que seja. O contato com o mercado... Agora, eu volto, eu tenho que reaprender o Brasil como um todo, eu tenho que reaprender e repensar de novo; tem uma readequação e quanto maior o tempo que passar fora, mais ou menos será a readequação ao Brasil como um todo. Tu te recolocares de novo no mercado depende de ti. Eu retornei para a mesma empresa que eu saí, então, pra mim, foi uma boa, mas oportunidades houve várias, aí.

Margarete: Na China, sentistes que há muitas diferenças nas relações de trabalho?

*Schmitt: Eu tenho duas fases. Na primeira fase eu trabalhei com brasileiros, lá. Então, por exemplo, as relações de trabalho seguem condições internacionais. São regimentadas por condições internacionais. Agora, no segundo momento, eu fiquei um ano e meio trabalhando com um grupo chinês, 100% chinês, eu era o único gringo, laowai, o gringo, como eles chamam em chinês, na companhia; uns 3.500 funcionários e somente eu era o único cara de fora; tinha um designer francês, mas o designer francês morava na França, e até com o meu retorno agora para o Brasil, ele que está... Ele passa um mês na China, um mês na França, um mês no Brasil, um mês na China, um mês na França... Então, foi com isso que ele acabou retornando mais para a companhia. No entanto, era somente nós dois. Ele em Paris e eu atuando na China. **As relações de trabalho são totalmente diferentes.** O processo de remuneração... eles têm remuneração variável. A remuneração era 60% fixa e o restante variável baseado em desempenho e metas, metas individuais e por grupo. É bem conectado o sistema, é complexo, padronização, normalização, é confuso pra caramba! Não tem uma coisa simples, o negócio é totalmente complexo, tem de ser doutor para entender aqueles padrões e procedimentos deles, lá, de tão confusos que eles são. Mas é a forma que eles trabalham, é a forma que o chinês se organiza. Eles são muito burocratas. Em função de sair dum modelo comunista eles são burocratas em muitas coisas. Tanto é que, grosso modo, em cada uma das operações existem, no mínimo, duas a três vezes mais pessoas do que aqui, porque eles não são simples no modo de pensar. Eles não são objetivos e diretos, eles são muito complexos na forma de atuar, rápidos em algumas coisas, mas muito*

burocratas em algumas outras. Então, o modelo chinês é bem complexo. Eles são muito baseados na pirâmide organizacional. A primeira coisa que tu vês quando entra na empresa é organograma que tá lá pintado na parede. Então é assim: vale mais a tua caixinha, a tua posição. O cartão de visitas é a coisa mais valorizada por eles. O cartão de visitas e qual é a descrição da tua função, do teu nome, qual o cargo que você tem, isso é o mais importante, a qualquer outra coisa. Não interessa a tua formação, interessa o cargo que tu ocupas. Aqui no Brasil a gente tem mais a pessoa. Se eu disser: "O Schmitt", o Schmitt é reconhecido pelo seu background, pela sua formação, pelo que ele já fez, é isso que garante o nome. Lá, o que garante é o posto. Eles têm muito o reconhecimento e a punição. A punição existe. Se ocorrer um erro tal, que é da tua posição, tu vais ser rebaixado a funcionário. E acontece. Não foi nenhuma nem duas que eu vi acontecer o caso: o cara é gerente e ele simplesmente passar a ser supervisor. E ele tem de entender, e o salário dele, conseqüentemente, é reduzido. Se tu errastes tem um débito de tanto no teu salário. É direto: recompensa e punição. Começam os choques, por exemplo, punição de salário pra acontecer, aqui, só se tu roubares, e olhe lá! Tu vais é perder o teu emprego, não vais ser punido do teu salário. Existiram até casos de punições que eu vou te dizer: se o teu celular não tiver ligado no fim de semana pra receber uma ligação, lá, é 100 reais. Em cargo gerencial ou qualquer outro funcional, se eu ligar para o cara e ele não me atender no final de semana, quando ele teria de estar à disposição e não está, é uma punição que está prevista. Tem muito disso, as regulamentações. Então, é bem complexo. Eles fazem reuniões extensas e discutem, rediscutem, discutem, rediscutem... A gente é um pouco mais objetivo no que quer tratar, a gente define, bota os dados e as informações e eles dão volta, dão volta, dão volta... fazem alianças, fazem alianças... e discutem algumas coisas. Eles também são muito teimosos. Uma vez tendo uma decisão, mesmo que estejam errados eles não voltam atrás, não repensam. Depois de tomada uma decisão eles seguem a decisão. Por mais que eu trabalhasse numa empresa de alto nível, de gerentes de bom conceito e tudo, mas algumas coisas tu não tens como... era quase impossível mudar um pensamento: "Não, não, isso aí não mexe mais, isso aí não tem alteração." Eles são focados e fechados no seu modo de pensar.

Margarete: *Qual é o teu olhar sobre o Vale do Sinos, hoje?*

Schmitt: *O Vale sofreu vários processos de mutação. Em 95 o Vale teve o primeiro choque, e esse foi mais dramático que os outros subseqüentes. Várias empresas fecharam, muitos pais de família perderam emprego e tudo mais. A partir daquele momento o Vale já teve seu choque, foi o primeiro sentimento. Eu até digo que o ano passado e o ano anterior foram bem piores ainda, foram graves. Com o primeiro choque as empresas buscaram a sua diversificação, ou seja, vê-se várias empresas atuando no segmento de móveis e, antes, trabalhavam simplesmente fabricando adesivos para calçados. Hoje, elas fabricam até componentes plásticos, entraram pra área química, produzem materiais pra plantação e por aí afora. Então, diversificaram, já pensando que o Vale mais cedo ou mais tarde ia ter essa guinada. A única coisa que acontece é que tu não sabes que o dólar vai variar tanto, em tão pouco tempo. Ninguém acreditava dois anos atrás que o dólar ia atingir patamares de 1,6. No entanto, atingiu. O dólar variou muito mais do que se esperava em curto prazo. Mas o que se vê, hoje, é que mesmo as crises acontecendo, o Vale já tem se focado mais no comércio, nos serviços de modo geral. Tem aumentado muito o número de serviços, não mais tanto de indústrias. **O Vale tem deixado de ser industrial.** Tem-se focado na construção, tu vê várias coisas crescendo. Tanto que o baque aconteceu mas a cidade de Novo Hamburgo, o Vale como um todo, não deixou de crescer. Nos últimos anos a coisa continua evoluindo. Eu que morei três anos fora e retorno, agora, vejo que a cidade cresceu muito, mesmo em tempos de crise. O Vale tem buscado outras ferramentas. Acredito que o Vale tomou as lições devidas. Tem fôlego ainda. Tá diversificando e muito.*

Margarete: *Você acha difícil o calçado retornar, aqui, com a força que tinha?*

Schmitt: *Nunca mais volta. Não adianta chorar pelo leite derramado. Na própria China, eu vou dizer o seguinte: nos últimos dois anos - até citei na minha palestra¹³⁵ - somente neste ano, agora, de dezembro até março deste ano (2008), fecharam 2.000 fábricas somente na região de Cantón, da China, 2000 fábricas de calçado fecharam. O calçado tá migrando do sul da China para o norte da China, também. O preço do calçado, hoje, no sul, é o mesmo preço de fazer em Novo Hamburgo, Sapiranga, por aqui, afora. Calçado de couro, de um custo médio, na parte de U\$ 10,00, U\$ 12,00, U\$ 14,00, U\$ 17,00 é o mesmo preço fazer no sul da China ou*

¹³⁵ Refere-se à palestra que proferiu na Feevale, em Novo Hamburgo/RS, no primeiro semestre de 2008, intitulada *China, Mitos e Verdades*.

fazer aqui. No entanto, aqui, tu tens muito melhor qualidade, muito valor agregado, tu tens muitas outras vantagens, como acabamento, que tu não tens na China. Então, **o calçado está buscando outros endereços no mundo. Já está se mudando de lá.** Daqui há quinze anos o calçado vai estar na África, e por aí afora. Vai escolher um país da África, e daqui a 15, 20 anos, vai estar lá. Quem é técnico de calçado e quer mudar, e quer pensar alguma coisa, vai ter de se mudar para a África, hoje, vai chegar antes, vai acompanhar a terceira... vamos dizer assim... a primeira, a segunda, a terceira... vai acompanhar a quarta onda do calçado, vai ser num lugar da África. Os ciclos que a gente nota, da migração... **o calçado é uma mão-de-obra nômade, vai sempre buscar baixo valor agregado de mão-de-obra.** E os ciclos ficam cada vez mais curtos. Se o primeiro durou trinta anos, o segundo vai durar vinte e cinco, o terceiro vai durar quinze, o próximo vai durar dez, o outro vai durar cinco, sete, e assim vai. O parque fabril não é muito fixo que nem uma planta química. Uma indústria automobilística para se instalar demora muito tempo, para se instalar e se desinstalar dum país. Agora, uma fábrica de calçados, não. Se ela se instala, hoje, amanhã ela só muda de endereço, porque ela não tem nada fixo; é maquinário de costura, tu movimentas para um lado, para o outro, tu só precisas pavilhão, pessoas e energia elétrica.

Margarete: Como vivem os brasileiros lá, na China?

Schmitt: Bom, em termos de brasileiros, lá, só em Dongguan, vivem de 2.000 a 3.000 pessoas, da comunidade de brasileiros. São técnicos de calçados, famílias como um todo, de brasileiros como um todo. Tem quase 3.000 pessoas, lá. Tem-se de tudo, lá. **Tem o boteco Brasil: tem alimentação, tem comida, tem cuca,¹³⁶ tem torta de moranguinho, tem erva-mate, que passa para lá e para cá, o pessoal trazendo chimarrão.** Tem chimarrão em tudo que praça, lá, o pessoal tomando. Então, se instalou o cluster do calçado lá, trocou de endereço, né. Têm creches, tem tudo... só com brasileiros e outros mais. As criancinhas com três anos de idade falam chinês, inglês e português. Isso é muito legal de se ver, lá. Então, tem muita vantagem, está-se pertinho de Hong Kong, ali, que é primeiro mundo. Pega o carro ali, em uma hora e meia tu estás em Hong Kong.

Margarete: Você não voltou mais à Dongguan?

¹³⁶ Espécie de pão de massa doce feito com diversos recheios de frutas, chocolate ou requeijão, muito comum na culinária das colônias de imigração alemã do sul do Brasil.

Schmitt: *Eu estou recém há quatro meses aqui. Eu estou trabalhando com mercado interno, então, a gente não está indo muito pra China. O patrão vai e tudo, circula lá, mas eu não. Daqui a mais duas semanas ele vai para a China de novo, mas eu estou cuidando do mercado interno, tenho outros objetivos e outras metas.*

Margarete: *É bom ir para não esquecer a língua?*

Schmitt: *É, eu falo chinês. Tem até um restaurantezinho aqui embaixo onde eu vou bater papo com uns chinesinhos, pra não esquecer. Eles são balaios, é um pouco diferente. Mas tem de estar com a língua viva porque o chinês é muito difícil.*

2.3 DO TEMPO DO EMPREGO AO TEMPO DA CRISE DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA



Figura 1: Charge do Sinovaldo

Fonte: Jornal NH. Novo Hamburgo, 31/05/2007. Chargista: Sinovaldo.

Tanto nas narrativas orais quanto nas narrativas escritas a década de 70 é apresentada como um marco na história do Vale do Rio dos Sinos e, mais profundamente, na história de Novo Hamburgo. A década de 70 sintetiza a exacerbação dos valores em torno dos ideais do “trabalho”, da “prosperidade”, do “desenvolvimento” e do “progresso”. Valores estes permanentemente revitalizados nas celebrações coletivas que caracterizam a região e que ainda hoje persistem como elementos constituintes de uma identidade local, apesar da crise da indústria coureiro-calçadista, - iniciada na metade da década de 90 e que se mantém nos anos 2000 - devido especialmente à concorrência de outros pólos exportadores fortalecidos pela globalização econômica.

A década de 70 aparece como a concretização do grande sonho do desenvolvimento econômico e a sua exaltação é muito presente nas narrativas que versam sobre o período. É o *tempo* em que a cidade abre-se para a exportação. Analisando-se as notícias veiculadas pela mídia impressa local deste período, tem-se a dimensão deste pensamento.

É importante frisar que em 1963 foi inaugurada a I FENAC, primeiramente com o caráter de Festa Nacional do Calçado, depois, em 1965, passou a ser denominada de Feira Nacional do Calçado. Desde 2006, a cidade vem recuperando essa denominação de Festa Nacional do Calçado, substituindo as Feiras voltadas para os atacadistas e o grande comércio nacional e internacional para o comércio de varejo, que busca atrair o público consumidor da região. Neste novo formato, em 2008, a Festa apresentou a sua terceira edição consecutiva. Segundo o atual diretor-presidente da FENAC, Júlio César Camerini, a idéia foi focar no consumo e resgatar a participação popular característica das grandes festas da década de 60.¹³⁷ Ao ser indagado sobre o atual momento do setor calçadista, Camerini destacou:

O momento que atualmente o setor de calçados está passando realmente inspira preocupações. Mas o problema está principalmente no calçado que é feito para ser exportado, pois é uma realidade que perdemos mercado lá fora, o que provocou o fechamento de muitas fábricas na região e deixou um contingente de mão-de-obra solta no mercado. Conseqüências advindas do problema cambial. Já o mercado interno vai muito bem, batendo altos índices de produção e dando sinais de continuidade. Isso não afeta diretamente a festa do calçado, que é um momento de consumo interno, mas afeta todo o nosso Vale de um modo geral, pela questão do desemprego, da instabilidade decorrente desse processo, dos problemas sociais e do aumento da criminalidade, por exemplo. Mas temos a certeza que a festa vai repetir toda a sua beleza e o seu glamour dos outros anos. (Júlio Camerini, entrevista cedida ao Jornal NH, publicada em 05/09/2008).

Na cerimônia de abertura da Festa, em 2008, rerepresentou-se o Hino da Fenac, composto em 1963. Camerini ressaltou a importância de repetir-se o *glamour* dos outros anos. De fato, as Festas e Feiras eram momentos de grande solenidade na cidade. Nos exemplares do Jornal NH das décadas de 60 e 70 encontram-se registros freqüentes das visitas de governadores de estado e presidentes do país nessas Feiras. Um exemplar do ano de 1967 registra a participação do presidente Costa e Silva na III FENAC.

¹³⁷ Entrevista cedida para o Jornal NH, em 05/09/2008. Título da matéria “Vai ser um momento MÁGICO”.

Do mesmo modo, um exemplar do Jornal NH de 22/06/70 traz : “E na tarde de domingo, para aqueles que não queriam perder nem Fenac nem Copa do Mundo, uma infinidade de televisores foram espalhados pelos pavilhões da V Feira Nacional do Calçado.” A notícia ressalta que E.U.A. e Canadá prometiam importar um bilhão de pares nos anos 79/80. Entre os países presentes na V FENAC a matéria enumera: Dinamarca, França, Suécia, Inglaterra, Alemanha, Japão, Canadá, Estados Unidos.

No exemplar do Jornal NH de 16/09/70 encontra-se: “Ninguém segura mais esta cidade”. A matéria faz referência às palavras do presidente Médici que teriam sido pronunciadas por ocasião de sua participação na V FENAC. Esta frase foi usada pelo NH na campanha para que cada lar tenha um jornal. Vale recordar que a frase “Ninguém segura esse país” era *slogan* do governo Médici. É desse período a criação do Jornal *Brazil Export*, editado mensalmente em Novo Hamburgo para divulgação da cidade e da produção calçadista no exterior.

Em 02/04/71, o Jornal NH fazia a seguinte alusão à cidade: “Aqui se trabalha, Novo Hamburgo não pára.” Em 20/06/73, o NH trazia a matéria: “Imigrantes encontram em Novo Hamburgo a Terra Prometida.” Fazia-se alusão ao progresso e à industrialização de Novo Hamburgo.

Esta exaltação de Novo Hamburgo como a cidade do “progresso”, projetada para o “futuro”, aparece nos relatos e depoimentos orais, mas também é muito freqüente na mídia impressa – especialmente no Jornal NH, cujos registros encontrei em exemplares dos primeiros anos da década de 70 - e na produção de textos acadêmicos. No Jornal NH, de 20/03/70, encontrei a seguinte matéria relacionada à indústria Franciscano - Strassburger & Cia. Ltda:

“Para nós não existe passado”. “Sim. Nós raciocinamos em termos de futuro. Do Brasil Grande. A década de 70 está aí. E com ela a redenção econômica do nosso país.” “Sim. O Franciscano está presente no futuro do Brasil. No Mercado nacional já conquistamos liderança. Agora, estamos trilhando também outros caminhos. Inglaterra, Estados Unidos, Canadá. E para tanto construímos um pavilhão especialmente para fabricar produtos exportáveis. (Não podemos prejudicar o mercado interno, é claro).”

Pode-se afirmar que a década de 70 é paradigmática para a sociedade brasileira como um todo. Em minha pesquisa de Mestrado, elaborada em 1997, identifiquei o quanto a década de 70 era apresentada como paradigmática nos trabalhos acadêmicos sobre Salvador/Bahia, visão fortalecida nos relatos orais,

cujos destaques eram tanto as transformações econômicas e sociais advindas da industrialização e do desenvolvimento do turismo, quanto o surgimento de novas linguagens estéticas e culturais que emergiram nos espaços do carnaval, das festas populares e da sociabilidade urbana.

Precisa-se considerar que nos anos 70 o Brasil vivia um período ufanista, alimentado pela crença do “milagre econômico”. No caso de Novo Hamburgo, a relação que o município passou a manter com um projeto nacional-desenvolvimentista para o país, especialmente no período entre 1968-1978, é objeto de estudo de Martins e Becker (2005), que mostram como este projeto desenvolvimentista – cujo início localiza-se ainda no governo Vargas - acentuou-se com o golpe militar, quando os produtos industrializados passaram a ser hegemônicos nas vendas externas do país. Ao invés de importar produtos acabados estimulou-se a importação de máquinas para a produção e exportação desses produtos. Se de 1940 a 1960 importavam-se máquinas, mas a venda externa principal continuava sendo os produtos agrícolas, de 1960 até 1980 passou-se a vender produtos prontos. “Passou-se então de um processo de substituição de importação para um processo de substituição de exportação.” (MARTINS; BECKER, 2005, p.85)¹³⁸

O Vale do Rio dos Sinos tornou-se pólo de atração de intensos fluxos migratórios internos devido à proliferação de suas indústrias, especialmente metalúrgicas e coureiro-calçadistas, que de alguma maneira materializaram o “sonho da modernização”, seduzindo os deserdados e desgarrados da terra em direção à “cidade grande.”¹³⁹ Os recém-chegados, se não compraram suas casas, ocuparam áreas verdes, ficaram à beira dos arroios;¹⁴⁰ poucos puderam adquirir suas casas e realmente prosperar; à maioria restaram os casebres e a favelização.¹⁴¹

¹³⁸ De acordo com os autores, paralelamente a este movimento ocorre o desenvolvimento do ensino superior no Vale a fim de dar conta de uma mão-de-obra especializada. Ver Martins; Becker (2005).

¹³⁹ Na região da campanha gaúcha é comum utilizar-se a expressão “cidade grande” em oposição às pequenas cidades do interior, de economia basicamente rural.

¹⁴⁰ Os principais arroios são Pampa, Cerquinha, Luiz Rau e Gauchinho, integrando a Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos. A afirmação de que grande parte da população ocupou margens dos arroios tem como sustentação os relatos de Jairo Peralta, da secretaria municipal de habitação. Ver proseando 2.2.3.

¹⁴¹ Segundo Jairo Peralta, o poder público municipal não utiliza a denominação favela e sim sub-habitação. Não seria isso ilustrativo de uma certa dificuldade de se lidar com a derrocada do “mito do progresso”?

Naquele momento, o que estava em pauta não era um planejamento urbano adequado, mas a necessidade de oferta de mão-de-obra para a expansão da indústria. Por isso, os problemas relacionados a uma urbanização crescente, como a falta de saneamento básico e as péssimas condições de moradia, não desmotivaram o incentivo à migração interna. Segundo o relato de alguns interlocutores, neste período era comum a mobilização de pequenas cidades por meio da utilização de carros de som que faziam a chamada dos trabalhadores para as indústrias do Vale. Especialmente as pequenas comunidades, próximas às principais cidades, as indústrias forneciam ônibus para o transporte dos operários. Essas indústrias disputavam os operários por meio da oferta de um ou outro benefício, de modo que o rodízio da mão-de-obra era uma prática corriqueira.

É neste período, também, que sujeitos de outros *pagos* e outros *rincões* migram em maior quantidade para o Vale do Rio dos Sinos, movidos pelo sonho do emprego e a promessa do desenvolvimento. Abrem-se as *porteiras* para a entrada massiva de muitos *outros*, especialmente os, assim denominados, *pêlos-duros*. Além destes, migram para o Vale os descendentes de imigrantes italianos, vindos especialmente da serra e dos campos de cima da serra. Também vieram trabalhadores de outras colônias alemãs, especialmente do nordeste e noroeste do estado. Da mesma forma, dos estados vizinhos, Santa Catarina e Paraná.¹⁴²

¹⁴² Ver gráficos disponibilizados nas próximas páginas. Os gráficos foram elaborados a partir do levantamento de dados junto à secretaria municipal de habitação de Novo Hamburgo.



Fotografia 1: Vista da expansão urbana (A).

Vista da expansão urbana de Novo Hamburgo da altura da rua Engº Jorge Schury, Vila Diehl, zona norte do município, cortada pela RS 239, rodovia que leva em direção à Taquara. Out. 2008.

Foto: Norberto Kuhn Júnior.



Fotografia 2: Vista da expansão urbana (B).

Vista da expansão urbana de Novo Hamburgo da altura da rua Eng^o Jorge Schury, Vila Diehl, zona norte do município, cortada pela RS 239, rodovia que leva em direção à Taquara. Ao fundo, o centro de Novo Hamburgo. Out. 2008.

Foto: Norberto Kuhn Júnior.



Fotografia 3: Vista panorâmica (A).
Vista para o centro da cidade do alto do Santuário das Mães, no bairro Roselândia.
Out. 2008.
Foto: Margarete F. Nunes.



Fotografia 4: Vista Panorâmica (B).
Vista para o centro da cidade do alto do Santuário das Mães, no bairro Roselândia. Out. 2008.
Foto: Margarete F. Nunes.

Por intermédio do *Programa Retorno às Origens*, do governo municipal de Novo Hamburgo – gestão 2005 a 2008 - foi possível obter alguns dados estatísticos acerca da origem dessas populações. Trata-se de um programa restrito à população carente, que se inscreve para obter auxílio da prefeitura e, assim, retornar ao seu lugar de origem ou a qualquer outro, onde acredite obter sustento. No caso, o poder público municipal financia o transporte para o município solicitado, independente de estar situado dentro ou fora do estado do Rio Grande do Sul. Em geral, as famílias retornam ao município de origem.

Ao realizar o cruzamento entre as informações relativas aos municípios de destino e à naturalidade dos requerentes, foi possível constatar uma tendência para o retorno à cidade ou região de um dos cônjuges, pois geralmente essas famílias vão para aonde exista alguma referência familiar. Porém, é importante ressaltar que esses dados dizem respeito somente àquelas famílias que não têm condições de se deslocar sem o auxílio do poder público. O refluxo dos que retornam por conta própria não tem como precisar, exceto naqueles casos em que antes de efetuar o deslocamento por conta própria os indivíduos tenham feito, primeiramente, uma requisição para o uso do transporte da prefeitura.

A partir das informações adquiridas junto à prefeitura municipal de Novo Hamburgo verifiquei que há uma intensa demanda por auxílio de transporte para mudanças externas. Dessa demanda, o município atende apenas uma parcela por limitações de infra-estrutura e recursos. De posse dessas informações elaborei dois tipos de gráficos: um dos transportes realmente efetivados, nos anos de 2005, 2006 e 2007; outro, das solicitações não atendidas, relativas aos mesmo período. Nas fichas das solicitações não atendidas, em geral, encontra-se a informação: “já foi por conta própria”. De acordo com meus interlocutores, funcionários municipais, algumas famílias não conseguem esperar o tempo imposto pela rotina dos atendimentos que dependem da disponibilidade de recursos para o transporte. Pressionadas pela urgência da necessidade de trabalho, elas mesmas providenciam o transporte.

Nos cadastros relativos às solicitações de transporte não atendidas, além da informação referente ao município de destino, tive acesso a outras informações como o bairro/vila onde o requerente reside, o número de membros da família, bem como o tempo de moradia em Novo Hamburgo. No entanto, para efeito de produção

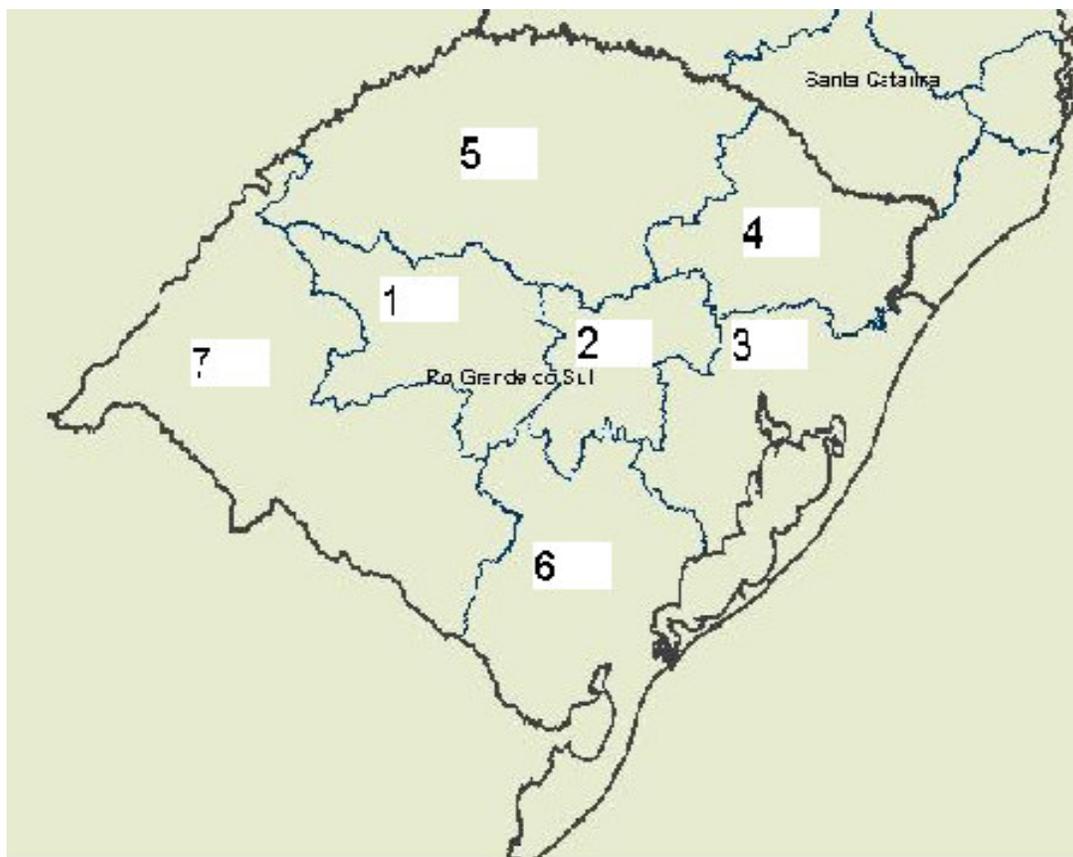
dos gráficos priorizei os dados relativos ao município de destino, tanto nos casos dos transportes realmente efetuados quanto naqueles não atendidos.

Na construção dos gráficos, em vez de destacar os municípios privilegiei as regiões, conforme as divisões propostas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e utilizadas também pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). Assim, o Rio Grande do Sul é dividido em 7 mesorregiões. Cada uma dessas é subdividida em microrregiões. De acordo com a FEE, para a definição de uma mesorregião leva-se em consideração tanto os processos sociais quanto os recursos naturais e as redes de comunicação que possibilitam uma articulação espacial, sendo essas três dimensões fundamentais para a configuração de uma “identidade regional”.¹⁴³

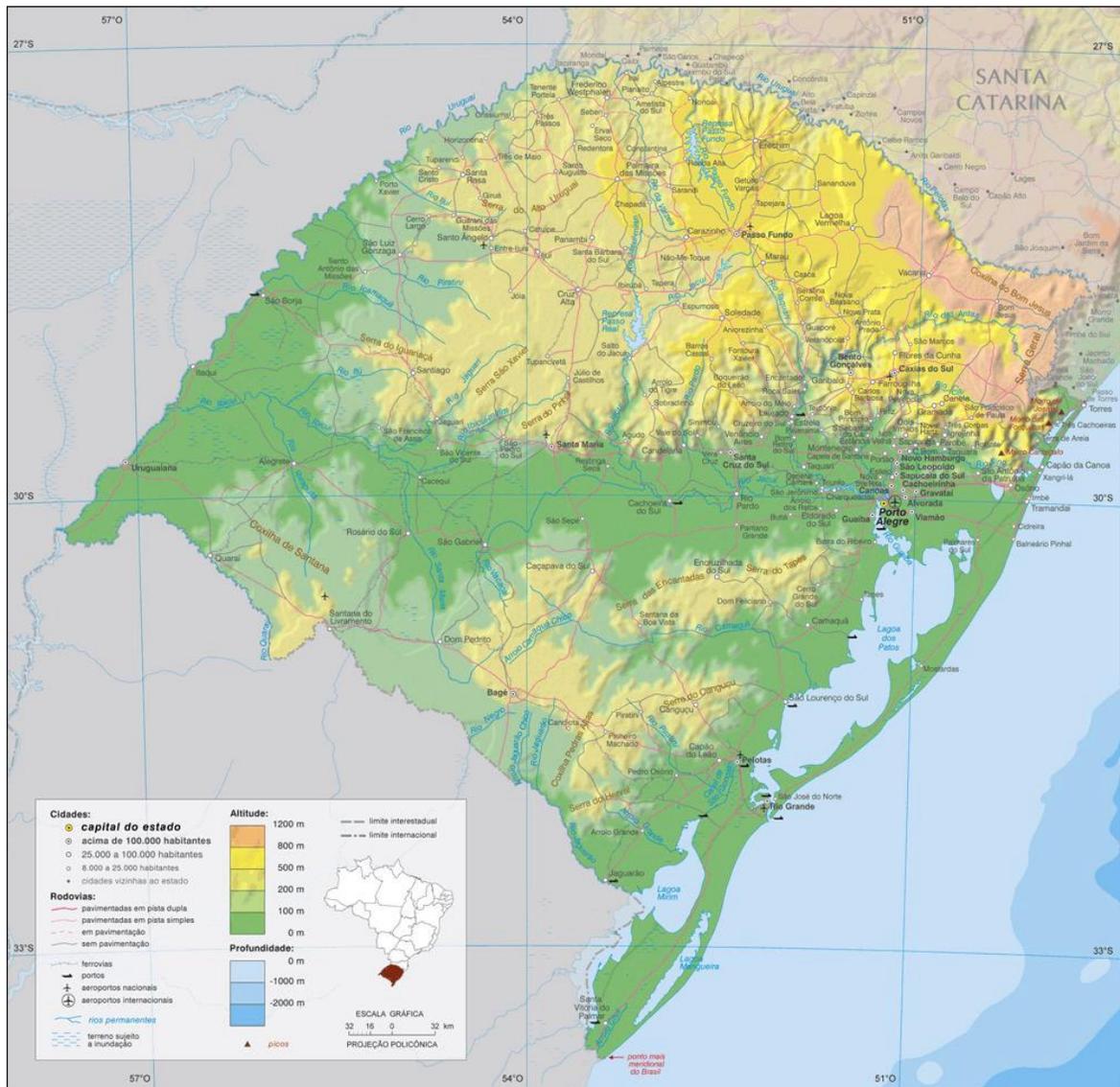
Tem-se, então, o seguinte: a mesorregião 1, denominada de centro ocidental rio-grandense, que compreende 3 microrregiões: Restinga Seca, Santa Maria e Santiago; a mesorregião 2, centro oriental rio-grandense, formada pelas microrregiões de Cachoeira, Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul; a mesorregião 3, metropolitana de Porto Alegre, subdividida em 6 microrregiões: Camaquã, Gramado-Canela, Montenegro, Osório, Porto Alegre e São Jerônimo; a mesorregião 4, nordeste rio-grandense, composta pelas microrregiões de Caxias, Guaporé e Vacaria; a mesorregião 5, noroeste rio-grandense, que consiste na união de 13 microrregiões: Carazinho, Cerro Largo, Cruz Alta, Erechim, Frederico Wesphalen, Ijuí, Não-Me-Toque, Passo Fundo, Sananduva, Santa Rosa, Santo Ângelo, Soledade e Três Passos; a mesorregião 6, sudeste rio-grandense, incluindo as microrregiões de Jaguarão, Litoral Lagunar, Pelotas e Serras do Sudeste; por último, a mesorregião 7, abrangendo o sudoeste rio-grandense, com as microrregiões das campanhas central, meridional e ocidental.

Para uma melhor visualização e interpretação dos gráficos reproduzo, antes, dois mapas do IBGE, através dos quais se pode localizar o território do Rio Grande do Sul, as 7 mesorregiões e a distribuição dos municípios.

¹⁴³ Ver in:<http://www.fee.rs.gov.br>



Mapa 2: As 7 Mesorregiões do Rio Grande do Sul.
Os números foram acrescentados pela autora. Escala e zoom foram também adaptados para atender os interesses desta tese. Tamanho: 13,5 x 17 cm.
Fonte: IBGE. Ver in: < <http://www.ibge.gov.br/mapas> >.



Mapa 3: Distribuição dos municípios do Rio Grande do Sul.

Mapa do Rio Grande do Sul com limite dos municípios e destaque para a capital do Estado. Tamanho 18 x 18,5 cm.

Fonte: IBGE. Informações completas ver referências bibliográficas 6 Mapas.

A seguir, disponibilizo os gráficos e quadros referentes às solicitações de transporte. No primeiro, os realmente efetuados, no segundo, os requerimentos não atendidos, totalizando um universo de 810 famílias em 03 (três) anos.

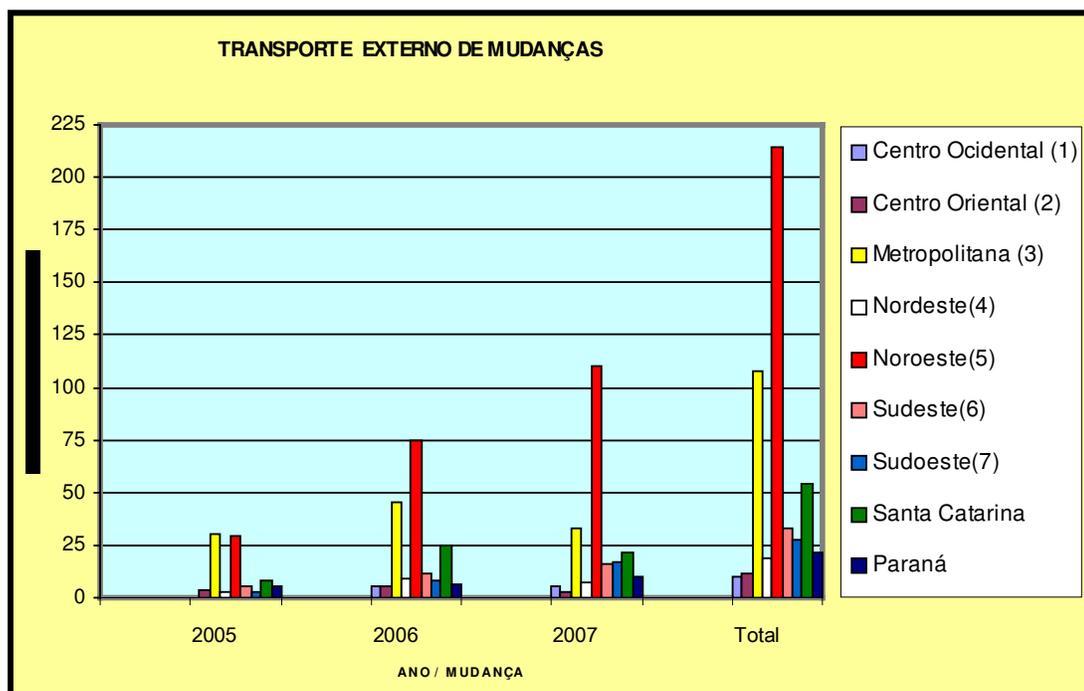


Gráfico 1: Transporte Externo de Mudanças

Fonte de pesquisa e levantamento de dados: Secretaria de Habitação/Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS.

Ano	Centro Ocidental (1)	Centro Oriental (2)	Metropolitana (3)	Nordeste (4)	Noroeste (5)
2005		4	30	3	29
2006	5	5	45	9	75
2007	5	3	33	7	110
Total	10	12	108	19	214

Ano	Sudeste(6)	Sudoeste(7)	Sta. Carina	Paraná	Ano	Total
2005	5	3	8	5	2005	87
2006	12	8	25	6	2006	190
2007	16	17	21	10	2007	222
Total	33	28	54	21	Total	499

Quadro 1: Transporte Externo de Mudanças.

Fonte de pesquisa e levantamento de dados: Secretaria de Habitação/Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo/RS.

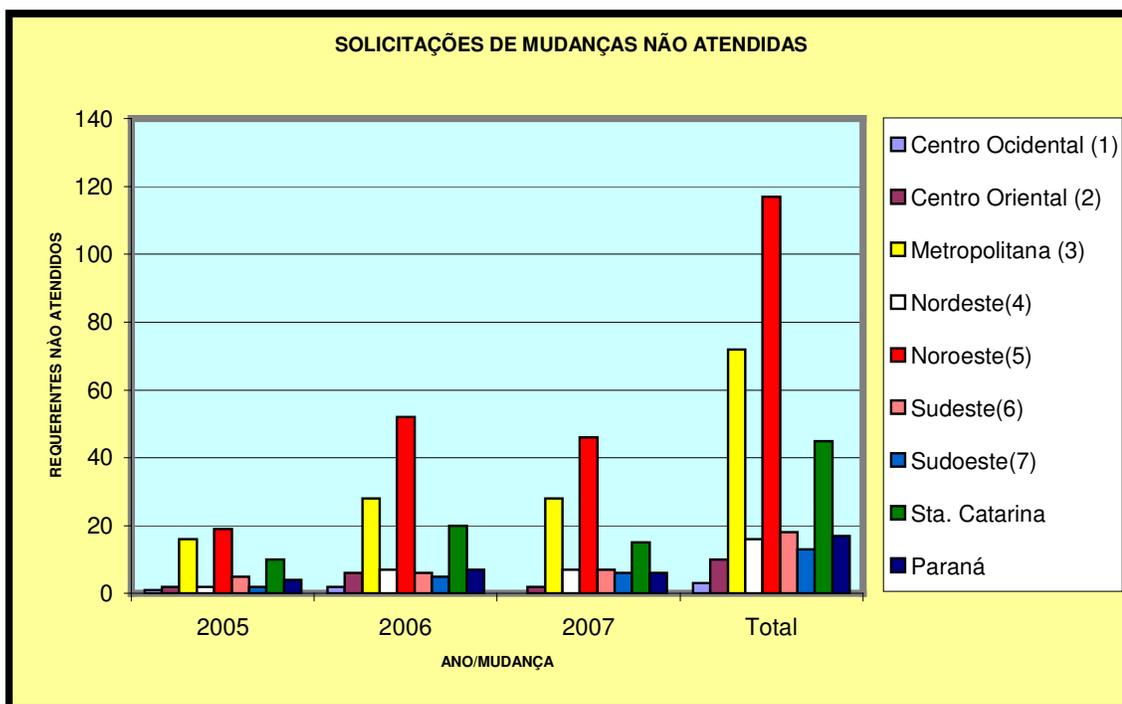


Gráfico 2: Solicitações de mudanças não atendidas.

Fonte de pesquisa e levantamento de dados: Secretaria de Habitação/Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo

Ano	Centro Ocidental (1)	Centro Oriental (2)	Metropolitana (3)	Nordeste (4)	Noroeste (5)
2005	1	2	16	2	19
2006	2	6	28	7	52
2007	0	2	28	7	46
Total	3	10	72	16	117

Ano	Sudeste(6)	Sudoeste(7)	Sta. Catarina	Paraná	Ano	Total
2005	5	2	10	4	2005	61
2006	6	5	20	7	2006	133
2007	7	6	15	6	2007	117
Total	18	13	45	17	Total	311

Quadro 2: Solicitações de mudanças não atendidas.

Fonte de pesquisa e levantamento de dados: Secretaria de Habitação/Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

Pelos quadros e gráficos constata-se que Novo Hamburgo experimenta um movimento de refluxo migratório, resultante da crise da produção coureiro-calçadista que, em décadas anteriores, havia sido o principal foco de atração dessas populações vindas especialmente da região noroeste do estado. No gráfico n° 1 apresento o município de destino, porém, não tive acesso ao cadastro que confirma que essas famílias estejam realmente retornando ao lugar de origem. Já no n° 2, apesar de não acrescentar ao gráfico esta informação, verifiquei que há uma vinculação entre o município de destino e o município de origem de um dos cônjuges. Além disso, os funcionários municipais que realizam uma interlocução permanente com essas populações confirmam que há uma tendência para o “retorno às origens.”

Eunice Durham (1984), em seu livro clássico, *A Caminho da Cidade* - resultado de pesquisas desenvolvidas especialmente nos anos 1959/1960 – quando analisa a integração dos migrantes rurais a uma sociedade urbano-industrial, ressalta o quanto o grupo de parentesco é fundamental para a realização desta passagem, pois são os parentes que os introduzem neste novo ambiente, são eles que facilitam o aprendizado necessário dos valores inerentes a um universo sócio-cultural que se apresenta ainda distante da realidade desses migrantes. Para isso, Durham analisa o processo anterior à migração e as motivações que os levaram a migrar, o próprio processo do deslocamento e, por último, a investigação do migrante em sua nova situação.

Ao analisar o contexto de Novo Hamburgo, a partir dos dados fornecidos pela secretaria municipal de habitação, verifiquei que as relações familiares foram decisivas tanto para a vinda desses migrantes, quanto para este novo momento, de “retorno às origens”. Isto confirma mais ainda a própria tese defendida por Durham, na época, a de que a incorporação desse migrante à vida urbana não o conduz a uma ruptura com os vínculos de parentesco. Ao contrário, tanto no seio da vida urbana quanto no meio rural os grupos de parentesco parecem se constituir em referência fundamental para os processos de deslocamento.

Há uma outra questão neste trabalho clássico de Durham que merece ser destacada. Quando Durham introduz o leitor em seu texto deixa bem clara a própria motivação da sua pesquisa naquele período: a de entender os processos de transformação da sociedade brasileira, visíveis especialmente a partir da década de

30, quando o país dá início a um ritmo acelerado de urbanização e industrialização, e que teve como conseqüência o deslocamento de contingentes populacionais das zonas rurais para os centros urbanos. Por causa disso, Durham mostra os dados relativos ao crescimento das cidades, lembrando ao leitor que foi somente na década de 70 que a população urbana brasileira excedeu a rural, quando, então, o censo de 1970 registrava o percentual de 56% de brasileiros vivendo em aglomerados urbanos. Quer dizer, a grande questão motivadora da sua pesquisa era entender esta passagem: a integração do migrante na sociedade urbano-industrial.

Porém, hoje, com o processo de globalização, há outras motivações para os fluxos migratórios que carecem de interpretação, como aqueles casos da desindustrialização de algumas regiões; a flutuação do capital e o deslocamento das empresas; a mecanização, robotização e informatização do processo produtivo, que fazem aumentar o índice de excedentes de mão-de-obra; a busca de novos centros de trabalho. No caso de Novo Hamburgo, além da indagação sobre o destino desses trabalhadores, resta outra, a de *como* vão obter sustento.

Sobre o crescimento demográfico de Novo Hamburgo convém observar alguns números. Abaixo, apresento um quadro que traz informações sobre a estimativa populacional desde 1970.

1970	1975	1980	1985	1990	1995	2001	2005	2006	2007
85.364	112.816	136.503	167.207	199.523	222.106	238.618	248.219	250.636	253.067

Quadro 3: Crescimento Demográfico de Novo Hamburgo.

Fonte: DADOS FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

A estimativa populacional divulgada em 29 de agosto de 2008 pelo IBGE traz o número de 255.945 habitantes para Novo Hamburgo.¹⁴⁴ O Jornal NH, de 30/08/2008, dá destaque para a seguinte matéria “*Estimativa populacional do IBGE revela preferência pela vida no interior.*” A matéria ressalta que entre os municípios da região Novo Hamburgo é o que apresenta o menor índice de crescimento populacional, ficando com uma taxa de 0,91% em relação ao ano anterior, abaixo do crescimento geral do Estado (2%). Destaca também algumas curiosidades, como o alto índice de crescimento de Nova Santa Rita, no Vale do Sinos, com 6,12%. Os

¹⁴⁴ Fonte: IBGE. Estimativas das Populações Residentes em 1º de Julho de 2008, segundo os Municípios. Disponível em: < www.ibge.gov.br. > Acesso em: 01/09/2008.

dados do IBGE sobre Novo Hamburgo ratificam aqueles coletados junto à secretaria de habitação, pois a predominância de um baixo índice de crescimento populacional pode ser explicado também pela ocorrência deste refluxo migratório.

Chamo a atenção para o fato de que os dados coletados junto à secretaria de habitação de Novo Hamburgo indicam um elemento novo: o número crescente de famílias que migram para São João Batista, em Santa Catarina. Este município tem-se destacado na preferência das famílias que migram para esse estado. Segundo os meus interlocutores, isso se deve a uma crescente industrialização de base coureiro-calçadista neste município, o que pode sinalizar que São João Batista está iniciando um movimento muito parecido com a Novo Hamburgo da década de 70.

Atualiza-se, assim, o mito do gaúcho errante, aventureiro e nômade, que vive a vagar por outros *pagos* em busca da promessa de trabalho.¹⁴⁵ Além do deslocamento para outros estados do Brasil, nos anos 2000, emigraram para a China alguns trabalhadores especializados em técnicas de produção do couro, calçados e componentes para calçados. Atualmente, são comuns nos classificados do Jornal NH anúncios de recursos humanos selecionando técnicos para trabalhar em empresas de calçados localizadas em outros estados brasileiros, especialmente Bahia e Ceará. Em menor proporção aparecem alguns anúncios para trabalho na China.

Tive a oportunidade de conversar com pelo menos três profissionais que migraram para a China neste período. Um deles, o Schmitt, que já retornou ao Vale depois de um período de três anos vivendo em *Dongguan*. Também com Liane e Sandro que vivem em *Dongguan* desde o ano de 2007, com os quais estabeleci contato via e-mail. A seguir trago o depoimento de Liane sobre a atual vida na China:

Estamos vivendo na China desde setembro do ano passado. (2007). O Sandro trabalhava em uma empresa de exportação de calçados, a Reichert de Campo Bom, havia nove anos. Neste mesmo ano a empresa fechou, alguns colegas dele já estavam trabalhando na China o que facilitou nossa vinda pra cá. O Sandro ficou desempregado apenas uma semana, logo começou a trabalhar em outra empresa na mesma cidade. Após um mês surgiu o convite para ele trabalhar na China. Eu trabalhava em uma escola especial, a APAE de Novo Hamburgo, e estava estudando na Feevale. No início, pra mim, foi difícil, sentia muita falta da minha rotina... fiquei seis meses aqui sem trabalhar... Agora, trabalhamos os dois aqui na China, o Sandro trabalha em uma companhia de exportação americana e eu trabalho em uma escolinha de brasileiros com uma turma de

¹⁴⁵ Sobre a simbologia do gaúcho dedico atenção especial no último capítulo.

alfabetização. (...) Vivemos na cidade de *Dongguan*, no sul da China. Aqui vivem muitos brasileiros, acho que, por isso, apesar da cultura chinesa ser muito diferente da nossa, não sentimos tanto. Vivemos em uma comunidade de brasileiros, fazemos churrasco e tomamos chimarrão com os amigos... A comunicação é uma das maiores dificuldades que encontramos. O Sandro, no trabalho, utiliza o inglês, eu o português, mas nas ruas precisamos do *mandarim*... a maioria dos chineses não fala inglês. Falamos algumas palavras-chave em chinês, tenho feito aulas de *mandarim*, mas sinto muita dificuldade devido às diferentes entonações, sons que não estamos acostumados a utilizar na nossa língua. Estamos felizes aqui, apesar da imensa saudade; pensamos que devemos aproveitar bem esta oportunidade, pois estamos podendo viajar, conhecer novas culturas. Há um crescimento pessoal que pesa muito em nossa decisão de permanecer na China, também por causa do mercado de trabalho que hoje se encontra aqui. A China não é mais o *El Dorado* de antes, é um trabalho igual como era no Brasil. O que existe aqui é uma segurança maior em sair nas ruas e uma melhor qualidade de vida. (Liane F. Neves, set.2008. Mensagem recebida por correio eletrônico).

As designações de Novo Hamburgo como capital nacional do calçado, *Manchester brasileira*, *El Dorado*, competem, hoje, no imaginário coletivo, com as sátiras e brincadeiras corriqueiras que aludem ao Vale do Sinos como o “Vale da Latinha”. A estética da cidade é assinalada por imensos prédios ociosos que, num passado recente, abrigaram várias indústrias coureiro-calçadistas ou de componentes para calçados. Muitas dessas empresas faliram ou migraram para outros estados.

Se a década de 70 é apontada como o *tempo* do emprego e do desenvolvimento, a de 90 é assinalada como o início da *quebradeira*.¹⁴⁶ A partir da década de 90 Novo Hamburgo experimenta uma grande crise da indústria coureiro-calçadista. Alia-se a isso a transferência de algumas empresas para outras regiões do país, especialmente para os estados do nordeste, para aonde vão em busca de incentivos fiscais e redução de custos de mão-de-obra. Esse movimento atinge também as fábricas de insumos para calçados, toda uma cadeia produtiva que se desmonta ou se desloca por causa da baixa produção de calçados, como curtumes, indústrias plásticas, metalurgia etc. Pelos mesmos motivos alguns investidores locais são atraídos pelo mercado chinês.

Com o crescimento da produção do calçado chinês e da sua competitividade no mercado globalizado, a China torna-se a maior adversária do sapato brasileiro. A década de 90 vê desmoronar o sonho: a globalização econômica leva as indústrias para outros *pagos*, em especial para as cidades e regiões que oferecem isenção de

¹⁴⁶ Expressão utilizada entre os sindicalistas. Ver capítulo *Proseando* 2.2.4.

impostos e mais benefícios fiscais. À medida que se move o capital e o *trabalho*, move-se, também, uma parcela deste contingente de trabalhadores, alguns desses já não mais limitados pelas fronteiras nacionais. Quanto maior o nível de qualificação, maior a possibilidade de “encurtar” as distâncias que os separam dos novos centros de produção do mercado globalizado.

No entanto, as situações de crise são evocadoras de lembranças, os momentos de fraturas sociais podem ser ricos na dinâmica cultural de produção da memória, adquirindo, a partir daí, força de transformação, se não forem negligenciados ou atirados ao “esquecimento”. (ROCHA & ECKERT, 2006).



Fotografia 5: Prédio Strassburger (A).
Antigo prédio onde funcionava uma das fábricas do Grupo Strassburger, desativada no final da década de 90. Bairro centro, Novo Hamburgo. Out. 2008.
Foto: Norberto Kuhn Júnior.



Fotografia 6: Prédio Strassburger (B).

Antigo prédio onde funcionava uma das fábricas do Grupo Strassburger, desativada no final da década de 90. Bairro centro, Novo Hamburgo. Out. 2008.

Foto: Margarete F. Nunes.



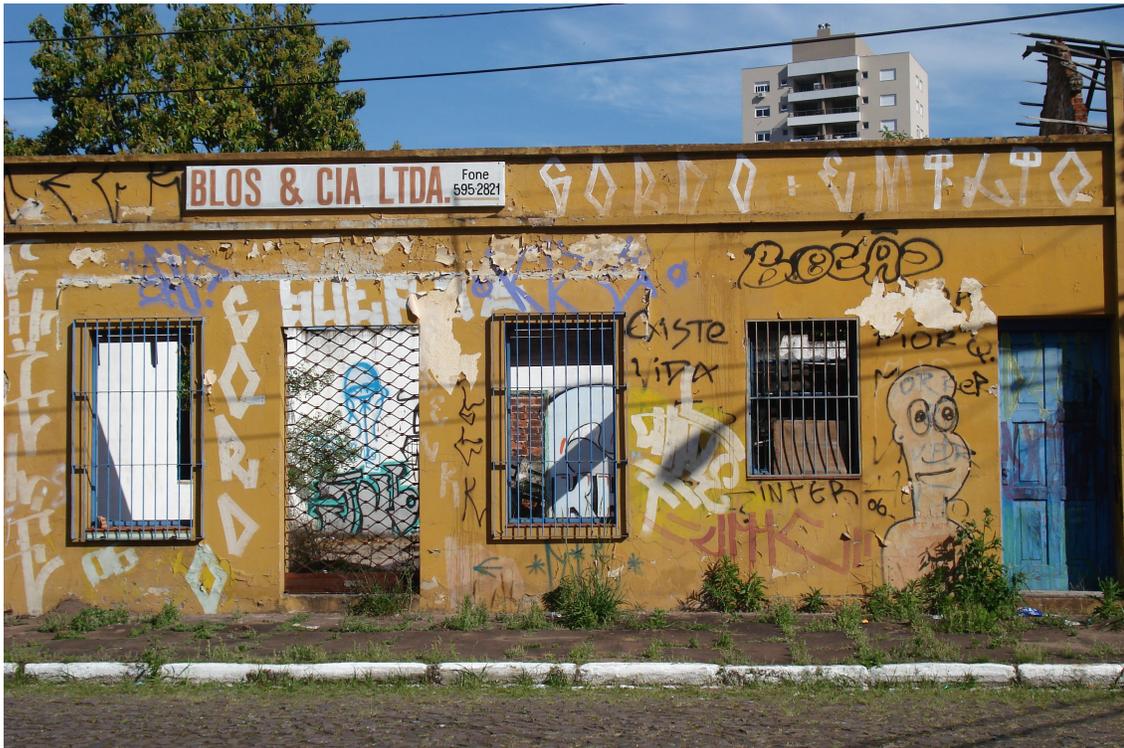
Fotografia 7: Pavilhão (A).
Pavilhões de empresas desativadas no Bairro Rio Branco, Novo Hamburgo. Outubro 2008.
Foto: Norberto Kuhn Júnior.



Fotografia 8: Pavilhão (B).
Pavilhões de empresas desativadas no Bairro Rio Branco, Novo Hamburgo. Outubro 2008.
Foto: Margarete F. Nunes.



Fotografia 9: Bairro Rio Branco.
Pavilhões de empresas desativadas no Bairro Rio Branco, Novo Hamburgo. Outubro 2008.
Foto: Norberto Kuhn Júnior.



Fotografia 10: Inatividade.
Pavilhões ociosos no Bairro Rio Branco, Novo Hamburgo. Outubro 2008.
Foto: Margarete F. Nunes.



Fotografia 11: Ruína.
Pavilhões ociosos no Bairro Rio Branco, Novo Hamburgo. Outubro 2008.
Foto: Margarete F. Nunes.

Halbwachs (2006) alerta para os contextos sociais de produção da memória. As lembranças de um tempo e um espaço partilhados socialmente são as matérias-primas para a edificação das memórias individuais e coletivas. São também esses quadros sociais que balizam a elaboração de uma memória histórica, isto é, a reconstrução do passado por meio da história escrita, o que, para Halbwachs (2006), distancia-se da história vivida. O que é da ordem do vivido encontra suporte nas memórias individuais e coletivas.

Herdeiro de Durkheim, Halbwachs reforça a subordinação do individual pelo coletivo, quer dizer, só é possível falar-se da existência de uma memória individual se esta estiver entrelaçada a uma memória coletiva. É o meio social e as percepções da vida material que acionam esta memória individual. Os outros indivíduos, os objetos, os lugares, os elementos externos são fatores decisivos para o ato de lembrar. Além disso, se a percepção da *duração* não é compartilhada de modo igual por todos, ainda assim, existe a sensação de um *tempo* partilhado socialmente, um tempo coletivo. Por isso, os objetos e os lugares são trazidos para o jogo da memória, porque são eles que concedem a sensação de permanência e estabilidade às coisas desse mundo.

Ainda citando Halbwachs (2006), vale sublinhar a idéia de que a memória coletiva se distingue da história porque nela predomina o pensamento contínuo, ao mesmo tempo em que tem como suporte um grupo que pode ser localizado no *tempo* e no *espaço*.

Ao falar das possibilidades da memória, Halbwachs não se detém na análise dos jogos de poder inerentes à constituição de uma memória histórica, nem dos tensionamentos resultantes do confronto das memórias coletivas, pois se existem vários pontos de encontro nas memórias de diferentes grupos que compartilham de um mesmo espaço social, existem os “pontos de fuga”, aquilo que os singulariza, que dá a sua experiência um caráter de *distinção* (BOURDIEU, 1983).

A industrialização, o *mundo do trabalho*, é um lugar de ancoragem de uma memória oficial em Novo Hamburgo. Neste caso, é um dos quadros sociais onde a memória está registrada. Hoje, é deste universo que se selecionam imagens de Novo Hamburgo capazes de fazê-la permanecer no *tempo*. Nesta memória social legitima-se a etnicidade alemã, atribuindo-se um sentido comum a um território compartilhado por grupos com referências étnico-raciais distintas ao longo do tempo.

Nesta memória de um *mundo alemão* não desaparecem apenas os negros, os índios, os descendentes de portugueses e espanhóis, também desaparecem os alemães pobres, os que precisaram migrar para outras colônias e outros estados, os que não foram bem sucedidos com a industrialização da cidade.¹⁴⁷ Há diferentes escalas e planos neste jogo de esquecimentos e lembranças que constituem as tramas da memória social, das memórias coletivas e das memórias individuais.

É por isto que o trabalho de Henri-Pierre Jeudy (1990), *Memórias do Social*, torna-se, aqui, tão relevante. É nele que busco elementos para compreender as relações de poder presentes na cena das cidades contemporâneas, onde o social é transformado em objeto da cultura, onde as chamadas “identidades culturais” disputam as políticas de representações do patrimônio, onde toda a vida social tem a chance de se colocar como “objeto de conservação”, onde a escolha do que vai ser consagrado não se limita mais ao “passado”, ao “luto” e à “morte”, mas também se liga à teatralidade cotidiana que é chamada a participar deste jogo de valorização das memórias coletivas. O próprio antropólogo (a) está a serviço deste processo dinâmico de construção de memórias compartilhadas.

Ao contrário de representar a degradação, Jeudy (1990) lembra que a ruína é fundadora do “imaginário histórico”. Não mais apenas os monumentos servem às políticas do patrimônio, mas também os prédios industriais, curtumes, cafés, objetos em geral. A serviço dos novos patrimônios está a “cultura técnica” da produção industrial: os modos de vida, os objetos, os prédios. Neste caso, a memória apresenta-se como a possibilidade de restabelecer o contínuo e neutralizar os efeitos de irrupções e constrangimentos. Diante da ameaça do desaparecimento da materialidade do patrimônio, resta a alternativa da sobrevivência do simbólico. No entanto, o autor alerta que a restituição desse universo simbólico não é tão rósea, pois a partir dela emergem as lembranças de aflições, violências, explorações.

Os modos de vida que se ligam a uma Novo Hamburgo industrial já alimentam o imaginário histórico. Exemplos ilustrativos são os relatos de alguns empresários e trabalhadores calçadistas no Vale, apresentados na obra *Memória do Setor Coureiro-Calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos*.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Os meus primeiros contatos com os descendentes de imigrantes alemães ligados ao *mundo do trabalho* no Vale foram no final da década de 80, via movimento sindical, que aglutinava especialmente jovens trabalhadores das indústrias de calçados da região.

¹⁴⁸ Organizada por Schemes, C., Prodanov, C., Thön, I., Perla, R. (2005).

Deve-se acrescentar que se estas *memórias do social* em Novo Hamburgo alimentam a história escrita, elas também participam do interior das memórias coletivas dos diferentes grupos e, inclusive, de uma memória coletiva rio-grandense. Por isso, a proposta da *etnografia da duração* (ROCHA & ECKERT, 2005) pode auxiliar na compreensão de como na narrativa biográfica de meus informantes são estabelecidas conexões entre elas, à medida que eles experienciam a cidade, o trabalho em Novo Hamburgo, a ascensão social, o momento de queda dos postos de trabalho, as desigualdades pautadas nas diferenças étnico-raciais, o preconceito e discriminação raciais. As memórias coletivas estão o tempo todo dialogando com as *memórias do social*, que nutrem as discursividades e as *narrativas étnicas* sobre quem são os atores deste cenário do *trabalho*, do *desenvolvimento*, do *progresso*.

3 VALE DO SINOS, CENÁRIO DAS NARRATIVAS ÉTNICAS

3.1 A MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

No século XVIII, muito antes da chegada dos alemães, a região hoje conhecida como Vale do Rio dos Sinos já era ocupada por portugueses, açorianos e seus descendentes, africanos e descendentes de africanos e, evidentemente, por povos indígenas, especialmente os *kaingang*, mais conhecidos no período por *coroados* ou *bugres*.¹⁴⁹ Porém, as narrativas que versam sobre o Vale do Sinos fazem do ano de 1824, data da chegada das primeiras famílias alemãs, o grande marco para a edificação de uma memória oficial sobre a região. Inclusive, naquele momento, o presidente da província, José Feliciano Fernandes Pinheiro,¹⁵⁰ teria pedido autorização para a troca do nome da então Feitoria do Linho Cânhamo para São Leopoldo em homenagem a Dona Leopoldina, esposa de D. Pedro I.¹⁵¹ No caso de Novo Hamburgo, primeiramente a localidade teria sido denominada de *Nossa Senhora da Piedade* ou de *Hamburger Berg*.¹⁵²

¹⁴⁹ Sobre os *bugres* há alguns relatos curiosos, como o de Leopoldo Petry, publicado em 1923: “Viviam em pequenos bandos nos mattos virgens de toda a zona que se estende ao norte do Rio dos Sinos, esperando ocasião para poderem roubar. Costumavam rondar por muito tempo os estabelecimentos mais avançados dos colonos e quando lhes parecia opportuno, assaltavam-no, matavam os homens, raptavam as mulheres e levavam consigo utensilios que podiam carregar. Depois retiravam-se para o interior da mattas donde só depois de muito tempo tornavam a voltar (...) Entre esses bandos se destacava o do famigerado João Grande, um escravo fugido, que tinha um odio ferrenho á população branca. Tinha elle reunido em torno de si varios bugres, entre elles, um genro do cacique Dobre com sua familia.”(PETRY, 1923, p.32). Nota-se que Petry faz alusão à aliança entre escravos fugitivos e bugres.

¹⁵⁰ Mais tarde conhecido como Visconde de São Leopoldo.

¹⁵¹ Sobre a nomeação São Leopoldo, ver discussão do Pe. Arthur Rabuske, in: Müller (1980).

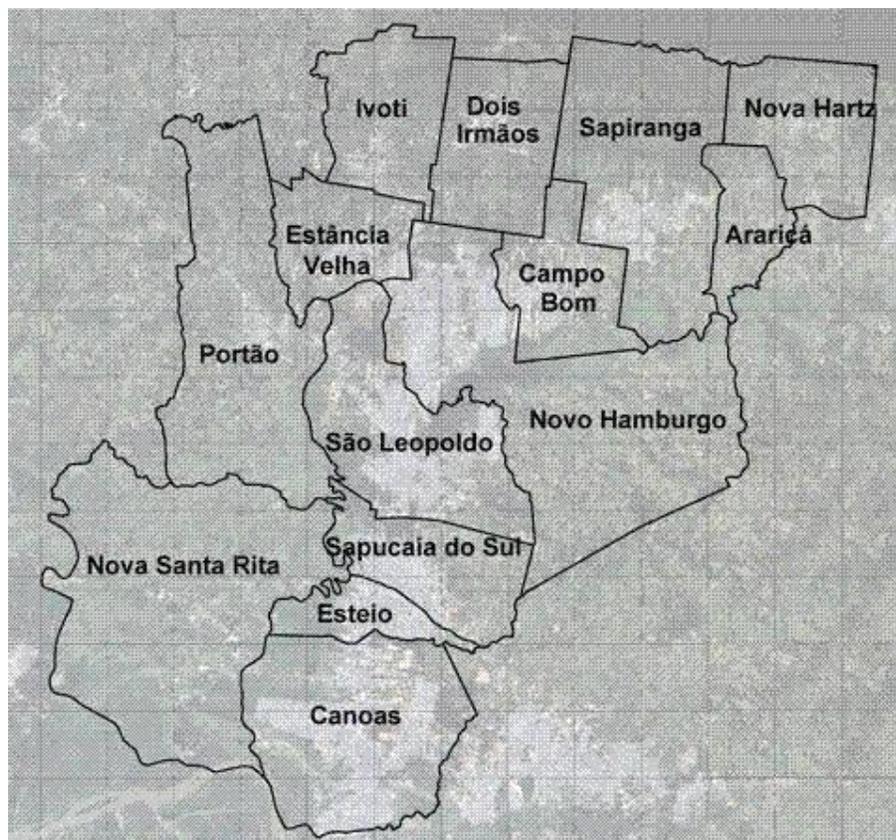
¹⁵² Petry (1944) faz menção ao nome de *Nossa Senhora da Piedade de Hamburger Berg*. No entanto, segundo um dos meus interlocutores, seus antepassados usavam somente a designação de *Hamburger Berg*.



Fotografia 12: *Hamburger Berg*. (Autoria desconhecida).

Foto do Arquivo pessoal de Astor Cassel. A foto é dos primeiros anos do século XX. Podem-se observar, ao fundo, as torres das duas igrejas, a católica e a protestante. Mais ao centro, do lado direito, o antigo prédio do Ginásio Municipal São Jacó, que hoje pertence ao Centro Universitário Feevale. No canto direito, o Colégio Santa Catarina, fundado em 1900, pela congregação católica Irmãs de Santa Catarina.¹⁵³

¹⁵³ Sobre a data de fundação e outras informações, pode-se acessar o *site* do Colégio na página da *internet*. Ver:< [http:// www.colegiosantanh.com.br](http://www.colegiosantanh.com.br)>



Mapa 4: Vale do Rio dos Sinos.

Fonte: Projeto Nidus- FACCAT/Faculdades Integradas de Taquara.

Ver referências 6 mapas.

No século XVIII essa região abrigava ocupantes e *sesmeiros* - portadores do título de *sesmaria* - alguns vindos de Laguna e São Paulo, outros que teriam migrado da Colônia de Sacramento em virtude dos intermitentes conflitos com os castelhanos.¹⁵⁴ A Real Feitoria do Linho Cânhamo, que depois de 1822 passou a se chamar Imperial Feitoria do Linho Cânhamo, instalou-se na região somente em 1788, na localidade então designada Faxinal do Courita,¹⁵⁵ vindo transferida da região de Canguçu.¹⁵⁶ As terras do Faxinal, ao sul do Rio dos Sinos, não eram suficientes para abrigar as necessidades da Feitoria, o que obrigou o uso das terras ao Norte do Rio dos Sinos, que já estavam ocupadas por várias famílias.¹⁵⁷ A Feitoria foi criada com o propósito de produzir o linho e transformá-lo para a fabricação de cordas para as embarcações. A mão-de-obra, evidentemente, era constituída por negros e indígenas. Segundo o relato de alguns historiadores, a tentativa foi duplamente fracassada, tanto em Canguçu, quanto no Faxinal.

É preciso considerar que alguns autores, ao ressaltarem o fracasso da Feitoria, justificam a destinação das terras para o propósito da imigração alemã.¹⁵⁸ Esse entendimento alimenta a memória da imigração alemã associada ao mito do progresso, pois os outros grupos étnico-raciais, especialmente índios, negros, açorianos e luso-brasileiros aparecem como agentes de experiências fracassadas na região.

No entanto, a retirada de uma parte dessa população não foi tarefa fácil.¹⁵⁹ Houve dificuldade na implantação das colônias tanto pela reação indígena quanto pela reclamação dos *sesmeiros* - especialmente aqueles que não cumpriam com os preceitos da carta de concessão que os obrigava a demarcar e cultivar suas terras sob o risco de estas serem desapropriadas. Aos que não possuíam títulos nada restava, senão a “retirada”. Moraes (1994) informa que a distribuição de *sesmaria* era orientada pela legislação lusitana, mas que, no Brasil, algumas determinações eram violadas, por exemplo, a limitação de três léguas não era levada à risca, pois

¹⁵⁴ Ver Moraes (1994).

¹⁵⁵ Alusão ao apelido de Antônio Araújo Vilela, português procedente da região de Coura, distrito de Braga, na época. *Ibidem*.

¹⁵⁶ Situada no extremo sul, na microrregião de Pelotas e da mesorregião sudeste, conforme as atuais divisões utilizadas pela FEE/RS.

¹⁵⁷ Ver Moraes, in Müller (1980).

¹⁵⁸ Moraes (1994); Cesar (1970).

¹⁵⁹ Para as dificuldades de implantação das colônias na extinta Feitoria do Linho Cânhamo, ver Moraes (1994); Moraes, in: Müller (1980).

algumas propriedades chegavam a alcançar mais de vinte léguas. A abundância de gado estimulava a violação.

As narrativas literárias ajudam a tecer o imaginário da saga dos imigrantes, que ficam à mercê da sorte nas florestas inóspitas povoadas de indígenas, são alvo de intensas disputas territoriais entre portugueses e castelhanos e têm de conviver no mesmo espaço que os negros. É *Tempo de Solidão* para Daniel Abrahão Schneider e Catarina Schneider, protagonistas da obra *A Ferro e Fogo*, de Josué Guimarães, pois “A terra da zona da Fedoria era pocilga para negro, e até então só negro vivera ali, muito justo, o que não tinha explicação era ele, um Schneider, mais a mulher e o filho, confinados naquele estábulo, bem que mereciam um destino melhor.” (1996, p.13). É também *Tempo de Guerra* entre portugueses e castelhanos pela posse do extremo sul da América: “A terra de ninguém era, ora de um, ora de outro bando. No meio deles, entre eles, esmagado por eles, o velho poço com Daniel Abrahão prisioneiro, entocado, já conhecendo gringos e brasileiros pelo pipocar surdo das patas dos cavalos.” (1996, p.46)

A memória erigida pela historiografia oficial põe em relevo a saga do imigrante, sua coragem e a força do seu trabalho como estopins para o desenvolvimento econômico do Vale. As narrativas históricas, literárias e as práticas discursivas locais costumam unir etnicidade alemã e desenvolvimento econômico. Essa visão é bastante questionada pelo movimento negro local, que diz serem os negros co-responsáveis por este desenvolvimento, na medida em que desde o início da industrialização foram braços fortes no trabalho das fábricas, especialmente nos curtumes.

Deve-se considerar que mesmo antes da industrialização, ainda no século XIX, a edificação dessas cidades contou com a força do trabalho escravo,¹⁶⁰ contrariando a afirmação de parte da historiografia que exclui ou diminui a importância da escravidão nas regiões de colonização alemã. Isto é o que revela, por exemplo, as pesquisas da historiadora Eliege Moura Alves (2005) que dedica uma atenção especial ao período delimitado entre os anos de 1850 e 1870,

¹⁶⁰ Günter Weimer, ao discorrer sobre os engenheiros e arquitetos alemães no Rio Grande do Sul, sublinha que a mão-de-obra das edificações era basicamente escrava. Tanto quanto os lusos, os alemães usavam de muita repressão no trato com os escravos. Ver Weimer, in: Müller (1980).

identificando a presença escrava e analisando a sua importância na colônia alemã de São Leopoldo/RS.

Portanto, pode-se afirmar que a invisibilidade do trabalho escravo serviu para legitimar as narrativas que associaram estas regiões às imagens do “progresso e da civilização”.

Desde a sua emancipação política, em 1927, quando se separa definitivamente do município de São Leopoldo, Novo Hamburgo busca firmar-se como a cidade do “progresso” e do “desenvolvimento”, com uma economia marcadamente industrial, especialmente de base coureiro-calçadista.

Já antes de 1927 é possível identificar, nas argumentações dos pró-emancipacionistas, a ênfase na necessidade de perseguir o progresso sufocado pela subjugação aos interesses do município de São Leopoldo.

Em documento de 1925 – *Análise do Parecer do Conselho Municipal de São Leopoldo sobre a Emancipação* - organizado por Leopoldo Petry, encontra-se:

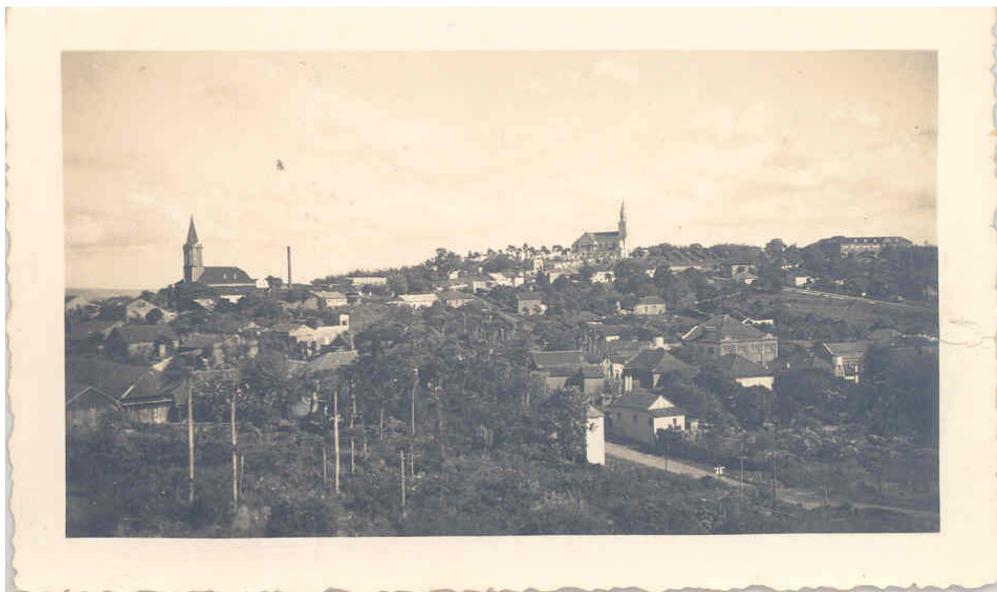
Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, pelo extraordinário desenvolvimento dos últimos anos não pode adiar por mais tempo o calçamento de ruas, organização de praças, fornecimento de água, instalação de exgotos e introdução de outras medidas de ordem pública, que a hygiene impõe, o progresso exige e a que a população tem direito. (PETRY, 1925, p.5).

Por outro lado, segundo este autor, os contrários à emancipação alegavam um razão *ethnológica* à negativa:

São Leopoldo foi o ponto inicial da colonização alemã. Hoje, porém, os seus moradores se adaptaram ao meio, perdendo, assim, o carácter de uma cidade puramente alemã, que era há 30 anos atrás. Em Novo Hamburgo, tal phenomeno de adaptação e nacionalisação ainda não se operou completamente. (PETRY, 1925, p.5).



Fotografia 13: Família de imigrante. (Autoria desconhecida).
Foto do arquivo pessoal de Astor Cassel. Imagem da casa da família, em Hamburgo Velho, no ano de 1933. Seu pai, Oscar Cassel, posa em frente ao *Ford* – modelo A – luxo, de 1929.



Fotografia 14: Hamburgo Velho anos 40. (Autoria desconhecida).
Foto do arquivo pessoal de Astor Cassel. Novo Hamburgo, cerca de 1940, vista do alto do Monumento do Imigrante. Ao fundo, as duas igrejas em Hamburgo Velho, a católica e a protestante, à direita o Ginásio Municipal São Jacó.



Fotografia 15: Hamburgo Velho anos 2000.

Vista parcial do bairro de Hamburgo Velho (ao fundo) do alto do Santuário das Mães. Podem-se avistar as torres das duas igrejas; no canto esquerdo o campus 2 da Feevale (Vila Nova), no canto direito o campus 1, prédio que pertencia ao Ginásio Municipal São Jacó. Out. 2008.

Foto: Margarete F. Nunes.

Petry, em trabalho posterior, publicado em 1944, registrou que no ano de 1943 Novo Hamburgo já produzia 3.915.100 pares de calçados/ano. É ilustrativa esta passagem:

Como se vê, Novo Hamburgo irá superar no ano de 1944, na arrecadação do imposto sobre a renda, os importantes municípios de Caxias e São Leopoldo. Este fato é altamente expressivo e diz bem do valor da nossa comuna, que marcha, a passos largos, na senda do progresso. (PETRY, 1944, p. 27).

Novo Hamburgo ficou conhecida nacional e internacionalmente como a capital brasileira do calçado, primeiro pelo abastecimento de um mercado interno e, posteriormente, desde a década de 70, por uma economia voltada para a exportação.

Enquanto São Leopoldo buscou construir uma identidade baseada no “passado” e na “tradição”, servindo como ícone da memória da imigração alemã no Vale, a cidade de Novo Hamburgo, ao contrário, não investiu neste “passado colonial”, não fez do colono a sua marca, mas fez da indústria, do comércio, da “modernização” os símbolos mais representativos da sua identidade. Neste caso, o étnico serviu como alicerce, como fortalecedor da imagem da cidade “ordeira”, “trabalhadora”, que “acorda cedo” e que se dedica intensamente ao trabalho. Porém, não se tratava de qualquer trabalho, mas aquele projetado para o “futuro”, para o “progresso” e o desenvolvimento.

Por meio da mídia impressa, desde a emancipação política do município, é possível identificar esta projeção para o futuro como uma constante nas práticas discursivas locais. Em 28/10/1927, O Semanário *5 de Abril*, de n. 26, já fazia registros sobre a “fama” da industrialização da cidade:

O que dizem de Nós. O Jornal conhecido órgão de publicidade da capital da Republica, em seu numero de 16 do corrente, traz um interessante artigo, sobre o nosso municipio e do qual extrahimos, com a devida venia, o seguinte: Coisas e Factos do Rio Grande – O Menor município do Brasil é um dos que no Rio Grande mais contribuem para a União. Duzentas fabricas numa villa de 8.500 habitantes situada num municipio de 65 km quadrados. (correspondência de Nozimo Lopes Pereira, para O Jornal). Novo Hamburgo, ainda no principio do anno, districto maltratado de São Leopoldo, é uma risonha villa de 8.500 habitantes, na sua quase totalidade de origem allemã; com 3 ou 4% apenas de allemães natos. (...) Tem 200 fabricas – grandes de calçados, e 34 menores cortumes: 17 de artefactos de couro, 14 de moveis e varias outras... Informam os fabricantes de artigos de couro que nunca procuram mercados no exterior, pela necessidade permanente de attender a freguesia nacional, que se estende do Amazonas ao Chuy.

Em 03/05/1929, O Semanário *5 de Abril* publicava:

Novo Hamburgo, com sua superfície de apenas 65 km² é, sem dúvida, o menor município do Brasil em tamanho, com sua produção fabril, porém, relativamente um dos mais importantes, si não o mais importante (...). É deveras animador a perspectiva para o futuro que nos apresentam esses dados, sendo porém preciso que os novo-hamburguezes se compenbrem de que quanto mais adeantado o progresso, maiores esforços são necessários para mantel-o nesse nível, sendo indispensavel que cada um esteja a postos para defender a posição alcançada, para consolida-la e desenvolvel-a progressivamente.

O mesmo Semanário, em 09/01/1931, registrava: “Novo Hamburgo progride rapidamente. A sua população multiplica. O seu commercio augmenta consideravelmente e como centro industrial, chamam-na, com acerto, a “Manchester Brasileira” (*5 de Abril*, Anno IV. n.37, 09/01/1931).

Há uma rivalidade histórica entre Novo Hamburgo e São Leopoldo, constantemente reforçada nas conversas e brincadeiras cotidianas. Novo Hamburgo foi durante muito tempo vista como “lugar de burguês”, em contraposição à São Leopoldo, cidade operária, fornecedora de mão-de-obra para as indústrias do Vale.¹⁶¹

As pesquisas de Roswithia Weber (2004, 2006) só fortalecem o entendimento dessa distinção. A autora mostra o quanto a cidade de São Leopoldo, ao longo do século XX, procurou manter uma distintividade étnica,¹⁶² ocupando um lugar privilegiado na celebração das festas da imigração alemã, bem como na edificação de monumentos, nominação de ruas e praças, fundando, inclusive, um Museu sobre a Memória da Imigração.¹⁶³ Enquanto isso, Novo Hamburgo mantinha posição secundária nos festejos. Posição, aliás, que mantém até hoje. A *São Leopoldo Fest*, que ocorre na semana do 25 de julho, dia do imigrante, apesar de todos os questionamentos e conflitos atuais em relação à legitimidade de se manter

¹⁶¹ Um dos meus interlocutores de descendência alemã, disse-me, com pesar, que Novo Hamburgo foi aos poucos perdendo a identidade de “comuna” porque os descendentes de alemães que enriqueceram com o calçado perderam as referências de uma vivência étnica. De acordo com seu relato, uma das formas de preservar a solidariedade étnica seriam as festas de família que procuram reunir todos os sujeitos ligados a um determinado sobrenome. Ouvi de um integrante da Sociedade Cruzeiro do Sul o relato da prática deste costume também entre algumas famílias negras, o que sinaliza a influência desse tipo de festividade entre outros grupos étnico-raciais na região.

¹⁶² A historiadora Roswitia Weber (2004) não encontrou vestígios de festas e eventos comemorativos ligados à imigração alemã em São Leopoldo no período que antecede a data de 1924, ano do Centenário da Imigração.

¹⁶³ O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, fundado em 1959.

uma “marca étnica” numa festa que não contempla a maioria dos habitantes da cidade,¹⁶⁴ é uma atividade que reúne um público considerável, inclusive, por seu caráter comercial, pois não é apenas uma celebração, é uma grande feira de negócios, enquanto que a *Hamburgerberg Fest*, em Novo Hamburgo, é uma comemoração tímida e sem grandes adesões. Os grandes eventos de Novo Hamburgo estão diretamente relacionados à industrialização e à comercialização de produtos como a FENAC e a FIMEC.¹⁶⁵

Evidentemente, essa identidade étnica teve seus altos e baixos. Houve momentos em que essa identidade foi forçadamente silenciada. A campanha de nacionalização imposta por Getúlio Vargas¹⁶⁶ atingiu duramente a vida comunitária das colônias, desagregando muitas atividades culturais, cerceando os espaços de sociabilidade, mudando as rotinas da vida diária. Algumas narrativas sobre a vida dos descendentes de imigrantes nessas colônias, durante a fase da política do “abrasileiramento”, são misturadas a certa dose de ressentimento.

¹⁶⁴ Sobre os conflitos e desentendimentos em torno da São *Leopoldo Fest*, ver Roswithia Weber (2006).

¹⁶⁵ Feira Nacional do Calçado e Feira Internacional de Máquinas, Equipamentos e Componentes para o Setor Coureiro-calçadista. A FIMEC realizou em 2008 sua 32^a. edição. A FENAC, desde 2006, ao retomar o caráter de Festa Nacional do Calçado, centra-se no comércio varejista.

¹⁶⁶ Para essa discussão, ver Oliven (2006). Sobre cultura brasileira e identidade nacional ver também estudos de Oliven publicados no livro *Violência e Cultura no Brasil* (1989).



Figura 2: Recorte do Jornal NH de 1993.

Recorte de matéria do Jornal NH de 05 abril 1993. Arquivo pessoal de Astor Cassel. Nota-se que a matéria faz alusão às adversidades enfrentadas pelos alemães por causa dos “ferozes bugres”, mencionando também a presença dos açorianos e o seu “insucesso econômico”.

Depois de muito tempo lendo sobre as relações entre brancos e negros no país, vi-me, durante esta pesquisa, diante de um mundo muito desconhecido, o da história da colonização e imigração alemãs no Vale do Rio dos Sinos a partir dos próprios sujeitos descendentes de imigrantes. Em várias dessas leituras e/ou interlocuções deparei-me com denúncias de discriminação, preconceito, perseguições, que foram fundamentais no sentido de ampliar minha compreensão sobre o caráter autoritário do Estado nacional brasileiro na constituição de um ideal de nação e de brasilidade, que realmente tratou *A Ferro e Fogo*¹⁶⁷ os diferentes, julgados como potenciais inimigos da integração nacional.

Algumas publicações organizadas por intelectuais de descendência alemã, que se dedicam ao estudo do tema da colonização e imigração alemãs no Rio Grande do Sul, são mais do que textos de valor histórico, são testemunhos de um

¹⁶⁷ Faço alusão à obra literária de Josué Guimarães que narra a saga dos primeiros imigrantes alemães no RS, inclusive no enfrentamento das intempéries da revolução farroupilha.

tempo feito também de silêncios e interditos. Dentre as narrativas, destaco algumas que são pertinentes à reflexão aqui construída: a crítica de que o Estado nacional brasileiro negou a incorporação de qualquer outro grupo étnico-racial que colocasse em xeque o “mito das três raças” na propagação da ideologia da mestiçagem;¹⁶⁸ os alemães poderiam ter sido tratados como minoria étnica sem prejuízo para o Estado nacional brasileiro;¹⁶⁹ poderiam ter sido considerados cidadãos brasileiros, mas teutos em sua cultura;¹⁷⁰ boa parte de uma tradição oral e escrita foi perdida com a política nacionalista;¹⁷¹ os alemães, assim como os negros, tinham uma origem comum em termos de referência de uma vida aldeã, marcada por atividade agrícola e produção artesanal.¹⁷²

A última leitura vai ao encontro de estudos clássicos, como a do pesquisador francês Jean Roche (1969) que se dedicou aos estudos da colonização alemã no Rio Grande do Sul, na década de 60. Na visão de Roche, o alemão, por ter se embrenhado e enfrentado a floresta misteriosa assumiu a condição do índio e do negro.

Por mais que se force uma aproximação é preciso considerar, no entanto, a valoração positiva que adquire o trabalho quando passa para a mão do imigrante, em substituição ao trabalho escravo. Este entendimento é ratificado por Mauro, professor e militante negro de Novo Hamburgo:

Quando o trabalho passou a ter valor, a ser visto como valor, do trabalho socialmente, moralmente valorizado, quando passa a ter valor, o negro é alijado e retirado do mundo do trabalho. Aí, o trabalho passa a ser um trabalho de imigrantes. O trabalho é associado ao imigrante, o trabalho é associado à etnia alemã, ao italiano, ao japonês. A questão do labor: são laboriosos, são trabalhadores. É qualidade associada. O negro saiu do mundo do trabalho. Ele continua trabalhando, mas ele saiu do mundo do trabalho porque o valor do trabalho não é mais associado ao negro. Quando o trabalho era associado ao negro, o trabalho não tinha valor. Era uma coisa que não tinha valor. Trabalho era coisa de escravo. Então, era algo que não tinha valor. Quando o trabalho passou a ter valor, o negro passou a ser um não-trabalhador. Daí é associado à preguiça, à festa, à moleza. Todas as coisas pejorativas que atrapalham, desqualificam o trabalho são associadas ao negro. Essa mudança é uma coisa extremamente perversa e é uma coisa muito forte. (Silva, 2006).

¹⁶⁸ Ver Gertz, in: Müller (1994)

¹⁶⁹ Ver Müller, in: Müller (1994)

¹⁷⁰ Ver Dreher, in: Müller (1994)

¹⁷¹ Ver Kipper; Kreutz, in Müller (1994)

¹⁷² Ver Weimer, in: Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs (1989).

O trabalho é o suporte que sustenta a identidade étnica e alimenta a memória da imigração alemã no Vale do Sinos. Trabalho que se tornou cada vez mais precário, escasso, ameaçado. O “mito do desenvolvimento” convive com a sua própria contradição. O Rio dos Sinos, ao qual foi imputado a razão do crescimento e progresso das colônias nos primórdios da imigração, colhe as conseqüências amargas de um desenvolvimento não sustentável que destruiu os ecossistemas da região.¹⁷³

Todas as vezes que saía do Museu Visconde de São Leopoldo, aonde ia em busca de relatos históricos sobre o Vale dos Sinos e a imigração, tinha a sensação de sair duma ilha e voltar para um mundo completamente diferente. Nas tardes em que eu ia pesquisar no Museu, costumava conversar com o professor Telmo Müller, um senhor de 80 anos de idade, diretor do Museu, historiador e pesquisador do tema da imigração alemã. Reconhecia na voz e nos gestos do professor Telmo Müller, no seu modo de narrar a história dos alemães no Vale, a mesma emoção que brota nos olhos do meu pai, quando este conta histórias da campanha. Em algumas tardes voltava intrigada, porque esses sujeitos, mesmo dividindo o mesmo espaço, têm histórias de vida completamente distintas. Numa ocasião, lembrei da fala de um militante do movimento negro da região que me dissera ser o professor Telmo Müller o último guardião da visão que sustenta o étnico alemão em São Leopoldo. Na certa ele falara isso por acreditar que as transformações das paisagens urbanas, pela presença cada vez mais marcante de tantos outros, possam fazer desaparecer a força simbólica que perdura no mito da imigração alemã no Vale.

No entanto, apesar das mudanças desencadeadas pelas múltiplas migrações internas,¹⁷⁴ o Vale do Sinos é ainda motivado pelo “mito do imigrante”, o que fortalece a ascensão de suas festas étnicas que se misturam às de cunho regionalistas. Essas últimas formam uma espécie de ilhas do mundo rural no seio do espaço urbano. Por todas as cidades do Vale propagam-se as festas coloniais,

¹⁷³ As denúncias das persistentes mortandades de peixes no Rio dos Sinos vêm ocupando páginas e páginas do Jornal NH, como também dos telejornais regionais e nacionais, desde o segundo semestre de 2006. Inúmeros movimentos já foram desencadeados tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil. Algumas empresas foram autuadas devido à detecção do excesso de produtos químicos desviados para o rio, numa das maiores tragédias ambientais da região.

¹⁷⁴ Essas migrações não tiveram apenas uma direção. As pesquisas de Roche (1969) mostram que entre os anos de 1920 a 1940 muitos descendentes de imigrantes deixaram São Leopoldo e Novo Hamburgo para ocupar novas colônias no Rio Grande do Sul, posteriormente também em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. A partir da década de 50 esse movimento inverte. A região passa a receber migrantes de outras áreas que vêm em busca de trabalho.

kerbs, rodeios, cavalgadas, carreteadas, tiros de laço, *fandangos*. Festas essas que remetem a diversas memórias e não apenas a alemã.

Particpei da IV Carreteada de Lomba Grande, em março de 2007, no bairro rural de Novo Hamburgo, lugar que abriga uma das mais tradicionais sociedades gaúchas, fundada em 1938, a Sociedade Gaúcha de Lomba Grande. Apesar da divulgação da festa pela mídia local e do interesse do poder público no desenvolvimento do turismo rural, seus participantes ainda são mais motivados pela possibilidade do encontro e da confraternização que a Carreteada propicia do que para oferecer produtos e serviços a turistas e visitantes. Os participantes organizam-se na forma de *piquetes*, tal qual na semana farroupilha, com a ressalva de que tudo o que é feito em termos de alimentação é para o consumo do seu grupo ou família. Ao comentar para um dos participantes que não havia conseguido almoço, estranhando o fato de eles divulgarem o evento como sendo turístico mas não haver uma organização nesse sentido, ele disse-me que não estavam interessados no turismo, a carreteada era só um pretexto para se reunirem, ressaltando: “o que gostamos mesmo é de estar, assim, reunidos”.¹⁷⁵

As cidades do Vale do Rio dos Sinos, ao celebrarem o mito fundador da imigração alemã, o fazem num contexto completamente diverso, múltiplo, alterado humana e materialmente e impregnado de novas referências culturais e subjetividades.¹⁷⁶ As cidades se revestem de uma pluralidade de identidades e memórias que se sobrepõem, se cruzam, se contradizem e se materializam, esboçando formas, definindo símbolos e ritos num jogo ininterrupto entre diversos e desiguais.

Além do incremento das festas regionais gaúchas, também as festas étnicas animam diversas localidades dos Vales do Rio dos Sinos, do Caí e do Paranhana.

¹⁷⁵ Tendo por um período ocupado-me do estudo da cidade de Salvador, dos discursos da *baianidade* e do *ethos* da festa, dei-me conta da proximidade dessa relação com as festividades gaúchas, pois este desejo do encontro, do querer estar junto, celebrar, foi algo que vivenciei muito em Salvador. Sempre indaguei-me sobre o porquê das constantes festas organizadas por minha família, que transforma qualquer acontecimento banal em motivo para churrasco e fandango. Mesmo vivendo no Vale do Sinos “constrange a parentela” com a perpetuação da tal festa *surpresa*, que era muito comum na região da campanha, quando alguns se reuniam e *marcavam a surpresa* na casa de alguém. Na tal noite, simplesmente davam um *oh de casa!* e o tal eleito tinha de abrir sua casa para o baile que ia até o amanhecer ao toque de gaita e pandeiro. Não abrir a casa era uma ofensa, nem mesmo as crianças podiam continuar dormindo.

¹⁷⁶ As mudanças na estética urbana são sentidas e manifestadas nas narrativas individuais ou coletivas sobre as cidades. No livro *Nós, os Teuto-Gaúchos*, a autora Dinorá Hoeper lamenta essas transformações, no texto: *Novo Hamburgo: a Europa que nós perdemos*.

Por meio da celebração das festas étnicas revitalizam-se as narrativas sobre os ideais do progresso e da civilização, que persistem como “patrimônio simbólico” da presença do imigrante, à revelia de outros grupos étnicos que passaram a atuar de forma permanente nestes cenários. Os índios, os descendentes de africanos, espanhóis, portugueses, poloneses e outros grupos étnico-raciais tornam-se quase invisíveis diante da força mítica que narra a *saga* da construção destas cidades sob o “braço desbravador do imigrante”.

As festas alusivas a etnicidade alemã ou a identidade regional gaúcha passaram a adquirir importância estratégica.¹⁷⁷ Porém, a diversidade étnico-racial da região ainda não é contemplada no discurso oficial e nem nas celebrações coletivas fomentadas pelas municipalidades. A pluralidade de memórias é marcante, por exemplo, numa cidade como São Leopoldo, que preserva uma das mais tradicionais festas da colonização alemã, agora simplesmente designada como *São Leopoldo Fest*.

Roswithia Weber (2006), quando analisa os fluxos e refluxos da exaltação de uma etnicidade alemã no Vale, especialmente no século XX, pontua aqueles momentos que se revestiram de um caráter altamente simbólico pelo alcance de uma visibilidade étnica e o fortalecimento da identidade dos teuto-brasileiros. É o caso dos festejos em torno do Centenário da imigração, em 1924, a fundação do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em 1959. Porém, é a partir do sesquicentenário, em 1974, que ela demarca o início de um movimento maior em direção ao fenômeno que passa a interpretar como “reavivamento étnico”. Um exemplo seria a propagação das chamadas *Oktoberfest* em diversas cidades do sul do Brasil, bem como outras festas étnicas.

Reforçando o argumento da autora vale sublinhar que a partir do ano de 1974 começaram a ocorrer os Simpósios da História da Imigração e Colonização Alemãs, organizados pelo Museu Visconde de São Leopoldo e, mais tarde, também

¹⁷⁷ A principal atração na semana de comemoração dos 80 anos de Novo Hamburgo, no ano de 2007, foi um rodeio crioulo. Atração que se repetiu nas festividades de 2008. Outra grande atração, em 2007, foi a gravação, em Novo Hamburgo, no Parque do Trabalhador, do programa Galpão Crioulo, da RBS TV. A cidade de Novo Hamburgo abriga rodeios crioulos, hoje designados como “tradicionais”, especialmente no bairro rural de Lomba Grande, enquanto São Leopoldo aglutina os cavaleiros oriundos de diversos municípios que se juntam para o desfile e o acampamento *farroupilha*, na semana que antecede o “20 de setembro”.

pelo Instituto Histórico de São Leopoldo. Com o passar dos anos, os simpósios passaram a incorporar a discussão de outras etnias.

Em 2006, participei do XVII Simpósio da História da Imigração e Colonização Alemãs que aconteceu juntamente com o Seminário Internacional de Relações Interétnicas, na Unisinos/São Leopoldo. No mesmo evento, discutiram-se as relações interétnicas numa perspectiva ampla, unindo-se as temáticas relacionadas aos negros, aos indígenas, descendentes de alemães, japoneses, italianos, poloneses etc. Expressões como germanidade, italianidade, polonidade eram comuns no evento. O pesquisador convidado, Jeffrey Lesser, de Atlanta, polemizou o debate ao levantar a questão de que os grupos étnicos deviam ser pensados mais em termos de semelhanças entre si do que diferenças e contrastividades.

No entanto, comparado aos Estados norte-americanos, o Brasil tolhiu qualquer iniciativa entusiástica da diferença, por mais esforços que os grupos possam ter feito para demarcá-la. A fala de Jeffrey Lesser parecia sinalizar para uma interpretação das relações interétnicas na sociedade norte-americana avessa a da sociedade brasileira. Enquanto essa tenta resolver, inclusive juridicamente, como lidar com a diferença, a sociedade norte-americana, depois de um certo esgotamento do modelo segregacionista pautado na diferença, pretende “igualar” os grupos buscando as semelhanças. A grande indagação é como os Estados nacionais podem garantir o direito à diferença sem práticas etnocêntricas e segregacionistas, pois o modelo assimilacionista do *outro* também não resolveu as desigualdades étnico-raciais da sociedade brasileira.

A leitura de Roswithia Weber, fruto de sua tese de doutorado (2006), interessa nesse trabalho, sobretudo, porque ela situa a importância da memória da imigração e o movimento que denomina de “reavivamento étnico” como fundamentais para a constituição do projeto turístico da Rota Romântica, na década de 90, que une os municípios do Vale do Sinos aos da serra gaúcha.¹⁷⁸ A autora mostra que a etnicidade alemã é o referencial hegemônico para a criação de uma identidade cultural entre os municípios. Inclusive, questiona o quanto essa orientação se contradiz com a atual conjuntura de propagação dos ideais multiculturais. Em alguns casos, cria-se um impasse porque alguns municípios não

¹⁷⁸ A autora pontua algumas coisas curiosas como a “eticização das paisagens”. Para construir similaridade com a *Romantische Strasse* da Alemanha os agenciadores do turismo providenciaram a plantação de 1.000 (mil) mudas de plátanos no trajeto.

conseguem responder à fabricação daquilo que está sendo vendido como “típico”, até porque grande parte dos habitantes é portadora de outras referências culturais. Dessa forma, a orientação da Rota Romântica no sentido de forçar uma “unidade cultural” desprestigia parte de um *capital cultural* que poderia ser incluído no seu roteiro turístico.

Roswithia Weber interpreta a revitalização da identidade étnica como uma saída encontrada pelos administradores dos municípios frente à queda do emprego formal nas indústrias, especialmente pós-crise da produção coureiro-calçadista. O fomento do turismo rural em alguns municípios do Vale adquire relevância por causa do fechamento dos postos de trabalho, tendo em vista que muitos jovens da zona rural haviam secundarizado a atividade agrícola para engrossar a mão-de-obra nas indústrias.

Compartilho desse entendimento, porque nos últimos anos disseminaram-se pelo Vale as chamadas festas étnicas e também as de cunho regionalistas. Muitas dessas festas tinham um caráter espontâneo, mas passaram a ser agenciadas por administradores públicos e privados como alternativas às economias locais diante da ameaça de desindustrialização.

Notícias acerca das festas étnicas são constantes nos Jornais do Grupo Editorial Sinos, principais veículos de informação da região. O Jornal NH, de 12/04/2008, registrou o “*Fim de Semana das Etnias*”:

As etnias que colonizaram a região são as grandes homenageadas do final de semana na região, com diversos eventos: a Festa da Colônia de Gramado destaca alemães e italianos, enquanto a tradição alemã é enfatizada durante o kerb de Estância Velha, no Festival de Chopp de Feliz, no Kerb-Fest e na Festa da Colônia de Sapiranga, na Expofesta de Brochier e na Riozinho em Festa. Já em Campo Bom a *Noite Étnica* destaca a etnia portuguesa. Para os tradicionalistas a opção é conferir o Encontro Tradicionalista em Campo Bom e a 4ª. Festa Campeira e Rodeio Artístico em Igrejinha. (Por Tânia Goulart).

Em Campo Bom, desde o ano 2005, existe o projeto Etnias em Movimento, que anualmente celebra as etnias por meio da festividade designada como *Noite Étnica*, destacando nos sábados do mês de abril de 2008 as etnias alemã, portuguesa e espanhola.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Informações retiradas de matéria do Jornal NH, de 07/04/2008, sob o título “Cultura Alemã contagia a festa da Noite Étnica”.

No caso de Novo Hamburgo, as comunidades negras e seus espaços de sociabilidade ainda são marginalizados se comparados a outras expressões culturais.¹⁸⁰ Não há, ainda, um diálogo suficiente entre os representantes desses diferentes grupos, para que se efetue uma prática democrática no sentido da valorização coletiva de cada uma dessas manifestações, inclusive, inserindo-as em projetos turísticos na região.¹⁸¹

No entanto, ampliaram-se os canais de interlocução nos últimos anos, em virtude da própria ação do movimento negro. Em São Leopoldo há uma maior visibilidade das atividades da Semana da Consciência Negra, que adquiriram estatuto de oficiais por decorrência da lei municipal que a instituiu, desde 2005. Novo Hamburgo já realiza atividades alusivas à Semana da Consciência Negra desde 2003, por iniciativa do movimento social em parceria com outras entidades.

No que se refere à proliferação de festas que marcam a *gauchidade*, é preciso considerar que a adesão das cidades de colonização alemã e italiana ao movimento tradicionalista gaúcho não é nenhuma novidade, fenômeno apontado por Oliven (1991), que informa, por exemplo, sobre o pioneirismo da cidade de Taquara,¹⁸² em 1948, ao inaugurar o segundo CTG do Rio Grande do Sul. Oliven destaca que, naquele período, pós-segunda guerra, era preciso criar um afastamento das colônias de qualquer vinculação com o nazismo, por isso a *gauchidade* foi um caminho para a *brasilidade*.

Oliven (2006) mostra, ainda, que a expansão dos movimentos tradicionalista e nativista na década de 1980 ocorre paralelamente ao desenvolvimento local das redes de comunicação e a franca expansão do mercado de bens materiais e simbólicos. Quer dizer, há outros elementos facilitadores do fortalecimento dessas

¹⁸⁰ Por ocasião de disputas por verbas públicas para eventos, festividades etc, há uma queixa das comunidades negras, por exemplo, de que o movimento tradicionalista local angaria mais recursos para suas manifestações culturais. Ao conversar com uma liderança do MTG, na semana farroupilha do ano de 2006, perguntei como era organizada a Associação Tradicionalista de Novo Hamburgo. Depois da explicação comentei que a organização era muito semelhante a da Associação Carnavalesca, ao que ele asseverou: “é parecida a organização... mas eles lá, nós aqui.”

¹⁸¹ No mês de janeiro é quando ocorre o *Kerb* na cidade de Ivoti – situada cerca de 10 km de Novo Hamburgo - com festas, bailes, danças, chopp, com o intuito de celebrar a etnicidade alemã. No ano de 2007 ocorreu a 15ª edição do evento. O *Kerb* acontece no período que as comunidades carnavalescas de Novo Hamburgo - formada em sua maioria por negros – realizam suas festas de preparação para o carnaval. No ano de 2007, dei-me conta que numa mesma tarde transitei por dois espaços marcados por referências culturais distintas. Não há, todavia, muita interlocução entre os grupos.

¹⁸² Localizada no Vale do Paranhana/RS, região de colonização alemã.

identidades. O autor informa que é neste período que proliferam os festivais de música, os programas de rádio e televisão voltados ao gauchismo, a abertura de novos CTGs e uma série de outras atividades espontâneas que se organizam à mercê de qualquer controle dos movimentos tradicionalistas e nativistas, especialmente no meio urbano.¹⁸³ Da mesma forma, as referências étnicas ganham força no Vale do Sinos num momento em que a urbanização crescente e os fluxos e refluxos migratórios produzem mudanças significativas na ocupação do espaço, nas relações de trabalho e na própria composição étnico-racial da população.¹⁸⁴

Paralelamente ao esforço dos municípios em manter as empresas no Vale, há um movimento para impulsionar o turismo na região.¹⁸⁵ A cidade de Novo Hamburgo inaugurou, em 2007, o seu Receptivo Turístico. Quer dizer, o município começa a dar os primeiros passos nesta direção. A marca eleita para divulgação turística gira em torno da industrialização e modernização da cidade, apesar de os percalços e dificuldades na manutenção do antigo posto de *Manchester* brasileira.

Novo Hamburgo, que por um tempo acreditou não existir passado, projetando-se intensamente para o futuro, hoje vive o presente às custas das imagens do seu passado.¹⁸⁶

Assim, se o *mundo do trabalho* representado pela industrialização do Vale é um dos *quadros sociais da memória* (HALBWACHS, 2006), do mesmo modo as *festas étnicas* que celebram o passado da imigração alemã. Porém, as memórias coletivas de outros grupos confrontam essa memória socialmente constituída. Ao lado dessas celebrações convive-se no Vale com a revitalização de um passado que

¹⁸³ Para a relação entre a mídia regional e a ascensão de uma identidade gaúcha, ver trabalho de Jacks (1999).

¹⁸⁴ Isto é assinalado por Selbach em seu trabalho sobre Novo Hamburgo: “*Da vila em 1927, onde todos se conheciam e era de suma importância a procedência familiar, surgiu a Novo Hamburgo da década de 90 que perdeu a sua cara germânica e ganhou uma população de cabelos negros e pele morena que assumiu o comando social.*” (2006, p.144)

¹⁸⁵ O Grupo Editorial Sinos, principal veículo de comunicação da mídia impressa local (disponível também online), traz matérias e mais matérias sobre o assunto. Ao ministrar disciplinas de metodologia científica na Feevale, constatei que os principais temas eleitos pelos alunos para o aprendizado da construção de projetos de pesquisa estavam, direta ou indiretamente, relacionados à crise da base industrial coureiro-calçadista na região e a busca de alternativas econômicas através do turismo. Outro tema relevante, em todas as disciplinas, principalmente em antropologia, era o estudo da identidade regional gaúcha. Nesta disciplina, especificamente, quase não se consegue grupos dispostos a pesquisar sobre identidade nacional, a maioria disputa o tema da identidade regional gaúcha.

¹⁸⁶ Isto se manifesta também nas produções acadêmicas. Um exemplo ilustrativo são os relatos de alguns empresários e trabalhadores calçadistas no Vale, apresentados na obra “*Memória do Setor Coureiro-Calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos*”, organizada por Schemes, C., Prodanov, C., Thön, I., Perla, R. (2005).

se liga à imagem do gaúcho da campanha, por meio da proliferação de festas, rodeios, cavalgadas, carreteadas, que encontram adeptos também entre os descendentes de alemães do Vale. Perturbando, ainda mais, essa memória social, encontram-se os negros da região, deveramente fortalecidos pelas discursividades étnicas contemporâneas e pelo avanço da implementação das políticas de ações afirmativas. Os negros movimentam-se em prol do reconhecimento social da sua história no Vale e também desejam salvaguardar prédios, imagens, objetos, utensílios, lembranças, inserindo-os no jogo das animações culturais dos novos patrimônios (JEUDY, 1990) do mundo urbano contemporâneo. Neste caso, por intermédio da fusão entre o “político e o cultural”, os negros procuram reverter antigas representações, propondo uma nova troca simbólica (JEUDY, 1990) que poderá desencadear mudanças significativas na vida social.

3.2 DE NOVO, PROSEANDO...

3.2.1 Com Gilberto Silva da Silveira, do Movimento de Consciência Negra Palmares

A idéia deste segundo *Proseando* é conceder um espaço maior para as falas dos meus interlocutores ligados ao movimento negro. Porém, alerto o leitor que nem sempre todas as falas aparecem neste formato, isto é, como uma representação do diálogo construído durante a entrevista gravada. Em outras partes desta tese as falas de alguns interlocutores, ligados ou não ao movimento negro, são trazidas na forma de citação. Neste caso, aparecem no meio do texto, ilustrando e auxiliando na montagem de alguma reflexão.

Os diálogos com Gilberto, do Grupo de Consciência Negra Palmares de São Leopoldo, e com Mauro, do COPAA de Novo Hamburgo, foram gravados em agosto de 2006. Ambos foram meus interlocutores diretos durante os anos de 2007 e 2008, em virtude da participação de suas entidades no projeto Quizomba da Cidadania.

A seguir, disponibilizo trechos do diálogo com Gilberto, gravado no final de uma tarde fria de agosto, em São Leopoldo, quando Gilberto ainda respondia pela Coordenadoria Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.¹⁸⁷

¹⁸⁷ Os grifos em negrito são meus.

Margarete: *Você morou em Bagé?*

Gilberto: *Até 1988. E lá, por incrível que pareça... às vezes o pessoal pergunta se aqui se é mais racista e tal, até por ser o berço da imigração alemã, se aqui é mais racista que lá. Eu sempre tenho dito que o racismo no Brasil é quase homogêneo. A forma como ele se expressa é a mesma em todos os lugares, em todas as cidades. **Se tu chegares em qualquer cidade brasileira, se tu chegares no centro da cidade, ela tem uma cara, e quando tu vais indo para a periferia, tu vais enxergando as pessoas um tanto negras, mais mestiças,** essas coisas. Isso é em todos os lugares, então eu digo que o racismo é tanto aqui quanto lá.*

Eu acho que pela minha idade, pelo tempo que vivi naquela região (em Bagé), e eu vivi ainda no tempo que existia realmente o... peguei a fase dos clubes onde só entravam negros ou só entravam brancos, peguei essa fase. Lá em Bagé tinha o Clube Comercial, por exemplo, que era o clube da elite da cidade, dos latifundiários - entre eles Garrastazu Médici, um freqüentador do Clube Comercial - e de toda a sua família. Enfim, nós tínhamos o Caxeiral, que era um clube da classe média branca, e tinha lá os Íngaros e Saca-Rolhas que eram dois clubes de negros. E, efetivamente, negros não entravam. Quer dizer, os brancos entravam em clubes de negros, mas os negros não entravam em clubes de brancos, a não ser para trabalhar, ou coisas desse tipo. Então, isso eu vi, eu estou com 46 anos mas peguei isso ainda, essa questão da separação mesmo. Então, lá, eu vi muito isso. Acho que aqui também é mais ou menos assim.

Margarete: *Vocês criam na década de 80, o Palmares?*

Gilberto: *Foi criado em 86, o Palmares. Já tinha desde 86. O movimento começa primeiro com o pessoal da igreja, aquelas pastorais eclesiais de base, depois ele começa a se transformar. Quando eu cheguei aqui, em 88, depois de dois anos, eu entro também no movimento, e começa toda uma militância mesma. Aí realmente eu comecei a estudar a temática.*

Eu acho que o movimento mais ou menos ele vai crescendo à medida que o movimento negro, do ponto de vista geral, do Brasil, também vai tendo um acúmulo. Os negros lutam desde a escravidão, através dos quilombos, têm várias formas de resistência, depois da escravidão também se organizam. Tem a Frente Negra, uma das grandes... que é de 1930, que depois é terminada pela ditadura. Em 64 também eles praticamente liquidam com todas as organizações negras. Depois vem a

reacender isso tudo com o Movimento Negro Unificado, final de 70, 80, culminando lá em 95. **Eu sempre digo que 1995 é o divisor de águas, porque é quando transbordou o copo.** Teve a Marcha em Brasília... em torno de 50.000 pessoas, pra mais, de negros, apoiadores, enfim. É quando há um reconhecimento, um reconhecimento não... Ali o Estado brasileiro, representado na figura do Fernando Henrique Cardoso, ele publicamente admite que o Estado Brasileiro é racista e que teria que efetivamente ter políticas públicas para a inclusão da comunidade negra. Tanto que Fernando Henrique Cardoso nas suas teses... o estudo de Fernando Henrique é o escravismo no sul. Inclusive, o Fernando Henrique, é só olhar... O pessoal fala essa frase: "tem o pé na cozinha", "pé na senzala". Ele é um descendente, ele é um afro-descendente, com certeza. Então, ele como representante do Estado faz isso. Ali, me parece que se vai para um novo patamar. Já é um patamar que deixa de ser somente uma questão da denúncia, propriamente dita. Ali, o movimento não só chega pra denunciar, ali ele chega também com proposta, ele entrega para o presidente daquele momento um conjunto de diretrizes, de políticas para serem implementadas. Teve um documento que se entregou e tal. **Então, é dali que se começa toda a discussão do desenvolvimento dessas políticas.** Eu acho que o movimento Palmares, paralelamente, não só o Palmares, acho que o movimento todo, em todo o Brasil, acaba sendo levado por essa corrente, por esse acúmulo que, vamos dizer assim, transborda.

O Brasil assinou todos os Acordos Internacionais, inclusive, de Direitos Humanos. Assinou todos. Mas ele só assinou todos, jamais fez algum movimento, algum movimento não... ações, nunca implementou ações pra efetivamente fazer com que aquilo que fosse assinado viesse pra vida, como a gente fala, ou pra prática. Na verdade, nunca existiu. Então, por isso que eu digo que 95 é diferente. Claro que **esse movimento não é só um movimento brasileiro. Ele é um movimento global.** Até porque as culturas... essa própria diáspora dos negros, de uma certa forma é um diálogo dessas diversas comunidades, descendentes ou negras que foram para vários lugares. E ela dialoga assim. Também com a questão das mulheres. Enfim, a emergência desses atores, do processo de todo esse movimento. Para mim, no Brasil, 95 é o marco, porque, primeiro, além da assinatura dos Tratados, lá... Inclusive foi a ditadura, em 64, os militares assinaram... Mas efetivamente era uma contradição: ao mesmo tempo que eles assinaram, eles

desconstituíram todas as organizações que existiam, ou reprimiram todas elas. Já em 95 não. 95, na verdade, o presidente que, naquele momento, representa o Estado, ele admite isso. Ao mesmo tempo que ele admite isso, o movimento entrega, todo o movimento social negro, todos os seus apoiadores entregam todo um conjunto de propostas de políticas e ações para serem implementadas, ele também diz isso e faz... Inclusive, na época de Fernando Henrique se cria o Grupo de Trabalho Interministerial para discutir a questão. Também convoca vários negros da universidade para começar a pensar. Ali é um marco.

Depois há um outro evento extremamente importante, que potencializa aquilo que já em 95, pelo menos, se sinalizou, efetivamente, que foi a III Conferência Internacional contra o Racismo, a Xenofobia e Discriminações Correlatas. O Brasil, antes disso, faz todo um processo de conferências preparando para Durban. Ali, de novo, o Brasil formaliza aquilo que Fernando Henrique disse naquele momento: que o Estado brasileiro legislou para excluir os negros, na maior parte de sua história, e que tinha que se buscar reparar isso. Sai um documento que o Brasil propõe... Inclusive o Brasil parece que é o país que teve a maior delegação lá, o que mais participou e que, de uma certa forma, foi quase o carro-chefe.

Então, nós aqui caminhamos à medida que todo esse movimento... nós acabamos também influenciando e sofrendo as influências de toda esse panorama geral que tá existindo, desse contexto todo. Tudo isso tá vindo nesse processo, nesse movimento global que tá acontecendo.

Margarete: Eu tenho lido muitas críticas a esse movimento e da forma que as ações afirmativas vêm sendo pensadas e implantadas no Brasil. Alguns teóricos acusam os intelectuais negros de estarem racializando o país. Segundo eles, quando afirmamos que o Brasil é um país multiétnico e multirracial estamos promovendo mudanças jurídicas no Estado nacional e alterando as narrativas sobre a nação. Para o antropólogo Peter Fry, por exemplo, as pessoas têm sido conduzidas, obrigadas a pensar-se como pertencentes a uma raça e a uma etnia. Como é que você vê isso?

*Gilberto: Eu parto do ponto de vista seguinte: raça, apesar de não ser um conceito biológico, é uma construção social, que tem eficácia na alocação, no acesso, na posição das pessoas - conforme a sua etnia - na vida social. **Nós já somos racializados, só não é dito, mas nós somos racializados.** Por isso que eu disse no início: se nós formos numa cidade, no centro é uma população, se nós formos na*

*periferia é outra. O que é isso? É resultado de quê? É resultado exatamente de quê? Que ela se estrutura, sim, a partir da raça. Até eu estava tentando fazer um artigo no qual, na verdade, eu digo isso: tratar das ações afirmativas, da necessidade das ações afirmativas, sem recuperar a história, não tem como. Quer dizer, **toda a história do Brasil se assentou nesta disjunção: mundo dos negros, mundo dos brancos.** E outra coisa também: acho que, talvez, ele (o Peter Fry) não dialogue com a seguinte questão - é o que eu sempre digo, é o que tem me preocupado, é o que a gente tem que começar a colocar na roda e a discutir – que é a questão do branqueamento. Foi importante, fundamental, debater o mito da democracia racial, mas eu acho também que nós temos que bater nesta questão do ideal do branqueamento. **Porque esse país mestiço, ele não é mestiço romanticamente.** Não, a mestiçagem tinha sido pensada e deliberadamente... ela atendia, ela era um meio pra atingir um objetivo: clarear o Brasil, tornar o Brasil um país arianizado, nas palavras do Sílvio Romero. Então, não dá pra nós cairmos neste canto da sereia, do país mestiço, não dá, temos que...Raça não é uma questão biológico-científica, mas ela é, sim, uma construção social e que tem eficácia e nós temos que trazer isso, porque, na verdade, não estamos criando, mas estamos nomeando algo que já está estabelecido.*

Margarete: Essa dívida não é só no plano material. É uma dívida moral, ética...

*Gilberto: Na verdade, sempre teve esse debate, mas a partir de 1800 é que ele fica mais potente, quando já começa a se visualizar o final do sistema escravista. Ali começa a se constituir uma discussão sobre qual seria o destino do Brasil, em termos de nação. Defrontam-se, principalmente, duas posições, as duas preconceituosas, racistas. Uma mais pessimista, que colocava que o Brasil não tinha jeito, porque o Brasil, com 90% da população negra e tal, jamais seria uma nação civilizada. Dentro da lógica do que eles pensam de civilização. Por outro lado, a outra também tinha o mesmo pensamento em relação aos negros e aos índios, mas apresentava uma solução, que, na verdade, foi adotada: o branqueamento. **Só que esse branqueamento não é só o branqueamento do ponto de vista objetivo, das pessoas, mas é o branqueamento na história, o branqueamento das idéias,** tentando apagar tudo aquilo que tenha relação com aqueles que construíram esse grande período de nosso país. Todos esses escritos refletem isso. (...)Porque tem aquele cara que é extremamente preconceituoso, o Oliveira Viana, ele é um mestiço.*

A elite construiu isso e foi introjetado, inclusive, por esse povo todo. É branquear tudo, do ponto de vista objetivo, do ponto de vista das idéias, dos símbolos e tal.

3.2.2 Com Mauro José da Silva, do Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo (COPAA)¹⁸⁸

Sabia, de antemão, que por mais que Mauro conversasse freqüentemente comigo e me fornecesse informações valiosas para a pesquisa, ele não podia ser um informante anônimo na minha tese. Por causa disso pedi para gravar uma das nossas conversas. Ele me sugeriu que eu fosse no período da noite até a escola onde ele leciona, a Clemente Pinto, no bairro Primavera, em Novo Hamburgo. A Clemente Pinto fica na mesma rua da *Cruzeirinho*, na Osvaldo Cruz. Como já era de se esperar, durante a conversa fomos interrompidos várias vezes por causa dos apelos normais do cotidiano escolar, mas não me preocupei com isso devido ao fato de estabelecer com Mauro diálogos muito freqüentes e, diante de qualquer dificuldade, poderia retomar a conversa com facilidade.

A seguir, trago alguns trechos retirados dessa conversa.

Margarete: Podes iniciar falando sobre as ações afirmativas em Novo Hamburgo...

Mauro: A nossa observação, a nossa visão sobre a questão do negro em Novo Hamburgo tem dois olhares: um olhar na questão mais estatal, a ação pública estatal, que é a ação pública de Estado; uma outra, ação pública também, mas em nível de sociedade mesmo, de espaços sociais. Por exemplo, essa ação pública estatal tem avanços e tem recuos. Podemos dizer que quando o COPAA foi criado, há três anos atrás, houve uma série de questões, houve um trabalho de parceria bastante interessante com a administração pública, no sentido de trabalho em nível de secretaria de educação, secretaria de cultura. Houve projetos e eventos em parceria com a administração pública. Houve um avanço bem significativo, sob o ponto de vista de abrir-se espaços públicos estatais, de estado, trabalho de governo. Mas, ao mesmo tempo, as ações públicas não-estatais, de parceria com entidades privadas, com Ongs, com movimentos sociais, também avançaram. E quando

¹⁸⁸ Os grifos em negrito são meus.

*aconteceu a mudança de governo e houve um refluxo, uma diminuição, houve uma quebra de diálogo com o Estado, com o governo do município, e o que se manteve foi justamente essas ações públicas não-estatais. Essas parcerias se mantiveram e, de uma certa forma, até se aprofundaram, principalmente com o movimento social. Isso foi uma preocupação que nós tivemos, que nós temos, até através de observação que nós fazemos do que ocorre em outros municípios, em outras regiões do Brasil: é o medo do isolamento do movimento negro dentro do movimento social como um todo, que o movimento negro seja visto de uma forma muito específica, quando, na verdade, a questão negra ela tem de ter um corte em todas as questões, no movimento de mulheres, no movimento dos trabalhadores, no movimento da juventude. **A gente entende que tudo tem de trabalhar um viés negro também.** Mas o que ocorre muitas vezes é que o movimento negro tende a se isolar e a ser isolado pelos outros movimentos.*

Margarete: Tu achas que nos últimos anos, pelo fato de o próprio Estado nacional posicionar-se sobre as ações afirmativas, setores da sociedade começam a rever algumas posições, que isso tem avançado um pouco mais...

*Mauro: Claro. Não tenho dúvida, avançou muito, pelo simples fato de estar-se discutindo isso de uma forma muito clara, de ter-se a oportunidade de discutir, quando vem a questão das cotas, das ações afirmativas, de trazer essa discussão, das pessoas se posicionarem a favor, se posicionarem contra, isso, sem dúvida alguma, é um avanço. Ao mesmo tempo ocorrem situações que são perigosas. **Existe uma possibilidade muito grande,** e isso também a gente observa que ocorre, **de uma estatização do movimento.** O movimento se torna um tanto estatal, cria-se um setor, um departamento, cria-se uma coordenadoria, uma secretaria, se traz esse movimento para dentro do poder público estatal, enquadra-se esse movimento, quando na verdade esse movimento, pelo pouco que eu sei, ao longo da história, se formos ver o movimento negro dentro do Brasil, ele é um movimento extremamente revolucionário. Tem um caráter muito subversivo, no sentido de subverter o status quo, uma coisa praticamente estratificada, uma construção social do Brasil. Quando o Estado, o poder público começa a ter um olhar um pouco melhor, ele começa também a criar mecanismos de enquadramento. O que ocorre? Burocratiza e reforça o isolamento. O isolamento em relação aos outros movimentos. Por exemplo, hoje em dia... o movimento dos sem-terra...quando a gente estuda*

sabe que a questão agrária no Brasil é uma questão íntima, intrinsecamente ligada à questão da escravidão, da territorialidade negra, do espaço. Mas tu não vês isso quando trabalhas a questão dos sem-terra. No próprio movimento sem-terra não se vê muito trabalho nesse sentido. Quem trabalha, quem estuda, vê pouca coisa fazendo esse link. O próprio movimento sem-terra não tem um discurso étnico, o movimento negro não tem um discurso que dê conta dessa questão. Isso que eu falo em isolamento. Fica um movimento isolado.

(...)Tem de haver uma articulação social, não-estatal, de base, pra que haja essa resposta do Estado. Não o contrário. Não se estatiza o movimento. O movimento ele vem, cresce e, muitas vezes, esse é o perigo. Até por uma série de questões, relações, possibilidades que se tenha, não pode ser uma ação de cima para baixo, isso não funciona. O ano passado, por exemplo, não havia nada pra semana da consciência negra, nenhum recurso, nenhum espaço, nenhum diálogo com o poder público. Mesmo assim se articulou, porque se articulou com certos movimentos: o movimento jovem, o movimento hip-hop, com a igreja. Inclusive, através da articulação que se fez com a igreja Santo Antônio, lá no bairro Liberdade, com o padre, com aquela comunidade, começaram as missas-afro. De certa forma, foi um tanto criticado: "Bah, uma missa, uma festa! Qual é a consequência disso?" Pô, mas agora a gente já está este ano todo trabalhando na formação da pastoral afro, que não havia na cidade. Praticamente, na última reunião que nós fizemos, mais de cinquenta pessoas da comunidade do bairro Liberdade, paróquias aqui, estão trabalhando na articulação junto com a Vera Triunfo, que é a coordenadora regional da pastoral afro. Ela veio, veio um rapaz que é seminarista, ele é colombiano, o Walfrido, ele é antropólogo também, fizemos todo um trabalho lá. E tá nascendo a pastoral, a primeira pastoral afro do Vale do Sinos. Como isso começou? Através da articulação, através de missas.

Margarete: As pessoas tendem a ver os movimentos só como reivindicatórios. Esse perfil educativo é importante.

Mauro: Até porque o contexto que nós lutamos, o contexto da transformação que queremos fazer, ele é fundamentado no processo histórico. Tem que trazer toda essa questão, por isso ele é educativo. Ele (o movimento) tem que trazer essa informação, essa fundamentação. Inclusive, **a fundamentação moral das reivindicações se faz através da análise do processo histórico.** Se for analisado

do ponto de vista plano, linear: “ah querem cotas pra negros...” Isso contraria toda a lógica, toda a construção de uma sociedade igualitária, de uma conquista tão cara, que é a questão do conceito de igualitarismo, que foi uma coisa duramente conquistada, pelo menos se lutou, mesmo que não seja pleno. “Querem transformar o grupo e dão privilégio?” Só trazendo toda uma questão histórica pra trabalhar, pra entender que não é privilégio. Nem a questão do igualitarismo, dentro de um princípio, também não é quebrado. Ao contrário, é reforçado.

Não pode ser assim. Uma pessoa que nunca pensou sobre essas questões, de uma hora pra outra, vem um cara e diz: “queremos cota”, “ah, tá certo, tá bom”. Nunca se pensou sobre isso. “Eu nunca estudei, nunca tive...” E não teve, não podemos ser ingênuos que vai ser agora, porque está-se falando sobre isso que tudo vai acontecer.

Margarete: *Quais são os espaços da cidade que está concentrada a população negra, se é que existe essa concentração?*

Mauro: *O que existe é assim: existem bairros que eram bairros tradicionais de população negra, mas hoje é muito disseminado. Têm regiões que não eram tão tradicionais, tipo bairro São Jorge, que hoje tem uma população negra expressiva. Rondônia, talvez mais do que aqui (Primavera). Hoje na cidade é muito disseminado. Existe a questão da tradição: “tradicionalmente esse bairro...” onde estão as escolas de samba. No Guarani, ali tradicionalmente era denominado África, hoje é muito disseminado. O que ocorre... a Vera Triunfo que gosta muito de comentar, usar muito este termo, **essa formação dos “quilombos urbanos”**. De certa forma, são quilombos. O valor da terra aumentou muito a exploração imobiliária. Daí o que ocorre? As famílias têm um terreno, vai-se juntando, vai-se construindo uma casa nos fundos, no meio, não sei o quê, mas isso de uma forma muito disseminada. São grandes famílias, não são grandes grupos, mas grandes famílias que estão num local, em outro local, em outro local... Daí dá essa aglomeração muito urbana. Hoje o que eu posso observar seria mais é na Rondônia, me parece que é forte, talvez até mais ao entorno da escola de samba.*

Margarete: **Qual é o índice de população negra na cidade?**

Mauro: **Em torno de 12%. Dado do IBGE. 12% contando os pardos e negros.** O movimento coloca assim: pardo é negro. Não separamos mais essa questão do pardo. Tem muito pardo que se coloca como branco, é muito difícil precisar.

Margarete: *No RS a brasilidade nunca foi mobilizadora, até porque construímos uma identidade regional muito forte.*

Mauro: *E a nossa identidade regional também é fundada nas diferentes identidades étnicas. **Nós só estamos começando mais tarde, porque as outras etnias já sempre se afirmaram.** Só que isto, de certa forma, é um discurso, é um posicionamento aceitável. Para o cara que sempre se viu como italiano, que sempre valorizou sua etnicidade, pra ele é uma coisa muito aceitável o negro se colocar como negro, valorizar sua etnicidade, buscar sua a identidade; porque é o cara aquele que vai lá buscar, pesquisar na Itália a sua identidade; porque é o cara aquele que vai querer ver seus antepassados alemães, e essa categoria é muito presente. Então, quando a gente fala, eles até estranham: “Bah, mas tu não sabes (a origem), lá na África...” Então, isso aqui é muito normal. É muito normal. Agora, tu imaginas o resto do Brasil que é mestiço, que se construiu como uma identidade mestiça e, muitas vezes, branca. Por isso eu digo: é muito mais fácil surgir aqui no Rio Grande do Sul projetos e ações, ações afirmativas do que na Bahia. É muito mais fácil nós termos um senador negro, ter tido um governador negro, do que a Bahia. Com certeza a Bahia vai ser o último Estado a ter um governador negro. Podes escrever, mesmo com 80% da população negra ou não-branca.*

(...)Para esse europeu que veio pra cá, pra ele toda a formação de identidade do europeu, ele constrói essa identidade em contraposição, em oposição à identidade do outro. O italiano, ele é italiano, a identidade dele se constrói em oposição ao alemão, em oposição ao austríaco, em oposição ao francês. O francês se vê francês na oposição ao alemão que tá ali na frente dele. O inglês se vê inglês em relação a toda Europa que está do outro lado do canal da Mancha. Então, a construção de identidade dos europeus, eles constroem essa identidade na visão da identidade do outro. Muitas vezes em oposição ou contraposição a essa identidade do outro. Aqui não é diferente. Se tu fores ver as comunidades italianas, alemãs, polonesas, tu vais ver que é muito forte essa construção de identidade, essa delimitação em função da outra etnia, da outra que está ali. Então, para eles é muito mais fácil, é muito mais aceitável essa construção de identidade negra, até pra poder situar, até pra eles poderem nos ver, porque no momento que tu te afirmas, tu comesças a ser visto. Então, eles se vêem em oposição: “eu sou assim”, “o alemão é assim, eu sou assim”. “ah, o polaco é daquele jeito, eu sou assim, desse jeito”. Eles se identificam.

3.3 A GLOBALIZAÇÃO E AS TRADUÇÕES LOCAIS DAS NARRATIVAS ÉTNICAS: AS COMUNIDADES NEGRAS E AS AÇÕES AFIRMATIVAS EM NOVO HAMBURGO.

Em 1929, momento em que repercutiam fortemente no Brasil as teorias raciais, o Semanário 05 de Abril, de Novo Hamburgo, publicava matéria sobre o excesso de negros na Bahia e a possibilidade da mestiçagem extinguir as “raças inferiores” por meio do branqueamento. Sobre os alemães trazia a ressalva:

(...) Muito felizmente o homem latino, mais coagido pelas necessidades do meio que atido ao caldeamento do typo ideal á terra nova que reabria os olhos á luz do mundo civilizado, foi-se imiscuindo nos meandros physiologicos dos africanos e dos aborigines, fazendo os mestiços e os curibócas (...) Contra o homem allemão e o inglez, os únicos que não nos têm auxiliado na extincção dos pretos, temos exercido uma vingança encantadora e pacífica: captamos o seu sangue puro, atravez das mulheres de sua raça que não menospresam a estes e com elles se associam na mais perfeita e consecutanea obra humana: crescer e multiplicar...”

22/11/1929 – Anno 3. N.30

No final do século XIX e no início do século XX, as teorias raciais influenciaram grandemente as pesquisas científicas na Europa e tiveram forte ressonância no Brasil. Em geral, essas teorias viam de modo muito negativo a miscigenação e defendiam a “pureza racial”, estabelecendo uma ligação direta entre os traços físicos dos indivíduos e os seus valores morais e culturais. Países formados pela fusão de diferentes grupos étnico-raciais, como o Brasil, apresentavam-se como potenciais candidatos a um processo de degeneração social e racial. Com muita propriedade, Lilia Schwarcz (1993) mostra como alguns intelectuais brasileiros do período procuraram adequar essas teorias à realidade nacional. O mestiço, até então considerado como principal agente da “degenerescência” racial e social, começa a ser apontado como a esperança de se construir um projeto de “desenvolvimento” e de “civilização” para o Brasil. Para isso, o sangue negro e o sangue indígena, vistos como responsáveis pelo entrave do Brasil rumo à civilização, precisavam ser, gradativamente, substituídos pelo sangue do branco europeu, este, sim, assinalado como superior. Isso se daria pela miscigenação racial. Dessa forma, o próprio Estado nacional brasileiro passou a perseguir o projeto de branquear a população, tanto do ponto de vista biológico,

quanto do ponto de vista cultural,¹⁸⁹ sendo um dos caminhos o estímulo à imigração européia.¹⁹⁰

A memória do ideal de branqueamento é a mola propulsora para que o movimento negro contemporâneo, por meio das ações afirmativas, questione tanto a narrativa clássica da nação brasileira, alicerçada no discurso da mestiçagem, quanto as narrativas locais e regionais que, à sua maneira, também assinalaram um *lugar* para os negros e *para as coisas dos negros*, isto é, para tudo aquilo que dizia respeito aos homens e mulheres negros e suas práticas cotidianas, as suas expressões culturais, às *artes do dizer e do fazer*. (CERTEAU, 2001).

Assim como a memória da ideologia do branqueamento é motivadora da ação política do movimento negro contemporâneo, não se pode desconsiderar a memória da segregação racial dos espaços da cidade, que é uma constante nas narrativas dos sujeitos, sejam estes brancos ou negros. Essa também pode ser acionada para se pensar novos modelos para se viver a cidade por meio da democratização dos seus espaços.

A associação dos negros era separada da associação dos alemães, dos brancos. Eu fui no baile de negro, e aí eu não podia entrar. Mas tinha uma negra, a Matilde, que dançava muito bem. E eu era... eu gostava muito de dançar! Eu digo: “vou dançar com a negra Matilde”. Os caras disseram: “é mentira, baile dos pretos alemão não entra”. Eu digo: “não, mas eu me dou muito bem com o Jandinha - que era o dono do salão - aí eu vou lá pelos fundos e falo com o Jandinha, ou com o filho do Jandinha, ou, então o velho Otacílio tá cuidando lá nos fundos, aí então entro por lá”. Entrei, mas daí, só podia entrar ali perto da música, não podia ir lá pra frente, pros outros não verem que eu estava lá no meio. Eu não sei era um preconceito que existia na época. Nos bailes dos brancos os negros não entravam. Os negros entravam até a parte das bebidas e ficavam bebendo lá, mas dançar, não, dançar era só branco! Aquilo ali era uma coisa que tinha uma separação entre eles, a gente nunca ficou sabendo o certo o porquê disso! A moça branca era botada pra fora de casa, quando começava a conversar com os morenos, era ruim isso! Tinha cada negrinha coisa mais linda! (risos) era uma rosa, era uma flor! (risos) e os brancos não podiam conversar, era ruim isso. Meu pai nunca disse nada contra, nem a favor, nada! Agora tinha parente meu que dizia: “Bah!!!! Fulano de mão dada com aquela negrinha lá!” Aconteceu que uma vez me pegaram de mão dada com uma negrinha muito bonita: “mas não é possível, perdeu a vergonha na cara, aonde já se viu!”

A própria negra Ilse que é a mãe do Renato, a negra Ilse dizia muitas vezes: “olha, o Klein é meu filho” - que era eu, né? – “É meu filho, irmão do Renato, se dão tão bem que parece que são paridos pela mesma mãe.” Entendeu?

¹⁸⁹ Fundamental para a reflexão acerca da ideologia da mestiçagem no Brasil é o trabalho de Munanga (1999). O autor mostra como ela adquiriu relevância no pensamento social brasileiro, apresentando os encontros e divergências da leitura da mestiçagem em obras clássicas de autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, entre outros.

¹⁹⁰ Uma referência para o estudo das políticas de imigração no Brasil e a ideologia do branqueamento é a tese de Espinola (2005).

Eu me dava bem com o Renato, e o Renato foi o primeiro cara que comprou um Passat no Rio Grande do Sul. Ele vendia pipoca no centro de Novo Hamburgo, juntou um dinheiro vendendo pipoca e comprou o primeiro Passat do Rio Grande do Sul, ele comprou o primeiro, é uma história também né! (Klein, out. 2006. Entrevista gravada)

Um dos argumentos utilizados contra a aplicação das ações afirmativas no Brasil sustenta-se pela defesa da não-segregação, sob a alegação de que esse tipo de política pública possa desencadear movimentos de intolerância, racismo, exclusão e segregação. Porém, as narrativas que versam sobre a ocupação dos espaços da cidade revelam que a exclusão e a segregação constituíram-se mais como regra do que como exceção. Se a segregação foi negada juridicamente pelo Estado brasileiro, por meio da afirmação do princípio da igualdade, o viver cotidiano deu conta de assegurar e perpetuar os mecanismos de separação e exclusão.

As discursividades étnicas ajudam a compor o cenário das disputas políticas e culturais das cidades contemporâneas, e trazem à tona o relato das experiências étnico-raciais distintas que marcaram a ocupação do espaço urbano ao longo do *tempo*, traduzidas e reconhecidas por meio das narrativas e dos *itinerários* dos seus habitantes (Rocha & Eckert, 2005).¹⁹¹ Imagens que remetem a um outro *tempo* e a um outro espaço são acionadas para explicar e interpretar o *lugar* dos sujeitos e dos grupos no cenário do espaço urbano, como na narrativa de Mauro, meu interlocutor, integrante do COPAA, que ao falar sobre as formas de habitação dos negros em Novo Hamburgo tece comparações com a vida dos quilombos.

Na visão do Mauro, a cidade de Novo Hamburgo reconhece apenas três grupos na sua constituição: “os alemães, os negros e os “*pêlos-duros*”. Do ponto de vista da ocupação dos espaços da cidade tem sentido esta afirmação, porque por muito tempo o bairro que reunia maior concentração de famílias negras fora denominado África, mais tarde, na década de 40, teve alterado seu nome para Guarani. Um outro bairro próximo do centro da cidade, hoje chamado de Rio Branco, durante muito tempo ficara conhecido como Mistura, porque reunia grupos de várias referências étnico-raciais.

¹⁹¹ Excelente para esta reflexão é o documentário *Os Caminhos Invisíveis do Negro em Porto Alegre: A tradição do Bará do Mercado*, dirigido por Ana Luiza Carvalho da Rocha. O documentário mostra a luta pelo reconhecimento do Mercado Público de Porto Alegre como espaço identitário dos praticantes das religiões afro-brasileiras da cidade. O documentário, lançado em 2007, teve o apoio do Programa Petrobrás Cultural.

Apesar da memória desta separação étnico-racial nos espaços da cidade, em algumas narrativas, como a do Sr. Klein, aparecem as tentativas de burlar as regras e estabelecer outras formas de convívio. O que dá o tom da sua narrativa é a lembrança dos esforços que desencadeava para participar dos bailes de negros, as reações e desentendimentos familiares que enfrentava por causa das relações que estabelecia com homens e mulheres negros.

Há um elemento que necessita ser considerado quando se analisa o *dilema racial brasileiro* - do qual se ocupara por muito tempo Florestan Fernandes (2007) - e tem-se como pano de fundo uma cidade como Novo Hamburgo. Não basta, neste caso, analisar *O Negro no Mundo dos Brancos*,¹⁹² mas analisá-lo no confronto com o *mundo alemão*. Neste caso, buscar compreender as representações acerca deste *mundo alemão* ao longo do *tempo*, não tão somente na relação com os negros, mas no contexto da sociedade rio-grandense como um todo.

Para Simmel (1983), *o estrangeiro* não é só aquele que “vem de fora”, mas aquele que torna nítida a “diferença”. Quando Simmel analisa o fenômeno do estrangeiro e pensa as formas de interação social, informa que a sua presença gera uma “tensão particular entre a proximidade e a distância” (p.187). Analisando-o dentro do contexto geral de um determinado grupo, *o estrangeiro* é aquele que preserva uma certa “objetividade” quando em contato com os demais indivíduos desse mesmo grupo. Por mais que se possa demarcar alguns traços comuns que o aproximem do grupo, ele não representa este grupo, ele mantém-se distante, por isso a objetividade.

Aproveitando-me da leitura de Simmel para a interpretação do alemão como representando *o estrangeiro* no Rio Grande do Sul, acrescento que, neste caso, o alemão sintetizou o ideal do europeu branco, protótipo da “civilização”. Ao contrário do português e do espanhol, cujas imagens de europeus foram denegadas em virtude da miscigenação com negros e índios, o alemão representou a preservação dessa *branquidade*.

A tensão particular que Simmel localiza na interação que se estabelece com *o estrangeiro* é possível de ser percebida, ainda hoje, nos relatos dos meus interlocutores negros sobre a relação com os descendentes de imigrantes alemães do Vale, os quais continuam ainda recebendo a designação de “alemão”. Nos

¹⁹² Alusão à obra de Florestan Fernandes (2007), *O Negro no Mundo dos Brancos*.

relatos, ora o “alemão” aparece como aquele que exatamente por ser diferente, ser *eticamente* distinto, aproxima-se ao negro, portanto, não só é possível estabelecer o diálogo, mas este diálogo é radicalmente superior quando em comparação com aquele estabelecido com o branco descendente de português, o “brasileiro”; ora o “alemão” aparece como aquele cuja proximidade é difícil, porque faz questão de marcar o distanciamento.

Mauro acredita ser mais fácil realizar a discussão das ações afirmativas com os descendentes de alemães porque eles entendem melhor a reivindicação dos negros, pois sempre se sentiram “étnicos” em relação aos luso-brasileiros, representantes “oficiais” da brasilidade. Disse-me, ainda, que os casos de preconceito e racismo são mais comuns nas atividades festivas de tradição gaúcha do que nas festas alemãs. Segundo ele, isso se deve ao fato de não haver uma demarcação visível do “étnico-racial” nos espaços das festividades gaúchas, o que estimula a disputa de poder entre os indivíduos ou os grupos.

Numa cidade como Novo Hamburgo eu tenho certeza que essa questão pesa muito menos do que no Rio de Janeiro. Em Novo Hamburgo, nas regiões de colonização européia, a questão étnica sempre foi posta, as pessoas sempre se definiram como alemão, como italiano, polonês. Sempre se definiram, sempre se viram assim. Então, a ideologia da miscigenação, da raça brasileira, nas regiões de colonização nunca existiu. Nessa região... por incrível que pareça onde menos se tem isso é no sul, no Rio Grande do Sul. Por isso que no Rio Grande do Sul, por incrível que pareça... às vezes quando a gente fala pra outras pessoas de fora, as pessoas até acham estranho. Mas regiões de colonização, do Rio Grande do Sul como um todo, é onde esta discussão se dá de uma forma mais tranqüila. Tu te colocares como negro para uma pessoa que sempre se colocou como alemão, sempre se colocou como italiano, sempre se colocou como polaco... então, aqui nunca teve... No resto do Brasil, com certeza, isso é muito complicado, com certeza isso é muito complicado. Mas aqui isso não existe. E quando a gente fala em Novo Hamburgo, especificamente, é muito mais tranqüilo, talvez até mais do que Porto Alegre, nessa questão. Tu pegas assim um local como Porto Alegre, onde a pessoa tem uma pele morena, um cabelo escuro, um lábio um pouco mais grosso, não sei o quê, e é branca, se vê como branca. Daí quando vêm os “neguinhos do movimento” dizendo: “tu não és branca, tu és negra”, “tu já tens não sei o quê tu já és negra”, “tu tens o nariz um pouco mais... tu és negro”, pô, isso mexe, isso mexe porque tem um monte de gente que nunca se viu como negra, e, se começar a falar muito vão ver que brancas não são. Isso vai mexer com muita coisa. Aqui não. Aqui tu sempre soube que era negro (risadas). Sempre teve... desde pequenininho, teve alguém pra te dizer que tu és negro. Tu não és moreninho, tu não és escurinho, tu não és café com leite, não é marronzinho, não! Sempre teve alguém para te dizer o que tu eras. Tu podias não saber, mas em algum momento da tua vida, alguém, e muito cedo, alguém disse bem o que tu eras. (risadas) (Mauro, ago. 2006. Entrevista gravada).

Nota-se na fala de Mauro a ênfase de Novo Hamburgo como região de colonização européia. Quer dizer, essa visão não é propalada somente pelos descendentes de imigrantes alemães. Os colonizadores vindos da península ibérica estão fora da representação de um “modelo de Europa” que se disseminou durante o processo de formação do Estado nacional brasileiro. Além disso, o “alemão” não é o formulador da ideologia do branqueamento, mesmo que esteja diretamente implicado nela, tampouco é o agenciador dos ideais de mestiçagem e brasilidade, portanto, preserva a dimensão de “objetividade” mencionada por Simmel (1983) ao analisar a figura do *estrangeiro* no contexto de interação.

Entretanto, na cidade de São Leopoldo, onde os marcadores étnicos da etnicidade alemã foram historicamente mais acentuados do que em Novo Hamburgo, a leitura do movimento negro local distancia-se dessa percepção. Lá, o movimento negro constata uma tendência oposta, que é a tentativa de invisibilizar-se toda e qualquer referência que não se ligue à etnicidade alemã.

Aqui houve um processo, por aquilo que a gente já sabe, houve um processo deliberado de apagar tudo aquilo que não fosse ligado à cultura germânica. (...) Isto começou pelo rio... porque, na verdade, o Rio dos Sinos hoje é o único rio, dos grandes rios do Rio Grande do Sul, que não manteve sua denominação original na língua indígena. O único rio do RS que não manteve denominação indígena foi o Rio dos Sinos. Começando por isso. Parece-me que isso tudo... é uma coisa que se tem de vivenciar. Aqui houve uma ação política e prática de apagamento de todas as coisas. A própria Casa da Feitoria¹⁹³ é isto: muda-se a arquitetura de uma Casa e conta-se a história de forma diferente. Também houve morte dos índios, houve eliminação física dos índios. Talvez em outros lugares não teve um apagamento assim. Talvez isso seja um pouco da diferença, daquilo que as pessoas evocam do ponto de vista cultural, da questão do preconceito mesmo. Por exemplo, o português, mesmo sendo racista, ele se apropria daquilo que é bom. De uma certa forma uma questão de antropofagia. Absorve-se o outro, as coisas boas, as virtudes, que é diferente da cultura alemã que quer varrer aquilo que não é deles. (Gilberto da Silveira, Movimento de Consciência Negra Palmares de São Leopoldo, ago. 2006. Entrevista gravada)

De qualquer forma, independente das especificidades de cada cidade da região, o fato é que propor ações afirmativas para as populações negras no Vale do Sinos requer um diálogo permanente com aqueles que insistem na preservação de

¹⁹³ A antiga Casa da Feitoria do Linho Cânhamo foi restaurada pela municipalidade em 1941. Na ocasião teve seu estilo arquitetônico alterado para enxaimel, por ter abrigado as primeiras famílias de imigrantes alemães no século XIX. Ao fazer-se essa alteração, preserva-se a memória do imigrante e apaga-se a presença dos negros e luso-brasileiros que ali fizeram história antes da chegada dos imigrantes. A Casa da Feitoria passou a ser conhecida, também, como a Casa do Imigrante. Ver Roswithia Weber (2006).

uma memória oficial ratificadora de uma hegemonia cultural do étnico alemão em detrimento de outros grupos.

Por outro lado, as discursividades do movimento negro criam ancoradouros para a edificação de uma memória social. Tornam-se falas oficiais representativas de um segmento, ainda que não hegemônicas e não legitimadas pelas instâncias do poder político dessas cidades. Nos relatos dos meus interlocutores negros ligados ao movimento social, essa memória social entrelaça-se à memória individual e à memória coletiva. Diferentemente da memória coletiva que não tem um autor definido e, portanto, entrelaça-se às histórias individuais dos sujeitos, a memória social demarca uma autoria, que pode ser um estado, uma nação, uma classe social, um movimento social etc. Em qualquer um dos casos, são narrativas que modulam diferentemente o *tempo*. A *etnografia da duração* (ROCHA & ECKERT, 2005) busca apreender a memória coletiva, a memória não oficializada, latente, anônima, sem dono, mas que está em permanente diálogo com as *memórias do social* (JEUDY, 1990).

Quando Gilberto, do grupo Palmares de São Leopoldo, tece uma comparação entre as manifestações do racismo no Vale do Sinos e em Bagé, dá vazão às suas lembranças à separação que existia entre os clubes dos brancos e os clubes dos negros, em Bagé. Na sua memória, os clubes de brancos reuniam os latifundiários da região. Neste momento, na sua narrativa, Gilberto não faz menção aos descendentes de portugueses ou espanhóis. No entanto, ao remeter-se ao Vale do Sinos, não é a imagem do capitalista, agente da industrialização do Vale, que ganha vulto, mas o imigrante alemão. Apesar de todas as transformações do Vale e a heterogeneidade da sua população, as imagens que prevalecem ainda são as do *mundo alemão*. No entanto, a solidificação de uma memória social legitimadora do étnico alemão no Vale não pode ser analisada sem levar-se em consideração as desigualdades de classe. A imagem daquele descendente de alemães “pobre”, que não obteve êxito econômico, momento algum é acionada, é simplesmente “apagada”, “esquecida”.

A memória do trabalho e do desenvolvimento, sustentada pela industrialização, concedeu a Novo Hamburgo um *status* de “superioridade” que ainda se perpetua em conversas e discursos na vida cotidiana. Até mesmo quando o que está em pauta diz respeito à receptividade dos ideais multiculturais. Ao participar

de algumas atividades que, direta ou indiretamente, relacionaram-se com a discussão das ações afirmativas, ouvi, mais de uma vez -, inclusive por parte de representantes de entidades governamentais - menções sobre o “pioneirismo” de Novo Hamburgo no que se refere às ações afirmativas.¹⁹⁴

A ruptura com o discurso da invisibilidade da presença e da contribuição dos negros na cidade e na região pressupõe uma escuta das narrativas dos sujeitos que estiveram diretamente envolvidos na edificação do “trabalho” e do “desenvolvimento” no Vale, mas que, mesmo sendo agentes diretos desse *fazer*, ficaram no anonimato.

Formei-me no curso primário em uma escola municipal e na época em que fui fazer o segundo grau... era o ginásio, na Escola 25 de Julho, escola estadual. Estudei lá até os 12 anos, aí eu rodei e fui trabalhar com 12 anos. Precisava trabalhar. Comecei trabalhando numa fabriqueta que fazia sapatos, sapato popular, passava cola, passava tinta, onde meus irmãos já trabalhavam. Lá pelos meus 15 anos eu resolvi terminar o ginásio, que eu tinha rodado aos 12 anos. Fui fazer um supletivo e, aos 18 ou 19 anos, terminei o ginásio. A essas alturas eu continuava trabalhando numa fábrica de sapatos e continuava fazendo as mesmas coisas. Como eu senti que era aquilo realmente que eu tinha que fazer, que era fazer sapato, toda a economia da região era à base de sapato, eu resolvi fazer um curso profissionalizante. Foi quando eu fiz um curso de modelagem de calçado, inspirado por um gerente que eu tinha, que estava sempre fazendo modelo. Ali foi que alavancou um pouquinho a minha condição de vida, porque o modelista já tinha uma posição mais destacada na empresa, já ganhava um pouquinho mais. Comecei nessa mesma empresa a fazer uns modelinhos meio simples, mas comecei (...) Dali, terminando esse curso profissionalizante dentro da área, eu resolvi fazer um curso técnico em calçado, quis aumentar meus conhecimentos, em nível de segundo grau. Mesmo antes de me formar - naquela época o mercado exigia muito profissional, pois tinha pouquíssimo profissional para a demanda de trabalho - antes de terminar o curso técnico eu já tinha sido contratado por uma outra empresa, com um ótimo salário, acho que ganhando umas cinco ou seis vezes mais do que eu ganhava até então. Foi quando eu fui trabalhar em Campo Bom. Até então eu tinha trabalhado só em Novo Hamburgo. Fui então trabalhar em Campo Bom, num grupo muito forte, onde trabalhei por 3 anos. Tinha, então, 22 anos. Aí casei, a minha namorada ficou grávida, eu era noivo, e naquela época a coisa era mais séria do que é hoje: “fez? tem que assumir”. E a gente assumiu, a gente casou, e com 22 anos eu estava casado e com trabalho em Campo Bom, com um emprego bem mais rendoso. Praticamente, a profissão que eu exerço até hoje foi aprendida naquela época, foi dedicação minha daquela época, já que eu estava naquele mercado eu senti a necessidade de me preparar um pouquinho mais, pra poder também ter recurso melhor pra viver. De lá, dessa empresa de Campo Bom, eu fui contratado pra trabalhar numa companhia de exportação. Na época começou o *boom* de exportação de calçados para os Estados Unidos, e eu fiz um trabalho muito bom dentro dessa empresa. Em 1975... trabalhei até 1983 nessa empresa. E pela necessidade deles prepararem a gente para o mercado exportador, logo fui

¹⁹⁴ Por exemplo, no que se refere à implementação da Lei 10.639/2003 – que tornou obrigatório o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares dos ensinos fundamental e médio. Esta lei sofreu acréscimos importantes em 2008, passando a incorporar a temática indígena, sendo, então, substituída pela Lei 11.465/2008.

fazer viagens para o exterior, já me envolveram direto em todo o mecanismo da exportação. Eu fui empregado como técnico e modelista, responsável tanto pela área técnica como pela área de desenvolvimento de produto, e ali trabalhei 8 anos. A empresa aumentou mais ainda meu salário, eu estava ganhando quase o dobro do que eu ganhava antes, aí a minha vida profissional teve um crescimento em nível de salário bom, porque na época eles pagavam em dólares, então a gente ganhava bem, dinheiro suficiente pra viver uma classe média legal. Até então, não tinha percebido nenhum tipo de discriminação em relação a eu ser negro, porque parecia que o mercado de trabalho olhava muito mais o lado profissional do que na realidade essas questões de preconceito. Mesmo nas viagens que fiz para o exterior eu nunca senti nenhum tipo de discriminação, pois nessas viagens aparecem muitos tipos de etnias, de todas as raças e cores. Depois que saí dessa empresa, logo fui contratado por outra exportadora, onde trabalhei por mais 7 anos. Essa empresa fechou e eu fui me dedicar ao mercado interno. Abri uma empresa de desenvolvimento que não deu muito certo, aí acabei sendo contratado por uma empresa pra trabalhar também no mercado interno. Fui contratado pra ser gerente da área de desenvolvimento. Ali eu senti o primeiro sinal de discriminação, em 1990. Tinha então 40 anos de idade, estava com o diretor dando uma volta pelo setor, passei por outro setor auxiliar e uma pessoa falou nas minhas costas: “O que é que este negão quer aí?” Eu não sei se o meu diretor ouviu, eu sei que eu escutei e fiquei calado, porque, na realidade, aquela pessoa que falou a partir daquele momento era meu subordinado. Então, eu senti que mesmo que ele tivesse tido alguma idéia errônea a meu respeito com o tempo iria desaparecer porque eu teria que tratar ele de igual pra igual. Realmente, com o tempo a gente teve uma adaptação muito boa no trabalho e essas questões se dissiparam, não foi uma coisa que ficou marcada, a gente comenta porque tem muita discriminação ainda, em geral a respeito de preconceito, mas eu não levei muito a sério, levei como uma reação momentânea daquela pessoa. Nessa empresa fiquei por 3 anos. Ali eu fui pela primeira vez à Europa, fiz pesquisa de moda e realmente minha influência profissional sempre foi muito bem vista no Vale. (Valdemar da Silva, mar. 2008. Entrevista gravada).

Nota-se como na narrativa de Valdemar ele aciona o valor trabalho como um elemento balizador da sua *trajetória individual* (VELHO, 1994). Ele foi um expoente do processo de exportação do Vale: estudou, trabalhou, buscou qualificação, viajou para o exterior, “ganhava bem”, fez pesquisa de moda, foi “reconhecido”. Seu *projeto individual* somou-se a um *projeto coletivo* (VELHO, 1994) de desenvolvimento do Vale. Na sua narrativa, o *tempo* de abundância do trabalho foi o tempo da invisibilidade da discriminação racial. À medida que os postos de trabalho foram escasseando o preconceito passou a ser externalizado, veio à tona. Pode-se acrescentar a isso o fato de que, naquele momento, as discussões relativas à discriminação e preconceitos raciais, as propostas de políticas públicas para as populações negras, tinham menor visibilidade do que a partir dos anos 90.

Esta relação entre a “crise” do emprego e a percepção da discriminação racial é assinalada também por Jaime:

Não tive o privilégio de ter meu estudo por que tive que trabalhar cedo, me orgulho da profissão que trabalhei e, por isso, minha aposentadoria começou cedo porque sempre trabalhei com carteira assinada, 30 anos na carteira, de serviço, e com 47 anos já estava aposentado. (...) Naquela época não era tanto... fui sentir a discriminação....é.... quando cheguei na empresa (...), em 1992. Cheguei a pegar na empresa....De 170 empregados eram só 3 (três) negros na empresa.... mas a gente não era discriminado por eles, se sentia discriminado no período de festas de fim de ano e nas outras festividades... todos... e só nós negros no meio de 170 empregados.

(...)Na época, (do calçado) a gente chegava a ter um time de futebol de negros dentro da empresa, tinha mais ou menos 11 (onze) negros dentro da empresa. O Requite tinha o hábito de trazer negros de fora por causa de time de futebol. (...) O meu tio era gerente do Requite, daí ele começou a trazer... Viemos parar aqui em Novo Hamburgo por causa dele. Ele foi gerente do Requite e trouxe os cunhados dele para trabalhar aqui. Eu sou de Santana do Livramento. Lá não tem serviço, só serviço na lavoura, firma não tem pra lá. Então ela era gerente do Requite, trouxe os cunhados para trabalhar e formar um time, para jogar bola...um time de futebol. Trouxe todos meus tios, 3 (três), 4 (quatro), e assim começou tanto que toda a minha família trabalhou no Requite. (...) Meu tio era gerente, foi um dos primeiros negros metidos a besta assim... Minha tia dizia que ia espetar ela para ver se ele tinha sangue azul porque não podia ser vermelho, ele era muito diferente. (risos).(Jaime P. da Silva, mar. 2008. Entrevista gravada).

Na narrativa de Jaime fica muito explícita a idéia de que uma das formas que os negros encontraram para acessar o mundo do trabalho foram as participações nos times de futebol. Quer dizer, os negros eram vistos como bons no futebol, por isso eram buscados para trabalhar em determinadas empresas. Jaime contou que a partir de 1992 passou a trabalhar em outra empresa, fora do ramo coureiro-calçadista, essa praticamente não contratava negros, portanto, não havia mais a sociabilidade de outrora mediada pelo futebol, foi quando se deu conta da discriminação.

Os negros, ao lado de outros grupos, como os chamados *pêlos-duros*, foram protagonistas anônimos da industrialização do Vale. Se não foram os detentores do capital, foram os produtores diretos da riqueza extraída da força de trabalho. Hoje, uma parcela desta população vê-se forçada a migrar ou, então, vivencia uma precarização das relações de trabalho, cujo reflexo imediato é a acentuação da violência e da criminalidade urbana.¹⁹⁵

Na narrativa dos meus interlocutores, a memória da crise e da escassez dos postos de trabalho aciona as imagens do preconceito e discriminação raciais. No

¹⁹⁵ Em meados de 2008, o caso do menino de 16 anos apontado como *serial killer* mereceu contrangimentos e tristeza por parte de alguns moradores da cidade, que lamentaram a vinculação do nome da cidade a este tipo de acontecimento e não mais como o lugar do “trabalho” e do “desenvolvimento” como fora em outrora.

cenário da globalização econômica, em que Novo Hamburgo deixou de ser o *cluster* do calçado e uma parte do capital, das empresas e, até mesmo, da força de trabalho, migraram para outros lugares, resta perguntar: “Como ficaram os negros neste processo?”, “Quando se pensa em políticas de ação afirmativa no Vale e na cidade, quais as implicações destas questões econômicas para os homens e mulheres negros?”

Exatamente no momento em que se dá maior visibilidade à discussão das políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira, as possibilidades de ascensão social tornaram-se mais distantes destas populações do Vale. Observa-se em várias cidades do Vale do Sinos que os próprios descendentes de alemães recorrem ao étnico como um recurso para dinamizar a economia. Por trás da proliferação das *festas étnicas* há o interesse de desenvolver o turismo e estimular uma *cultura de consumo*, por meio da expansão dos espaços de lazer e de diversão.

Para não serem mais uma vez aliados dos processos econômicos, as populações negras do Vale do Sinos iniciam uma disputa no plano do simbólico, ao proporem a “reconstituição” da sua “singularidade cultural” e a inserção das suas expressões culturais na discussão dos novos patrimônios (JEUDY, 1990).

Dentre algumas ações desenvolvidas no último período, destacou-se o projeto interinstitucional *Quizomba da Cidadania*, que teve como base o resgate e a valorização da cultura afro-brasileira no Vale do Sinos. Promovido pelo Ministério da Cultura através da Fundação Palmares, e com o apoio da Petrobrás, o projeto foi gestado em âmbito local pela Horta Comunitária Joanna de Ângelis, uma organização não-governamental. O público alvo do projeto foram crianças e adolescentes das cinco comunidades carnavalescas de Novo Hamburgo e mulheres negras do bairro Feitoria de São Leopoldo. Integraram esta ação o Programa de Extensão de identidade, etnia e gênero - NIGERIA - da Feevale; o Grupo de Consciência Negra Palmares de São Leopoldo; o Comitê Pró-Ações Afirmativas de Novo Hamburgo – COPAA; a Sociedade Esportiva, Cultural e Beneficente Cruzeiro do Sul/NH; as Escolas de Samba Império da São Jorge, Protegidos da Princesa

Isabel, *Aí Vêm os Marujos e Portela do Sul*, todas de Novo Hamburgo; a Associação Carnavalesca de Novo Hamburgo e a Associação de *Hip-Hop* do Vale do Sinos.¹⁹⁶

O *Quizomba da Cidadania* aconteceu num momento de aprofundamento da discussão sobre as ações afirmativas na sociedade brasileira, e, de fato, pode-se caracterizá-lo como uma tradução local das ações que vêm sendo desencadeadas pelo Estado brasileiro em prol da afirmação da identidade dos afro-brasileiros e da defesa de seus direitos. Articulou-se a um projeto de extensão que o Centro Universitário Feevale vinha desenvolvendo em parceria com a Associação carnavalesca de Novo Hamburgo, desde 2003 – o projeto Banda Mirim - cujo foco era incidir numa realidade de exclusão e de discriminação social e racial utilizando-se de diferentes linguagens: música, dança, teatro, atividades lúdicas e esportivas, envolvendo especialmente crianças e adolescentes do entorno das escolas de samba.

Essas ações locais primam pela visibilidade da história vivida pelos negros no Vale dos Sinos, pela valorização dos seus espaços de sociabilidade, pela vinculação dos homens e mulheres negros às narrativas que exaltam o “trabalho” e o “desenvolvimento” local como marcas da região.

A Sociedade Cruzeiro do Sul, uma das mais antigas da região, desde 2006 integra um coletivo constituído por clubes, agremiações e sociedades de negros do Rio Grande do Sul. Assumindo um caráter mais regional devido às dificuldades de agregar clubes mais distantes, a idéia de formação do coletivo surgiu depois de um encontro nacional de clubes e sociedades negras, que ocorreu em Santa Maria/RS. Este foi o I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras do Brasil, e ocorreu de 24 a 26 de novembro de 2006. O Encontro foi uma iniciativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal e, na época, contou com a presença da então ministra Matilde Ribeiro. Do Encontro resultou a Carta de Santa Maria que, dentre outras deliberações, primou pela reivindicação de políticas públicas para o reconhecimento dos clubes e sociedades de negros como patrimônio histórico e cultural dos afro-brasileiros.

Segundo Ademir, presidente da Sociedade Cruzeiro do Sul, a iniciativa de criação do Coletivo – CCFNR-RS¹⁹⁷ - surgiu com o propósito de fortalecer as

¹⁹⁶ A Associação Carnavalesca de Novo Hamburgo e a escola de samba Portela do Sul passaram a integrar o projeto a partir de 2008, já numa segunda edição designada como *Quizomba da Cidadania em Ação*.

sociedades, inclusive financeiramente. Cada sociedade integrante realiza uma festa anualmente e, nesta data, as demais garantem um público mínimo de participantes, pois organizam-se antecipadamente com transporte, venda de convites etc. Articula-se, assim, uma rede de fortalecimento da solidariedade étnico-racial que se apresenta também como uma alternativa de sustentação financeira para esses clubes. Além das festas, o coletivo realiza reuniões periódicas. Por enquanto, integram este coletivo as seguintes entidades: a Sociedade Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo, a Sociedade Négo, de Venâncio Aires, as Sociedades Castro Alves e Rui Barbosa, ambas de Canoas, e a Sociedade Floresta Montenegrina, de Montenegro. Sobre o coletivo, Ademir fez o seguinte relato:

(...) Logo no começo eu não levei muita fé, fiquei mais... fiquei meio de lado. Mas depois voltou e voltou um pouco mais forte: “Ademir, vamos fazer uma reunião?” A primeira reunião, inclusive, foi na Cruzeiro. Nessa reunião a única Sociedade que não se fez presente foi a Négo lá de Venâncio Aires. Daí fizemos a primeira reunião pra gente se unir mais. O que estava acontecendo? As Sociedades de negros do Brasil, do Rio Grande do Sul estavam diluídas, o pessoal não estava mais conseguindo fazer festa. E isto é uma coisa que eu até digo, agora, que a gente está conversando, que não são só as sociedades negras que estão com problemas, as sociedades brancas também estão com problemas: A Ginástica, a Atiradores...¹⁹⁸ O grande problema até não é financeiro. Dizem que Novo Hamburgo não tem mais dinheiro, mas tem muita gente rica em Novo Hamburgo. O problema são “os barzinhos”. Hoje, as pessoas têm festa de segunda a segunda. Segunda eles vão no Alternativo,¹⁹⁹ tem o Hamburger Bier,²⁰⁰ tem não sei o quê, é muita opção. A Sociedades ficam de lado, ficam em segundo plano. O que vai acontecer? Os caras vão dizer: “Ah, exigem um monte de coisas... eu não vou lá”. O Cruzeiro, qual é o problema do Cruzeiro? Apesar de ser uma sociedade negra e pobre, os caras também dizem: “Ah, eu não vou lá no Cruzeiro... porque eu tenho um barzinho lá que eu posso ir”. Tem um monte de outros lugares que eles podem ir. E lá no Cruzeiro não tem um... hoje eu não tenho um teto, uma coisa sólida pra cativar e trazer esse pessoal pra dentro. Então, esse é o grande problema, não é só o negro, já é uma coisa meio geral, pra todo mundo. Aí começaram as reuniões. De dois em dois meses fazemos a reunião em uma das sociedades. Daí ficou assim: a gente faz uma festa no ano, cada sociedade tem uma festa no ano que o coletivo se encontra. Até esse coletivo ficou definido numa reunião no Rui Barbosa, ficou definido que o nome seria Coletivo de Sociedade Negras do Brasil. (...) O Coletivo é mais aqui (no RS). Falando no Cruzeiro, eu optei pelo aniversário do Cruzeiro. Nesse dia, vêm todos os coletivos. (...) Ficou definido assim: cada sociedade fica responsável de levar quinze pessoas. Nem que não vão quinze pessoas tu tens de pagar os quinze cartões que são designados

¹⁹⁷ A sigla remete ao nome das sociedades envolvidas: Cruzeiro do Sul, Castro Alves, Floresta Montenegrina, Négo e Rui Barbosa.

¹⁹⁸ Sociedades esportivas e recreativas de Novo Hamburgo que, no passado, foram reconhecidas como importantes espaços de sociabilidade dos descendentes de imigrantes alemães.

¹⁹⁹ Danceteria, *point* da juventude da região, localizada na RS 239, perto do bairro São Jorge.

²⁰⁰ Cervejaria localizada na RS 239, na Vila Nova, nas proximidades do campus 2 da Feevale.

para aquela sociedade. No ano passado todas as festas foram muito boas. Fomos à Venâncio, fomos a Canoas. Inclusive em Venâncio Aires predominam as mulheres na diretoria do Négo. (...) Há muitos anos atrás o Cruzeiro fazia muita reunião. Cachoeira do Sul o Cruzeiro foi, o Cruzeiro é conhecido em todas as regiões de Santa Maria. Inclusive, quando nós fomos a Santa Maria eu perguntei ao pessoal: “Conhece o Cruzeiro?” Quando eu fui em Santa Maria, o pessoal do *Chove e não Molha* lá de Pelotas, todo mundo conhece o Cruzeiro. Como é uma sociedade antiga, é muito conhecida. Antigamente a integração das sociedades era mais fácil, o pessoal ia de trem, ia de qualquer jeito, mas o pessoal ia, fazia integração. (...) Pelo que as minhas tias falam o Cruzeiro era uma sociedade negra de elite. Eram “os fulanos”. E tinham os negros mais pobres. Pelo que me contaram o Marujos foi fundado por essas pessoas, porque foram discriminados na época pelos mais da elite, isso é o que contam. (Ademir da Silva, abr. 2008. Entrevista gravada).

A partir da criação do coletivo estreitaram-se os laços de solidariedade e de ajuda mútua entre as sociedades envolvidas. Em várias festividades promovidas pela Cruzeiro tive a oportunidade de conversar com integrantes de outras sociedades. Em geral, as atividades desenvolvidas por uma ou outra sociedade são divulgadas e inseridas numa espécie de calendário geral do coletivo. Durante o ano, podem-se ver cartazes e *folders* de divulgação dos eventos das outras sociedades afixados nas paredes da sede da Sociedade Cruzeiro. Mais de uma vez fui convidada por Ademir e Carmen para participar de alguma festividade ou reunião do coletivo, fora de Novo Hamburgo.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL BENEFICENTE FLORESTA MONTENEGRINA

Programação 2º Semestre 2008

Dia 03 de Agosto
 Festa do Coletivo de Sociedades CCFNR-RS
 Programação:
 12:h Almoço Festivo
 16:h Banda **Consciência Negra** de NH.
 18:h **Daniel Rosa & Banda** de Vênancio Aires
 Presenças confirmadas: Soc Cruzeiro do Sul,
 Soc Nêgo de Venâncio, Soc Castro Alves e Rui Barbosa de Canoas
 Obs: A Festa vai até as 19hs

Dia 06 de Setembro
 Concurso Estadual **Negra +Brasil**
 No Ginásio Domingão
 Atração
Daniel Rosa & Banda de Vênancio Aires
 Grupo **Nossa Raiz**
 Musical **EXELCIOR** de PoA
 Praça de Alimentação e Feira de Artesanto

Dia 12 de Outubro
 Aniversário de 92 Anos da Associação
 Programação:
 09:h Missa em Ação de Graças na Sede Social
 12:h Tradicional Churrasco
 14:h Banda **Azar é Seu**
 17:h Grupo **Q' Desejo**
 20:h Grupo **Movimento** de PoA.

De 20 à 23 de Novembro
 2º Seminário da Consciência Negra
Dia 22 de Novembro
 Baile de Debutantes 2008
 Atração:
 Musical **Status** de Porto Alegre (Traje Social)

E muito + Participe !!!

Apelo:
 Prefeitura Municipal de Montenegro
 Conselho de Clubes Sociais Negros

Patrocínio:
 Banrisul

Obs: Mantenha suas mensalidades em dia
 Contatos pelo email socflorestamontenegrina@hotmail.com
 e ainda pelo www.florestamontenegrina.blogspot.com

Figura 3: Cartaz do Coletivo de Sociedades Negras.
 Cartaz de divulgação das atividades da Sociedade Floresta Montenegrina, afixado na *Cruzeirinho*. Foto: Margarete F. Nunes. Set. 2008.

A presença marcante da Sociedade Cruzeiro do Sul no espaço do carnaval fez com que, nos últimos anos, passasse a ser reconhecida tão somente como uma escola de samba, e não como Sociedade Esportiva, Cultural e Beneficente. No entanto, há um movimento de resgate dessa identidade por meio da articulação dessas novas redes. Ademir lembra que há um departamento de carnaval e outro de

futebol dentro da Sociedade Cruzeiro do Sul, mas que são apenas departamentos, não representam a Sociedade como um todo. Em 28/10/2007 a Sociedade fez 85 anos de fundação. Dentre as programações de aniversário havia uma sessão de debates sobre as ações afirmativas.

Dentre as possibilidades abertas pelas ações afirmativas em Novo Hamburgo está o início de uma discussão sobre o reconhecimento de alguns espaços como patrimônio histórico e cultural afro-brasileiro da cidade e da região. Esse é o caso da Sociedade Cruzeiro do Sul.

Num momento em que diversas cidades do Vale “fabricam” identidades culturais, reforçando pertencimentos étnicos e os transformando em “mercadorias”, as comunidades negras, estimuladas pelo debate das ações afirmativas, lançam mão da distintividade étnico-racial como forma de romper com o discurso da invisibilidade da presença negra na região, como também ampliar o acesso a direitos econômicos, sociais e culturais, bens e serviços, buscando inserir os espaços e expressões da cultura afro-brasileira no mercado de bens culturais e simbólicos da cidade e da região.

Há um esforço da atual diretoria da Cruzeiro para reunir objetos, documentos, fotografias, que possam ajudar a compor a narrativa sobre a história dos negros no Vale do Sinos. A Sociedade acredita que o conjunto desses registros possa auxiliar no reconhecimento da Sociedade como patrimônio cultural afro-brasileiro. No mês de setembro de 2008, marquei uma reunião com Ademir na *Cruzeirinho* somente para conversar sobre as fotografias que se encontram sob seus cuidados. Na ocasião, pedi autorização para reproduzir algumas dessas imagens. Mais do que ajudar a narrar a “história” dos negros no Vale, as fotografias revelam o esforço dessa comunidade para juntar os fragmentos dessa história.



Fotografia 16: Cruzeiro do Sul, campeã de 72. (Autoria desconhecida).
Fotografia do acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.
Material autorizado para reprodução. Set. 2008.
Reprodução da imagem: Margarete F.Nunes



Fotografia 17: Memória do Carnaval. (Autoria desconhecida)
Fotografia do acervo da Sociedade Cruzeiro do Sul.
Segundo Ademir, a fotografia registra o carnaval de 1955.
Material autorizado para reprodução. Set. 2008.
Reprodução da imagem: Margarete F.Nunes



Fotografia 18: Ademir da Cruzeiroirinho.
Ademir mostrando as fotografias na sede da Cruzeiroirinho. Set. 2008.
Foto Margarete F. Nunes.

O trabalho não é apenas o de localizar materialmente as fotografias e os objetos, mas situá-los no *tempo*. Muitas das fotografias não se sabe exatamente à qual ano se referem. Então, existe o trabalho de procurar os mais velhos da comunidade para que eles possam ajudar a localizar a data, a atividade a qual se reporta a fotografia, a identidade dos fotografados etc.

Neste movimento de reconstituição simbólica não se pode esquecer o conhecimento de outros atores dessa “história”, até então desconhecidos, mas que quando trazidos para o presente auxiliam na produção de sentido e na formação de uma *comunidade de sentimento* (MAFFESOLI, 1995,1999).

Antigamente não se falava em Zumbi dos Palmares, ninguém falava nisso. Eu fiquei sabendo do Zumbi dos Palmares não faz dez anos. Pra mim a festa grande, que todo mundo me levava, era *13 de Maio*. Quem era a nossa salvadora era a Princesa Isabel. Então, isso não é culpa nossa. É que nós não sabíamos da nossa história. A recuperação é lenta, muito lenta. (Ademir da Silva, abr. 2008. Entrevista gravada).

A força das discursividades étnicas ecoam no carnaval. Os ideais multiculturais também influenciam a escolha dos temas-enredos do carnaval local. Em 2007, enquanto a Sociedade Cruzeiro do Sul elegeu como tema *A expressão africana na arte Brasileira*, a Sociedade Portela do Sul destacou o tema *Brasil, país de todas as etnias: é respeitando as diferenças que se constroem as igualdades*. Nesta última escola, inclusive, a ala dos convidados era chamada multicultural ou ala das etnias, na qual cada convidado deveria trajar uma indumentária marcando uma referência étnica. Para o carnaval de 2009, a Sociedade Cruzeiro do Sul prepara-se para homenagear os diferentes grupos étnico-raciais que contribuíram para a formação do Rio Grande do Sul.

Não é à toa que projetos de ação comunitária que tenham como público alvo as populações negras de Novo Hamburgo, como é o caso do *Quizomba da Cidadania*, aconteçam no interior das escolas de samba. O próprio movimento negro local, o COPAA, reconhece a força desses espaços como fortalecedores de um *lugar* identitário para os homens e mulheres negros da cidade. Em Novo Hamburgo, historicamente, as escolas de samba têm sido os *lugares* de encontro, de partilha, de sociabilidade dos homens e mulheres negros, o *lugar* de reconhecimento do *si* e dos *outros*.

Eu comecei no Cruzeiro com 15 anos de idade, meu pai freqüentava lá. Desde que eu entrei, eu gostei, porque sempre fui um pouco ligado às artes, sempre fui bom desenhista no colégio. Então, essa história

de dança, arte, teatro essas coisas, sempre fui muito ligado a isso, e o negro tem muito isso dentro do seu sangue. Ali, parece que achei um espaço onde eu pude me realizar com essas questões. Então, logo já entrei no carnaval, já comecei a desenhar figurino, já fazia parte da diretoria, já me envolvi diretamente. E esse envolvimento foi ficando cada vez maior, até pela necessidade de liderança, nossas entidades precisam sempre de liderança, e eu fui me tornando um líder lá dentro. Depois dos 16 anos eu não saí mais, com exceção de algumas vezes que fiquei fora por algum tempo, por questões de viagens que eu fiz. Fora isso, estou o tempo todo no Cruzeiro, aquilo faz parte da minha vida. Depois eu comecei a desenvolver temas-enredo. O fato da gente dirigir a escola, a gente tem que se envolver em todas os setores: é bateria, é fantasia, é carros alegóricos, é música, então, tu tens que estar ligado em todos os setores, isso faz com que a gente vá aprendendo com os profissionais que foram contratados pra fazer esse trabalho, aí a gente vai se encantando cada vez mais com esse movimento, com as idéias que vão fluindo, vão aparecendo. E a gente realmente aprende a improvisar, a criar muita coisa que a gente não esperava que tivesse a capacidade de fazer. Então, até na minha vida profissional ajuda. (...) Para mim, essas manifestações folclóricas, principalmente o carnaval, para o negro é um momento que ele pode se igualar a sociedade. Naquele momento de fantasia existe também uma maquiagem, onde a pessoa consegue colocar, ter suas ansiedades, seus sonhos. (...) Uma pessoa que durante o ano foi anônima, no carnaval ela se sobressai, ela tem alternativas pra fantasia, ela marca presença maior no carnaval. (Valdemar da Silva, mar. 2008. Entrevista gravada).

4 AS NARRATIVAS ÉTNICAS E A IDENTIDADE REGIONAL GAÚCHA

4.1 NAS TEIAS DO ÉTNICO, DO REGIONAL E DO NACIONAL

Em 1938, durante o Estado Novo e as políticas de abasileiramento de Getúlio Vargas, o escritor leopoldense Viana Moog publicava *Um Rio Imita o Reno*, cuja narrativa fora construída em torno de uma cidadezinha fictícia denominada *Blumental, Manchester do Brasil*, onde um engenheiro amazonense, de descendência indígena, desembarcara para realizar obras hidráulicas. Geraldo, “Era filho de uma terra nova, duma raça adolescente, duma civilização diferente da européia, duma civilização sem preconceitos absurdos (...)” (p.184). Em *Blumental*, apaixonou-se por uma teuto-brasileira, é discriminado por preconceito de raça e obrigado a deixar a colônia. Entre os personagens que dialogavam com o índio Geraldo, estava o Karl, que pensava ser a riqueza do sul do Brasil obra exclusiva dos alemães. “E considerava com orgulho a ascensão de Blumental, de mera feitoria há cem anos, até parque industrial que lhe valia o nome de Manchester do Brasil. Tudo trabalho dos alemães...” (MOOG, 1973, p.63) Mas, novo mesmo, era o tipo mestiço que se constituía no sul do Brasil:

(...) Sem religiosidade, sem espírito musical, sem grandes preocupações de cultura, destemido, um pouco aventureiro, Armando era bem o representante dessa raça nova, misto de celta, de espanhol e de bandeirante, que repontara no sul do Brasil. Sim, ele tinha todos os traços essenciais desse povo talhado para a coragem e para a aventura (p.143).

(...) Criara-se no galpão, ao lume das fogueiras, a ouvir os peões contando histórias de guerras, de generais, de chefes, de correrias, de proezas. Seus heróis prediletos, os farrapos, cavaleiros sem itinerários definidos... (p.144).

Um ser com uma moral à parte, como os povos jovens, plenos de possibilidades, que ainda vivem nos limites da civilização com a barbaria. São suficientemente civilizados para dominar normalmente os impulsos bárbaros, e bastante bárbaros para romperem com os compromissos da civilização quando isso lhes pareça necessário (p.145).

Blumental era uma impossibilidade, uma “ameaça”, por isso era preciso integrá-la ao país e à região. Integrar significava ofuscar a identidade étnica.

Esse discurso da necessária integração dos diferentes grupos étnico-raciais não nutria apenas as narrativas literárias. Durante o Estado Novo não foram poucos os intelectuais que se empenharam em construir uma narrativa para a nação brasileira fundamentada num ideal de mestiçagem, cuja base era a ideologia do

branqueamento. Essa narrativa precisava encontrar eco no sul do Brasil, cujas dificuldades eram evidentes no período: um território que fora marcado por sangrentas guerras de fronteiras e de anexação tardia ao Brasil; uma população que teve em sua formação uma forte influência da colonização hispânica, mas que era necessário ofuscá-la a fim de fortalecer a matriz lusitana; a existência de uma oligarquia rural que seguidamente entrava em choque com os interesses do governo central; um histórico de disputas internas e de polarização política, acirrada durante a república velha pela divisão entre republicanos e federalistas que mesclavam seus interesses às lutas dos países do Prata; a disseminação das colônias alemãs e italianas, vistas como “quistos étnicos” por parte dos administradores locais.

O ideal de mestiçagem e de democracia cordial precisava ser fortalecido inclusive naquelas regiões onde as diferenças eram marcadamente assinaladas. No caso do Rio Grande do Sul, o pensamento social que se constituiu na primeira metade do século XX precisava dar conta de “abrasileirar os estrangeiros”, ofuscando as identidades étnicas; diminuir as contribuições de negros e indígenas no Estado, fortalecendo a ideologia do branqueamento; amarrar, definitivamente, o Rio Grande do Sul ao Brasil. Para o último movimento era necessário construir uma historiografia que reforçasse uma matriz lusitana, que tivesse a força de apagar da memória coletiva as proximidades culturais do Rio Grande do Sul com as populações do Prata.

Uma forma de “abrasileirar o estrangeiro” era aproximá-lo da figura do gaúcho, que desde o século XIX vinha sendo moldada como um tipo peculiar: altivo, valente, um verdadeiro “herói civilizador”. A exaltação do imigrante como corajoso e desbravador das matas reforçava essa identidade.

O viajante Arsène Isabelle (1983), que visitou a região em 1833-1834, já exaltava as virtudes do tipo rio-grandense como guerreiro, cavaleiro e hospitaleiro. Sobre a recém fundada colônia alemã de São Leopoldo fez a seguinte ressalva:

Pensamos estar na Alemanha. Não pude evitar, à vista desta povoação européia, um sentimento de admiração, porque, em primeiro lugar, fui surpreendido pelo contraste que ofereciam estes lugares, cultivados com cuidado, estes caminhos, abertos penosamente através das colinas, morros e matos, estas pequenas propriedades rodeadas de fossos, profundos ou sebes vivas, esta atividade de agricultores e artesões, rivalizando no desejo da prosperidade comum... com o abandono absoluto em que os brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas, enfim essa falta de atividade, esse espírito de

desperdício e de destruição que os caracteriza tão bem quanto os argentinos.”(1983, p.72)

No caso dos alemães, as imagens de coragem e valentia são vinculadas também ao modo como esses se engajam nas guerras e combates travados no sul do Brasil. Aliás, Hunshe destaca essa identidade como primeira, até porque explica a imigração e colonização alemãs mais pela necessidade de guerra do que para a ocupação e o cultivo da terra. “O interesse do novo império, no começo, não era tanto aliciar colonos, mas sim soldados, destinados a integrarem o *Corps d'Etrangers* formado no Rio de Janeiro, em 1823, com a finalidade de garantir, militarmente, a Independência (...)” (1975, p.17). O representante do Imperador na Alemanha, o Major Schäffer, “engajava em primeiro lugar soldados e alguns poucos agricultores. Na medida em que se estabelecia o império, diminuía o número dos soldados e aumentava o dos colonos.” (p.17)²⁰¹

Os núcleos de imigração, a despeito da contribuição de outros grupos étnicos, são sintetizados e sedimentados a partir da ênfase da presença de alemães e italianos. Porém, a figura do imigrante coloca em contradição, radicalmente, a figura do conquistador e colonizador português, sobretudo, pela especificidade com que se deu a ocupação e uso da terra, caracterizada pelo minifúndio.

A colonização do Vale do Rio dos Sinos foi um marco fundamental para a disseminação das fábulas progressistas no Rio Grande do Sul, que foram associadas à imagem do imigrante, contribuindo para alimentar as narrações míticas engendradas por alguns administradores e intelectuais interessados na construção de uma perspectiva racional e desenvolvimentista para o estado do Rio Grande do Sul.

Sandra Pesavento (2002) assinala que as políticas de colonização e imigração do Brasil do século XIX aconteceram à revelia dos interesses oligárquicos regionais. No caso do Rio Grande do Sul, com os imigrantes alemães, pretendia-se

²⁰¹ A dubiedade do papel do Major Schäffer, que o fez vítima de interpretações díspares, no Brasil e na Alemanha, é assinalada por Hunshe, nessa passagem: “Portanto, Schäffer tinha que provar, diante das autoridades alemãs, que angariava colonos e, diante das autoridades brasileiras, que angariava soldados.” (1975, p.41). Para Oberacker Jr., o Major Schäffer teve sua imagem deturpada, ao ser acusado de angariar recrutas para o Brasil utilizando-se de promessas de benefícios para os colonos. Ver in: Müller (1980). A presença dos alemães nos combates é uma constante nas narrativas literárias, como em *Varões Assinalados*, de Tabajaras Ruas, que narra a epopéia farroupilha: “Os alemães de Hillebrand começaram a cantar num idioma estranho e triste, enquanto avançavam lentamente, expostos ao fogo.” (p.120)

não somente dar continuidade à ocupação de extensas “áreas virgens” como buscar neutralizar o poder das oligarquias regionais.

Cabe assinalar, no entanto, que as chamadas “áreas virgens” não eram tão extensas assim, inclusive porque parte delas já estava nas mãos de *sesmeiros*. Mais importante do que isso é o fato de que as colônias serviram como “bucha de canhão” no enfrentamento às comunidades indígenas que resistiam ao processo de ocupação e colonização.

Justapostas às imagens oníricas da campanha e do *pampa*, instituem-se as imagens do progresso e da racionalidade técnica através dos imigrantes alemães e italianos, seus principais ativadores. Enquanto a chegada dos casais açorianos, no século XVIII, representou a sedentarização de uma sociedade de aventureiros e guerreiros, os imigrantes alemães e italianos, durante o século XIX e o início do século XX, trouxeram a promessa da “redenção moral” ao homem do sul.²⁰²

Novo Hamburgo, mais do que qualquer outra cidade do Vale do Rio dos Sinos, sintetizou esta representação e a consolidou ao longo do século XX. À sua imagem associaram-se os ideais da racionalidade técnica, do progresso, da promessa de “civilização”.

Ao analisar o *processo civilizador* no Ocidente, Norbert Elias (1993) pergunta-se qual poderia ser a relação entre a organização da sociedade na forma de Estado e aquilo que passamos a denominar “civilização”. Quando o autor chama a atenção para as mudanças de conduta, a alteração dos códigos morais, a moderação dos afetos e paixões, característicos do *processo civilizador*, ele menciona o caráter lento e gradual dessas transformações, que não necessariamente foram racionais e planejadas, mas nem por isso pode-se dizer que eram desordenadas ou caóticas. À medida que o Estado foi se organizando as ações de cada indivíduo integraram-se a um sistema político centralizado, cujo monopólio da força e da violência passou a ser desempenhado pelo Estado. Se antes o indivíduo contava com total liberdade para exercer atos de violência sobre qualquer outro ser, do mesmo modo, a qualquer momento poderia ser vítima do mesmo tipo de violência, pois havia muita imprevisibilidade e insegurança nas relações sociais devido à ausência do controle e auto-controle das condutas. O

²⁰² Rocha (1994).

monopólio da força, sob a égide do Estado, possibilitou a criação de “espaços sociais pacificados” e as transformações graduais dos códigos de conduta.

A leitura de Norbert Elias sobre o *processo civilizador* (1983) auxilia tanto na compreensão dos movimentos do Estado nacional brasileiro para a “pacificação” do Rio Grande do Sul, como no entendimento da acomodação dos diferentes grupos étnico-raciais nas representações e imagens disseminadas sobre os habitantes desta parte do Brasil meridional. O alemão não é só *o estrangeiro* que escancara a diferença (SIMMEL, 1983), ele encarna a própria idéia de “redenção moral” (ROCHA, 1994), tão “necessária” e desejada para retirar os homens e mulheres do Rio Grande do Sul da “barbárie”, submetidos ao estado de guerra permanente e às “pulsões das paixões”.

Enquanto o trabalho escravo precisava ser “esquecido”, entrava em cena o ator que deveria “dignificar” o trabalho, modelá-lo de acordo com as regras de um mundo “civilizado”. Os negros e os indígenas foram retirados deste cenário. De forma deliberada ergueu-se a imagem de um Rio Grande do Sul branco, onde negros e indígenas poucas chances tiveram de narrar sua própria história.

Muitas destas imagens perduram, são revitalizadas pela teatralização da memória e a “culturalização” do social (JEUDY, 1990), postos a serviço da gestão dos novos patrimônios que têm a cidade como cenário.

4.2 A ASCENSÃO DO GAÚCHO COMO A SÍNTESE DO REGIONAL

Se em âmbito nacional houve uma política de abasileiramento das etnicidades e uma tentativa de forjar, a partir da ideologia da mestiçagem, uma “nova etnia”, capaz de suprimir as identidades étnicas,²⁰³ no Rio Grande do Sul aliou-se a este movimento a força de uma identidade regional que buscou abarcar as etnicidades emergentes no Estado.

As políticas nacionalistas, que marcaram a primeira metade do século XX no Brasil, encontraram no regionalismo gaúcho o caminho para a intimidação e refreamento das políticas de visibilidade étnica no Rio Grande do Sul.

²⁰³ Kabengele Munanga (1999).

Alguns aspectos desse movimento podem ser analisados através do trabalho de Roswitia Weber (2004) sobre as festas comemorativas ligadas ao centenário da imigração alemã e à fundação de São Leopoldo no RS. A autora mostra que a partir do ano de 1924 as passagens do dia 25 de julho – data da chegada da primeira leva de imigrantes no RS (em 1824) – foram marcadas ora por acontecimentos de exaltação da germanidade, ora por fortes repressões desencadeadas em nome de um ideal de brasilidade. Na década de 40, por decorrência da ascensão do nazismo e os combates da IIª Guerra Mundial, as comemorações étnicas cederam lugar a conflitos abertos - organizados por defensores de um ideal de brasilidade - contra os símbolos e manifestações da germanidade na cidade. Naquele momento houve um esforço para incorporar a figura do colono não apenas à brasilidade, mas à imagem do gaúcho. No aniversário da cidade, do ano de 1946, organizou-se uma festa de tradição ibérica cujo centro do espetáculo foram as cavalcadas que encenavam os combates entre mouros e cristãos. O objetivo naquele momento era construir uma nova memória para o município e celebrar um outro passado, distinto dos símbolos exaltados desde 1924 pelos imigrantes alemães. Houve, então, alterações na estética da cidade e as praças foram renomeadas.

Pode-se afirmar, então, que enquanto uma parte da intelectualidade brasileira buscava dar sustentação teórico-conceitual para uma suposta “brasilidade mestiça”, no Rio Grande do Sul permaneciam latentes os alicerces sustentadores de uma identidade regional, que acabou se caracterizando como o meio pelo qual os gaúchos passaram a se relacionar com o nacional.²⁰⁴ No final da década de 40 esse regionalismo viu-se fortalecido pela disseminação dos Centros de Tradições Gaúchas - CTGs²⁰⁵, que deram origem, mais tarde, a um movimento organizado representado pelo MTG.²⁰⁶

Dessa forma, tem-se no RS, no transcorrer do século XX, a ascensão de uma identidade regional ritualizada que congrega elementos de uma vida rural e

²⁰⁴ Ver Oliven (2006).

²⁰⁵ A formação do primeiro CTG foi em 1948. Sobre o “gauchismo” e “gauchidade” são boas referências as publicações “Nós, os Gaúchos”, editadas pela UFRGS. A publicação de número 1 é reveladora e instigante por propor um início de conversa com um modesto “Nós e o resto do mundo”. Ver Gonzaga; Fischer (1995).

²⁰⁶ O Movimento Tradicionalista Gaúcho foi fundado em 1966, durante o XII Congresso Tradicionalista. Ver Oliven (2006).

pastoril e revitaliza os símbolos que ligam o homem gaúcho a um passado heróico, celebrado pelas imagens das guerras fronteiriças e dos constantes combates contra os inimigos internos e externos.²⁰⁷ A semana farroupilha é o momento em que se busca “reviver esse passado”, tanto pelos desfiles de cavalarianos, quanto pelo “estilo” de vida reproduzido nos acampamentos, denominados *piquetes*, que recriam a estética do galpão.²⁰⁸

A epopéia do homem gaúcho, ao contrário do que apregoa, não se limita à perpetuação dos valores localizados e presos a um único território de origem, o *pampa*. As raízes do mito do homem gaúcho associam-se a valores cosmopolitas de um passado de conquista e aventura que alimentaram a península ibérica e a Europa renascentista.²⁰⁹ As imagens do cavaleiro errante, aventureiro, guerreiro, guardião das tropas e apegado à sua terra de origem, encontram eco nos combates e nas lutas que povoaram a península ibérica do século XV. A Guerra de Granada, que uniu a *nação*²¹⁰ de Castela contra os mouros, foi, acima de tudo, “uma guerra de cavaleiros”.²¹¹ A cavalaria não era uma simples necessidade de guerra, mas alcançava uma dimensão lúdica. Distingua-se um *mouro* pela técnica e elegância da equitação e o gosto pela montaria.²¹²

O *centauro dos pampas* e o *monarca das coxilhas* são representações alegóricas que propagam no *tempo* e no *espaço* o imaginário da conquista e da

²⁰⁷ Este passado, constantemente celebrado e revitalizado, é inspirador de poesias, como esta de Aparício Silva Rillo e Pedro Ortaça, na qual se dá ênfase ao desejo de voltar para “onde o Rio Grande começa”. *Rio Grande, berro de touro, quatro patas de cavalo. Quem não viveu este tempo, vive esse tempo a cantá-lo e eu canto porque me agrada neste meu timbre de galo. // É verdade que alguns dizem que os tempos de hoje são outros, que o campo é quase a cidade e os chiripás estão rotos, que as esporas silenciaram na carne morta dos potros... // Cada um diz o que pensa - isso aprendi de infância, mas nunca esqueça o herege que as cidades de importância se ergueram nos alicerces dos fortins e das estâncias. // Não esqueça, de outra parte, para honrar a descendência, que tudo aquilo que muda, muda só nas aparências e até num bronze de praça vive a raiz da querência. // Eu nasci no tempo errado ou andei muito depressa, dei ó de casa em tapera, fiquei devendo promessa mas se pudesse eu voltava pra onde o Rio Grande começa.* (Os grifos são meus).

²⁰⁸ Mesmo no Parque Harmonia, em Porto Alegre, os *piquetes* são ainda espaços restritos que reúnem familiares, agregados e amigos. Ainda são poucos os abertos ao público.

²⁰⁹ A vinculação dos povos da península ibérica, especialmente os portugueses, com a “ética da aventura” está presente na clássica obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1976), na qual o autor afirma não ser a exploração da América um “empreendimento metódico e racional”.

²¹⁰ Conforme esclarece Bernard e Gruzinski (1991), neste período o termo *nação* já começa a ser empregado para designar a consciência de uma origem comum ou para reportar-se a grupos que possuem características próprias (os cristãos, os muçulmanos etc.).

²¹¹ Bernard; Gruzinski (1991). Segundo estes autores, não foi a fome que atirou os fidalgos às aventuras da colonização da América, mas o gosto pela conquista e pela guerra.

²¹² Idem.

colonização.²¹³ Essas alegorias estão presentes no panteão literário sobre o homem do sul; estão imortalizadas desde a clássica obra de José de Alencar, *O Gaúcho*, até clássicos regionais como Caldre e Fião com *O Corsário*. As obras de Cyro Martins, como *Porteira Fechada*, desmistificam estas alegorias, introduzindo a saga do *gaúcho a pé* que perde a terra, o cavalo e é obrigado a abandonar a vida rural. Na verdade, a alegoria do *monarca das coxilhas* não se legitima se tomarmos como referência uma parte da historiografia sobre os gaúchos ou os *gauchos*. Os que realmente recebiam a alcunha de gaúchos ou *gauchos* estavam deveras distantes do posto de *monarcas das coxilhas*. Eram os perseguidos, que não possuíam trabalho fixo nem propriedade de terra.

Rocha (1994) mostra como a perpetuação destes valores legendários – que ressaltam uma certa predisposição militar e guerreira no homem do sul - opera no nível da memória coletiva, marcando a configuração estética das cidades no Rio Grande do Sul. Ao remeter-se constantemente às guerras e às “barbaridades” dos combates, o mito do gaúcho preserva e atualiza os arquétipos do “grotesco” e do “monstruoso” inerentes ao processo colonizador. Ao mesmo tempo é uma reação às fábulas progressistas embaladas pelas promessas da racionalidade técnica e de um ideal de civilização.

A memória da guerra é muito presente em *O Tempo e o Vento*, de Erico Veríssimo. Ali, chama a atenção a alegoria do punhal de prata, que passa de geração a geração por herança. Ao receber o punhal de prata de presente, de um padre jesuíta das Missões, o índio Pedro Missioneiro inicia a “sina da guerra permanente”, e o punhal, tanto quanto o *minuano*, é algo que perdura, atravessa a obra, chegando ao século XX.²¹⁴

No entanto, é preciso acrescentar que a constante exaltação das guerras e dos combates acaba positivando o “barbarismo” e o “monstruoso”. Há um exagero na valoração positiva das guerras na simbologia construída em torno da figura do gaúcho, cantada e narrada em prosa e verso, no meio popular, na chamada “literatura erudita” e, até mesmo, nas retóricas da ciência.²¹⁵ Essas narrativas

²¹³ Rocha (1994).

²¹⁴ Pergunto: será que algum dia vamos abandonar o velho punhal de prata?

²¹⁵ Há uma certa irresponsabilidade nestes exageros que se tem construído no Rio Grande do Sul em termos de exaltação de uma identidade regional. O custo social a médio e a longo prazo pode ser desastroso, como o fortalecimento de uma visão demasiado etnocêntrica frente a outras identidades.

atualizam o processo colonizador porque ao estetizar a guerra negam a dor daqueles que a fizeram porque foram submetidos à força e à tortura e passaram por todo o tipo de privação.

Ao recriar o episódio da revolução farroupilha, em seu romance épico *Os Varões Assinalados*, Tabajara Ruas faz da guerra o alicerce identitário do homem da fronteira, que vive para a guerra, é a encarnação da própria guerra. Destaca-se a beleza estética da narração dos combates, “Frente a frente: imagens num espelho, iguais na fúria, nos gritos, nos rostos, nas lanças. Chocaram-se. Rasgaram caminhos abrindo fontes de sangue e dor, cavalos disparavam sem cavaleiros”(p.299).²¹⁶

As revoluções deixaram, de fato, rastros de sangue e dor, mas por causa disso eram temidas. Não se desejava a guerra, não se tinha o “gosto pela guerra”.

Existem as memórias silenciadas, daqueles que estavam distantes do centro do poder: os negros, os índios, os gaúchos pobres para os quais a guerra não era uma opção e, não raro, não viam a necessidade dela e nem entendiam o porquê da sua existência. A luta entre chimangos e maragatos,²¹⁷ transformada em alegoria por aqueles que fazem apologia à guerra, quando narrada na voz dos que foram silenciados nada tem de encantadora. Essas memórias perduram, contrapõem-se a outras memórias e, hoje, ajudam a compor o mosaico identitário do Vale do Rio dos Sinos.

Meu bisavô se chamava Antônio Joaquim Dornelles. Na revolução de 1923... eu não sei o que ele fez por ali... porque ele era muito maragato. Ali por São Francisco de Assis... eu não sei se ele matou... o que foi que ele fez ali... ele migrou para o estrangeiro, o Uruguai, Paraguai ... não sei bem qual é. Aí... quando ele voltou de lá, dali uns dois, três anos e acalmou tudo, terminou aquele barulho... ele voltou de lá com o nome trocado, voltou de lá Antônio Nunes. Pra ninguém ficar... pegar nada dele, né. Mas daí ele voltou de lá Antônio Nunes, e ele tinha um filho, que é o meu avô legítimo. Chamava-se Juvenal Dornelles, o nome legítimo. Este Juvenal Dornelles era maragato uma barbaridade!!! No tempo das revoluções, o que eu sei contar é que ele foi - o meu pai me falou - ele foi atado num petiço²¹⁸ desde o segundo distrito de São Francisco até a cidade de São Francisco, amarrado. E aí a finada minha avó, a mulher dele, foi atrás e pediu para os caras não fazerem nada com ele. Aí terminaram largando de pena da velha, da minha avó. Tudo isso aconteceu no tempo das revoluções! O Juvenal

²¹⁶ Tabajara Ruas atualiza o arquétipo do *centauro dos pampas*, através da figura de Teixeira Nunes, pois este “É um centauro. De repente descobre que tem os nervos tensos de uma energia incomum: é um animal mitológico, meio homem, meio cavalo, bebendo o ar do planalto, gritando obscenidades... (...) Atrás deles, grita o centauro, atrás deles!” (p.353).

²¹⁷ A luta opôs republicanos e federalistas nos primórdios da República. Ver Reverbel (1985) e L.Love (1975).

²¹⁸ Cavalo de pouca altura.

Dornelles era o meu avô. E o papai foi no tempo da revolução... ele pegou a revolução, mas ele não chegou a ir porque ele se escondia, ele e mais um lote de irmãos dele. Papai era de 1901, nascido a 13 de agosto de 1901. Aí ele se escondia, ele os irmãos, uma turma, pelo mato. Nunca pegaram ele. As forças iam lá, os contrários né, os chimangos, só levavam os cavalos. Papai tinha um irmão mais novo que ele, gurizote²¹⁹ ainda, chamavam o tio Nenê. O tio Nenê tinha um cavalo, tordilho²²⁰ velho, um cavalo maduro já, e os outros irmãos cada um tinha um cavalo, uns cavalos muito bons, uns “pingos de garra”,²²¹ e aqueles caras vinham já... quando chegaram, ali, o tio Nenê vinha vindo pro mato e levou os cavalos, o dele e o dos irmãos, pra esconder. E quando ele ia saindo do mato encontrou as forças dos contrários, aí judiaram²²² dele, tocaram uma coronhada de arma na cabeça dele, pra ele contar onde é que estavam os cavalos. E ele contou dos cavalos bons dos outros, tudo, levou lá onde estavam os cavalos, no meio do mato, atado. Entregou o dos irmãos, e o tordilho velho dele ele não entregou, porque era o tordilho dele! (risadas!) Depois, quando eles passavam, aquela força ali... uns avisavam os outros, a vizinhança, assim. Quando se encontravam as forças, se encontravam os chimangos com os maragatos, dava combate e morte de montão. Até cabo de relho²²³ rolava! Espada! Naquele tempo não tinham armas pesadas. Se matavam em quantidade. Existia o... como é que era... o Flores da Cunha... O Flores da Cunha era chimango e o Honório Lemos era maragato. Uma força pra um lado, outra para o outro. Então, eles iam pegando gente pra ajudar! Quando eles não podiam, porque os caras fugiam, eles pegavam os cavalos tudo. Cansavam uns, pegavam os outros. Nessa época aí, cavalos... A gente passava nas estradas, nos corredores, sempre tinha cavalo! Perdido! Guerreiro! Os cavalos guerreiros! Isso aí papai sempre contava. Bah! Ele sabia tudo, mas assim mesmo ele me contou muitas coisas do que aconteceu. Como essas que eu estou contando. Era contado por ele. O papai nasceu em São Francisco, tudo natural de São Francisco de Assis. O finado meu avô também era de lá. A mãe do papai se chamava Honorina Alves Pedroso. O nome correto dela. Depois passou-se a assinar Dornelles, quando casou com o meu avô Juvenal. Esse Juvenal Dornelles terminou matado, o meu avô. Aí não foi... foi alguma rixa dele com outros. Atiraram nele. Antes de morrer ainda falou e acusou quem atirou nele. A finada minha avó passou muito trabalho, levando comida para os filhos escondidos no mato! Às vezes com chuva, levava comida para os filhos. No pedacinho de terra que o papai tinha, em São Francisco de Assis, tinha um umbu²²⁴ muito grande. Era uma peça grande. Olha, ele tinha mais de três metros de circunferência, a raiz. Tinha duas entradas, tipo duma porta, e umas janelas, feito pela natureza aquilo. Então, eles pousavam muito lá nesse umbu, no meio do mato. Muitas vezes abaixo d'água a pobre da velhinha subia o cerro - era lá em cima do cerro - levar a bóia²²⁵ para os filhos, escondidos lá, para não irem para a revolução. O papai não chegou a ir, nunca, na força. Ele contava que aquilo era uma estupidez. Os brasileiros se matando uns com os outros. Ele dizia que revolução ele não ia, se fosse pra defender o país com outra nação ele ia se apresentar. Mas assim ele não ia. É o que ele contava do tempo das revoluções. Muita coisa com o tempo a gente esquece. (Argeu Lanes Nunes, jan. 2008. Entrevista gravada).

²¹⁹ Guri, menino.

²²⁰ Geralmente fala-se do cavalo de pêlos brancos ou pretos.

²²¹ Cavalos ligeiros, corredores.

²²² Maltrataram.

²²³ Espécie de açoite feito de couro cru. Usar o cabo de relho para bater é usar o lado inverso do relho, a madeira, em vez de a parte do couro.

²²⁴ Espécie de árvore comum na região do pampa.

²²⁵ Bóia, aqui, significa comida.

Esta narrativa é hoje contada pelo meu pai, mas em outrora foi contada pelo meu avô, que, por sua vez, ouvira do seu pai e do seu avô acerca dos seus próprios feitos nas lutas entre chimangos e maragatos. Na época do meu bisavô o código de ética e de hombridade era a guerra, mas nem por isso ela era desejada. À medida que a organização do Estado avança, os códigos ético-morais mudam. O esquecimento de um sobrenome no período representou a marca daquilo que Elias (1993) aponta como sendo o “abrandamento das pulsões” e o gradativo controle das condutas.

Aqueles que exaltam a guerra esquecem que a origem deste tipo humano que se forjou no extremo sul da América e se convencionou chamar gaúcho – *gaucho* na América hispânica - usou a errância e a *peleia* como estratégias de sobrevivência. Os desertores das tropas oficiais, portuguesas e espanholas, que receberam a pecha de vagabundos porque passaram a viver do contrabando do gado, negavam-se ao regime forçado e disciplinado das tropas. Para esses, a *peleia* era uma necessidade, e a formação de milícias próprias respondia a uma estratégia de sobrevivência. Aqueles que ofereciam resistências ao processo colonizador eram chamados de *gaudérios*, *vagabundos*, *changadores*, *gaúchos*, entre outras denominações.²²⁶

Carretero (2002) ao estudar o *gaucho* argentino enfatiza que os mais pobres, vagos e desertores sofriam todo o tipo de repulsa, detenções e castigos cruéis. Restava poucas alternativas: servir como mão-de-obra barata ou como soldado sofrendo os piores tratos ou, então, desertar. No último caso, não podia mais se fixar, sob o risco de sofrer novas represálias.

Interpretar a identidade regional gaúcha e a relação que esta passou a estabelecer com os diferentes grupos étnico-raciais requer uma extensão do olhar para os que ficaram do lado de lá – os *gauchos* - durante o processo de demarcação das fronteiras políticas dos Estados nacionais.

Nos séculos XVII, XVIII e no limiar do século XIX, as incursões das Coroas espanhola e portuguesa no extremo sul da América – especialmente na grande área onde hoje se estende parte do estado de Santa Catarina em direção ao sul, desde

²²⁶ Sobre os distintos significados do termo *gaúcho* ao longo da história do RS, ver Oliven (2006). Pode-se recorrer ainda aos ensaios de Augusto Meyer, especialmente o intitulado *Gaúcho, história de uma palavra*, presente em *Prosa dos Pagos* (2002). Sobre os *gauchos* na Argentina ver Coni (1969) e Carretero (2002); no Uruguai ver Vidart (2004).

Laguna, até o estado do Rio Grande do Sul e os territórios da Argentina e Uruguai próximos à região do Rio da Prata - foram marcadas por intensas disputas e por inúmeros tratados, nem sempre respeitados pelos administradores coloniais e as populações que passaram a habitar essas regiões fronteiriças.²²⁷ As imagens relativas às guerras e aos conflitos povoaram a memória coletiva das populações que aí se fixaram e estiveram sob forte influência destes dois fluxos civilizatórios. Imagens estas que ainda hoje encontram suas formas de atualização, fixando referenciais para a demarcação e sustentação de uma identidade regional.

Para a discussão sobre a representação do *gaucho* e a construção de uma identidade nacional argentina vale a pena a leitura de Emilio Coni (1969). No afã de se opor à ascensão do *gaucho* como símbolo de identidade nacional na Argentina, na década de 40, Coni cai numa *gauchofobia* destacando os aspectos negativos desse tipo social gauchesco que se desenvolve no litoral argentino. A reclamação de Coni é de que o *martinfierrismo* do litoral destoava completamente da realidade de outras províncias; *Martin Fierro*, como alegoria do nacional argentino era uma afronta, quase uma heresia. Conforme Coni, em 1872, com o aparecimento de *Martín Fierro*, obra de José Hernández,²²⁸ os homens de letras começaram atribuir ao vocábulo reclamos políticos e sociais. A partir daí, surge o *gaucho ideal*, audaz, valente. A *gauchaje* (barbarismos) é substituída pela *gauchada* (atos generosos). O autor denuncia um pseudo nacionalismo que remeteria a uma só província a representação exclusiva da argentinidade. As províncias não pampeanas, não-gauchescas não representariam nada para essa argentinidade.²²⁹ Retirando a sua visão preconceituosa com relação ao *gaucho*, pois se este recorria ao roubo era porque não havia a mínima chance de se tornar proprietário, o interessante da sua

²²⁷ Ver Pesavento (2002). Entre os principais acontecimentos do período estão: a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 pelos portugueses, ao norte do Rio da Prata; a fundação dos Sete Povos das Missões, pelos jesuítas, a partir de 1682; o Tratado de Madrid, de 1750, que unia as monarquias ibéricas contra a Companhia de Jesus, resultando na expulsão dos jesuítas e na Guerra Guaranítica; o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, que firmava a posse tanto de Sacramento quanto das Missões para a Espanha; a anexação da Banda Oriental ao Brasil no início do século XIX, por D. João VI, com o nome de Província Cisplatina; levantes militares pela independência das províncias do Prata, com o desfecho da independência do Uruguai em 1828.

²²⁸ Ver Hernández (1984).

²²⁹ Apesar de ter nascido em Buenos Aires, em 1886, Coni viveu em Córdoba muitos anos, entre as populações rurais. Na volta à cidade choca-se com o *martinfierrismo* do litoral, negando todo e qualquer fundamento realista da representação nacional de *Martín Fierro*. Pode-se comparar esse momento narrado por Coni, da ascensão de *Martin Fierro*, com o regionalismo do Rio Grande do Sul do final do século XIX, sintetizado pelo movimento do *Partenon Literário*.

interpretação é a possibilidade que abre para o leitor dar-se conta do processo de formação dos Estados nacionais na América do Sul.

A influência de ambos os processos colonizadores - espanhol e português - deve ser analisada levando-se em conta também a formação social e cultural da Península Ibérica dos períodos da conquista e da colonização da América. A diversidade cultural da Espanha do período colonizador pode explicar, em parte, a dispersão dos descendentes de espanhóis que se mantiveram em território brasileiro no período de demarcação das fronteiras no sul do Brasil, que não preservaram laços que os permitissem formar comunidades étnicas organizadas.

A presença de descendentes de espanhóis no RS e sua influência amalgamam-se à imagem caricaturizada do gaúcho, não deixando espaço para a ascensão de uma possível etnicidade espanhola no RS. O castelhano, assim como o português, é incorporado e diluído na esfera do regional.²³⁰

As instabilidades e contradições inerentes a um território que até meados do século XVIII ainda era considerado “terra de ninguém”²³¹ possibilitou a proliferação de imagens que reservaram ao tipo “rio-grandense” e, posteriormente, ao gaúcho, uma certa ambivalência na definição das raízes do seu processo colonizador, mesclando à sua identidade tanto o legado português quanto os traços e influências do castelhano.²³²

As narrativas legendárias sobre o gaúcho revelam um sentimento ambíguo em relação ao castelhano.²³³ Se existe alguma proximidade no âmbito cultural, na edificação de um passado idílico, ela precisa ser constantemente negada para

²³⁰ Entrementes, é preciso salientar distinções no que se refere à açorianidade. O estudo de Lacerda (2003) evidencia o processo de etnicização experimentado pela identidade açoriana a partir da década de 90, que adquire visibilidade através de movimentos transnacionais por todo o Atlântico.

²³¹ Refiro-me aqui aos intermitentes combates estabelecidos entre as Coroas portuguesa e espanhola pela posse de extensas áreas no extremo sul da América. Para essa discussão, ver Pesavento (2002). A expressão *terra de ninguém* é encontrada em vários textos que versam sobre o RS, o que só legitima o processo colonizador na medida em que revela a total negação dos povos indígenas.

²³² Em seus estudos sobre o regionalismo gaúcho, L. Love (1975) destaca o fato de que até 1960 ainda persistia o mito do “gaúcho como estrangeiro”; para os demais brasileiros, os gaúchos não eram considerados “inteiramente” brasileiros.

²³³ Para efeito de ilustração, ressalta-se que em algumas poesias, “causos” e contos gauchescos no RS, o castelhano é muitas vezes diminuído e ridicularizado quando em contraste com o português. Neste trecho, por exemplo: “Com os jesuítas espalhados nas missões que floresciam/Em solo fértil gaúcho/Os espanhóis se expandiam/Mas não aguentam o repuxo”. (BICCA, 1983)

provar a fidelidade dos sul-rio-grandenses, primeiro à Portugal e, posteriormente, ao Brasil.²³⁴

Na historiografia oficial esta proximidade realmente foi negada. Para isso foi preciso produzir e consolidar, de vez, uma distinção entre o o *gaúcho* brasileiro e o *gaucho* platino.²³⁵ Deste modo, a exaltação do imigrante – alemão e/ou italiano – quando associada a uma identidade regional gaúcha, auxiliou nesta distinção. Por exemplo, Salis Goulart (1985) nos anos de 1920, fazia uma apologia ao imigrante, especialmente alemão, e reduzia a importância de negros e indígenas no Rio Grande do Sul. A grande diferença entre o gaúcho e o *gaucho* estaria no sangue indígena. Aqui, o sangue indígena teria sido insignificante, o que explicaria o espírito democrático e humanizado do gaúcho brasileiro. A sua obra foi referência para um pensamento que angariou seguidores, pois enfatizava a existência de uma “alma gaúcha”, que caracterizar-se-ia no amor pela *estância* e na horizontalidade presente na relação entre peões e patrões, ou seja, enfatizava que a sociedade rio-grandense era marcada por uma democracia rural.

Já no final do século XIX, era comum nos relatos dos viajantes que visitavam a região, comentários sobre a parca presença de “sangue indígena” na formação do Rio Grande do Sul, o que singularizava seus habitantes e os colocava num patamar “superior” diante dos habitantes dos países do Prata, esses sim, “contaminados” pelo excesso de sangue indígena. No Diário de viagem de Gastão de Orléans, o Conde D’Eu,²³⁶ há várias dessas passagens. Sobre o caboclo faz a seguinte

²³⁴ O escritor Erico Verissimo (1969) responde duramente às acusações de que o RS seria espanholado, ressaltando o esforço e as lutas cruéis enfrentadas pelo povo rio-grandense tanto na defesa do território brasileiro quanto na “opção” por um legado cultural português.

²³⁵ Segundo as professoras Ana I. Klein e Eloísa H.C. Ramos (Informações orais, anotadas pela pesquisadora durante a participação no Iº Ciclo de Estudos sobre a Formação Social Sul-Rio-Grandense, na Unisinos, em 2006) essa posição, apesar de hegemônica, não era exclusiva, pois foram polêmicas as obras de Alfredo Varela, na década de 30, por colocarem o Rio Grande do Sul dentro de uma matriz platina, como uma extensão do Vice Reinado do Prata, exatamente num momento em que se buscava legitimar uma matriz lusa no Rio Grande do Sul. Foram decisivas para esta reflexão - sobre o pensamento social sul-rio-grandense e a ascensão de uma identidade regional gaúcha - as contribuições dos professores Euzébio Assunção, Ana Inês Klein, Eloísa H. Capovilla Ramos, Mario Maestri e Moacyr Flores, na condição de painelistas do Iº Ciclo de Estudos sobre a Formação Social Sul-Rio-Grandense, promovido pelo curso de História da Unisinos no segundo semestre de 2006.

²³⁶ Trata-se do marido da Princesa Isabel. O Diário foi escrito depois de sua experiência militar na guerra do Brasil contra o Paraguai, a partir de 1865. Foi publicado em 1920. O objetivo foi documentar aspectos vivenciados na guerra do Paraguai, exaltando, dessa forma, a ação da família imperial, na figura do próprio Conde D’Eu e também do Imperador, pela defesa das fronteiras geopolíticas do Brasil. É notório o “estranhamento” do conde frente ao povo rio-grandense.

ressalva: “(...) é um tipo de nariz grande, testa retraída e olhos alongados e suaves, que revela, a meu ver, menos inteligência que o das raças africanas”(p.30). Porém, os elementos brancos dos batalhões: “(...) todos tinham aspecto inteligente, estavam atentos e obedeciam às vozes com a maior prontidão” (p.33). Conde D’Eu fez referência, inclusive, a Venâncio Flores, do Uruguai: Tudo nele indica ter sangue indígena, inteligência pouco desenvolvida e pouca educação” (p.82). Sobre os negros no Rio Grande do Sul é ilustrativo este comentário: “ (...) há sempre nestas residências quatro ou cinco negros para o serviço, condenados a viver neste clima, que evidentemente não é para eles, e bem diferentes daqueles negros tão robustos, tão bonitos, ousarei eu dizer, que povoam as ruas da Bahia ou de Pernambuco.” (p.47)

A historiadora Ieda Gutfreind, no texto *A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro*,²³⁷ discorre sobre como a afirmação da brasilidade do gaúcho rio-grandense em oposição ao platino – movimento muito forte no transcorrer do século XX - chegou a ofuscar passagens importantes da história do Rio Grande do Sul, como o período das Missões Jesuíticas.²³⁸ Este esforço para escapar da acusação de “castelhanismo” marcou a historiografia sulista de 1920 a 1970.

Entre os autores paradigmáticos desse movimento estão Moyses Vellinho e Guilhermino César. Ambos vão destacar o elemento luso e diminuir o elemento indígena para construir essa diferenciação. Na obra *História do Rio Grande de Sul*, de Guilhermino Cesar, publicada em 1956, o autor esforça-se para afirmar a existência de um ciclo missionário português na costa sul-rio-grandense, em 1605, portanto, antes de um ciclo missionário espanhol, de 1626. Guilhermino Cesar, em vários momentos da sua obra, busca confirmar essa matriz lusa, delegando aos açorianos a integração definitiva do Rio Grande do Sul ao Brasil. Ao mesmo tempo lamenta a falta de documentos que comprovem a dispersão dos açorianos no transcorrer dos 1700, o que atribui como sigilo das autoridades do período. Para esse autor, a cultura lusa enfrentou duas grandes culturas rivais nessa parte meridional: as línguas guarani e espanhola. Para esse entendimento é muito elucidativa esta passagem:

²³⁷ Ver *Nós, os Gaúchos* (GONZAGA; FISCHER, 1995, p148-152).

²³⁸ Sobre as Missões, ver *Índios e Jesuítas no Tempo das Missões* (HAUBERT, 1990).

Nas primeiras páginas deste livro, estudamos as regiões fisiográficas, e ali parece ter ficado claro que o território rio-grandense se inclina decididamente para o Prata. Nessa direção correm os rios formadores das suas maiores bacias hidrográficas (...) A história, porém, segue outro rumo: puxa-o para o Norte, sempre e cada vez com mais intensidade. A principal linha de rumo dos seus povoadores, estabelecida pela língua, pelos interesses políticos, pela afetividade, foi traçada no Rio de Janeiro, centro administrativo de onde partiu, em 1737, a expedição fundadora de Silva Pais, a que deve o Estado hoje o primeiro impulso definidor de sua fisionomia cultural.” (CESAR,1970, p.275)

Guilhermino Cesar era mineiro e veio para o Rio Grande do Sul a convite do governador (interventor) Ernesto Dornelles, na década de 40, portanto, estava completamente inserido nas políticas nacionalistas implementadas por Vargas. Seguindo a linha de Salis Goulart, também Moyses Vellinho e Guilhermino Cesar contribuíram para omitir do pensamento social do período quaisquer contribuições das populações negras e indígenas ao estado do Rio Grande do Sul.

Mesmo sendo um pesquisador francês, Jean Roche, na década de 60, quando estudou a colonização alemã no Rio Grande do Sul, também reforçou essa concepção, tanto no que se refere à diminuição da influência das populações do Prata no estado, quanto no que diz respeito às contribuições de negros e índios. Ao mesmo tempo em que afirma: “Diferentemente do que se produziu em outras regiões do Brasil e no antigo domínio espanhol, os índios, portanto, pouco contribuíram na formação do sangue rio-grandense” (1969, p. 21); o autor complementa o raciocínio com a seguinte ressalva: “Foram tão pouco atingidos pelo ‘platinismo’ que apesar da identidade de gênero de vida, se podem notar sensíveis diferenças de tipo e de mentalidade entre os habitantes do Rio Grande do Sul e os do Rio da Prata.” (1969, p.22). Mesmo estudando a região das colônias, o autor compromete-se com a reprodução de um discurso ideológico que insiste na amizade entre patrões e peões na estância, reduz a importância da escravidão nas fazendas e ratifica que a campanha é a alma do “Continente”.

No pensamento historiográfico contemporâneo, Gutfreind e Reichel (1995) propõem interpretações inovadoras para o estudo das *fronteiras* políticas. Denunciam o viés nacionalista que predominou nas pesquisas sobre as *fronteiras* políticas, marcadas pelas idéias de separação e desintegração. As autoras analisam as *zonas de fronteiras* entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai reforçando a

integração, as mentalidades e memórias que permanecem à revelia dos processos desencadeados pelos Estados nacionais.²³⁹

Na antropologia, exemplo desse tipo de abordagem é a pesquisa desenvolvida por Ceres Karan Brum (2006) sobre as representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul. Para a autora, há um passado missioneiro que ultrapassa as fronteiras geo-políticas dos Estados nacionais, permitindo a existência de imaginários partilhados, o que faz com que ela olhe para as Missões no Rio Grande do Sul atenta para a questão da *fronteira*.

Porém, é preciso cuidado na leitura dessas fronteiras políticas, para não se cair num certo “essencialismo” dessa identidade gaúcha. A força e a repercussão dessa matriz lusitana no pensamento social sul-rio-grandense, hoje revista por alguns historiadores, não pode ser menosprezada quando a analisamos no contexto das narrativas da nação brasileira e na adesão da sociedade gaúcha a essa narrativa. Há, de fato, muito mais elementos que nos aproximam de uma ideal de *brasilidade* do que nos singularizam.

4.3 OS NEGROS, AS AÇÕES AFIRMATIVAS E A IDENTIDADE REGIONAL GAÚCHA

A invisibilidade da presença negra e indígena foi devidamente edificada pelo pensamento social sul-riograndense durante o transcorrer do século XX. O Rio Grande do Sul, visto na sua relação com o “nacional”, não marcou sua diferença apenas pela *bombacha* e o seu namoro “velado” com os países platinos - eterna ambigüidade manifesta na expressão *brasileiro por opção*²⁴⁰ - mas porque era

²³⁹ Na linha deste raciocínio, mas focando no estudo das cidades, destaca-se o livro de Romero (2004), *América Latina: as cidades e as idéias*. Nesta obra, o autor busca apontar as semelhanças dos processos de fundação, formação e desenvolvimento das cidades na América Latina. Romero analisa a possibilidade de uma cultura comum, afirmando que os processos de fundação das cidades do mundo luso e do mundo hispânico foram idênticos.

²⁴⁰ A perpetuação dessa expressão é reveladora. Ora, os gaúchos perderam a guerra dos farrapos, foram derrotados. Não existiu a possibilidade de escolha. Por que insistir na idéia de opção? Decerto porque ela assegura ao RS distinção e superioridade quando comparado aos demais estados, o de não ter sido subjugado aos interesses do império. Mas se não o foi em alguns momentos, em outros, o foi plenamente. Agora, se a idéia de opção decorre de possibilidades anteriores à revolução farroupilha, isto é, o de não pertencimento à coroa portuguesa, ainda assim não é possível falar de escolhas, pois a população que habitava este território estava entre a cruz e a espada, entre dois domínios, e qualquer decisão obedecia às leis das armas e da *peleia*.

considerado o segundo estado mais branco do país - depois de Santa Catarina - portanto, no contexto da ideologia do branqueamento tinha uma “missão” a cumprir no interior de uma nação que se afirmava propagando um discurso eugenista e racista que pretendia “clarear” a população.

A ruptura com o discurso da invisibilidade dos negros no Rio Grande do Sul iniciou já na década de 60, com o trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1977), *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, editado pela primeira vez em 1962. Esse trabalho foi uma resposta aos ideólogos da democracia rural. Até então, a economia do Rio Grande do Sul era explicada pela centralidade da estância. Cardoso mostrou a diversificação desta economia e o quanto os negros foram decisivos para o trabalho em frentes distintas, não apenas nas charqueadas. Segundo o autor, além do trabalho com o gado, o charque e o couro, os negros ocuparam-se com as plantações de subsistência, com o cultivo do trigo nas fazendas comandadas por açorianos, com os serviços domésticos e os serviços urbanos (carpintaria e sapataria), com o comércio e os transportes. Cardoso procurou demonstrar o quanto foi decisivo o trabalho dos negros para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, o processo de ascensão de uma identidade regional está entrelaçado a uma teoria social produzida especialmente no decorrer do século XX, que selecionou aspectos de um ou de outro grupo étnico-racial para forjar uma singularidade para este habitante do Brasil meridional. Neste pensamento, negros e indígenas foram praticamente excluídos.²⁴¹

Por isso, o atual debate trazido pelo movimento negro e fortalecido pelas ações afirmativas desacomoda as práticas e as idéias, pois não há como incluir na vida, no cotidiano, nos espaços da cidade, se não houver um movimento de inclusão no campo do pensamento. Aí entram os estudos da memória coletiva como um modo privilegiado de narrar a história vivida por outros atores, por aqueles que estiveram ao longo desses 508 anos alijados dos espaços de poder. O mérito das ações afirmativas e da expansão dos ideais multiculturais do Brasil está no estímulo

²⁴¹ No 1º Ciclo de Estudos sobre a Formação Social Sul-Rio-Grandense/Unisinos, o professor Moacyr Flores comentou que também os judeus foram simplesmente omitidos da história do Rio Grande do Sul. No entanto, ressaltou o quanto a sociedade rio-grandense foi influenciada por essa cultura, marcada pelo silêncio.

que provoca aos pesquisadores no que se refere ao questionamento constante acerca das narrativas que moldaram um ideal de brasilidade e de gauchidade.

A influência do multiculturalismo não se apresenta apenas nos movimentos sociais, na teoria social e nas ações do Estado nacional. A expansão dos ideais multiculturais, especialmente no que se refere às discursividades étnicas, atinge também os espaços de revitalização das identidades regionais.

Pode-se indicar como exemplos alguns discursos pontuais do próprio Movimento Tradicionalista Gaúcho no Rio Grande do Sul. Em 2006 o tema da *semana farroupilha, Assim se fez o Rio-Grande*, fez alusão aos principais grupos étnicos formadores do Estado. Os desfiles tradicionais e temáticos que aconteceram na capital e algumas cidades do interior como um ritual de encerramento da semana farroupilha, no dia 20 de setembro, destacaram os seguintes grupos: os índios, especialmente os guaranis, os bandeirantes – enfatizando a mistura, o luso-brasileiro, paulista ou curitibano - os açorianos, os espanhóis, os alemães, os negros e os italianos. A orientação para a organização das *invernadas* nos desfiles temáticos dizia: para os índios, destacar Sepé Tyarayú, a Guerra Guaranítica, o mate; para os espanhóis, o traje, o linguajar, a proximidade do RS com o Uruguai etc; para os bandeirantes, as estâncias, os tropeiros, as danças; para os negros, as charqueadas, os quilombos, os *lanceiros* (recomendava-se não usar a designação *lanceiros de Canabarro*, por causa das críticas do movimento negro); para os alemães, a agricultura, a religiosidade, a culinária; para os açorianos, a pesca, as danças, a fundação de cidades; para os italianos, a uva, o vinho, o canto, a dança. No desfile de Porto Alegre, associou-se *a dança do facão* aos bandeirantes, a militarização e o cavalo aos espanhóis; o trigo ao açoriano; aos alemães, a Oktoberfest; aos negros, o soldado *lanceiro*; aos italianos, a uva; aos índios, a riqueza das Missões.

A orientação do movimento era que nas cidades onde houvesse desfile, a ênfase recaísse nos principais grupos formadores da região. Em Novo Hamburgo, além destes grupos deu-se visibilidade aos poloneses. Depois de cada etnia, carros alegóricos representavam a fusão de todos estes elementos. Em Porto Alegre, foi destaque a faixa: *Do forjar da miscigenação, uma só raça*.

Analisando alguns discursos, no entanto, a concepção parece ter sido menos a ênfase na diversidade do Rio Grande do Sul e mais na diversidade do

gaúcho. Isso transparece na fala de Antônio Augusto Fagundes - tradicionalista e teórico do movimento -, publicada no site do MTG, no período:

O gaúcho não é um tipo étnico-racial, fruto do cruzamento eventual de portugueses e espanhóis com os índios do Cone Sul da América. Houve gaúchos autênticos que foram portugueses. Outros, espanhóis, outros índios puros, guaranis ou m'baias. Alguns foram negros. No Rio Grande do Sul são conhecidos, ao longo da História, gaúchos de sangue alemão, de sangue italiano e até mesmo gaúchos judeus e gaúchos descendentes de árabes.²⁴²

Nessa fala o gaúcho aparece como “multiétnico”. Quando se exalta a figura do gaúcho se destaca menos o mestiço e mais os elementos sobrepostos dos grupos que o constituíram: o colonizador português, o imigrante, o índio, o negro e, inclusive, o castelhano. O último, “admite-se” sua influência mais nos aspectos culturais, como nas expressões lingüísticas regionais, na música e na arte, na idealização da vida campeira e na partilha de uma *cultura gaucha* na região dos *pampas* rio-grandense, uruguaio e argentino. A inserção do negro e do índio nesta construção idílica do homem gaúcho é recente, sendo objeto de estudo de historiadores, antropólogos, literatos, jornalistas e dos movimentos sociais.²⁴³ A ascensão da figura idealizada do gaúcho e as insistentes ênfases nos aspectos regionais e nos ritos da reminiscência *farroupilha* representam uma “eterna presentificação” de que um dia “esta parte foi um todo” (Oliven, 2006).

Pelo discurso do MTG interpreta-se que não é o estado do Rio Grande do Sul que é diverso, mas sim o *gaúcho*. A ênfase na diversidade étnico-racial do *gaúcho*, mais do que na composição racial-étnica do RS, retira, inclusive, qualquer vinculação com o território, aproximando essa concepção tanto das leituras mais clássicas como a de Salis Goulart(1985), da década de 20, - que reforçava a existência de uma *alma gaúcha* - até interpretações bastante contemporâneas, como a do uruguaio Abella (2004), teórico da *gauchidade* no Uruguai que insiste na existência de uma *alma gaucha*, pois “la herencia gaucha es un sentimiento y una postura hacia la vida, hacia los demás y hacia la Naturaleza” (p.20).

O texto de Abella é ilustrativo do quanto os ideais multiculturais vem tendo receptividade em alguns países da América do Sul. O autor busca atualizar o ideário do movimento com os valores do multiculturalismo, ressaltando que o movimento

²⁴² Disponível em < [HTTP://www.semanafarroupilha.com.br](http://www.semanafarroupilha.com.br) > Acesso em 10/10/2006.

²⁴³ Especificamente sobre os negros, ver Hassé e Kolling(2005) e Maestri Filho (1984).

gaucho era multicultural na sua origem (século XVIII), aglutinando índios, negros e crioulos pobres contra o processo colonizador português e o espanhol. Se o *ser gaúcho* está ligado a um sentimento, a um jeito de estar no mundo, pode-se ser gaúcho em qualquer canto do planeta, independente de qualquer nacionalidade, desde que se compartilhe desses valores.²⁴⁴

Jackzan Kaiser (1999) estudou a identidade gaúcha construída fora do Rio Grande do Sul, defendendo que os gaúchos formam uma rede étnico-regional. Porém Kaiser ateu-se ao gaúcho brasileiro, a relação que ele estabelece com a nação brasileira. O uruguaio Abella pretende transcender as fronteiras nacionais, ele fala de um *gaucho* ligado a um ecossistema formado pelos rios Paraná, Uruguai e Prata. Um mundo gaúcho e *gaucho* que fala especialmente castelhano, português e guarani. A estância é o núcleo produtivo e a *pulperia* o núcleo de comércio. O *mundo gaucho* de Abella tem uma fronteira móvel. O autor destaca os levantes de escravos, resistência indígena e a união entre diferentes grupos excluídos como parte constitutiva do *mundo gaucho Artiguista*. Neste mundo *gaucho* busca incluir as mulheres. Faz um movimento “perigoso” quando lamenta as constituições nacionais do século XIX, unitárias e separatistas, impostas aos povos *rio-platenses* porque derrotaram o *sonho gaucho de la Patria Grande* de Artigas.

Outro trabalho que discute o *mundo gaucho* e os ideais multiculturais é o do uruguaio Vidart (2004). Só que ao contrário de Abella, ele critica “los guerrilleros del indianismo y del africanismo” que, na sua visão, estão caindo no “fundamentalismo da diferença.” O autor parece querer retomar, radicalmente, os símbolos, valores e ideais da nação uruguaia, como forma de fugir dos atos salvacionistas do multiculturalismo e das teorias da globalização. Essas leituras auxiliam porque mostram que aquilo que tem nos mobilizado no Brasil é compartilhado por outros Estados nacionais.

No Rio Grande do Sul, a incorporação dos ideais multiculturais, quando pensados na perspectiva das ações afirmativas erigidas pelo movimento negro, pressupõe uma revisão dessas *teorias tradicionais* que fundamentaram uma noção

²⁴⁴ Há uma disputa entre os países acerca da legitimidade dessa *cultura gaucha* e gaúcha. Ao circular pelo Acampamento do Parque da Harmonia em 2006, entrei numa tenda de objetos e artesanatos do *mundo gaucho*, cujo proprietário era um argentino que dizia ter vindo expor especialmente na semana farroupilha. Ao comentar sobre a extensão da festa ele fez a ressalva de que tudo começou na Argentina, depois é que veio para cá. Na mesma semana, havia sido indagada por um velho conhecido se os uruguaiois e argentinos haviam copiado a nossa cultura.

de identidade regional com caráter excludente, que invisibilizou alguns grupos, minimizando sua contribuição e importância.

CONCLUSÃO

Nesta tese procurei demonstrar a força das *discursividades étnicas* no pensamento social contemporâneo, analisando, em especial, as repercussões dessas discursividades na sociedade brasileira via políticas de ações afirmativas. Por isso, primeiramente, optei por apontar os caminhos percorridos pelo conceito de etnicidade e a relação com as teorias da globalização, a fim de fundamentar algumas linhas de argumentação desta tese, como a de perceber a importância da linguagem da etnicidade e dos jogos da memória no mundo urbano contemporâneo. Portanto, os esforços aqui despendidos foram no sentido de articular os estudos de etnicidade, globalização, cidade e memória.

Com base nos conceitos e teorias explorados inicialmente, chego, finalmente, à cidade, às narrativas dos sujeitos, à interlocução direta com alguns moradores, à constituição de um diálogo no campo do pensamento com aqueles que refletiram, escreveram e registraram suas idéias e impressões sobre a cidade, em livros, jornais, documentos, fotografias... Localizei a cidade, suas representações e imagens no interior das discursividades fundantes de uma identidade regional gaúcha. A cidade de Novo Hamburgo não se explica por si só. Ela assenta-se num *lugar*, e este *lugar* é revestido de uma simbologia que perdura, que a mantém amarrada às imagens do *mundo alemão* do Vale e do Estado do Rio Grande do Sul. Por isso, o meu olhar estendeu-se para a produção historiográfica, sociológica, literária... Minha indagação principal foi compreender como as *narrativas étnicas* acionadas pelas comunidades negras confrontam estas representações e imagens acerca de Novo Hamburgo e do Estado do Rio Grande do Sul.

A mescla desse conjunto de elementos fez emergir uma etnografia do presente e do passado, possibilitando à antropóloga o encadeamento das idéias, a junção de lembranças, relatos, narrativas, imagens, fragmentos que foram ganhando corpo e forma de texto e, ora, aqui, se apresentam. Configura-se, assim, mais uma

contribuição, entre tantas outras, sobre o incessante “pensar-se e (re) pensar-se” da sociedade brasileira, tema recorrente na antropologia brasileira.

Como já havia insinuado na introdução, a tese é fruto de muitos *tempos*, tanto no que se refere à abertura de um campo reflexivo como no que diz respeito à redação do texto. Esta sobreposição de *tempos*, porém, julgo não se tratar de um demérito, na medida em que revela os passos da *trajetória* (VELHO, 1999) da própria pesquisadora que, em diversas passagens, assumiu a condição de *narradora praticante*, conforme sugerem Rocha e Eckert (2005) quando discorrem sobre “o antropólogo na figura do narrador”.

Depois do longo percurso, e se o leitor ainda tiver fôlego e paciência, convido-o, finalmente, para compartilhar algumas idéias que ilustram esta conclusão. Se o primeiro parágrafo possui sua importância por causa do nosso esforço para cativar o leitor e estimulá-lo a prosseguir, os parágrafos conclusivos tornam-se desafiantes em virtude do nosso receio de decepcioná-lo. Afinal, foram páginas e mais páginas de palavras, imagens e a pergunta que não cala: onde a autora quer chegar? De qualquer modo, resta o consolo de que nossas conclusões interpretativas jamais darão conta do nosso texto. Há, ali, outras possibilidades de interpretação, que, decerto, podem permanecer latentes por um longo período à espera da própria autora ou de alguns leitores que se sintam dispostos a dar prosseguimento à reflexão.

Faço, então, as considerações finais a partir da discussão que me possibilitou ampliar esse campo reflexivo sobre etnicidade e globalização: as políticas de ações afirmativas no Brasil contemporâneo.

As políticas de ações afirmativas perturbam, polemizam, não só porque as reivindicações das populações negras e indígenas geram disputas de poder no mercado de trabalho, no acesso à educação, na definição e implementação das políticas sociais e culturais, mas, sobretudo, porque ao pensar-se enquanto grupo, esses sujeitos forçam a sociedade brasileira a (re) pensar-se conjuntamente.

De um lado, encontra-se o Estado nacional, revendo a sua própria ação e buscando reparar suas dívidas históricas com essas populações; do outro, os movimentos sociais, interessados na edificação de uma outra narrativa, menos excludente, que seja capaz de abarcar as experiências dos diferentes grupos étnico-raciais em condição de equidade no que tange às valorações atribuídas a cada um.

Isso não é possível sem algum nível de conflito, tanto na esfera social como no plano das idéias e do pensamento. Por quê? Porque perturba aquela velha acomodação das relações raciais que já sinalizava Florestan Fernandes na década de 60.

Por mais paradoxal que possa parecer, as ações afirmativas não rompem com o “igualitarismo” tão caro à luta democrática. Ao contrário, agora, os negros e os indígenas querem ser tratados definitivamente como “iguais”, isto é, com a mesma positividade de valoração que outros grupos mereceram, porém, para alcançar esta igualdade de oportunidades e de direitos lançam mão do discurso da diferença e da “distintividade étnica”. Nada mais justo e oportuno, tendo em vista que o Estado brasileiro avança na sua tentativa de inserir-se tanto no interior de uma economia globalizada, quanto na consolidação de um regime democrático em que ganham representatividade política os “novos sujeitos de direitos”, reivindicando o acesso aos direitos políticos e sociais, clamando pela promoção e defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da livre expressão das “identidades culturais”, da distintividade étnica, entre outras formas de luta e organização social.

Neste atual cenário da globalização, os Estados nacionais obrigam-se a construir uma participação mais efetiva em Conferências, Acordos, Tratados, Convenções e Pactos Internacionais, muito em virtude da ação política de grupos que atuam dentro e fora dos territórios nacionais. Estas organizações *transnacionais* dos movimentos sociais contemporâneos não se limitam à exigência de meras assinaturas e ratificações das deliberações internacionais, mas pressionam os Estados nacionais para que estas sejam convertidas em ações de políticas públicas. Frente a este movimento, no Brasil, surgem reações diversas, afinal, não são ações isoladas com reflexos apenas nas relações sociais e econômicas, pois há uma repercussão no nível das representações da sociedade e cultura brasileiras, há uma dimensão simbólica que se vê abalada e desafiada. Nesse ínterim, surgem “militantes” em prol da defesa da continuidade de antigas representações, como a de uma nação não dividida por raças e etnias, a de uma “democracia racial” e a de uma convivência étnico-racial minimamente harmônica.

As ações afirmativas fazem emergir idéias, representações e imagens acerca da formação da sociedade e cultura brasileiras, trazendo para a cena social e política as dimensões simbólicas destas representações ao longo do *tempo*. Desse

modo, os processos de globalização forçam o Estado e a sociedade a (re) pensarem a delimitação das fronteiras simbólicas da identidade nacional. Por sua vez, este movimento encontra ressonância também na definição do “local” e do “regional”.

Esta “força transnacional” das discursividades étnicas não se esgota nas ações do Estado e dos movimentos sociais, mas “ganha terreno” na agenda das produções acadêmicas, onde o étnico fortalece-se pela centralidade das análises culturais no pensamento social contemporâneo. Porém, neste movimento, novas disputas estabelecem-se, pois a linguagem da etnicidade amplia seu campo de significação, não se limita mais às lutas políticas das minorias no interior dos Estados nacionais, transforma-se em objeto de “culturalização”, enreda-se à economia, coloca-se à disposição dos jogos da memória e das “animações culturais” (JEUDY, 1990) das cidades contemporâneas.

Não são os negros e os indígenas, via ações afirmativas, que estão “eticizando” a sociedade brasileira, também vários outros grupos reivindicam o mesmo direito: o de expressar-se via linguagem da etnicidade. Desse modo, corre-se o risco de esvaziar-se o conceito da sua conotação política, pois se todos têm direito ao “étnico” pressupõe-se que todos usufruem das mesmas condições e das mesmas oportunidades no que diz respeito à vida social. No entanto, existem diferenças que não podem ser equiparadas, que são intrínsecas à experiência singular de cada grupo.

Levando-se em conta a força dessas discursividades étnicas e suas implicações para as populações negras e indígenas, vale a pena sublinhar aqueles aspectos que passam ao largo, por exemplo, a capacidade de estas discursividades acionarem a reconstituição simbólica da memória desses sujeitos e desses grupos, inserindo-os, também, nas disputas políticas e culturais que são travadas no seio do espaço urbano.

De posse do seu direito à expressão da “diversidade”, esses sujeitos começam a introduzir-se no jogo de “eticização” das paisagens urbanas, da “culturalização” do social” e da “objetalização da cultura”, (JEUDY, 1990), reivindicando o direito de que seus espaços de expressão cultural não sejam apenas aceitos, mas valorizados, reconhecidos e tão dignos quanto outros à “patrimonialização”. Esta “objetalização da cultura” faz do étnico força aglutinadora e mobilizadora da vida urbana contemporânea; as trajetórias dos sujeitos e suas

narrativas étnicas adquirem um papel fundamental na constituição dos “novos patrimônios” (JEUDY, 1990).

Ao acionarem o recurso da memória, os negros começam a desvendar os mecanismos de dominação que estimularam os “esquecimentos” e “lembranças” da sua “história coletiva”, sejam estes vistos sob a perspectiva nacional, regional ou local. Dessa maneira, abrem brechas para a ampliação do debate sobre a democratização da cidade, o direito e o acesso aos seus bens culturais e simbólicos. À medida que este debate ganha vulto vai-se revelando uma tensão, uma controvérsia entre a memória social e a memória coletiva, pois as narrativas desses sujeitos mostram as diferenças étnico-raciais e suas “distinções simbólicas” (BOURDIEU, 1983), isto é, mostram como ocorreu a materialização desses valores por meio da reprodução de formas objetivas de segregação e discriminação raciais ao longo do *tempo*.

Os negros, vêm-se, então, envolvidos na tarefa de estabelecer uma nova lógica cultural, uma nova produção de sentido que dê conta de problematizar essa assimetria na atribuição de valores aos diferentes grupos étnico-raciais formadores da sociedade brasileira. Com isso, as cidades são pressionadas a instaurar uma outra dinâmica cultural, que é a de valorização das memórias coletivas dos seus grupos étnicos formadores. Os antropólogos põem-se a serviço dessa dinâmica cultural, por meio da produção de etnografias que auxiliem neste trabalho de “reconstituição da vida social e cultural” dos grupos. (JEUDY, 1990).

Em Novo Hamburgo, ao lado de uma “memória alemã” insinua-se a instauração de uma “memória negra”, legitimada também pelo trabalho de historiadores e antropólogos. Este movimento, apesar de incipiente, pode revelar uma mudança lenta e gradual do processo de invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul, apontado em análises anteriores, como a de Ruben Oliven (1996).

Resta saber se este movimento de “culturalização” e de “etnicização”, no qual os negros também se inserem, contribuirá de algum modo para a superação de práticas racistas e discriminatórias, possibilitando a inauguração de relações mais solidárias e democráticas nos modos dos sujeitos e dos grupos vivenciarem a cidade, representarem a si e os outros e demarcarem seus símbolos identitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 Livros, Artigos e Monografias em geral

- ABELLA, Gonzalo. **Hombres Gauchos. Mujeres Gauchas**. El Cielo de la Gauchería. Ensayo. Montevideo: Betum San, 2004.
- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALENCAR, José de. **O Gaúcho**. Rio de Janeiro: Tecnoprint. [s.d.]
- ALVES, Eliege Moura. Uma presença invisível: escravos em terras alemãs (1850-1870). In: Nunes, Margarete F. **Diversidade e Políticas Afirmativas**: diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
- ANSALDI, Waldo. La Memoria, el olvido y el poder. In: POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor (orgs.). **Cidade & Memória na Globalização**. Seminário das Mercocidades. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2002.
- APPADURAI, Arjun. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. **Après le Colonialisme**. Les conséquences culturelles de la globalisation. Paris: Payot & Rivages, 2005.
- ARCHER, Margaret. Teoria, Cultura e Sociedade Pós-Industrial. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.
- AUGÉ, Marc. **Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BACHELARD, Gaston. **A Dialética da Duração**. São Paulo: Ática, 1994.
- BANTON, Michael. **A Ideia de Raça**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- _____. **Para uma Crítica da Economia Política do Signo**. Lisboa: Edições 70, 1995(a).

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Ambivalência. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. The Great War of Recognition. **Theory, Culture & Society**, London, v.18 (2-3), 2001, p.137-150. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/vol18/issue2-3/> Acesso em: 10 jul. 2008.

BECK, Ulrich. The Cosmopolitan Society and its Enemies. **Theory, Culture & Society**, London, v.19 (1-2), 2002, p.17-44. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/vol19/issue1-2/> Acesso em: 10 jul. 2008.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Reflexões sobre a obra de Nikolai Lesskov. In: **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.

BENTES, Nilma. Brasil-Durban-Brasil: um marco da luta contra o racismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 229-236, 2002.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BERNAN, Carmen; GRUZINSKI, Serge. **Histoire du Nouveau Monde**. De la découverte à la conquête, une expérience européenne. 1492-1550. Paris: Fayard, 1991.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. Os "Usos Culturais" da Cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIG et al. (orgs.) **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BICCA, Eduardo F. **Os Bombachudos e as Lutas do Gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

BITENCOURT, Marilza K.P. **Resistência da Mulher Escrava**. Porto Alegre: EST, 2004.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. On the Cunning of Imperialist Reason. **Theory, Culture & Society**, London, v.16(1), 1999, p.41-58. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/vol16/issue1/> Acesso em: 09 jul. 2008.

BOYNE, Roy. A Cultura e o Sistema Mundial. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

_____. **Escritos Sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRUM, Ceres Karan. “**Esta Terra Tem dono**”. Representações do Passado Missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

CALDRE e FIÃO, José Antônio do Vale. **O Corsário**. Romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento: Instituto Estadual do Livro; Brasília: INL, 1979.

CANEVACCI, Massimo. **A Cidade Polifônica**. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 303 p.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. **O Trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Caminhos da Identidade**. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

CARNEIRO, Sueli. A Batalha de Durban. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 209-214, 2002.

CARRETERO, Andrés M. **El Gaucho Argentino**. Pasado y presente. Buenos Aires: Sudamerica, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. São Paulo: Attar, 2005.

_____. Inclusão étnica e racial no Ensino Superior: um desafio para as universidades brasileiras. In: NUNES, Margarete F. (org.). **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2005(a).

CASTRO, Mary Garcia. Transidentidades no local globalizado. Não-identidades, margens e fronteiras: vozes de mulheres latinas nos E.U.A. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça. **Identidades: Estudos de Cultura e Poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. 6. ed. 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Período colonial. Coleção Província. Porto Alegre: Globo, 1970. 327 p.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CONDE D'EU. **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981.

CONI, Emilio A. **El Gaucho**. Argentina-Brasil-Uruguai. Buenos Aires: Solar, 1969.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**. Mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986.

DICKIE, Maria Amelia Schmidt. **Afetos e Circunstâncias**: um estudo sobre os mucker e seu tempo. 1996. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1996.

DOLZAN, Janiane Cinara. **A Reinvenção da Italianidade em Rodeio, SC**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia em Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2003.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

_____. A perspectiva antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ECKERT, Cornelia. O que não esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomençar. In: POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor (orgs.). **Cidade & Memória na Globalização**. Seminário das Mercocidades. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. v. 2. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESPINOLA, Cláudia Voigt. **Véu que (Des) Cobre**: uma etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2005.

FAGUNDES, Antônio Augusto. Disponível em: <http://www.semanafarroupilha.com.br>
Acesso em: 10 out. 2006.

FEATHERSTONE, M. **Consumer Culture and Postmodernism**. London: Sage, 1990.

_____. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Undoing Culture. Globalization, Postmodernism, and Identity**. London: Sage, 1995.

FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (orgs.) **Identidades**. Estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins. (orgs.) **Antropologia e Poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora da UNICAMP, 2003.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. **Nós, os Teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

_____. **Casa Grande & Senzala**. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FRIEDMAN, Jonathan. Ser no Mundo: globalização e localização. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Americans Again, or the New Age of Imperial Reason? Global Elite Formation, its Identity and Ideological Discourses. **Theory, Culture & Society**, London, v.17 (1), 2000, p.139-146. Disponível em: <
<http://tcs.sagepub.com/content/vol17/issue1/>> Acesso em: 11 jul. 2008.

FRY, Peter. **A Persistência da Raça**. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. Estar Lá, Escrever Aqui. **Diálogo**. V. 22, n.3, 1989 (a).

_____. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GERTZ, René. Cidadania e Nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto. (coord.) **Nós, os Gaúchos**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

GOULART, Jorge Salis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. 4.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro/EDUCS, 1985.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**. Antropologia e Turismo. Porto Alegre, v. 20, p.141-159, outubro. 2003.

GUIMARÃES, Josué. **A Ferro e Fogo I: Tempo de Solidão**. 10. ed. Porto Alegre, L&PM, 1996.

_____. **A Ferro e Fogo II: Tempo de Guerra**. Porto Alegre: L&PM, 1982.

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa Jochims. **Fronteiras e Guerras no Prata**. São Paulo: Atual, 1995.

GUTFREIND, Ieda. A Historiografia Sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto. (coord.) **Nós, os Gaúchos**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. RJ: DP&A, 2000.

HANCHARD, Michael. **Orfeu e o Poder**. Movimento Negro no Rio e São Paulo. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

_____. Acts of Misrecognition: Transnational Black Politics, Anti-imperialism and the Ethnocentrism of Pierre Bourdieu and Lóïc Wacquant. **Theory, Culture & Society**, London, v.20 (4), 2003, p.05-29. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/vol20/issue4/>> Acesso em: 11 jul. 2008.

HANNERZ, Ulf. Cosmopolitas e locais na cultura global. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. **Lanceiros Negros**. Porto Alegre: Já Editores, 2005.

HAUBERT, Maxime. **Índios e Jesuítas no Tempo das Missões**. SP: Companhia das Letras, 1990.

HERNANDEZ, Jose. **Martin Fierro**: El Gaucho Martin Fierro. La Vuelta de Martin Fierro. Edición Crítica de Angel J. Battistessa. Buenos Aires: Sainte Claire Editora S.R.L., 1984.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **The Invention of Tradition**. Cambridge: University Press, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOEPER, Dinorá. Novo Hamburgo: a Europa que nós Perdemos. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. **Nós, os Teuto-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. Jan/Jun. 2005, vol. 11, nº 23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php> > Acesso em: 10 out. 2005.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850**. Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Porto Alegre: Eduni-sul, 1986. 128p.

HUNSHE, Carlos H. **O Biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)**. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1975. 213 p.

IANNI, Octavio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, v.8, n.21. São Paulo, maio/ago.1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200009>. Acesso em: 17 abr. 2007.

_____. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. O Estado-Nação na Época da Globalização. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/v1n1/octavio.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2007.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 1833-1834. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

JACKS, Nilda. **Querência**. Cultura Regional como Mediação Simbólica. Um estudo de recepção. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 286p.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 1990.

KAISER, Jackzam. **Ordem e Progresso**. O Brasil dos gaúchos. Florianópolis: Insular, 1999.

KANT de LIMA, Roberto. **A Antropologia da Academia**: quando os índios somos nós. Petrópolis: Editora Vozes; Niterói: UFF, 1985.

KIPPER, Maria Hoppe. A Nacionalização em Santa Cruz do Sul. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A Escola Teuto-Brasileira Católica e a Nacionalização do Ensino. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

KUHN JÚNIOR, Norberto. **Reflexões Sociológicas**. O Averso da Ordem e da Desordem. (org.) Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

KUPER, Adam. **Cultura – a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002.

LACERDA, Eugênio. **O Atlântico Açoriano**: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2003.

LANDES, Ruth. **A Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LANG, Guido. **As Sombras do Passado**. Novo Hamburgo: Ipanema Artes Gráficas, 2005.

LE GOFF, Jacques; LADURIE, Le Roy; DUBY, Georges et al. **A Nova História**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1991.

LEITE, Ligia Chiappini. **O Foco Narrativo**. (ou A polêmica em torno da ilusão). 10^a ed. São: Paulo: Ática, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-Usos da Cidade**. Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea. Campinas, SP: Editora UNICAMP; Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas/SP: Papyrus, 1989.

_____. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989 (a).

_____. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989 (b).

- _____. **História e Etnologia.** Claude Lévi-Strauss. SP: Unicamp, 1996.
- _____. Lévi-Strauss nos 90 - Voltas ao Passado. In: **MANA**, Rio de Janeiro, v. 4, nº2, p. 105-117, out. 1998.
- L.LOVE, Joseph. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LYOTARD, Jean Françoise. **O Pós-Moderno.** 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MAESTRI FILHO, Mário José. **O Escravo no RS.** A Charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre:EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos.** O Declínio do Individualismo nas Sociedades de Massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- _____. **A Contemplação do Mundo.** Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1995.
- _____. **No Fundo das Aparências.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- MAGALHÃES, Magna L. Negras Memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, Margarete F. **Diversidade e Políticas Afirmativas:** diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o Campo é a Cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: **Na Metrópole.** Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996. Disponível em:< www.n-a-u.org/QUANDOOCAMPOCABI.pdf> Acesso em 24 jan. 2008.
- _____. De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, 2002. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/DEPERTOEDEDENTRO/html>. Acesso em: 24 jan. 2008.
- _____. A Antropologia Urbana e os Desafios da Metrópole. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.15, n.1, 2003. Disponível em:< www.n-a-u.org/AntropologiaUrbanadesafiosmetropole.html > Acesso em: 24 jan. 2008
- MARTINS, Cyro. **Sem Rumo.** 4 ed. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- _____. **Estrada Nova.** 7 ed. Porto Alegre: Movimento, 1992.
- _____. **Porteira Fechada.** 10 ed. Porto Alegre: Movimento, 1993.
- MARTINS, Rodrigo Perla; BECKER, Gisele. O vale do Rio dos Sinos e a inserção internacional do Brasil no contexto do nacional-desenvolvimentismo: 1968-1978. (p.81-88). In: ARAÚJO, Margarete Panerai; BAUER, Maristela Mercedes. (orgs.) **Desenvolvimento Regional e Responsabilidade Social.** Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MEYER, Augusto. **Prosa dos Pagos**. 1941-1959. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Corag, 2002.

MOMBELLI, Raquel. **Mi soi Tahan Gracia a Dio**: identidade étnica e separatismo no oeste catarinense. 1996. 148 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1996.

MOOG, Vianna. **Um Rio Imita o Reno**. 8. ed. Porto Alegre: Globo; Brasília: INL, 1973.

MORAES, Carlos de Souza. **Feitoria do Linho Cânhamo**. POA: Parlenda, 1994.

MÜLLER, Telmo Lauro (org.) **Imigração e Colonização Alemã**. Porto Alegre: EST, 1980.

_____. **Nacionalização e Imigração Alemã**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Disponível em:

<<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf>> Acesso em: 20 maio 2006.

NUNES, Margarete F. **O Turbante do Faraó**: o Olodum no *mundo negro* de Salvador. 1997, 147 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1997.

_____. Ideologia ou Utopia? *Eu quero uma pra viver*. In: KUHN JÚNIOR, Norberto (org.). **Reflexões Sociológicas**. O Averso da Ordem e da Desordem. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

_____. Imagens e Performances do Turismo em Salvador. In: ASHTON, Mary G.; BALDISSERA, R. (orgs). **Turismo em Perspectiva**. Novo Hamburgo: Feevale, 2003a.

_____. Ações Afirmativas: configurações locais e narrativas globais. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. 25^α, CC23 – Movimentos Negros e Ação Afirmativa, 2006. **Anais da 25^α. RBA**. Goiânia, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A Viagem da Volta**. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena. RJ: Contra Capa Livraria, 1999.

OLIVEN, Ruben. **A Antropologia de Grupos Urbanos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Violência e Cultura no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. Em Busca do Tempo Perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **RBCS**. v.6. n.15, 1991. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_03.htm > Acesso em: 30 mai. 2007.

_____. A Invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARK, Robert Ezra. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

_____. **RS: A Economia & Poder nos Anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PÉTONNET, Colette. L'Objet Ville. **Journal des Anthropologues**. Dossier L'Imaginaire de la Ville. Paris, n. 61-62, p.11-19, 1995. Entretien de Choron-Baix.

PETRY, Leopoldo. **O MUNICÍPIO DE SÃO LEOPOLDO**. No Anno do I Centenario da Independencia do Brasil. Dados Historicos, Geographicos e Estatisticos Colligidos por Leopoldo Petry. Collector Estadual de Novo Hamburgo. Ex-secretario da Intendencia Municipal de São Leopoldo. 1923.

_____. **A EMANCIPAÇÃO DE NOVO HAMBURGO**. Analyse do Parecer Aprovado pelo Conselho Municipal de São Leopoldo e outras Notas. Novo Hamburgo, 1925.

_____. **O Município de Novo Hamburgo**. Monografia. Porto Alegre: Edições A Nação, 1944.

_____. **São Leopoldo: Berço da Colonização Alemã no RS**. Monografia. 2ª. ed. I Centenário de Elevação de Vila à Cidade. Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 1964.

POSSAMAI, Zita; ORTIZ, Vitor (orgs.). **Cidade & Memória na Globalização**. Seminário das Mercocidades. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PRADO, Aurea; LESSA, Barbosa; AZAMBUJA, Darcy et al. **Rio Grande do Sul - Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964.

PRIORE, Mary del. Multiculturalismo ou de como viver junto. 2002. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2002/mee/meetxt1.htm> Acesso em: 20 fev. 2008.

REICHERT, Inês C. Tornar-se Negro na Universidade: a pluralidade étnico-racial no Ensino Superior e a experiência do NIGERIA. In: NUNES, Margarete F. **Diversidade e Políticas Afirmativas**: diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

REVERBEL, Carlos. **Maragatos e Pica-Paus**. Guerra Civil e Degola no Rio Grande. Porto Alegre: L&PM, 1985.

RIAL, Carmen. Pesquisando em uma grande metrópole: fast-foods e *studios* em Paris. In: Velho, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. **Pesquisas Urbanas**. Desafios do trabalho antropológico. RJ: Zahar, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologias Mundiais: Cosmopolíticas, Poder e Teoria em Antropologia. **Série Antropologia**, Brasília/UNB, n. 379, 2005. Disponível em: <http://www.unb.br/ics/dan/Serie379empdf.pdf> Acesso em: 15 jul. 2008.

_____. Other Globalizations: alter-native transnational processes and agents. Rio de Janeiro: **The Edelstein Center for Social Research**, Working Paper 4, 2006. Disponível em: <http://www.centroedelstein.org.br/english.working.shtml>.> Acesso em: 11 jul. 2008.

RIBEIRO, Renato Janine (org.) **Humanidades**: um novo curso na USP. São Paulo: Edusp, 2001.

RIOS, Roger Raupp. Ações Afirmativas no Direito Constitucional brasileiro: reflexões a partir de debate constitucional estadunidense. In: SARLET, Ingo W.(org). **Jurisdição e Direitos Fundamentais**. Anuário 2004/2005 da Escola Superior da Magistratura do Rio Grande do Sul – AJURIS. Porto Alegre: Ajuris; Livraria do Advogado, 2006.

ROBERTSON, Roland. **Globalização**. Teoria Social e Cultura Global. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Mapeamento da Condição Global: globalização como conceito central. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Le Sanctuaire du Desordre**, ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques. Etude de l'esthétique urbaine e la mémoire collective au sud du Brésil. 1994. 921 p. Tese (Doctorat). Université Rene Descartes, Sorbonne, Paris V, Paris, 1994.

_____. Cidade como Lugar do Próprio e do Absoluto: os Dilemas de uma Política de Valorização de Bens Culturais. **Illuminuras** – Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre, n.31, 2001. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br> >. Acesso em: 10 jun. 2007.

_____. ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. A Imagem de Si e do Outro, entre a Identidade e a Globalização. **Illuminuras** – Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre, n. 32, 2001(a). Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br> >. Acesso em: 08 jul. 2007.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da.; ECKERT, Cornelia. Premissas para o Estudo da Memória Coletiva no Mundo Contemporâneo sob a Ótica dos Itinerários de Grupos Urbanos e suas Formas de Sociabilidades. **Illuminuras** – Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre, nº15, 2000. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br> >. Acesso em: 08 jul. 2007

_____. **O Tempo e a Cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. Das Fraturas Sociais e dos Processos de Transformação: o lugar do patrimônio. **Illuminuras** – Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Porto Alegre, nº18, 2006. Disponível em: <http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br> >. Acesso em: 30 set. 2008.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969. 402p. (La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul, 1962)

ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as idéias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RUAS, Tabajara. **Os Varões Assinalados**. [sd].

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I). **MANA**. n.3 (1). p. 41-73, 1997.

_____. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte II). **MANA**. n.3 (2). p. 103 a 150, 1997a.

SANGER, Dircenara dos Santos. **Ação Afirmativa: uma discussão da atualidade e de desafios para o futuro.** In: NUNES, Margarete Fagundes. **Diversidade e Políticas Afirmativas: diálogos e intercursos.** Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

SANSONE, Lívio. Racism without Ethnicity: public policies and racial inequality in Brazil in comparative perspective. **Dados** [online]. 1998, vol.41, n°4, p. 751-783. Disponível em: <[http:// www.scielo.br/scielo.php?](http://www.scielo.br/scielo.php?)> Acesso em: 02 maio 2006.

_____. **Negritude sem Etnicidade.** Salvador: EUFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

_____. O Bebê e a Água do Banho – a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB! **Horizontes Antropológicos.** [online]. Jan/Jun. 2005, vol. 11, n° 23. Disponível em:<[http:// www.scielo.br/scielo.php?](http://www.scielo.br/scielo.php?)> Acesso em: 03 maio 2006.

_____. Que Multiculturalismo se quer Construir para o Brasil? **Ciência e Cultura.** Ano 59, n.2. 2007. Disponível em: <HTTP://www.cienciaecultura.bvs.br> Acesso em 10 jun. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (orgs.) **Identities.** Estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAVOLDI, Adiles. **O Caminho Inverso: a trajetória de descendentes de imigrantes italianos em busca da dupla cidadania.** 1998. 170 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1998.

_____. A Reconstrução da Italianidade no Sul do Estado de Santa Catarina. BANDUCCI Jr, Álvaro; BARRETO, Margarita. (orgs.) **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica.** Campinas: Papirus, 2001.

SCHEMES, Claudia et all. **Memória do Setor Coureiro-Calçadista: pioneiros e empreendedores do Vale do Rio dos Sinos.** Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SELBACH, Jeferson. **Pegadas Urbanas.** Novo Hamburgo como palco do *flâneur*. Cachoeira do Sul: Editora do Autor, 2006.

SERAFIM, Carla. **Construção da Italianidade entre Descendentes de Imigrantes no Município de Urussunga, Santa Catarina.** 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2007.

SHERER-WARREN, Ilse. **Redes e Sociedade Civil Global**. Disponível em: <http://www.cidadefutura.com.br/escola/referencia_detalle.jsp?art_cd=50> Acesso em: 10/06/2006.

SHÜTZ, Liene M. Martins. **Os Bairros de Novo Hamburgo**. Novo Hamburgo: 2001.

SHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. História e Antropologia: embates em região de fronteira. In: SHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Nilma Lino (org.). **Antropologia e História**: relações de fronteira. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. O retorno do objetivismo ou dos males de ser científico. **Horizontes Antropológicos**. [online] Jan/Jun. 2005, vol. 11, nº 23. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php? Acesso em: 03 maio 2006.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. (org.) Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

_____. Georg. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.) **Georg Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SMITH, Anthony D. Para uma cultura global? In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Diversidade e Diferença. **Revista Científica de Información y Comunicación**, Sevilha, n.3, 2006. Disponível em: <http://www.institucional.us.es/revistas/revistas/comunicacion/pdf/numero%203/art1.pdf> > Acesso em: 29/07/2008.

SPERBER, Dans. **O Saber dos Antropólogos**. Lisboa: Edições 70, 1992.

TELLES, Edward E. US Foundations and Racial Reasoning in Brazil. **Theory, Culture & Society**, London, v.20 (4), 2003, p.31-47. Disponível em: <http://tcs.sagepub.com/content/vol20/issue4/>> Acesso em: 11 jul. 2008.

THEMIS – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. **Da Guerra à Paz**: os direitos humanos das mulheres. Instrumentos Internacionais de Proteção. Porto Alegre: RML, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Os Protagonistas Anônimos da História**. Micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VEBLEN, Thorstein Bunde. A Alemanha Imperial e a Revolução Industrial; A Teoria da Classe Ociosa. **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

VELHO, Gilberto. **A Utopia Urbana**. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

_____. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro:Zahar, 1994.

_____. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno Urbano**. (org.) Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

_____. “Globalização: objeto, perspectiva, horizonte.” In: **Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VELLINHO, Moysés. Formação Histórica do Gaúcho Rio-Grandense. (p.33-44). In: PRADO, Aurea; LESSA, Barbosa; AZAMBUJA, Darcy et al. **Rio Grande do Sul - Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1964. 296 p.

VERISSIMO, Erico. Um romancista apresenta sua terra. In: **Rio Grande do Sul - Terra e Povo**. Porto Alegre: Globo, 1969.

_____. **O Tempo e o Vento**. O Continente I. 13^a. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

_____. **O Tempo e o Vento**. O Continente II. 27^a. ed. São Paulo: Globo, 1995.

VIDART, Daniel. **El Rico Patrimonio de los Orientales**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. Cultura é o sistema mundial: resposta a Boyne. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

WARNIER, Jean-Pierre. **A Mundialização da Cultura**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

WEBER, Roswithia. **As Comemorações da Imigração Alemã no RS**: o “25 de julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

_____. **Mosaico Identitário**: História, Identidade e Turismo nos Municípios da Rota Romântica/RS. 2006. 310 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

WEIMER, Günter. O Racismo Teuto-Brasileiro: considerações preliminares. In: **ANAI DO 5º SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL**. 1982. Museu Histórico de São Leopoldo e Instituto Histórico de São Leopoldo. São Leopoldo, 1989.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

WORSLEY, Peter. Modelos do Sistema Mundial Moderno. In: FEATHERSTONE, M. (org.) **Cultura Global**: nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

ZIMMER, Roseli. **Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil**: as manifestações de germanidade em uma festa teuto-brasileira. 1997. 134 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 1997.

2 Sites Consultados e Informações de Meios Eletrônicos

BAIRROS DE NOVO HAMBURGO. Disponível em:
<<http://www.novohamburgo.net/bairros.html>.> 30 ago. 2008.

BANCO DE IMAGENS E EFEITOS VISUAIS – BIEV. Disponível em:
<<http://www.estacaoportoalegre.ufrgs.br> >

COLÉGIO SANTA CATARINA. História. Disponível em: <http://www.colegiosantanh.com.br>> Acesso em: 12 out. 2008.

DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO ADOTADOS NA III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. 31/08 a 08/09 de 2001. Durban – África do Sul. Disponível em: http://www.aliadas.org.br/site/legislacao/legislacao_int.php> Acesso em: 27 jul. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA- FEE/RS. Disponível em: <<HTTP://www.fee.rs.gov.br>. >Acesso em: 31 mai. 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA- FEE/RS. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/site_fee. > Acesso em: 06 set. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 30 ago. 2008.

MUSEU HISTÓRICO DE SÃO LEOPOLDO. Disponível em:
<<http://www.museuhistoricosl.com.br> > Acesso em: 09 fev. 2008.

NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA URBANA DA USP – N.A.U. Disponível em:
<<http://www.n-a-u.org.br>>Acesso em: 24 jan. 2008.

PREFEITURA DE NOVO HAMBURGO. Disponível em:
<<http://www.novohamburgo.rs.gov.br> > 30 ago. 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPPPIR. Começa em Brasília a Conferência Governamental das Américas e Caribe, preparatória para a Revisão de Durban. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepppir/noticias/ultimas_noticias/conf_oficial/>

Acesso em: 27 jul. 2008.

SEMANA FARROUPILHA. Disponível em: <<http://www.semanafarroupilha.com.br>. >

Acesso em: 10 jun. 2006.

3 Cursos Assistidos

ASSUMPÇÃO, Euzébio; FLORES, Moacyr; KLEIN, Ana Inez; MAESTRI, Mário; PICCOLO, Helga; RAMOS, Eloísa H. Capovilla. (painelistas). In: **I CICLO DE ESTUDOS SOBRE A FORMAÇÃO SOCIAL SUL-RIO-GRANDENSE**. Contribuições à leitura dos seus Interprètes, 2006, São Leopoldo. Notas. São Leopoldo: Unisinos, ago. set. out. nov. 2006.

LESSER, Jeffrey; SEYFERT, Giralda. (painelistas) **SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMIGRAÇÃO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS**. Notas. São Leopoldo, Unisinos, set. 2006.

10º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO. Educação e Currículo: Debates Contemporâneos. Notas. Novo Hamburgo, Feevale, ago. 2007.

4 Entrevistas Gravadas e Mensagem Recebida por Endereço Eletrônico

KLEIN, L. São Leopoldo, out. 2006. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

NEVES, Liane Fagundes. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por nunes.margarete@gmail.com em 16 set. 2008.

NUNES, Argeu Lanes. São Leopoldo, jan 2008. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

PERALTA, Jairo. Novo Hamburgo, out. 2006. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

RODRIGUES, Clarice Ferraz; RODRIGUES, Luiz Carlos Vieira. Novo Hamburgo, out. 2006. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SANTOS, Jair dos. Novo Hamburgo, nov. 2006. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SCHMITT, Luís Cláudio. Novo Hamburgo, set. 2008. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SILVA, Ademir Leopoldo da. Novo Hamburgo, abr. 2008. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SILVA, Jaime. P. Novo Hamburgo, mar. 2008. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SILVA, Mauro J. da. Novo Hamburgo, ago. 2006. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SILVA, Valdemar da. Novo Hamburgo, mar. 2008. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

SILVEIRA, Gilberto Silva da. São Leopoldo, ago. 2006. Entrevista concedida a Margarete Fagundes Nunes.

5 Jornais

Jornal NH, Novo Hamburgo, 20 mar. 1970.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 22 jun. 1970.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 16 set. 1970.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 02 abr. 1971.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 20 jun. 1973.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 07. fev. 1973.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 07 abr. 2008. *Cultura Alemã contagia a festa da Noite Étnica*.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 12 abr. 2008. *Fim de Semana das Etnias*.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 30 ago. 2008, caderno geral, p.5.

Jornal NH, Novo Hamburgo, 09 de set. 2008, Entrevista. "Vai ser um momento MÁGICO".

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 1, n.26, 28 out. 1927.

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 1, n.16, 19 ago. 1927.

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 3, 03 maio. 1929.

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 3, n.30, 22 nov. 1929.

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 3, n.34, 20 dez. 1929.

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 4, n.37, 09 jan. 1931.

Semanário 05 de Abril, Novo Hamburgo, ano 8, n. 07, 15 jun. 1934.

6 Mapas

WORLDMAFFINDER [Google]. **Novo Hamburgo**. Disponível em:
<http://www.worldmapfinder.com/Map_EarthMap.php?ID=/Pt/South America/Brazil/Novo_Hamburgo> Acesso em: 05 nov. 2008.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mapas Interativos. **Mapas de Divisões Territoriais UF 2005**. Mesorregiões do Rio Grande do Sul 2005. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/mapas> > Acesso em: 10 jan 2008.

IBGE. **Mapa Político-administrativo do Rio Grande do Sul**. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/mapas/imagens/rs_mapa_gde.gif> Acesso em 10 jan 2008.

PROJETO NIDUS - FACCAT/Faculdades Integradas de Taquara. **Mapa do Vale do Rio dos Sinos**. Disponível em:
<http://www.nidus.org.br/coredes/sitemgr/sitemgrite/?page_name=descricaoValeDoRioDosSinos>. Acesso em 12 jan. 2008.

7 Fotografias

CASSEL, Astor. Álbum pessoal. Hamburger Berg. Reprodução da imagem: NUNES, Margarete F. 2008. (01 fot): P & B; 11 x 16 cm.

_____. Álbum pessoal. Novo Hamburgo. 1933, 1940. Reprodução da imagem: NUNES, Margarete F. 2008. (02 fot): P & B; 09 x 16 cm.

KUHN JÚNIOR, Norberto. Novo Hamburgo. 2008. (05 fot.): color.; 12 x 18cm.

NUNES, Margarete Fagundes. Novo Hamburgo. 2008. (08 fot.): color.; 12 x 18cm.

SOCIEDADE CRUZEIRO DO SUL. Acervo particular. 1955,1972. Reprodução da imagem: NUNES, Margarete F. 2008. (02 fot.): P & B; 12 x 17,5 cm.

8 Documentário em DVD

OS CAMINHOS Invisíveis do Negro em Porto Alegre: a tradição do Bará do Mercado. Direção: Ana Luiza Carvalho da Rocha. Produção: Anelise Guterres. Roteiro: Ana Luiza Carvalho da Rocha e Rafael Devos. Programa Petrobrás Cultural. Porto Alegre: OcusPocus Imagens, 2007. 1 doc. (55 min).

OBRA CONSULTADA

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas Para o Trabalho Científico:** elaboração e formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2008.